

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARCELO DANILIAUSKAS

Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT –
Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris

São Paulo
2016

MARCELO DANILIAUSKAS

Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT
- Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Educação

Área de Concentração: Sociologia da
Educação

Orientadora: Profa. Dra. Kimi A.
Tomizaki

São Paulo
Maio de 2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
- 301.43
D186n Daniliauskas, Marcelo
- Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris / Marcelo Daniliauskas; orientação Kimi A. Tomizaki. São Paulo: s. n., 2016. [Versão Revisada]
332 p. ; anexos
- Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
1. Jovens (Organização) 2. Ativismo 3. Movimento juvenil
4. Sexualidade (LGBT) I. Tomizaki, Kimi A., orient.
-

Nome: DANILIAUSKAS, Marcelo

Título: Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens
LGBT - Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Educação

Área de Concentração: Sociologia da
Educação

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

RESUMO

Daniliauskas, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris**, 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente pesquisa analisa o processo de emergência de grupos organizados de jovens LGBT e de seu engajamento. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com fundadores/as e coordenadores/as de grupos jovens LGBT, bem como observação de campo junto às atividades desenvolvidas pelas entidades, o que permitiu problematizar e descrever: o contexto de emergência desses grupos, seus modos de organização e funcionamento, suas bandeiras de luta e formas de ação, tal como o perfil e o processo de engajamento desses/as jovens. Assim foi possível traçar um panorama histórico envolvendo as seguintes organizações atuantes na cidade de São Paulo: Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes (PAGLA), E-jovem, XTeens, Jovens e Adolescentes Homossexuais (JA) e Projeto Purpurina. Assim como traçar o cenário atual em Paris com foco nas seguintes entidades: *MAG – Jeunes LGBT*, *Pôle Jeunesse*, *CONTACT* e *Le Refuge*. Essas organizações promovem encontros, *online* e *offline* (presenciais e virtuais) de apoio mútuo voltados a jovens, que varia de 13 a 29 anos e abordam sobretudo: auto-aceitação, conflitos na família, com amigos, na escola, universidade e trabalho. Os grupos e os/as jovens apresentam ressalvas em relação à política institucional (governos, partidos, eleições, espaços de participação e controle social), para eles/as fazer política significa promover transformações sociais a partir de suas vidas cotidianas, que eventualmente podem passar por reivindicações pontuais em relação a legislações, políticas ou serviços públicos.

Palavras-chave: organizações juvenis; engajamento (político); Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT).

ABSTRACT

Daniliauskas, Marcelo. **One is not born, but rather becomes militant: engagement process of LGBT youth - Historical overview in São Paulo and current scenario in Paris**, 2015. Thesis (Ph.D.) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This research analyzes the process of emergence of organized groups of LGBT youth and their engagement. Semi-structured interviews were held with founders and coordinators of LGBT youth groups and field observation with the activities developed by the entities, which allowed discuss and describe: the emergence of such groups, their modes of organization and operation, their struggles themes and forms of action, such as their profile and engagement process. Thus it was possible to trace a historical overview involving the following organizations actives in São Paulo: Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes (Pagla), E-Jovem, XTeens, Jovens e Adolescentes Homossexuais (JA) and Projeto Purpurina; As well as outline the current situation in Paris focusing on the following groups: *MAG - Jeunes LGBT*, *Pôle Jeunesse*, *CONTACT* e *Le Refuge*. These organizations hold meetings, online and off-line, of mutual support aimed at young people, which ranges from 13 to 29 years and cover mainly: self-acceptance, conflicts in the family, with friends, at school, university and work. Groups and young have reservations about the institutional policy (governments, parties, elections, opportunities for participation and social control), for them politics means promoting social change from their everyday lives, which can eventually move by specific claims regarding legislation, policies or public services.

Keywords: youth organizations; engagement (political); Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender (LGBT).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Kimi Tomizaki, pelo acolhimento, orientação e abertura de horizontes nessa longa jornada de doutorado.

Sou grato também à Prof^a. Dr^a. Johanna Siméant por me receber amigavelmente, assim como por suas grandes contribuições ao meu trabalho durante meu período de doutorado-sanduíche em Paris junto ao *Centre européen de sociologie et de science politique de la Sorbonne* (CESSP – *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*).

Não foram poucos os aportes e provocações instigantes durante minhas disciplinas na Faculdade de Educação da USP em particular junto aos/às seguintes professores/as: Denise Trento, Doris Accioly e Silva, Elie Ghanem, Flávia Schilling, Marília de Carvalho, entre outros/as.

Também quero agradecer ao apoio e intercâmbio junto aos/às queridos/as amigos/as dos grupos dos quais puder fazer parte durante meu processo de doutoramento: Grupo de pesquisa em Educação, transmissão intergeracional e política (coordenado pela Prof^a. Dr^a. Kimi Tomizaki / FE-USP) e *Séminaire Mobilisations et Engagements* (MobeE) (autogerido pelos/as doutorandos/as de diversas universidades parisienses em torno do eixo temático mobilização e engajamento).

Sou imensamente grato ao inestimado apoio e presteza oferecidos por toda equipe da Secretaria de Pós-Graduação da FE-USP, em particular por Marcelo de Souza Ribeiro (responsável), assim como os/as seguintes colaboradores/as: Antônio Carlos de Martin, Bruna Pozzi Rufato e Claudia Regina Pires Nunes dentre outros/as.

Fico muito orgulhoso pelo aceite do convite pela composição da minha banca examinadora, que são professores/as e pesquisadores/as que admiro profundamente: Marília Sposito (FE-USP), Julio Assis Simões (FFLCH-USP), Regina Facchini (PAGU-UNICAMP), Ana Maria Fonseca de Almeida (FE-UNICAMP).

Ainda na esfera acadêmica foi fundamental os intercâmbios pessoais e intelectuais com os/as seguintes pesquisadores/as: Ana Cláudia Pilon, Andrea Lacombe, Anna Paula Vencato, Alexandre Rossi, Bruno Puccinelli, Carolina Branco Castro Ferreira, Carlos Eduardo Henning, Divimary Borges, Gabriela Junqueira Calazans, Graziela Schneider, Guilherme Passamani, Isadora Lins França, Íris Morais Araújo, Leandro Oliveira, Maria Socorro Gonçalves Torquato, Sarah Rossetti Machado, San Romanelli Assumpção, Thiago Falcão, Vinícius Zanolí. Esses são alguns nomes dentre outros, que foram de

fundamental importância em momentos cruciais da minha vida pessoal e acadêmica durante o doutorado.

Outros/as amigos/as não poderiam de ser citados como: Ael, Danilo, Deia, Fernando, Glauber, Joana, Joe, Lucas e Moira.

Evidentemente não poderia deixar de fora todo carinho, abertura e contribuição de todas as pessoas que foram entrevistadas nessa pesquisa, fundadores/as e coordenadores/as dos seguintes grupos: PAGLA, E-jovem, XTeens, JA, Projeto Purpurina, *MAG – Jeunes LGBT*, *Pôle Jeunesse*, *CONTACT* e *Le Refuge*.

Não foi pouco o suporte, apoio e companheirismo, que me deu, sobretudo na reta final dessa jornada: Obrigado, Thiago Martins de Magalhães!

À minha família querida, em particular minha mãe, meu pai e minha tia-madrinha.

Não poderia deixar de agradecer ainda o apoio financeiro por meio das bolsas de doutorado no Brasil e no exterior (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE) oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sumário

Siglas	11
Introdução.....	13
Perspectivas teórico-analíticas	21
Metodologia	23
Algumas questões de minha inserção em campo e importantes questões éticas.....	25
Resumo dos capítulos	30
Capítulo I – Dados macrológicos e contextualização do engajamento juvenil; e apresentação de dados sobre a população LGBT.....	33
1.1. Breve contexto de processos macrossociais que influenciam a condição juvenil na contemporaneidade	34
1.2. As respostas de jovens às mudanças macrossociais e suas características no que diz respeito à participação política e engajamento	39
1.3. “Arejando” as noções de engajamento e política	44
1.4. Expectativas sobre o Estado, as “velhas” e “novas” formas de engajamento e seus hibridismos	48
1.5. Pesquisas sobre violência homofóbica e estatísticas sobre LGBT no Brasil e na França ...	56
1.5.1. Voto e participação eleitoral do público LGBT: questões francesas e brasileiras	67
1.5.2. Pesquisa realizada na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2006	69
1.5.3. Pesquisa Veja Especial 45 anos (setembro de 2013).....	77
1.6. Breves considerações acerca deste capítulo.....	82
Capítulo II – Panorama histórico das organizações de jovens LGBT em São Paulo	83
2.1. Breve introdução ao Movimento LGBT brasileiro e francês, e problematização do contexto de emergência de grupos específicos de jovens LGBT	83
2.2. Panorama histórico das organizações de jovens LGBT em São Paulo	91
Pagla – Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes (1997 - 2001).....	91
E-jovem (desde 2001).....	113
XTeens (2002 - 2009).....	137
JA – Jovens e Adolescentes (Homossexuais) (2002 - 2007).....	144
Projeto Purpurina (desde 2006)	152
2.3. Considerações e análises sobre as organizações de jovens LGBT em São Paulo.....	167
Fase online - comunidades virtuais e pseudônimos.....	167
Fase da “vontade de estar juntos/as” - ocupando o espaço público e estruturação das organizações.....	172
Fase do Reconhecimento Público e estratégias de expansão	175
2.4. As organizações <i>de, para</i> e <i>por</i> jovens LGBT: similaridades e diferenças.....	182

Organizações apolíticas, apartidárias e suprapartidárias.....	187
Espaços de participação	188
Capítulo III - O cenário atual em Paris das organizações de jovens em Paris (2015).....	193
<i>Mouvement d’affirmation des jeunes Gais, Lesbiennes, Bi et Trans (MAG Jeunes LGBT)</i>	200
CONTACT France – Diálogo entre pais, lésbicas, gays, bi e trans, suas famílias e amigos/as...209	
<i>Pôle Jeunesse – Centre LGBT de Paris</i>	215
<i>Le Refuge – Agir contra o isolamento dos jovens</i>	222
2.1. Considerações e análises sobre o cenário atual das associações de jovens LGBT em Paris..226	
2.2. Algumas diferenças, similaridades e correlações entre as organizações de jovens LGBT em São Paulo e as associações de jovens LGBT em Paris	238
Cap IV - Problematização do perfil dos/as participantes das organizações de jovens LGBT nas cidades de São Paulo e Paris e processos de engajamento.	249
4.1. Os/as participantes também são engajados/as: o “casamento com o grupo”	251
4.2. Problematização acerca do perfil geral de participantes: faixas etárias, popularização e rotatividade nos grupos organizados	253
4.3. Podemos chamar essas organizações juvenis de LGBT? A grande maioria não são jovens gays na participação e coordenação, logo não seriam grupos gays?	260
4.4. Perfil dos/as jovens coordenadores/as entrevistados/as em São Paulo e Paris	266
4.5. Disposições estruturais, heranças familiares e engajamentos anteriores à organização juvenil – a centralidade da identificação e discriminações por conta de sexualidades menosprezadas.270	
4.6. Itinerários, percursos e trajetórias militantes	275
4.7. Desengajamentos, possibilidades e (re)conversões	282
4.8. Influências da militância nas diversas esferas da vida.....	286
Considerações finais	293
Referências bibliográficas	299
Anexos.....	310
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	310
Roteiro para fundadores/as de grupos de jovens LGBT	311
Roteiro para coordenadores/as de grupos jovens LGBT	313
CARTA DO AROUCHE (E-jovem) – 2013	315
Síntese das questões e demandas do Projeto Purpurina apresentadas à Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - 2013	317
Quadros sobre o perfil dos/as jovens coordenadores/as entrevistados/as em São Paulo e Paris	319

Siglas

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

APOGLBT - Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

CADS - Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual (Prefeitura de São Paulo)

CFM – Conselho Federal de Medicina

Clespala - *Club littéraire et scientifique des pays latins*

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CRD - Centro de Referência da Diversidade (Prefeitura de São Paulo)

DST/Aids – Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids

GPH - Grupo de Pais de Homossexuais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

Insee - *L'Institut national de la statistique et des études économiques*

JA – Jovens e Adolescentes (Homossexuais)

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MAG - *Mouvement d’Affirmation des jeunes lesbiennes, Gais, Bi & Trans*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Pagla - Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes

PC do B - Partido Comunista do Brasil

SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

STF - Supremo Tribunal Federal

TOMC – Tenho Orgulho e Me Cuido (Projeto do JA/APOGLBT)

UE – União Europeia

UJS - União da Juventude Socialista

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivos centrais: analisar e contextualizar o surgimento no seio do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) grupos especificamente voltados ao público jovem. Diante da escassez dos estudos sobre a temática em questão, busco contribuir para uma discussão que, na fronteira entre a sociologia da educação e a sociologia do militância, adense a compreensão sobre as formas de organização, bandeiras de lutas e formas de ação, bem como o perfil e processo de engajamento desses/as jovens em grupos organizados.

Meu interesse e minhas inquietações sobre jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) surgiram inicialmente durante e em decorrência da minha pesquisa de mestrado: *Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia* (DANILIAUSKAS, 2011).

As primeiras inquietações surgiram durante minha participação em uma atividade de uma rede de organizações de jovens LGBT, o E-jovem, que teve lugar em sua antiga sede em Campinas em 2010 e se tratava de uma devolutiva de pesquisa sobre ideações e tentativas de suicídio - um comparativo entre jovens heterossexuais e não-heterossexuais¹, na qual membros da entidade citada fizeram parte da composição da amostra. Os dados foram apresentados pelos/as pesquisadores/as responsáveis e publicados no artigo *Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas* (TEIXEIRA FILHO e RONDINI, 2012).

Sucintamente, o estudo envolveu adolescentes com idade entre 12 e 20 anos, residentes em três municípios do interior Paulista, buscou conhecer as associações entre orientação sexual e ideações e tentativas de suicídio. Segue abaixo os dados amostrais e principais resultados:

¹ Esclareço que durante a tese evito o uso de categorias e caracterizações de públicos e populações pela sua “negativa”, como por exemplo “não-heterossexuais”, mantenho o termo nessa descrição respeitando a nomenclatura utilizada no artigo e estudo em questão sobre ideações e tentativas de suicídio entre jovens (TEIXEIRA FILHO e RONDINI, 2012).

Tabela 1 - Distribuição dos estudantes por gênero, segundo a sexualidade declarada (TEIXEIRA FILHO e RONDINI, p. 658, 2012)

Orientação sexual	Sexo		Total** n (%)
	Masculino n (%)	Feminino n (%)	
Heterossexual	914 (95,4)	1245 (95,0)	2159 (95,2)
Bissexual	15 (1,6)	23 (1,8)	38 (1,7)
Gay	12 (1,3)	0 (0,0)	12 (0,5)
Lésbica	0 (0,0)	11 (0,8)	11 (0,5)
Outros*	17 (1,8)	31(2,4)	48 (2,1)

* (Transexual, recusou-se a definir e não sabe).

** Quatro participantes não declararam seu sexo biológico.

Tabela 2 - Distribuição dos estudantes por variáveis de desfecho, segundo a sexualidade declarada (TEIXEIRA FILHO e RONDINI, p. 659, 2012)

	Orientação Sexual		P
	Heterossexuais n (%)	Não heterossexuais n (%)	
Alguma vez você já pensou em se matar?			0,000*
Sim	444 (20,7)	39 (38,6)	
Não	1.704 (79,3)	62 (61,4)	
Alguma vez você já tentou se matar?			0,000*
Sim	145 (6,8)	21 (19,8)	
Não	2.002 (93,2)	85 (80,2)	
Histórico de violência sexual			0,001*
Sim	214 (12,4)	21 (26,6)	
Não	1.513 (87,6)	58 (73,4)	
Histórico de violência física			0,044
Com contato físico	201 (26,9)	12 (35,3)	
Sem contato físico	495 (66,4)	16 (47,1)	
Com uso de objetos e/ou líquidos	17 (2,3)	2 (5,9)	
Outros	33 (4,4)	4 (11,8)	

* Teste Exato de Fisher

Os resultados apresentados me chamaram a atenção, pois as taxas de ideações e tentativas de suicídio são consideravelmente mais elevadas entre jovens não-heterossexuais, bem como também as taxas de violência física e abuso sexual: o dobro no caso de ideações suicidas e quase o triplo de tentativas de suicídio. Esse mesmo estudo em diálogo com trabalhos similares no exterior sugere que o preconceito, o estigma e a discriminação em relação a sexualidades “não-heterossexuais” contribuem para que esses/as jovens desenvolvam compulsões em relação à comida, abusem do uso de álcool

e drogas; estejam mais expostos a diversos tipos de violência, inclusive sexual; tenham práticas sexuais não-seguras e outros comportamentos autodestrutivos e de risco.

No entanto, ao observar a reação daqueles/as adolescentes e jovens recebendo os resultados do estudo, pude notar que não se mostraram em nada assustados/as, ao contrário, acenavam com a cabeça concordando e contando casos que corroboravam com os dados. Tive a impressão que fui eu quem saí mais inquieto daquele encontro. Ao fim da atividade comecei a conversar com alguns/mas jovens e um garoto gay me relatou que era atormentado por pensamentos suicidas, mas desde que começara a frequentar o E-Jovem tinha feito amigos/as, se sentia parte de “alguma coisa maior”, e que aos poucos “já não pensava mais em fazer besteira”.

Contei que estava fazendo uma pesquisa sobre políticas educacionais relacionadas às pessoas LGBT e ele me disse que era uma boa coisa e que os/as jovens LGBT realmente estão precisando ter mais tranquilidade na escola, então ele sacou um cartão do bolso e me emprestou. Li atentamente o que estava escrito e era uma campanha de um canal de denúncias de discriminação contra pessoas LGBT promovido e distribuído pela Prefeitura de Campinas.

O garoto seguiu contando, todo orgulhoso, que vivia sendo xingado por uma professora: “bichinha”, “viadinho”, “vira homem”, e que aquilo já havia se transformado em perseguição, prejudicando as suas notas, a relação com seus/suas colegas de classe, além de lhe causar problemas familiares por conta das queixas escolares. Então, um dia na reunião do E-Jovem ele recebeu aquele cartão e foi informado que discriminação contra pessoas LGBT tratava-se de um comportamento recriminável e passível de punição, portanto ele poderia realizar uma denúncia.

Prosseguindo com a história, ele contou que não aguentava mais as humilhações cotidianas pela professora e no meio de aula levantou, mostrou o cartão para ela e disse que se continuasse perseguindo-o, que ele iria denunciá-la. Concluindo, o jovem relatou que nunca mais havia tido problemas com essa professora, que passou a se sentir mais respeitado pelo/as colegas e que sua relação com a família tornou-se menos conflituosa em decorrência da ausência de problemas escolares.

A minha visita a esse grupo de jovens, os resultados da devolutiva e o relato do garoto me deixaram mais sensível à questão dos modos como essas organizações influenciavam a vida dos jovens LGBT, dando acesso à informações sobre seus direitos, criando um sentimento de pertencimento, segurança, acolhimento, bem como sobre aqueles/as jovens, eles/as próprios/as, estavam lidando com a questão de superação de

situações de discriminação, de forma coletiva, inseridos/as em um organização que pensava a discriminação não como um problema individual, mas como de uma coletividade - uma questão social e política.

Outras inquietações surgiram ainda a partir de um caso de minha pesquisa de mestrado, decorrentes de algumas entrevistas e observações. Durante uma entrevista com um professor universitário responsável pela idealização e execução de um curso de capacitação de professores da rede pública voltado à superação da homofobia, me foram relatados dois aspectos importantes dessa intervenção junto às instituições de ensino: nas escolas em que haviam jovens LGBT assumidos/as era mais fácil realizar o projeto, seja porque a escola já estava mais sensível ao tema e precisava pragmaticamente lidar com a situação, seja porque os/as jovens LGBT assumidos/as, de diferentes maneiras e intensidades, acabavam cobrando e agindo no sentido de encontrar um espaço digno de convivência com seus colegas, professores/as e funcionários/as. Além disso, esse profissional também relatou que, embora houvesse uma demanda por parte de alunos/as LGBT em participar das diferentes capacitações oferecidas, essa demanda sempre foi recusada pela Secretaria de Educação sob a alegação que tal atividade era voltada exclusivamente para professores/as, apesar de existirem vagas ociosas.

Outra situação ocorrida durante o meu mestrado, foi uma entrevista realizada com um gestor público do Governo Federal, que relatou só ter conseguido garantir a continuidade dos cursos de capacitação de educadores/as para a superação da homofobia – e seu respectivo financiamento, desde que os/as alunos/as não pudessem participar e não recebessem nenhum tipo de material a respeito, e que essa era uma condição, negociada a duras penas, com grupos religiosos organizados que estavam dispostos a boicotar politicamente o projeto articulados juntos a técnicos/as e gestores/as considerados conservadores/as em relação à abordagem do tema sexualidade na escola.

Tempos depois assistimos o grande debate em torno do boicote por parte de grupos religiosos, orquestrado por determinadas lideranças políticas e religiosas, em relação ao projeto “*Escola Sem Homofobia*”, que ficou conhecido na mídia e de forma pejorativa como “kit gay”, que abordaria o tema da diversidade sexual e do preconceito junto a professores/as. O projeto era de suma importância visto que alcançaria uma escala inédita de educadores/as envolvidos/as nas mais diversas localidades do país e ainda, e talvez o ponto mais sensível, é que esta política iria lidar diretamente com os/as estudantes. Por fim, tal política foi oficialmente vetada pela Presidenta Dilma Rousseff em 2011, sob a alegação da mesma de que: “*O governo defende a educação e também a*

luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”.

Com base nesses casos pontuais é possível observar que há uma enorme resistência por parte do poder público em estabelecer um diálogo direto com os/as jovens LGBT, assim como estudantes de um modo geral sobre questões relacionadas à sexualidade, identidade sexual, homofobia, heteronormalidade.

O que pude observar também em minha pesquisa e observações de mestrado na qual analisei políticas públicas LGBT desenvolvidas pelo Governo Federal no âmbito dos Direitos Humanos e Educação entre 2002 e 2010, que nesse período havia uma “aposta” em um modelo de gestão política com base na participação e controle social por meio de conferências nacionais; na criação de espaços e instituições de diálogo com a sociedade civil junto a ministérios e secretarias; com a participação de movimentos sociais na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de tais políticas. No entanto, era visível a baixa participação de jovens nesses espaços de debate. (DANILIAUSKAS, 2009, 2010a, 2010b, 2011).

Ora, se jovens LGBT não conseguem participar da construção de políticas públicas que os/as afetam diretamente nem da elaboração dos materiais produzidos e tão pouco contribuir com depoimentos sobre suas dificuldades e necessidades; não são ouvidos/as em suas críticas e sugestões e, ainda por cima, há resistências internas no próprio governo, boicotes por grupos religiosos e receio por parte de educadores/as sobre esse tipo de formação, como tais políticas poderiam ser implementadas com sucesso no combate ao preconceito e discriminação junto aos/às jovens LGBT?

Por conta de as políticas analisadas apresentarem imensas dificuldades de serem levadas a cabo, as minhas perguntas iniciais e norteadoras da pesquisa de doutoramento foram: como no seu dia-a-dia esses/as jovens LGBT lidam com suas sexualidades menosprezadas²? Inclusive na escola, diagnosticada como um ambiente heterossexista ou homofóbico³? Além da escola, em que outros espaços essa juventude LGBT atua? Qual

² Nancy Fraser faz referência a sexualidades menosprezadas, ou seja, em uma sociedade heterossexista, na qual somente esta possibilidade sexual é considerada legítima, qualquer outra forma de sexualidade é inferiorizada e desqualificada, com impactos na ordem econômica, social, cultural e política (FRASER e HONNETH, 2003; FRASER 2008, 2009).

³ Utilizo os termos heterossexista ou homofóbico como sinônimos, considerando: [...] um sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada como normal social, política, econômica e jurídica, não importa se de modo explícito ou implícito. Uma vez institucionalizado, o heterossexismo manifesta-se em instituições culturais e organizações burocráticas, tais como a linguagem e o sistema jurídico. Daí advém, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adequam a tal parâmetro e de outro, opressão e

tem sido o seu papel, como atuam e quais as principais bandeiras das organizações de jovens LGBT? (ABRAMOVAY e CASTRO, 2004; JUNQUEIRA, 2009; LIONÇO e DINIZ, 2009; REPROLATINA, 2011).

A partir desses interesses e inquietações apresentados, realizei um levantamento inicial da literatura sobre juventude, por meio do *Estado da Arte sobre Juventude na Pós-graduação brasileira*⁴, coordenado por Marília Pontes Sposito (2009a e 2009b), no qual destaco dois excertos:

[...] ainda persiste a ausência de estudos sobre as expressões coletivas juvenis LGBTT, de segmentos feminino, religiosos – de diferentes confissões, socioambientais, rurais ou do campo, indígenas, das múltiplas comunidades virtuais, entre outros. (SPOSITO, Marília, 2009b, p. 162)

[...] temas ligados à própria ideia da ação juvenil na esfera pública, na interação com as denominadas políticas públicas ou políticas sociais desenvolvidas por governos, muitas das quais em parceria com a sociedade civil, também ampliam a esfera de preocupações nos estudos sobre as relações dos jovens com o mundo da política, estando presentes no atual balanço, ainda que de forma bastante incipiente. (SPOSITO, Marília, 2009b, p. 176)

Com base nessas considerações constata-se que há poucos trabalhos acadêmicos que assumem como objeto a ação política de jovens, em especial jovens LGBT e as organizações nas quais estão engajados/as, o que foi corroborado pela revisão bibliográfica mais aprofundada e específica sobre o tema⁵.

Novas questões foram surgindo a partir da revisão bibliográfica: qual é a realidade dessas organizações de jovens LGBT? Qual seu contexto de emergência desses grupos? Quais suas configurações e bandeiras de ação coletiva? Qual a relação delas com a esfera pública?

Com esse grande leque de questões é que prossegui na revisão bibliográfica e leituras específicas e, ao mesmo tempo, iniciei o processo de constituição do meu campo de pesquisa. Embora não se ignore o fato de que existem várias possibilidades de encontros juvenis desde as mais fluidas e espontâneas - que garantem espaços de sociabilidade LGBT a outras mais controladas por adultos/as como secretarias ou

prejuízos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e até mesmo a heterossexuais que porventura se afastem do padrão da heterossexualidade imposto (RIOS, p. 62-63, 2009).

⁴ Este trabalho leva em conta a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em educação, sociologia, antropologia, ciência política e assistência social no período de 1999-2006.

⁵ Ainda com base no Estado da Arte citado (SPOSITO, 2009b) foram levantados apenas dois mestrados que abordam a questão do heterossexismo e juventude (LOIOLA, 2001; STEIBEL, 1999), mas nenhum dentre eles aborda a perspectiva da análise de formas organizativas, ações coletivas e processos de engajamento de jovens LGBT.

setoriais de determinados partidos ou sindicatos; ou grupos universitários LGBT, nessa pesquisa optei pelo estudo e análise de **grupos de, para e por jovens LGBT**, ou seja, a iniciativa de criação da organização teve que ao menos que partir *de* demandas juvenis; a sua temática e foco de atuação são voltadas *para* esses/as jovens e em alguma medida o funcionamento das mesmas e suas ações são levadas a cabo *por* jovens LGBT.

Assim foi possível traçar um panorama histórico envolvendo as seguintes organizações atuantes na cidade de São Paulo: **Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes (PAGLA), E-jovem, XTeens, Jovens e Adolescente Homossexuais (JA) e Projeto Purpurina**; e por conta do estágio no exterior, uma bolsa-sanduiche, também pude traçar o cenário atual em Paris das principais entidades de jovens LGBT em funcionamento atualmente: **MAG – Jeunes LGBT, Pôle Jeunesse, CONTACT e Le Refuge**.

Em São Paulo, as organizações ainda atuantes *de, para e por* jovens são somente a rede **E-jovem e o Grupo Purpurina**, mas ao longo da investigação pude, por meio da rede de contatos criada nas entidades citadas, encontrar membros de outros grupos que já encerraram suas atividades, mas almejavam formar de fato uma organização de jovens LGBT e tiveram uma destacada influência sobre as atuais formações organizativas, trata-se do Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes (Pagla) – aparentemente o primeiro grupo jovem LGBT a ser criado em São Paulo, o XTeens e o Jovens e Adolescentes Homossexuais (JA), este foi um subgrupo ligado à Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOGLBT), responsável por organizar o evento anual nesta cidade.

No caso parisiense, de acordo com a literatura e com o *Centre LGBT de Paris* [Centro LGBT de Paris], associação responsável por agregar todas as outras associações da região parisiense e que chamarei neste trabalho mais comumente de Centro LGBT, acrescido das entrevistas realizadas e também por meio do contato com a *Interassociative lesbienne, gay, bi et trans* [Interassociativa lésbica, gay, bi e trans – ou simplesmente Inter-LGBT], também responsável por organizar a *Marche des fiertés* [Parada do Orgulho LGBT de Paris], verifiquei que também há uma variedade de espaços e grupos nos quais jovens participam, *de, para e por* jovens entre elas: o *Mouvement d'affirmation des jeunes gais, lesbiennes, bi et trans* [Movimento de Afirmação de jovens gays, lésbicas, bi e trans], mais conhecido como *MAG Jeunes LGBT* ou somente *MAG*, o *Pôle Jeunesse* [Polo Juventude] ligado ao Centro LGBT de Paris e a rede *CONTACT*, uma rede voltada ao acolhimento não só de jovens, mas que promove o convívio destes/as também com pais e mães de jovens LGBT. Ainda, apesar de não ser uma associação *stricto sensu* juvenil,

me foi recomendado conversar com uma entidade que se chama *Le Refuge* [O Refúgio], que tem o seu trabalho voltado ao acolhimento de jovens LGBT expulsos/as de suas casas por suas famílias.

Esse estudo em grandes linhas é um entrecruzamento que coloca em discussão questões relacionadas à juventude, movimentos sociais, engajamento político, sexualidade (LGBT) e processos educativos, sobretudo aqueles que ocorrem em função do engajamento nas diferentes organizações, portanto, processos de ressocialização em relação à socialização primária, ocorrida no âmbito da família, principalmente. Teoricamente e analiticamente, cada uma dessas temáticas são “mundos”, com seus próprios referenciais e objetos de investigação, logo foi um desafio realizar a seleção dos instrumentos teóricos e empíricos que dessem conta de criar “pontos de contato” entre essas diferentes temáticas de forma satisfatória e coerente, considerando ainda que não existe amplos estudos sobre grupos organizados LGBT juvenis na literatura brasileira nem na francesa.

Perspectivas teórico-analíticas

Essa pesquisa trata: a) do desenvolvimento e organização de grupos jovens LGBT em São Paulo e Paris; b) dos processos de engajamento e as “modalidades” de militância de jovens LGBT, que aqui serão tratados enquanto processo de politização – formação política e (re)socialização ou socialização secundária, por meio dos quais esses/as jovens resignificam seus valores e comportamentos formados na socialização primária, sobretudo no âmbito da família.

Para conceber essa tese, sua metodologia e análise dos dados coletados, realizo um diálogo, portanto entre a sociologia da educação e a sociologia do engajamento, ou seja, o campo de estudos que assume por objeto “*toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa*” (SAWICKI e SIMÉANT, p. 201, 2011). Por outro lado, dado que se trata de uma pesquisa sobre jovens, também dialogamos com a produção recente sobre as transformações nas características e tendências de “novas” formas de militância de jovens na contemporaneidade, sem abdicar de construir sua relação com “velhos” modos de organização e engajamentos (BECQUET, 2014 ; BECQUET e DE LINARES, 2005; KRISCHKE, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b; RICHEZ, 2005; SINGER, 2011), incluindo diálogos e heranças com o Movimento LGBT “adulto” – o qual me refiro ao longo da tese como Movimento LGBT “adulto” ou “tradicional” (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005, 2009; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MacRae, 1990; PREAPRO, 2014, 2015; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Além disso, as contribuições fornecidas pelo netavismo: que propõe pensar a comunicação para além do repasse de informações e da mídia como mero veículo, mas explorar a função social da mídia e seus impactos nos processos de transformação dos significados e das práticas de participação; e na emergência de novos sujeitos, formas de interação e dinâmicas sociais (DI FELICE, 2012a e 2012b), que em alguma medida é exemplificada pela perspectiva, na qual ambientes *offline* (“presenciais”) e *online* (“virtuais”) são suplementares e exercem importante influência na subjetivação de experiências de identificação e sociabilidade LGBT (NUSSBAUMER, 2008), tal como nos processos de engajamento.

Por fim, foi incontornável a discussão em torno das especificidades das experiências juvenis marcadas pela situação LGBT, ou de uma maneira mais ampla vivências marcadas por determinadas sexualidades. Portanto, tratava-se, de um lado, de

discutir a situação de jovens LGBT sua transformação em ação coletiva (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005, 2009; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MacRae, 1990; PREAPRO, 2014, 2015; SIMÕES e FACCHINI, 2009; WEEKS, 2003). De outro, contribuir para a compreensão de certos contornos da condição juvenil com uma etapa de vida específica e os significados que são atribuídos a essa fase da vida. (ABRAMO, 2011; SPOSITO, 2003⁶).

Para tanto, as descrições, análises e correlações entre grupos organizações de jovens LGBT e o processo de engajamento de seus/suas militantes perpassam três diferentes níveis analíticos, estando estes refletidos na estrutura dos capítulos dessa tese: macrológico – transformações sociais, econômicas, culturais e políticas; mesológico – os grupos, organizações, seu funcionamento e ações; micrológico – os/as jovens engajados/as e suas interações em relação aos níveis citados) (SAWICKI e SIMÉANT, 2011).

⁶ Distinção entre as categorias de *situação* e *condição* juvenil realizadas a partir de reflexões em diálogo com o trabalho de ABAD (2003).

Metodologia

Essa tese está pautada em uma abordagem predominantemente qualitativa de pesquisa⁷ que privilegia como técnicas: a observação e participação nas organizações juvenis LGBT e em seus eventos e manifestações públicas⁸; tal como em entrevistas semi-estruturadas junto aos membros desses grupos em São Paulo e em Paris. No Brasil, realizei entrevistas com fundadores/as dos grupos organizados e em ambos países com jovens coordenadores/as; além da análise de outros materiais publicados na Internet ou impressos.

Para compor o histórico de grupos juvenis que encerraram suas atividades pude falar com colaborador do Pagla, o fundador do XTeens e no que diz respeito ao Jovens e Adolescentes Homossexuais (JA) também foi possível encontrar e entrevistar seu fundador, assim como um de seus coordenadores.

No que tange ao E-Jovem, pude falar com seu fundador e com sua atual presidente, sendo que aquele chegou a ter algum contato com as organizações anteriores. Além disso, foram entrevistados/as mais cinco coordenadores/as da rede.

⁷Apesar da abordagem predominante qualitativa, a investigação permitiu produzir alguns dados quantitativos e outras pesquisas, fontes indiretas, foram usadas para discutir juventude, engajamento e questões LGBT ao longo da tese.

⁸ Minha pesquisa de campo no Brasil se deu de 2012 a 2014 no qual participei de atividades: do Projeto Purpurina: encontros regulares, Cine Purpurina e festa do Dia das Mães e festa de Natal; no E-jovem participei de uma aula *Drag Queen* do projeto Escola Jovem LGBT em Campinas, bem como de reuniões do Fórum Paulista da Juventude LGBT na cidade de São Paulo. Ainda em São Paulo, tive a oportunidade de acompanhar três manifestações: Pela aprovação do PLC 122 – por um Brasil sem discriminações e pela criminalização da homofobia (organizada com apoio do E-jovem realizada em São Paulo em dezembro de 2013); Manifestação Caso Kaike – ato público para a apuração de um possível caso de homofobia que levou a morte de um jovem gay na cidade de São Paulo, realizada em janeiro de 2014, no qual houve alguma participação e divulgação pelo E-jovem; Me deixem fazer xixi em paz! – uma manifestação autônoma, ocorrida no Shopping Center 3 por conta que seguranças proibiram o uso do banheiro feminino por travestis e transexuais. Em Paris meu campo se deu de janeiro a maio de 2015, no qual acompanhei os encontros regulares do *MAG* e da *CONTACT*, bem como suas intervenções de combate à homofobia em escolas; no *Pôle Jeunesse* acompanhei suas atividades regulares, bem como um piquenique para celebrar o Dia Internacional de Combate à Homofobia em maio de 2015; e no *Le Refuge* houve somente uma visita ao escritório de Paris. Pude participar em duas manifestações públicas nas quais *MAG* e *CONTACT* estavam envolvidas em alguma medida na organização e divulgação: Manifestação em comemoração dos 40 anos da liberação do aborto em janeiro de 2015; e Manifestação pelo Dia Mundial das Mulheres em março de 2015.

Sobre o Grupo Purpurina, foi entrevistada a sua fundadora, assim bem como cinco outros coordenadores/as.

Em Paris, no *MAG* pude entrevistar três pessoas em diferentes postos-chave: um co-presidente; uma responsável por coordenar intervenções nas escolas e também uma das responsáveis pelo *Cercle B* [Círculo B], o núcleo de bissexuais da associação; e com um responsável pelo setor de acolhimento de novos membros, pela elaboração dos balanços anuais da atividade e *webmaster*.

No *Pôle Jeunesse*, foi entrevistado o seu único coordenador existente naquele momento.

Em relação à rede *CONTACT*, foi entrevistado um de seus responsáveis e também coordenador da área de intervenção nas escolas.

Sobre o *Le Refuge*, obtive uma entrevista com uma funcionária, assalariada, que respondia pelas relações públicas da entidade.

Finalmente, um pesquisador na área de Ciências Políticas sobre o Movimento LGBT, Prof^o Dr^o Massimo Prearo também foi entrevistado com o intuito de problematizar e esclarecer o contexto LGBT francês, parisiense e fornecer pistas sobre a emergência de organizações exclusivamente juvenis LGBT. Contribuições sobre instituições e órgãos LGBT na França foram fornecidas pelo Prof^o Dr^o Guillaume Marché.

Algumas questões de minha inserção em campo e importantes questões éticas

Um dos primeiros desafios ao iniciar essa pesquisa foi conseguir realizar o levantamento e mapeamento das entidades de jovens LGBT em São Paulo e Paris, uma vez que diante da ausência de trabalhos sobre o tema, muitas vezes dependi tão somente da memória de pessoas que conheceram ou participaram desses grupos. Felizmente, essas dificuldades foram superadas graças ao apoio dessa rede de informantes.

Outro desafio foi efetivamente realizar as entrevistas, marcar encontros com os/as jovens, extremamente atarefados/as, mas apesar dos diversos “desencontros” pude conversar detalhadamente com a maioria das pessoas selecionadas.

Como foi dito anteriormente, a falta de material sobre as ações e atividades dos grupos, tanto existentes quanto aqueles que já deixaram de existir, limitou o acesso a algumas informações, o que foi, em partes, compensando pelos esforços de entrevistados/as que conseguiram fornecer documentos impressos e da Internet, que foram de suma importância para entender contextos, fatos, nomes, ações e desdobramentos dos movimentos em questão.

Ainda no que diz respeito à aproximação dos grupos, pode-se dizer que a situação mais delicada de todas foi a minha idade, por estar acima dos 30 anos de idade eu já não me enquadrava no perfil de participação de praticamente nenhuma das organizações, dito de outra forma, nenhum grupo estudado me considerava jovem, e assim minha entrada em campo teve que ser negociada caso a caso.

Embora como pesquisador, minha presença foi objeto de discussão porque se tratava da presença de um adulto nas atividades das organizações juvenis com faixas de participação restritas e pela minha intenção de contato direto com os/as jovens para a realização das entrevistas. Assim, uma série de recomendações e ponderações tanto sobre a minha influência como justificativas de evitar a presença de “adultos/as” nas atividades foram apresentadas: a) alguém “mais velho/a” pode quebrar a dinâmica e o elo do trabalho exclusivo entre pares – os/as jovens, podendo “quebrar a confiança instaurada entre o grupo”, o sigilo, a confidencialidade e inibindo-os/as para conversar livremente; b) pessoas mais velhas, de acordo com experiências passadas nas organizações, tendem a intervir excessivamente nas discussões e “dar lições de moral” ou “lições de suas experiências”- alguma medida “monopolizando” os debates a partir de um discurso de “legitimidade da experiência vivida”, impondo suas visões e rompendo com o processo de construção e elaboração das identidades, experiências, conflitos dos/as jovens que estão ali presentes, nas quais não se busca dar respostas ou soluções fechadas/definitivas,

mas é um caminho de intercâmbio, apoio mútuo, na qual cada membro em diálogo com outros desenvolvem suas próprias estratégias de acordo com o contexto e situações pelas quais estão passando; c) receio de que pessoas mais velhas busquem participar de grupos de jovens com o intuito exclusivo de “paquerar os/as novinhos/as”; e d) abrir exceção para minha participação, poderia criar precedentes para que outros/as adultos/as se sentissem à vontade de frequentar as atividades das entidades juvenis.

No caso do Grupo Purpurina, primeiro tive que passar pelo crivo da presidente, depois do restante do grupo de adultos/as que acompanhavam e me observavam boa parte do tempo, para então minha participação ser avaliada conjuntamente pelos/as coordenadores/as, os/as quais não se opuseram, mas me informaram que qualquer conduta que desagradasse o coletivo, me seria notificada.

Já no caso do *MAG*, antes mesmo de solicitar a bolsa-sanduiche, enviei um email explicando que eu era um estudante brasileiro, contei meus objetivos de pesquisa e deixei claro que seria por um período delimitado de tempo, cinco meses em Paris. Um dos presidentes, após conversar com outros membros, autorizou minha participação, mas no momento em que me apresentei no grupo, o responsável que havia me autorizado estava afastado temporariamente de suas funções e um dos co-presidentes se opôs abertamente à minha permanência nas atividades. Após muito diálogo com outros membros que haviam simpatizado comigo e que se lembravam de minha solicitação, pois levei uma cópia do email, explicando que havia me comprometido com minha agência de fomento de analisar aquele grupo, eles abriram uma exceção, mas também com uma série de considerações e ressalvas, que foram completamente superadas ao longo do tempo.

Antes de prosseguir, é importante contextualizar como a análise dos grupos organizados em Paris entraram nessa pesquisa. Durante meu doutoramento, realizei um estágio no exterior na capital francesa, financiado pelo Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior (PDSE) – CAPES, no período de janeiro a maio de 2015, junto ao *Centre européen de sociologie et de science politique de la Sorbonne* (CESSP-Paris) [Centro Europeu de Sociologia e de Ciência Política da Sorbonne da Universidade de Paris-Panthéon-Sorbonne / Universidade Paris I] sob a supervisão da Prof^a Dr^a Joahanna Siméant. Inicialmente, os objetivos do estágio eram: enriquecer minha literatura estrangeira a respeito da Sociologia do Engajamento; discutir os dados coletados no Brasil com minha supervisora e com o grupo de pesquisa que me acolheu no exterior; bem como realizar um exercício de alteridade a partir do acompanhamento das atividades das associações juvenis LGBT parisienses, no sentido de ter outros prismas e parâmetros para

propiciar um olhar mais distante em relação à realidade de São Paulo. Entretanto, com o avanço da participação, observação e entrevistas junto às organizações e seus membros em Paris, assim como a constatação de que lá também há pouca produção acadêmica sobre as mesmas, decidi incorporá-las no escopo dessa tese.

No que diz aos *Padrões éticos na pesquisa em educação* (FE-USP), me apresentei enquanto pesquisador aos grupos, expliquei os objetivos do meu trabalho para seus/suas responsáveis, os membros das organizações também foram informados/as sobre minha presença. Todas as entrevistas realizadas, em São Paulo, foram precedidas da apresentação e assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE), de acordo com os padrões e princípios apresentados por aquele documento. Uma vez a pesquisa concluída e a tese defendida, me comprometi a enviar uma cópia e caso desejassem eu poderia realizar uma devolutiva dos resultados e análises aos grupos organizados e seus/suas participantes.

No caso de Paris, segundo as orientações de minha supervisora, Prof^a Dr^a Johanna Siméant (Sorbonne/Paris I), o TLCE não é necessário na França, inclusive há uma forte crítica desse modelo no país, considerado importado das ciências biomédicas e farmacêuticas e não condiz com a realidade de pesquisas em Ciências Sociais e Humanas.

De acordo com a discussão que pude ter com minha supervisora Siméant, no campo de pesquisa no qual ela atua, acredita-se que questões éticas devem partir do acordo com o/a pesquisador/a e grupos analisados, discutidos no processo de orientação e por fim, analisados pela banca final da tese. Inclusive, fui desestimulado a aplicar o TLCE nos casos de estudo em Paris, pois as pessoas não têm o costume de fazê-lo, o que poderia inclusive intimidar ou gerar um sentimento de insegurança e exposição junto aos/às entrevistados/as.

A questão do TLCE de fato impôs certas limitações, pois por conta dele, tive que excluir a possibilidade de entrevistas com jovens menores de idade legal, pois muitos deles/as, apesar de serem ativistas, terem papel bastante proeminente no grupo, inclusive em manifestações públicas, não poderiam por conta de sua sexualidade menosprezada ser expostos à um TLCE assinado por suas famílias, o que me obrigou a excluí-los/as, pois eu não poderia prejudicar seu trabalho na entidade nem os/as expor em suas vidas pessoais, familiares e até profissionais. Por outro lado, me parecia um contrassenso, um sujeito, militante, uma figura pública, não ter autonomia de poder assinar o TLCE, mesmo preservando seu anonimato, sem autorização prévia de seus/suas responsáveis.

Apesar de estar trazendo relatos e limitações de pesquisa, acredito ser importante que no Brasil, possamos repensar coletivamente nos fóruns apropriados essa prática do TLCE, seja junto às crianças e adolescentes nas escolas, seja junto a populações estigmatizadas ou marginalizadas como LGBT. Não possuo uma solução concreta para o problema, mas algumas reflexões como as realizadas por minha supervisora na França podem servir para futuras problematizações, reflexões, adaptações e encaminhamentos, tais como: incorporar a questão ética no próprio processo de produção, elaboração e avaliação das pesquisas acadêmicas, sem criar “amarras” que, no limite, podem impedir o desenvolvimento de pesquisas sobre determinados grupos sociais e etários.

A obra *LGBT Youth in America's School* de Jason Cianciotto e Sean Cahill, que além de discutir as questões de jovens LGBT nas escolas estado-unidenses, traz interessantes reflexões sobre as lacunas em relação às pesquisas com jovens LGBT, incluindo menores de idades legais (CIANCIOTTO & CAHILL, 2012). Primeiramente, os autores apontam algumas questões ligadas à necessidade de permissão de que pais, mães ou responsáveis sejam obrigados a assinarem os termos de consentimento - o que prejudica o aprofundamento do conhecimento sobre essa população, sobretudo os menores de idade legal. Alguns estados dos Estados Unidos permitem *surveys* voluntários, mas as pessoas que se candidatam são muito poucas, o que não permite que se construa uma amostra real dependendo da temática, mesmo quando é garantido o anonimato – pois tanto adultos/as quando jovens LGBT demonstram receio de exposição pública de suas identidades por conta de suas sexualidades estigmatizadas (CIANCIOTTO & CAHILL, 2012).

Como alternativa, para contornar parcialmente esse problema, os autores encontraram uma possibilidade por meio da lei federal do país, que desobriga a assinatura do TLCE por responsáveis no caso que a autorização em relação a uma temática tratada possa causar a exposição de menores de idade legal, ferindo sua integridade ou publicizando sua privacidade junto às famílias (CIANCIOTTO & CAHILL, 2012).

Algumas outras lacunas apontadas no contexto estado-unidense - mas que também poderiam ser encontradas nos contextos brasileiro e francês são: poucas pesquisas oficiais incluem o recorte de orientação sexual e identidade de gênero; há poucos estudos sobre pessoas transgêneras e indígenas LGBT estadunidenses, assim como a relação entre questões étnicas e sexualidade - negros, asiáticos, latinos; há falta de interesse de pesquisas nacionais e falta de bolsas de pesquisa para essas áreas; nas poucas pesquisas

nacionais que a temática é abordada ainda não há um consenso sobre termos e expressões utilizadas para se referir à orientação sexual e identidade de gênero, o que faz com que as respostas não sejam “exatas”, dito de outra forma, os resultados não condizem com as perspectivas e práticas dos/as entrevistados/as. Finalmente, por conta da discriminação, existem acadêmicos/as que têm receio de expor seus trabalhos sobre sexualidade em seus currículos (CIANCIOTTO & CAHILL, 2012).

O ideal para avançar no conhecimento dessas populações é aliar pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo, mas pelo déficit daquelas, são principalmente as abordagens qualitativas que têm permitido avançar nesse campo de pesquisa, inclusive permitindo um aprofundamento em determinados assuntos, sobretudo processos, dinâmicas, que seriam difíceis de serem compreendidas e analisadas por meio de estudos exclusivamente quantitativos (CIANCIOTTO & CAHILL, 2012).

Uma última lacuna apontada, é a quase ausência de pesquisas longitudinais, tanto acompanhando a vida de adolescentes LGBT até suas vidas adultas, assim como outras formas de pesquisa, *trend studies* - que realizam estudos de um mesmo recorte amostral, mas em diferentes momentos ao longo do tempo (CIANCIOTTO & CAHILL, 2012).

Para finalizar essa breve discussão sobre o Tema de Livre Consentimento Esclarecido, durante um evento entre o Governo do Estado de São Paulo, mais em particular organizado entre a rede E-Jovem com organizações do interior do Estado com o Departamento Estadual de DST/Aids, foi levantado tanto por jovens participantes, quanto por técnicos/as que as limitações do TLCE criam dificuldade em compreender os comportamentos sexuais de jovens, assim como esses são afetados e lidam com questões ligadas à DST/Aids, por exemplo. O que tem levado à solicitação, e aprovação em alguns poucos casos, de TLCEs diferenciados do Ministério da Saúde, reduzindo a faixa etária de pesquisa para 16 anos, mas o que ainda é insuficiente, dado que o número de jovens que contraem DST/Aids tem crescido também entre jovens/adolescentes abaixo dessa idade.

É inegável que as pessoas pesquisadas necessitam de algum tipo de segurança, apoio e proteção, mas temos que refletir a forma mais adequada de fazê-lo sem impedir os avanços da produção científica.

Resumo dos capítulos

Apesar da tese estar dividida em três principais níveis analíticos: macrológico – contextos sociais, políticos e econômicos mais amplos; mesológico – as organizações, suas formas de funcionamento, sustentação financeira, ações e atividades; e micrológicos, os indivíduos, os/as jovens LGBT engajados/as e sua interação entre si e as outros níveis, procurei a todo momento correlacioná-los e mostrar suas entrelaçar suas dinâmicas mútuas ao longo deste trabalho.

No *Capítulo I - Dados macrossociológicos e contextualização do engajamento juvenil; e apresentação de dados sobre a população LGBT*, faço uma contextualização na qual a juventude brasileira e francesa na contemporaneidade são socializadas em meio a uma “crise social, econômica e política” e suas características em termos de transformações, novas respostas e possibilidades políticas e de engajamento, considerando suas relações, heranças e experimentações quanto a “velhas” formas de organização e de ação no que tange a política institucional-tradicional. A partir desses dados, muitos deles quantitativos e suas análises, os correlaciono aos processos específicos no que diz respeito aos problemas, demandas e bandeiras de luta de jovens LGBT e suas organizações, também a partir de fontes secundárias de pesquisa voltadas ao público LGBT, no qual busco extrair dados mais específicos sobre os/as jovens LGBT.

O *Capítulo II – Panorama histórico das organizações de jovens LGBT em São Paulo*, se trata da reconstrução e contextualização histórica do surgimento de grupos organizados juvenis LGBT, bem como realizo adensamentos analíticos por meio de sínteses das principais questões por meio de uma periodização do desenvolvimento e transformações das mesmas ao longo do tempo.

No que diz respeito ao *Capítulo III - O cenário atual em Paris das organizações de jovens em Paris (2015)*, a partir da constatação das lacunas de produção de conhecimento acadêmico sobre associações juvenis LGBT na cidade em questão, efetuo uma descrição cotejada por análises, dos contextos e motivações de criação das entidades e redes atuantes na capital francesa que tem como público alvo jovens LGBT, bem como utilizo essa realizada em um exercício de alteridade, correlacionando, traçando paralelos entre as organizações juvenis LGBT em São Paulo e as associações de jovens LGBT em Paris, destacando suas similaridades e diferenças em termos de formas organizativas, modos de ação, sustentação financeira e relação com a política tradicional-institucional.

Finalmente, no Capítulo IV - *Problematização do perfil dos/as participantes das organizações de jovens LGBT nas cidades de São Paulo e Paris e processos de engajamento*, trago descrições e análise em relação ao perfil geral dos/as jovens engajados/as, bem como mais particularmente discussões e aprofundamentos em relação ao perfil de jovens militantes ocupantes de cargos de responsabilidade, na qual demonstro que a questão central que os/as une, não são suas heranças e estruturas sociais, econômicas, educacionais e profissionais, senão a centralidade do lugar de uma sexualidade menosprezada socialmente e politicamente, mas como tais elementos são mobilizados na formação de laços de amizade nos seios dos grupos, bem como na ocupação de determinados cargos de responsabilidade. Por fim, apresento as principais influências e aprendizados do trabalho militante nas diversas esferas da vida de jovens militantes LGBT como na família, escola/faculdade, trabalho, aquisição de habilidades, tal como em seus percursos educacionais e profissionais.

Capítulo I – Dados macrológicos e contextualização do engajamento juvenil; e apresentação de dados sobre a população LGBT

O objetivo central desse capítulo é realizar uma discussão que relacione dados macrossociais sobre a população LGBT em geral e mais particularmente sobre esta juventude, cujos dados são mais escassos, assim relacionando-os com o contexto social, econômico e político das últimas décadas, sobretudo no que tange ao avanço na conquista de direitos desse grupo social, bem com as vulnerabilidades da vivência e da situação juvenil LGBT, na França e no Brasil.

Primeiramente, trago uma contextualização social, econômica e política sobre a juventude contemporânea, para então adentrarmos à discussão sobre os modos como que esses/as jovens reagem a esse panorama macrossocial no que diz respeito às suas expectativas, especialmente relacionadas à questão da política e do acesso a determinados direitos, tanto no Brasil quanto na França. Posteriormente, com base nos dados e discussões apresentados faço algumas considerações e problematizações acerca das noções de política e engajamento, que embasam as análises dos grupos de jovens LGBT e seus membros.

Na segunda metade, me dedico a relacionar as discussões apresentadas na primeira parte do capítulo com a realidade da população LGBT, em particular de seu recorte juvenil - a partir da apresentação de pesquisas quantitativas e seus resultados junto àquele público, de ambos países; dialogando com alguns dados obtidos para fins dessa tese, permeando e introduzindo as discussões das organizações juvenis LGBT e suas bandeiras de luta – o nível mesológico, e trazendo alguns elementos a respeito dos/as jovens engajados/as e suas interações mútuas – nível micrológico.

Em suma, busco realizar uma contextualização macrológica e relacioná-la de modo preliminar com contextos mesológicos e micrológicos no processo de constituição de grupos organizados LGBT e o processo de engajamento de seus/as jovens. Estes dois últimos níveis de análise serão aprofundados ao decorrer da tese (SAWICKI e SIMÉANT, 2011).

1.1. Breve contexto de processos macrossociais que influenciam a condição juvenil na contemporaneidade

Em linhas gerais, seja no Brasil ou na França, evidentemente considerando diferentes períodos políticos, econômicos, históricos e contextos sociais, pode-se dizer que os/as jovens na contemporaneidade foram socializados/as em um período de crise social, política e econômica e dificuldades de inserção social e cultural, que perpassam as diferentes “classes sociais”, mesmo que de modos distintos. Estamos nos referindo aqui à crise na sociedade do trabalho - ou ausência de emprego, rebaixamento da renda de amplos setores da sociedade, que reflete em menor poder de consumo e consequentemente menor mobilidade de ascensão social, com o aumento de empregos tidos como precários - temporários ou informais (ABRAMO, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b; SINGER, 2011).

A crise econômica e a menor renda por sua vez influenciam uma maior extensão de tempo em coabitação junto à família de origem ou aos/às responsáveis. Outro fenômeno importante nesse processo é o prolongamento da própria condição juvenil, fatores que influenciaram, e influenciam, enquanto resposta social, econômica e política, em vários países, o prolongamento da faixa etária que abarca o período o qual se considera juventude: no Brasil de 15 a 29 anos⁹ e de 16 a 25 anos na França¹⁰. (ABRAMO, 2011; BECQUET e DE LINHARES, 2005; CAMARANO *et al.*, 2003; SPOSITO, 2003; SPOSITO e CARRANO, 2003).

Sobre o contexto de crise social, econômica e política que afeta a juventude no Brasil, Paul Singer apresenta a seguinte análise:

Os jovens de hoje nasceram em tempo de crise social. [...] A principal causa de sofrimento do povo [...] é o desemprego e a violência urbana” e o autor continua: “com a juventude de hoje se passa mais ou menos o mesmo. A posse do dinheiro e do poder político está nas mãos da coorte de seus pais e avós.” assim “a juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero.” (SINGER, p. 28-29, 2011).

⁹ Estatuto da juventude Lei 12.852/2013: são considerados jovens pessoas de 15 a 29 anos de idade.

¹⁰ A juventude na França foi definida pelo Senado como sendo de 16 a 25 anos de idade: Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r08-436-1/r08-436-11.html>. Acesso em: 02/01/2016. Uma observação pertinente é que o teto etário de 25 anos é marcado pelo fim de subsídios e programas governamentais para o que este considera o período de juventude na França.

Por outro lado, é possível observar uma crescente descrença generalizada, mas mais acentuada entre os/as jovens, na promoção de mudanças desse panorama - de crise estrutural do capitalismo, materializada sobretudo no desemprego, aumento da vulnerabilidade econômica e social em diferentes segmentos socioeconômicos e culturais, e uma “percepção” da falta de capacidade de resposta por meio do sistema político-eleitoral constituído em países que se organizam por meio da democracia representativa - a qual me refiro neste trabalho como “política tradicional ou institucional”, assumindo os termos comumente utilizados pelos sujeitos da pesquisa, ou até mesmo uma situação de redução de direitos. Diante dessa desconfiância em relação ao sistema político, os engajamentos dos/as jovens, os/as levam a preferir atuar no campo associativo em relação às ditas organizações tradicionais - partidos, sindicatos, movimento estudantil, tal como há uma predileção de intervenção por meio de manifestações e protestos públicos em torno de questões mais pontuais, concretas e consideradas urgentes (BECQUET e DE LINHARES, 2005; KRISCHKE, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b; SINGER, 2011).

Pesquisas apontam ser comum entre os/as jovens o sentimento, bastante negativo, de que por mais que se trabalhe e estude arduamente, não será possível alcançar os mesmos padrões de renda e de mobilidade social vivenciado pelas gerações anteriores - aos padrões estabelecidos pela experiência dos/as jovens de classe média de meados do século passado, seja no Brasil, seja na França, o que por sua vez leva as juventudes na contemporaneidade a buscar meios de transformar, alterar essa “condição juvenil desfavorável”, influenciando inclusive a forma como se relacionam com a política e com o engajamento (ABRAMO e BRANCO, 2011; MORDER, 2014).

Sobre a realidade francesa, Morder relaciona o contexto demográfico, mas sobretudo educacional e introduz a questão de mudanças na forma de entrar na política:

[Na França] a juventude conhece na virada dos anos de 1950 a 1960 uma dupla transformação: o ‘baby boom’ acrescido de sua força numérica, mais é sobretudo a escolarização massiva, ao seio de uma sociedade em plena mutação que muda o dado e o fato de entrar na política ‘uma geração que carrega ao mesmo tempo seu peso demográfico e a elevação global de seu nível de formação’ (MORDER, p. 32, 2014).

Correlacionando com a conjuntura brasileira, há um forte crescimento das taxas de escolarização nos períodos mais recentes, em meados dos anos de 1990 a 2010¹¹. Se considerarmos as taxas de escolarização e (des)emprego (tabelas logo abaixo) – bem

¹¹ Boletim Juventude Informa N°1, ano 1, agosto de 2014 (IPEA/SNJ). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/Boletim_Juventude_web.pdf. Acesso em: 02/01/2016.

como confirmadas pelas entrevistas realizadas para esta pesquisa com jovens ativistas LGBT em ambos países, é mais frequente que os/as jovens no Brasil comecem a trabalhar mais novos/as – seja por uma questão de subsistência, seja por ser considerado como um valor social importante. Em termos educacionais, nas faixas etárias de 5 a 19 anos a França apresenta um maior nível de participação no ensino fundamental, mas quando chegamos na faixa dos 19 aos 29 anos, o Brasil tem ultrapassado ligeiramente aquele país na formação em nível superior.

Tabela 3 - Taxa de escolarização por idade (%) na França e no Brasil (2013)

	França	Brasil
5 – 14 anos	99,1	94,9
15 – 19 anos	84,9	69,9
20 – 29 anos	21	19,7

Fonte: OCDE¹²

Tabela 4 - Taxa de desemprego entre jovens na França e no Brasil (%) (2013)

População ativa entre	França	Brasil
15 a 24 anos		
	29,3	15

Fonte: OCDE¹³

Nesse momento, realizo um exercício de demonstrar, comparar e contextualizar em alguma medida dados sobre inserção educacional e profissional na França e no Brasil e tecer reflexões relações entre esses importantes fatores macrológicos e as possibilidades ou impossibilidades do engajamento político. Em primeiro lugar, é preciso considerar que, contextos de crise econômica, dificultam a autonomia e o tempo livre dedicado ao engajamento político; mas por outro, podemos entender que exatamente, essa situação “desfavorável” também pode impulsionar determinados/as jovens a lutarem por

¹² Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/fr/education/data/panorama-de-l-education/taux-de-scolarisation-par-age_b2443333-fr. Acesso em: 02/01/2016.

¹³ Disponível em: <https://data.oecd.org/fr/unemp/taux-de-choMAGe-des-jeunes.htm>. Acesso em: 02/01/2016.

mudanças por meio da participação política e engajamento em algum tipo de grupo, organização, associação ou até mesmo governos e partidos¹⁴; ou ainda podem contribuir para que os/as jovens experimentem e definam quais são ou serão os seus temas de engajamento prioritários.

Veremos ao longo do capítulo outras questões relacionadas a “desilusão com a economia e respostas políticas”, nível educacional e correlações com ideais e prática políticas e de militâncias, assim como no Capítulo IV sobre o processo de engajamento, como os/as jovens lidam com a questão engajamento em relação às diferentes instâncias da sua vida pessoal: família, relacionamentos, escola/universidade e trabalho.

Anne Muxel aponta que desde de meados dos anos de 1970 há uma descrença em relação às grandes ideologias, como por exemplo o comunismo ou o capitalismo, movimento o que tem seu ápice com a queda do Muro de Berlim em 1989. Junto com o afrouxamento das ideologias houve processo do “desaparecimento” de “nomes de referência”, que serviam como uma espécie de “líderes” na promoção de mudanças, seja no campo ideológico, social ou político (MUXEL, 2010a).

Neste contexto, na França, há um deslocamento da preferência por filiação a partidos e uma maior preocupação com os/as candidatos/as em si, não mais as linhas partidárias ou ideológicas - surge uma política eleitoral mais centrada na figura política do/a candidato/a. A autora aponta que há claramente em suas pesquisas uma desconfiança e ressentimento em relação à política e a classe política, o que é mais acentuada entre os/as mais jovens em relação à população geral, e que é demonstrada pela intermitência na participação eleitoral, com exceção a determinadas eleições presidenciais, onde se acredita que grandes questões estão em jogo e há um aumento do eleitorado. Dito de outro modo, os/as jovens foram socializados em um mundo menos conectado às ideologias e em um contexto de crise, o que levou a um processo de “desencantamento” do mundo - como traduz a Muxel, o que por sua vez levou a um aumento das fortes críticas aos governos a respeito de seus/suas líderes e regimes políticos; e interpreta a abstenção eleitoral juvenil, não como um desinteresse ou desengajamento, mas como uma forma de demonstração de descontentamento e de sansão às formas atuais de governar e de seus/suas governantes (MUXEL, 2010a e 2010b).

¹⁴ Sobre engajamento político de jovens em espaços partidários consultar: BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Essa análise, no Brasil, é confirmada por Paul Singer, que afirma que os/as jovens de hoje são filhos e filhas da geração que passou pelo trauma da desilusão da revolução pela via política nos anos de 1970 e 1980 (SINGER, 2011). Essas situações levaram a novas formas de os/as jovens pensarem as ideologias, a própria política e a seus modos de organização e ação, como veremos ao longo dos tópicos seguintes.

1.2. As respostas de jovens às mudanças macrossociais e suas características no que diz respeito à participação política e engajamento

Existe uma questão que perpassa grande parte dos trabalhos sobre engajamento político: são os/as jovens menos engajados/as atualmente do que no passado?¹⁵ Apesar de não se tratar de uma questão que essa tese se propõe a responder, uma análise que pretende lançar luzes sobre as organizações de jovens LGBT, suas bandeiras, ações, modos de funcionamento e o perfil das pessoas que nelas se engajam, não poderia deixar de dialogar com esse debate. Em primeiro lugar, é preciso considerar que na maioria das sociedades, é sempre uma minoria de pessoas que, de fato, se engajam politicamente. Além disso, se os/as jovens estão menos interessados/as em eleições ou formas tradicionais de militância, por outro lado, há grandes mudanças nas formas de como esses/as concebem a política, se engajam e promovem ações, por exemplo por meio de manifestações e protestos públicos, preferencialmente ligados a ONGs e outras formas de associativismo. (BECQUET e DE LINARES, 2005; RICHEZ, 2005; KRISCHKE, 2011; SINGER, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b).

E quais são essas novas formas de participação de jovens na contemporaneidade? Segundo Muxel baseando-se em dados estatísticos, a autora aponta que existem algumas características principais na atuação de jovens em reação à política: a) há uma forte potencialidade e disponibilidade dos/as jovens em participarem de protestos, manifestações e mobilizações coletivas de caráter pontual; b) existe uma mudança fundamental na aceleração da expectativa do tempo das respostas políticas, logo os/as jovens têm um sentimento muito mais apurado de urgência e eficácia; c) suas ações visam medidas concretas – lutam menos por mudanças futuras, mas sim por resultados imediatos; d) buscam formas de engajamento mais livres, menos hierarquizados e mais verticalizados, com a possibilidade de se expressar pontualmente, conservando seu livre-arbítrio em contraposição a visão de que as organizações tradicionais requerem uma adesão mais fechada e durável, com ações mais direcionadas e hierarquizadas, o que por sua vez reduz sua possibilidade de liberdade de participação, ação e opinião; e e) os/as jovens são os/as primeiros/as a experimentarem as novas tecnologias – para o bem e para

¹⁵ Academicamente e politicamente essa questão sobre se os/as jovens são mais ou menos engajados/as que no passado emerge, sobretudo – mas não exclusivamente - a partir da constatação de que nos países em que o voto é facultativo, há um aumento significativo da abstenção eleitoral juvenil, bastante superior ao da população geral.

o mal como diz – mas que de todas as formas, se tornaram mais familiarizados/as, se apropriam mais rapidamente, de ferramentas e meios de expressão e ambientes como a Internet e novas técnicas de comunicação, assim como se tornam *experts* em como instrumentalizá-las para sua ação coletiva e uma indispensável mediação de suas causas e demandas. Assim, mobilizações quase que instantâneas - em tempo real, são levadas a cabo, e as novas tecnologias de comunicação contribuem para além da mediação, para a promoção de conhecimentos e intercâmbios, tal como de canal de denúncias (MUXEL, 2010 e 2010b).

Seguindo as análises da autora, as manifestações, protestos e movimentos são mais pontuais do que no passado, possuem uma curta duração no tempo, mas essa característica não deve reduzir o peso das análises em relação à participação e ao engajamento de jovens, pois: a) se antes militantes se engajavam por ideologias a partir de um horizonte de transformações de longo prazo - com objetivos que ela caracteriza como inclusive abstratos – hoje se deve analisar a capacidade de agir, mobilizar opiniões e as manifestações que atinjam a mídia, e tais ações políticas em sua maioria possuem alvos, buscam resultados, bem específicos, pontuais e imediatos; e b) estatisticamente foi comprovado que há uma forte correlação entre a participação nas manifestações e um alto interesse em temas políticos (MUXEL, 2010 e 2010b).

Muxel ainda aponta algumas características em relação às mudanças sociais que têm influenciado os/as jovens e suas “ideologias”: a) a preponderância da imagem ao discurso também tem afetado profundamente a forma de agir dos/as profissionais da política, logo também do processo de politização e engajamento dos/as jovens; b) a juventude possui uma perspectiva mais individualizada da democracia, o que não significa de modo algum que deixaram de se interessar pelas causas coletivas e pela coisa pública; c) há uma considerável redução do peso da religião na política e um maior liberalismo cultural – por exemplo, maior aceitação em relação à homossexualidade; d) os/as jovens têm apostado em uma democracia mais direta, participativa e de opinião e cita a noção de “cidadãos/ãs sentimentais” - os/as quais buscam articular ideais, afetividades, convicções, emoções, interesses coletivos e subjetividade individual, inclusive a forma de avaliarem o sucesso ou não de uma manifestação é a partir da articulação entre mobilização de sensibilidades individuais e interesses coletivos; e e) por fim, as manifestações se tornaram um importante componente na formação das identidades e da socialização políticas de jovens, na qual não se pode ignorar o espaço da afetividade nesta forma de socialização (MUXEL, 2010 e 2010b).

Com o enfraquecimento das “antigas ideologias”, segundo as pesquisas de Muxel, a juventude em sua maioria baseia sua concepção ideológica sobre os seguintes pilares: igualdade, respeito, moral humanitária, associados a uma demanda por gestão eficaz da coisa pública. Assim, poderíamos dizer que o fato de serem mais pragmáticos/as não significa que deixaram de buscar ideais como universalismo, justiça e igualdade. Mais do que isso, esses/as jovens se apoiariam em valores significativos ao pacto democrático e seu aprofundamento como: respeito às diferenças, abertura ao outro, concepção igualitária e redistributiva da vida em sociedade. Ou seja, as causas que mais mobilizam são baseadas em valores humanitários e universalistas, como por exemplo: paz, anti-racismo, reconhecimento de “cidadãos/ãs ilegais” – “sem papéis”, direito de imigrantes, ou seja, lutam de forma geral pelo reconhecimento da existência social na diversidade. Em suma, é possível observar um duplo movimento: o de busca por maior liberdade na vida privada acompanhado de um aumento da regulamentação da ordem social (vida coletiva e esfera pública) (MUXEL, 2010 e 2010b).

No que diz respeito a afetividades, amizades, pertencimento e engajamento, segundo Richez: “*Na França depois de uma dezena de anos, o foco está sobretudo em alcançar o pertencimento pessoal, em particular as relações interpessoais e a sociabilidade amical.*” (RICHEZ, p. 11, 2005). Ainda nessa perspectiva poderíamos afirmar que:

Se engajar, é também colocar empenho em sua própria pessoa/personalidade, por uma duração não determinada de tempo, em campos diversos como a vida amical, amorosa, familiar, profissional, religiosa e assim se projetar pela promessa ou pela convicção em um futuro que o engajamento atua para defini-los. Assim, o engajamento não diz respeito somente as esferas políticas, sindicais ou associativas, mas ela atravessa toda essa diversidade de experiências sociais”. (BECQUET e DE LINARES, p.15, 2005)

As autoras acima citadas, ressaltam ainda duas características do engajamento, de modo geral: a) a relação entre engajamento e a construção de uma identidade social estável, *a priori* necessária à entrada à vida adulta e b) sobre a expectativa do que é o engajamento ou militantismo hoje. Por exemplo, em uma entidade ou associação, *o que e o quanto* se espera dos/as jovens? Esta última questão é pertinente para pensar os entraves que eles/as passam para optar por um engajamento ou até simplesmente decidirem visitar pessoalmente uma organização ou associação. (BECQUET e DE LINARES, 2005).

Em linhas gerais, as autoras corroboram com Richez sobre a multiplicidade e processos anteriores de engajamento, em relação ao político; assim como o aspecto do

engajamento na construção identitária de jovens. No capítulo IV sobre os processos de engajamento de jovens LGBT, irei discorrer sobre essas questões a respeito das expectativas, desde os temores de visitar uma organização juvenil LGBT, assim como os receios relacionados a tomar parte de uma construção identitária de jovem LGBT ao participar nessas organizações, assim como o peso em assumir responsabilidades junto às mesmas.

Questões centrais sobre o papel fundamental das relações interpessoais, a sociabilidade amical e formação identitária também serão abordadas nos capítulos II e III da tese. Diferentes autores/as concordam que as relações interpessoais e de amizade têm um papel crucial nos processos de recrutamento, manutenção, engajamento e também no desengajamento. No caso de jovens LGBT, tais relações estão no cerne da questão, pois o isolamento - a falta de amigos/as e os conflitos familiares - por conta de uma sexualidade menosprezada estão entre as principais temáticas que fazem com que esses grupos sejam fundados e se perpetuem, assim como é apontado que há grande satisfação ou retribuição nos termos usados pela Sociologia do Engajamento, de fazer parte de uma comunidade ou organização, enfim, trata-se, em algum sentido, de “fazerem parte de algo maior” (FACCHINI, 2005; MacRae, 1990; MUXEL, 2010a e 2010b; NUSSBAUMER, 2007; SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Embora haja consenso na Sociologia do Engajamento sobre a importância da formação identitária no recrutamento, seu papel na manutenção ou não do engajamento, e no recebimento de retribuições materiais e simbólicas, no caso dessa pesquisa é preciso levar em consideração o fato de que militância identificada com uma sexualidade estigmatizada, complexifica bastante esse quadro, como veremos mais à frente. Dito diferentemente, o peso de se identificar como sindicalista ou fazer parte do Movimento Ambientalista é bastante distinto de fazer parte e de se afirmar enquanto LGBT - identidade bastante estigmatizada socialmente assim como em seu entorno mais próximo, como no cotidiano, afetando-os/as diretamente.

Finalmente, gostaria ainda somente de destacar que, no que diz respeito a questão da herança das gerações anteriores, é preciso considerar a herança política e a conjuntura atual; e como a politização de jovens toma forma entre herança e experimentações, o que também pode ser observado nessa pesquisa, as “velhas” e “novas” formas de engajamento, o que estou chamando aqui de hibridismo do engajamento, pois como destacado pelos/as autores/as é um erro pensar somente em “novas” formas de engajamento, sem compreender a partir de que contexto elas se transformaram e de como

elas se relacionam com “velhas” formas e inclusive com a política que estou chamando de tradicional ou institucional (KRISCHKE, 2011; MUXEL, 2010 e 2010b; SAWICKI e SIMÉANT, 2011).

1.3. “Arejando” as noções de engajamento e política

Para compreender as transformações na relação entre juventude e política, autores/as brasileiros/as atentam para o fato de que precisamos nos afastar do imaginário de jovens engajados/as no movimento contra a ditadura militar, dos anos de 1960 a 1980, assim como na França, temos que fazer o mesmo em relação à “Geração de Maio de 1968”. O que seria condição necessária para analisarmos com cuidado e precisão as novas formas de engajamento e luta dos/as jovens contemporâneos/as (ABRAMO, 1994; BECQUET, 2014; MAUGER, 2015; SAWICKI e SIMÉANT, 2011).

Engajar-se é o processo de “se ligar por uma promessa ou convicção”, e isso ocorre em diversas instâncias da vida, momentos ou causas, muitas vezes antes mesmo do engajamento político, este entendido como um processo, ou seja, há uma diversidade de experimentações de engajamento ao longo da vida, antes da decisão de se engajar politicamente em uma causa ou não (RICHEZ, 2005). Ainda de acordo com o autor, são poucos os/as jovens que se dizem predispostos a se engajar, mas eles se engajam em iniciativas locais, sobretudo associações esportivas e culturais “*O militantismo cede lugar a outras formas de participação ativa, que testemunham o desenvolvimento de ações voluntárias*” (RICHEZ, p. 11, 2005).

No Brasil não é diferente, quando jovens são indagados/as se gostariam de fazer parte de alguma associação ou entidade, a grande maioria diz não ter nem mesmo interesse participar de tais formas associativas, mas de todos os modos, há uma parcela significativa de jovens efetivamente engajados/as em determinados tipos de grupos ou coletivos. Segundo os resultados da *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil nacional sobre perfil e Opinião dos jovens brasileiros*, realizada de Secretaria Nacional da Juventude¹⁶:

Entre os entrevistados que mencionaram algum tipo de participação em algum desses grupos ou associações, essa participação foi principalmente presencial em: grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas (17%); clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer (16%); grupos artísticos (13%); e sociedade de amigos do bairro, associação comunitária ou de moradores (9%). Em nenhuma das associações e grupos, a participação virtual superou a presencial. (BRASIL, p. 90, 2013).

¹⁶ Sobre amostra da pesquisa: “*a pesquisa é estatisticamente representativa do universo da população entre 15 e 29 anos, residente no território brasileiro. Para tal, valeu-se de uma amostra composta por 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação*” (BRASIL, p. 13, 2013).

Algo fundamental nessa discussão sobre o que constituiria ou não como ação ou engajamento político, é a definição dos repertórios de ação (não-convencional) orientada tematicamente (*'cause-oriented'*), que reduzem a distância entre o social e o político. Estes repertórios tendem a dedicar-se tanto à reforma legal e à influência dos processos decisórios - político-governamentais, como à mudança dos padrões sistemáticos de comportamento social, o que borra a linha divisória precisa entre o 'público' e o 'privado' – como enfatiza há anos a literatura feminista de o “pessoal é político”. Portanto, em geral, o antigo foco nas ações de cidadania destinadas a influenciar as eleições, o governo e os processos decisórios do Estado parece hoje insuficiente, por excluir demasiado o que é comumente entendido como “político” – em um sentido mais amplo, para além do Estado e da política-institucional (KRISCHKE, 2005).

Além disso, o exercício da cidadania e da ação coletiva pode não passar necessariamente, ou passar de modo muito indireto, pelo investimento na participação em eleições, por exemplo, ou no contato direto com governo e aos processos decisórios do Estado. Se não “arejarmos” necessariamente essa noção de política, extremamente atrelada ao Estado, ignoraremos uma série de ações, engajamentos e as organizações políticas da contemporaneidade.

Por outro lado, acredito ser importante problematizar: então o que é político? Para que também não esvaziemos o termo e sua capacidade analítica, e ao final “tudo passa a ser política” ou “nada passa a ser política”. É neste ponto que trago algumas reflexões e resultados de meu campo para contribuir nessa discussão e delimitação.

Inicialmente, não foi muito simples para mim ter certeza se eu poderia ou não definir os/as jovens como militantes e se as organizações eram ou não políticas. A partir dos questionários pilotos os/as jovens inicialmente não se consideravam “militantes” – a partir de um “ideal de militância partidária”, nem as organizações se consideravam “políticas” - por não estarem diretamente atreladas a um governo ou a um partido. Foi no decorrer das longas entrevistas, perguntando as razões de se fundar uma organização, qual eram os trabalhos, as ações, objetivos e resultados que os/as jovens LGBT esperavam é que pude notar que isso se dava por uma percepção específica do que poderia ser identificado com o engajamento político ou organizações políticas, em geral, um referencial ideal baseado em grupos ligados à partidos ou sindicatos, que disputam via eleições espaços no governo. Porém por meio dos detalhamentos das conversas, ao me explicarem seus trabalhos e ações, suas visões e expectativas, eles/as mesmos/as “se

contradiziam”, “voltavam atrás”, e diziam que: sim eram militantes, e que sim suas organizações tinham caráter político.

E por que “de repente” se tornavam ou se entendiam como militantes e suas organizações como organizações políticas? Acredito que esse movimento guarda relação com o fato de que os/as entrevistados/as, quando traziam à tona o caráter de suas ações, bem como seus sentidos, se davam conta de que estavam envolvidos/as em ações e organizações que visavam a “mudança da ordem social” e das “mentalidades da sociedade”, mais especificamente trata-se de uma luta contra uma cultura e instituições consideradas heterossexistas. No mesmo sentido, embora visassem trazer bem-estar aos seus pares, tinham preocupação com a relação com o governo ou determinados partidos, no sentido de que possam “cooptar” ou “interferir” na dinâmica de sua organização, mesmo afirmando que eventualmente recorriam a eles de forma muito pontual e que a reprodução e manutenção da organização e da “unidade” entre seus/suas participantes devem estar acima das flutuações de governos e partidos. Assim, se em um primeiro momento não se diziam militantes, era porque esses jovens estavam respondendo a partir de um “ideal de militância” ligado a partidos políticos e governos e também estavam se referindo a um ideal de militância “em tempo integral”, de militância enquanto carreira/profissão e como um trampolim para a política eleitoral ou governamental, casos que não se apresentaram como recorrentes entre meus/minhas entrevistados/as em ambos países.

Assim como não se diziam militantes nem suas organizações eram políticas, eles/as pensam em política no sua dimensão mais tradicional, ou seja, ligada diretamente ao Estado ou no interior de partidos políticos, mas na medida que seguimos nas perguntas dos roteiros com os/as entrevistados/as, **o conceito que possuem, e que inclusive norteiam suas formas de organização, suas bandeiras e modos de ação indicam conceito de política muito mais associado a transformações sociais e culturais, sejam amplas, sejam cotidianas, relacionadas a instituições do seu entorno como amigos/as, famílias, escolas, trabalho.** Dito de outro modo, promover mudanças sociais e culturais, inclusive em escala micro ou cotidiana, em suas “vidas vividas” e de seus pares, é o que para eles/as é fazer política e muitas vezes é a política que, de fato, para eles/as importa: a política que traz mudanças reais nas vidas das pessoas visando seu bem-estar. Muitas vezes o Estado, governo e partidos nem sequer são os “alvos” primários, secundários, ou até mesmo indiretos, das suas demandas, esses/as militantes querem mudar o mundo, mas mudá-lo não significa passar necessariamente pelo alcance do poder do Estado, governos

e partidos; nos quais em geral nem confiam, consideram majoritariamente ineficazes, apresentando sempre respostas muito tardias, quando não insatisfatórias.

Essas noções, digamos, mais “arejadas” ou mais amplas e flexíveis sobre política e militância, são fundamentais, seja para posteriormente entendermos como elas operam no funcionamento e atuação das organizações de jovens LGBT, mas também nas análises do engajamento juvenil de modo mais geral.

Obviamente, além dessas necessárias explicações sobre noções - “polifônicas”, ambíguas, ou talvez em mutação - de política e militância para esta pesquisa, acredito fortemente, que essas reflexões e problematizações – metodológicas e analíticas - são centrais para compreender o atual engajamento político, incluindo os/as jovens e até mesmo as mudanças, maneiras e chaves pelas quais nossas sociedades têm pensado e feito “política” e “militância”.

1.4. Expectativas sobre o Estado, as “velhas” e “novas” formas de engajamento e seus hibridismos

A pesquisa *Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*¹⁷ nos apresenta um dado bastante interessante: em linhas gerais, somente 17% dos jovens não sabem se posicionar quanto aos partidos, sendo que 32% se consideram mais à direita e 26% mais à esquerda - variando de acordo com o grau de estudo (ABRAMO e BRANCO, 2011). No fim das contas no Brasil, e não foi diferente nas entrevistas realizadas para esse doutorado, os/as jovens LGBT sabem se localizar e se expressar no espectro político que vai da esquerda à direita, ou seja, possuem preferências partidárias ou ideológicas, não estando em absoluto alheios/as aos mesmos.

Paul Singer o faz ainda de forma mais detalhada¹⁸, aponta que 52% dos/as jovens estariam dispostos/as a se engajar pelo socialismo e refina os dados quando a posicionamentos políticos: (55%) se consideram de extrema-esquerda, (11%) de esquerda, (11%) de centro-esquerda, (23%) de centro, (14%) de direita, (12%) de centro-direita, (14%) de direita e (6%) de extrema-direita e somente (17%) não souberam ou não quiseram se posicionar. Em suma, 83%, ou seja, uma alta porcentagem, sabe se localizar no espectro político e tal número cresce segundo a escolaridade, sendo os níveis à esquerda um pouco superiores (35%) contra (26%) de direita (SINGER, 2011).

Krischke traz uma série de dados bem interessantes, comparando a situação brasileira e no exterior - é importante ressaltar que os dados não são idênticos, as faixas etárias e períodos não são exatamente os mesmos, mas não deixa de ser uma possibilidade frutífera de reflexão sobre os posicionamentos e práticas de jovens brasileiros/as e realização de comparações internacionais (KRISCHKE, 2011).

¹⁷ A mostra foi composta de jovens de 15 a 24 anos, contando com 3501 entrevistas em 198 municípios em áreas urbanas e rurais de quase todo território brasileiro – excluindo Amapá e Roraima, e realizadas no ano de 2003.

¹⁸ As análises de Singer (2011) foram feitas a partir dos dados colhidos pela pesquisa *Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional* (ABRAMO e BRANCO, 2011).

Tabela 5 - Preferências da juventude pela democracia no Brasil (%)¹⁹²⁰

	1989 (16 a 25 anos)	1993 (16 a 25 anos)	2003 (15 a 24 anos)
Democracia	35	53	53
Ditadura	20	13	16
Tanto faz	28	17	22
Não sabe	16	17	9

Fonte: MOISÉS (1995) (dados de 1989 a 1993); “Perfil da juventude brasileira” (2003)

Segundo Krischke (2011) o principal fator que conta nessas escolhas é sobretudo a escolaridade. O caso francês não parece diferir muito da situação brasileira, pois com base nos dados de Anne Muxel, as juventudes mais escolarizadas tendem a ter maior interesse por política, não importando seu espectro - mas tendendo ligeiramente à esquerda. Por outro lado, os/as jovens menos escolarizados/as, costumam ser menos universalistas e mais desconfiados/as de qualquer forma de participação política, seja representativa, seja o voto ou até mesmo das manifestações, e são inclusive favoráveis a regimes políticos mais autoritários, baseados na liderança pessoal e com uma redução do poder tanto das esferas eleitorais como os partidos (MUXEL, 2010a e 2010b).

Esta autora ainda relata que as pessoas que se identificam com a esquerda, tendem a se preocupar com questões como o respeito, igualdade, solidariedade e o universalismo. Já àquelas que se identificam com partidos ou ideologias de direita, as principais questões são o trabalho, emprego e renda, ou seja, são liberalmente econômicas e esse é o interesse predominante

Para exemplificar, dentre meus/minhas entrevistadas parisienses era perceptível que entre aqueles que se declararam como “de esquerda”, destacavam que questão LGBT é completamente ignorada, quando não desmontada por governos de direitas, além disso demonstravam preocupação com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e eram pró-imigrantes. Por outro lado, aqueles/as que se disseram ser mais de “centro-direita” têm consciência que perderão espaço no que tange aos direitos LGBT em um eventual governo de direita ou extrema-direita, mas acreditam que o peso do Estado de Bem-Estar

¹⁹ Para construir essa tabela, Krischke (2011) se baseia em dados obtidos pelas pesquisas: *Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional* (ABRAMO e BRANCO, 2011) e *Os brasileiros e a democracia* (MOISÉS, 1995).

²⁰ Reprodução da tabela original (KRISCHKE, p. 326, 2011).

e a política de imigração francesa são os maiores empecilhos para que o país volte a crescer economicamente e a sair da crise, o que lhes garantiria acesso a postos de trabalho compatíveis com sua escolaridade, por exemplo.

Nas entrevistas entre os/as jovens brasileiros/as, dois entrevistados se consideraram de “centro-direita” expressaram opiniões muito similares de aos jovens franceses quanto ao peso do Bem-Estar, de políticas sociais, um “Estado Grande” e que interfere demasiado na economia seria o principal responsável pela crise econômica, e isso é mais importante do que a manutenção ou mesmo avanços em relação às políticas LGBT. Tanto nas entrevistas francesas como brasileiras com jovens que se classificam como de centro-direita é recorrente a expressão: “não se deve dar o peixe, se tem que ensinar a pescar”.

Avançando na discussão, Krischke faz um exercício de análise de atitudes e repertórios de ação que aponta para os hibridismos entre “velhas” e “novas” formas de engajamento e ação, bem como traz uma comparação de dados entre Brasil e Europa:

Tabela 6 - Atitudes e repertórios de ação política dos jovens (%) – comparativo Brasil e Europa²¹²²

Atitudes políticas	Europa 2002 (18 a 29 anos)	Brasil 2003 (15 a 24 anos)
Proximidade a partidos	54	47
Satisfação com o governo	51	64
Discute política “sempre”	10	10
Posicionamento esquerda/direita	32	59
Eficácia subjetiva (“influi na política”)	60	43
Repertório de ação convencional		
Identificação partidária	6	47
Participa em campanhas eleitorais	5	16
Contata autoridade ou político	16	12
Repertório de ação não- convencional		

²¹ Para construir essa tabela, Krischke (2011) se baseia em dados obtidos pelas pesquisas *Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional* (ABRAMO e BRANCO, 2011) e dados de duas pesquisas de NORRIS (2003 e 2004).

²² Reprodução da tabela original (KRISCHKE, p. 343-344, 2011).

Assina manifestos	22	20
Participa de reuniões de movimentos sociais	4	14
Participa em manifestações públicas de protesto	6	13
Fontes:	Norris, 2003 e 2004.	“Perfil da juventude brasileira”, 2003 (quadro 64)

No que tange às atitudes políticas, os/as europeus/éias se destacam em relação a proximidade com partidos e na busca por influenciar o governo. No Brasil, temos dados mais elevados de satisfação com o governo e posicionamento esquerda/direita. Nos dois casos apresentam-se as mesmas taxas para o tema: “discute política sempre”. O dado que destacarei é que no final das contas, mesmo considerando um novo repertório de ação, tanto na Europa como no Brasil a proximidade aos partidos, por mais que tenha diminuído, não é desprezível, mesmo entre jovens.

Em relação ao “repertório de ação convencional”, ou “as velhas formas de fazer política”, os/as jovens brasileiros/as parecem se destacar em relação à identificação partidária, participação em campanhas eleitorais. Por sua vez, os jovens europeus têm maior desenvoltura para “contatar autoridade ou político”. Novamente, apesar de a todo momento estarmos discutindo novas formas de ação e engajamento, em nosso país, a identificação partidária e mesmo a participação em campanhas ainda ocupa uma porcentagem considerável e mais elevada em relação à Europa.

Sobre o “repertório de ação não-convencional”, ao mesmo tempo que no Brasil há certo lastro maior com a política tradicional, também apresenta taxas superiores ou similares sobre “ações não-convencionais” em relação à Europa. Esses dados apontam, que tanto na Europa quanto no Brasil entre os/as jovens encontramos uma espécie de hibridismo, ou seja, por mais que haja um aumento contínuo da desconfiança com governos e partidos – logo uma diminuição da participação nessas instâncias, assim como há, entre os/as jovens, uma valorização de outras formas de ação e engajamento tidas como “não-convencionais”, não deixa de ser relevante analisar como tais posições não são exatamente excludentes. Ainda assim, tanto Krischke, Singer, Muxel como Becquet afirmam que apesar do hibridismo, os investimentos na ação e no engajamento político são bastante distintos quantitativamente e qualitativamente em relação às gerações anteriores, prevalecendo a tendência aos “novos” tipos de engajamentos e o apego às

“novas bandeiras”. (BECQUET 2005; KRISCHKE, 2011; MUXEL 2010a e 2010b; SINGER 2011).

No que diz respeito a valores e expectativas em relação à política e uma sociedade ideal, segundo Singer, as expectativas dos/as jovens brasileiros/as não são diferentes da maioria dos jovens progressistas de outros países, que são na respectiva ordem: solidariedade, respeito às diferenças, igualdade de oportunidades, temor a Deus e justiça social (SINGER, 2011). Pode-se verificar, que de fato, tais valores não são tão distintos quanto os apresentados anteriormente para o caso francês (MUXEL, 2010 e 2010b).

Acredito não estar em desacordo com as caracterizações da literatura francesa, mas há um dado que gostaria de explorar em relação a percepção de que a juventude sua capacidade em relação a percepção de seu poder em mudar o mundo: 91% acreditam que sim, podem mudar o mundo, sendo que 69% acha que muito, 22% um pouco, somente 8% acreditam que não podem fazer nada e 1% não soube responder. (BRASIL, 2013). Singer ainda afirma: “*os jovens tendem a acreditar que, devendo construir um novo mundo, eles serão capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo em que vieram à luz.*” (SINGER, 2011).

Sobre essa questão, quero trazer novamente dados de minhas entrevistas: os/as jovens, sejam de Paris ou São Paulo, também acreditam que podem mudar o mundo – uma consideração talvez evidente por terem optado por se engajarem em uma organização; mas ainda apesar de não confiarem “na política”, subentendida a tradicional/institucional, sem exceção, todos/as jovens acreditam na importância do Estado, que apesar de ser considerado lento, ineficiente e corrupto, idealmente tem um papel central em manter a paz, a ordem social, promover o convívio na diversidade e o bem-estar geral. Dito de outro modo, estar descrente com os governos e classes políticas, não significa que desacreditaram por definitivo do Estado, ou pelo menos de seu ideal.

Ainda em relação a dados da *Agenda Juventude Brasil: perfil nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros* (BRASIL, 2013) a juventude foi questionada sobre quais seriam as melhores formas para melhorar o Brasil e as respostas foram respectivamente: 26% - “a atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa”; 20% - “a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas”; 17% “a atuação pela Internet, opinando sobre assuntos importantes ou cobrando políticos e governantes”; 17% “a atuação em partidos políticos”; 15% “a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo”; e 5% “não soube ou não respondeu”.

Em primeiro lugar, o resultado corrobora a expectativa de que as mudanças no país virão sobretudo por meio de associações ou coletivos que defendam alguma causa, seguido da participação em manifestações e ações diretas – até este ponto, seguimos em consonância com as literaturas francesas e brasileiras citadas sobre a predileção da juventude pelo campo associativo e novas formas de atuação.

Chamou-me a atenção o fato da terceira opção, empatada com a quarta, “a atuação por meio da Internet” – e essa é uma discussão que será detalhada nos próximos capítulos, mas de fato os/as jovens se apropriam, instrumentalizam e acreditam no poder de mudança por meio de ações e interações *online*. Assim como acreditam na mudança pela Internet, em igual proporção acreditam na participação em partidos, ainda os mesmos estando desacreditados - o que provavelmente, pode-se inferir, há uma crença em um ideal de partido, assim como foi analisado em relação ao Estado.

Por fim, ainda em relação à pesquisa citada acima, a outra possibilidade de melhoria da sociedade se apresenta por meio da atuação em conselhos, conferências e audiências públicas ou outros canais de participação institucionais. O que gostaria de apontar com esses resultados é, principalmente, que eles tendem a comprovar que há uma predileção da juventude pela participação no campo associativo em relação à participação nas ditas organizações tradicionais, tal como por ações diretas. No entanto, confirma-se também o hibridismo, ou seja, a coexistência entre novas formas de atuação e engajamento e a valorização e expectativa de que se possa “corrigir” ou aprimorar os regimes baseados na democracia representativa. Nas minhas pesquisas alguns/mas jovens, sobretudo no Brasil, afirmaram que a política institucional-eleitoral está muito corrompida, mas pior seria não a acompanhar, não intervir na mesma, pois “poderia tornar-se ainda pior do que está”.

Paul Singer questiona: “*por que tantos jovens acham que a juventude pode fazer do mundo algo melhor e tão poucos manifestam a intenção de se engajar em algo que pode ajudar a comunidade?*”. E ele mesmo responde em tom de proposta: “*A resposta está, provavelmente, na pobreza da grande parte dos jovens brasileiros. [...] Por mais que os jovens nesta situação acreditem que a juventude pode mudar as coisas, eles sabem que têm que cuidar antes da própria sobrevivência, evitando serem tragados pela violência criminoso ou mergulhando nela, como alternativa menos pior.*” (SINGER, p. 34-35, 2011):

A juventude deseja ajudar o mundo e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política do que pela ação direta. Mas a maior parte dela, antes de

poder contribuir para a mudança, tem de ser ajudada. É preciso garantir às famílias um mínimo de renda decente, que permita que os jovens frequentem escolas e cursos de educação de jovens e adultos para os que precisam trabalhar para sustentar suas famílias. O que o “Perfil da juventude brasileira” deixa entrever é que os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência (SINGER, Paul, p. 35, 2011).

De acordo com a hipótese de Singer, se há tanto interesse de participação e engajamento da juventude brasileira, esta não se realiza pela falta de bases materiais mínimas e possibilidades educacionais que sejam compatíveis com o trabalho, se esses problemas fosse superados, os/as jovens potencialmente poderiam concretizar seu desejo de engajamento.

Esta não deixa de ser uma hipótese válida, ou no mínimo uma vertente explicativa da razão da grande distância entre os/as jovens brasileiros/as que dizem que teriam vontade de se engajar, mas não o fazem. Refletindo sobre a realidade francesa, acredito que os problemas e a questão de ordem material sejam relativamente menores por conta de um Estado de Bem-Estar melhor estruturado e que dá suporte aos jovens até seus 25 anos. Assim apesar de atenuados, não deixam de ser empecilhos também na França por conta da crise econômica que se arrasta por anos, e ainda neste país pode-se notar restrições de participação de “sem papéis” e imigrantes.

Outro elemento importante para essa discussão é a criação do “Terceiro Setor” no Brasil, para tanto recorro a outra análise de Paul Singer:

A privatização de grande parte da assistência social foi abrindo imenso campo de atuação a pessoas movidas por sentimentos de solidariedade e também a outras, desprovidas de oportunidades aceitáveis de ganhar a vida. O voluntariado social ganhou grande destaque e se tornou muito atraente para numerosos jovens.

Muitas ONGS se tornaram empreendimentos econômicos de prestação de serviços, sociais, sem fins de lucro. Surge, então o Terceiro Setor como grande absorvedor de mão de obra juvenil, disposto a assumir, como missão a ajuda aos outros e a solidariedade. As pessoas assim engajadas estão resolvidas a enfrentar o agravamento das condições sociais, provocados pela crise do trabalho, por meio da ação direta. A nova concepção de mudanças aposta na capacidade de mobilização da sociedade civil para enfrentar os desafios ambientais, econômicos e sociais, colocados pela globalização neoliberal e pela revolução digital, sem negar a importância da ação estatal. Esta, no entanto, deve ser um apoio estratégico à luta de forças da sociedade civil, e não mais o farol que guia o povo numa marcha à redenção (SINGER, p. 32, 2011).

Parece-me interessante a contextualização que Singer faz da ampliação do “Terceiro Setor”, em grande parte como resultado da privatização da assistência social pelo Estado e muitas vezes tratado como um prestador de serviços, porém, ainda assim,

abriu algumas poucas possibilidades profissionais remuneradas, mas sobretudo ampliou o leque de oportunidade de participação a potenciais voluntários/as e sugere que é a mobilização da sociedade civil que deve ser “o farol que guia o povo numa marcha à redenção” em relação a resolução das mazelas sociais, econômicas, políticas e culturais, ao invés do Estado como principal alvo, sendo que este último ponto reforça o tópico anteriormente tratado sobre o “arejamento” das noções de engajamento e política.

Na segunda parte deste capítulo tratarei de dados sobre caracterização, vitimização homofóbica, política, direitos e engajamento da população LGBT, sempre que possível enfatizando a situação juvenil LGBT.

1.5. Pesquisas sobre violência homofóbica e estatísticas sobre LGBT no Brasil e na França

Neste tópico do capítulo trago alguns dados de pesquisas sobre violência homofóbica e algumas estatísticas sobre a população LGBT no Brasil e na França. Tais relatórios e dados servem tanto para a orientação de políticas públicas, ação dos grupos organizados, assim como aos/às pesquisadores/as.

Apesar do foco das informações não ser exatamente sobre juventude, é possível fazer algumas leituras gerais e outras por meio de recorte etário mais específico, o que posteriormente nos ajudará a compreender e analisar as bandeiras de luta, ações e alguns elementos do processo de engajamento de jovens LGBT.

Como dito anteriormente, por conta do estigma da sexualidade, há certa escassez de dados sobre esse público e muitas vezes subnotificados, desse modo cada uma das sociedades, governos e organizações busca superar essa lacuna de formas distintas como veremos logo abaixo.

O *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil* (BRASIL, 2011a e 2012) foi produzido pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) do Governo Federal, nos anos de 2011 e 2012 com base no serviço disque 100, um canal telefônico, gratuito e anônimo, que acolhe denúncias de violação de Direitos Humanos, incluindo da população LGBT. O documento se dedica a tratar das principais violações sofridas por LGBT no país, os perfis das vítimas e agressores/as e ainda estatísticas e legislações segmentadas por unidades federativas.

No caso da França, recorro ao *Rapport sur l'homophobie* [Relatório sobre homofobia] de 2015 (SOS HOMOPHOBIE, 2015), produzido por uma ONG chamada *SOS Homophobie*. Os objetivos deste documento se assemelham aos desenvolvidos pela SDH no Brasil.

Além de traçar paralelos sobre as questões LGBT nos diferentes países, também realizo o que chamei de exercício de alteridade para refletir e construir um diálogo do modo como o Brasil e a França têm colhido dados e elaborado suas pesquisas e relatórios sobre a população LGBT e as violências que a atingem, apontando similaridades, diferenças, possibilidades de aprendizado com ambas metodologias, e por fim farei recortes específicos sobre a juventude LGBT.

Primeiramente, os relatórios franceses são produzidos desde 2000 por uma Organização Não Governamental, a associação *SOS Homophobie – Association nationale de lutte contre la lesbophobie, la gayphobie, la biphobie et la transphobie* [SOS Homofobia – Associação nacional de luta contra a lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia]. No Brasil, tal documento é produzido pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, ou seja, pelo Estado, mas até o momento contou com somente duas edições, as de 2011 e 2012.

Portanto, na França os dados são produzidos, analisados e divulgados anualmente há pelos menos 15 anos, no Brasil é uma experiência mais recente, com aproximadamente 4 anos desde a primeira pesquisa – mas somente duas publicações. Ou seja, na França há uma maior tradição nesse tipo de levantamento e sua divulgação é mais regular ao longo do tempo²³, considerando que até o presente momento apesar da SDH coletar os dados via disque 100 a sua publicação está descontinuada.

Além do perfil das entidades responsáveis pelas pesquisas, outra diferença é a metodologia de coleta de dados. O relatório da SDH é baseado no serviço disque 100, ou seja, os dados obtidos são por meio de denúncias realizadas por um número de telefone de chamada gratuita. No caso da *SOS Homophobie*, os dados além de serem colhidos por meio de chamada telefônica sem custos, também são aceitas denúncias por correio, email, chat e *stands* em determinados eventos. A SDH poderia também expandir seu serviço de denúncias utilizando a Internet e outros meios, aos moldes da ONG francesa.

Outra característica comum é que as denúncias também podem ser efetuadas por terceiros, não necessariamente são realizadas pela própria vítima. Um ponto de destaque é que ambas pesquisas deixam claro que como a denúncia é espontânea, os números são estimativas, ou seja, são considerados como subnotificados, pois nem toda pessoa que passa por algum tipo de violação a reporta nem mesmo quem a presencia. Como veremos mais ao fim do capítulo, grande parte das violações não são efetivamente reportadas nem ao Estado nem às ONG.

²³ O Grupo Gay da Bahia (GGB) afim de chamar a atenção da mídia, governos sobre os modos de produzir alguma pesquisa sobre dados de violência homofóbica, criou e divulga o *Relatório de assassinato de homossexuais (LGBT)*. A pesquisa não é publicada todos os anos, contabiliza apenas assassinatos de pessoas LGBT sobretudo por meio de artigos de jornais, revistas e Internet, eventualmente por alguma denúncia por email. Ao longo do tempo houve melhora na desagregação dos dados, mas ainda assim se apresenta como uma pesquisa limitada, novamente subnotificada, apesar de ser uma iniciativa histórica, promovida pela sociedade civil.

É importante frisar que seria estatisticamente mais apurado relacionar dados relativos aos mesmos anos, mas como o documento da SDH deixou de ser publicado, utilizaremos de forma comparativa e ilustrativa a última versão disponível de cada um dos relatórios.

Outra distinção é o modelo do relatório final, no caso da SDH são sobretudo dados estatísticos gerais com pouca explicação sobre cada um deles e na segunda metade do texto existe uma divisão de estatísticas por Estado, bem como as legislações LGBT existentes em cada um deles, o que considero interessante. No caso da *SOS Homophobie* o documento apresenta maior detalhamento dos dados; há somente um gráfico com o número de denúncias por região francesa; é repleto de textos analíticos sobre diversos temas como por exemplo: suicídio, depressão, homofobia em ambiente escolar ou acadêmico; há um anexo com fatos marcantes do ano, comunicados da ONG enviados para a imprensa ao longo do período e por fim, uma lista das legislações protetivas em relação às pessoas LGBT. Traçando um paralelo entre os dois casos, a SDH poderia explorar melhor os dados e elaborar textos mais analíticos, assim como fatos marcantes do ano e no caso da *SOS Homophobie* poderia haver um maior detalhamento dos dados por região, não somente o número de denúncias, mas também os tipos de agressão.

Existem outras diferenças sobretudo na metodologia e no modo de apresentar os dados, que serão exploradas ao longo dos comparativos e análises realizadas a seguir:

Tabela 7 - População geral no Brasil e na França²⁴

Brasil (2015)²⁵	França (2015)²⁶
205 milhões	66 milhões

Fontes: IBGE, 2015 e Insee, 2015

Tabela 8 - Número de denúncias (População LGBT) no Brasil e na França

SDH (2012)	SOS Homophobie (2015)
3.084	2.197

Fontes: BRASIL, 2012 e SOS HOMOPHOBIE, 2015

²⁴ Valores aproximados.

²⁵ Projeção Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

²⁶ Projeção do *L'Institut national de la statistique et des études économiques* (Insee).

Em números absolutos de denúncias sobre violência contra a população LGBT, ela é mais elevada no Brasil (3.084) de que na França (2.197). Por outro lado, se compararmos a dimensão da população total de cada país, o Brasil é pelo menos três mais populoso que a França, na prática, os/as franceses/as realizam aproximadamente o dobro de denúncias em relação aos/às brasileiros/as. Sem adentrarmos às análises das razões dessa diferença, o fato é que a França é muito mais suscetível a realizar denúncias em relação a violações LGBT.

Tabela 9 - Idade das vítimas de violações homofóbicas no Brasil e na França (%)

SDH (2012)		SOS Homophobie (2015)	
14 anos	2,94%	Menor de 18 anos	7%
15 a 18 anos	10,76%	18-24 anos	6%
19 a 29 anos	41,29%	25-34 anos	16%
30 a 39 anos	13,50%	35-50 anos	11%
40 a 49 anos	8,02%	Mais de 50 anos	5%
50 a 59 anos	3,72%	Não informado	55%
60 anos ou mais	2,94%		
Não informado	16,83%		

Fontes: BRASIL, 2012 e SOS HOMOPHOBIE, 2015

Nessa tese estamos focando no perfil de jovens LGBT, no Brasil mais de metade dos casos de violação às pessoas LGBT se dá entre jovens de 15 a 29 anos. Por outro lado, a partir dos 30 anos os percentuais passam a decrescer consideravelmente em relação a faixa etária anterior - somente entre de 19 a 29 anos corresponde a 41,29% dos casos. De acordo com os dados, o público jovem LGBT figura como um dos mais vulneráveis, senão o mais.

Hipoteticamente, também podemos supor que a juventude LGBT também pode estar mais mobilizada em efetivar denúncias, o que denotaria um modo de ação e engajamento, mas para tal inferência teríamos que possuir dados mais detalhados dos relatórios.

Por conta dos diferentes de recortes de faixas etárias, fica difícil comparar diretamente as estatísticas da SDH e da *SOS Homophobie*, pois são muito distintas. De todos os modos, tanto no Brasil quanto na França há uma determinada faixa etária juvenil na qual se concentra o maior percentual de violações – tanto antes – adolescência, quanto depois - idade mais “madura”, notam-se significativas reduções percentuais.

Nos dados da *SOS Homophobie* há uma grande dificuldade de definir a faixa etária que a qual se pode considerar juventude, pois ela estaria dispersa em pelo menos três diferentes categorias, mas por aproximação dos menores de 18 anos até os 34 anos ocorrem por volta de 1/3 das violações contra LGBT. Logo, temos dois problemas, este relatório em questão deveria repensar o recorte de suas faixas etárias, tal como outro problema bastante sério é o alto percentual de idade não informada, que supera metade da amostra.

Tanto a SDH, mas sobretudo a *SOS Homophobie*, deveriam pensar estratégias para diminuir os percentuais de idade não informada, para refletir melhor a realidade dos casos de agressão. No entanto, em qualquer perspectiva, a juventude LGBT é bastante atingida por violações por conta de sua sexualidade, quando não o principal alvo como pode-se destacar no caso do Brasil, aparentemente sendo ainda mais incisiva após a maioridade legal e os limites da idade de juventude, caso que deveria ser pensado com detalhamento para poder melhor guiar as ações, sejam das organizações LGBT, sejam do poder público em relação à juventude, pois esta nos parece como a mais vulnerável e deveria haver certa prioridade a partir dos dados apresentados e analisados.

Tabela 10 – Locais de agressões homofóbicas no Brasil e na França (%)

SDH (2012)		SOS Homophobie (2015)	
Casa	38,63%	Internet	40%
Rua	30,89%	Lugares públicos	11%
Local de trabalho	5,37%	Família e entorno próximo	10%
Escola	3,18%	Trabalho	8%
Hospital	0,82%	Vizinhança	6%
Delegacia de polícia	0,61%	Depressão	5%
Albergue	0,33%	Comércio e serviços	5%
Igreja	0,29%	Escola / faculdade	5%
Outros	19,88%	Meios de comunicação	3%
		Internacional	2%
		Política	2%
		Outros	3%

Fontes: BRASIL, 2012 e SOS HOMOPHOBIE, 2015

Entre a pesquisa SDH e *SOS Homophobia* de pronto notamos uma grande diferença, esta inclui em suas estatísticas a Internet como um local de agressão, na SDH essa opção é inexistente. O debate no movimento LGBT considera importante colher dados considerando a Internet enquanto local de agressão, pois estamos cada vez mais conectados à rede mundial, pelos computadores, celulares, e o impacto de infâmias e injúrias do mundo *online* não deixa de causar fortes influências na vida *offline* das pessoas, em suas famílias, vizinhanças, ambiente escolar e de trabalho, por exemplo. Nesse sentido, a SDH poderia futuramente vir a considerar contabilizar a Internet como local de agressão. Por outro lado, é interessante construir os dados das duas maneiras: uma incluindo a Internet no *ranking* geral e outra excluindo-a do mesmo. A razão desse raciocínio é que por exemplo no caso francês 40% das denúncias são violações por meio da Internet, o que é muito interessante de se saber, mas por outro lado, estatisticamente minimiza os percentuais e a classificação mais apurada das agressões contra LGBT em ambientes *offline*.

Se o grande problema na França, representando um pouco menos da metade dos casos, se dá por meio da Internet, no Brasil os números mais alarmantes apresentados se dão no ambiente que em teoria deveria ser o mais seguro: a casa, o próprio lar. O relatório não especifica neste caso quem é o/a agressor e o tipo de violência sofrida em âmbito doméstico, mas de qualquer modo é aparentemente no seio da família em que acontecem um pouco menos da metade dos casos. Levantando em conta a perspectiva da juventude LGBT, poderia ser explorada se a agressão acontece entre responsáveis e filhos/as, entre irmãos/as, ou em relação a outros parentes, sem desconsiderar a possibilidade de violência doméstica entre casais LGBT.

Ainda no Brasil, as agressões ocorridas na rua ocupam a segunda posição no *ranking* com (30,89%), um pouco menos do que em casa. Há, no entanto, uma grande preponderância de relatos de violência, respectivamente, em casa (38,63%) e na rua (30,89%). Nesses dois ambientes ocorrem aproximadamente 2/3 das violações. Ao avaliarmos as questões do alto grau de agressões na rua, podemos pensar que apesar de existir na legislação brasileira, sejam legislações nacionais, estaduais ou municipais, que restrinjam qualquer tipo de discriminação e violência - e em alguns casos que até promovem legislações protetivas específicas em relação à população LGBT, faz sentido que uma das bandeiras de luta do Movimento LGBT, inclusive do juvenil, seja a mudança de mentalidades, comportamentos, cultura, pois as leis existem, os/as agressores/as

poderiam ser punidos/as, mas ainda assim comentem com grande frequência discriminações motivadas pela sexualidade tanto na esfera doméstica quanto pública.

No caso do relatório da *SOS Homophobie*, excluindo a Internet, notamos que há uma proximidade com os lugares de agressão em relação ao Brasil, sendo a rua e lugares públicos responsáveis por (11%) e a família e seu entorno (10%). Como dissemos anteriormente, por conta da alta porcentagem das violações por Internet, é difícil comparar os dados estatísticos, mas de qualquer forma na França e no Brasil, no ambiente *offline*, os principais casos e com estatísticas bastante próximas acontecem na rua e no ambiente familiar.

Dessa forma, acredito não ser muito difícil compreender porque as principais bandeiras das organizações juvenis LGBT, em ambos países, além da mudança da cultura e da sociedade, se concentrem na questão dos conflitos familiares, e de que mesmo nos dois países havendo legislações protetivas gerais e específicas para LGBT, elas não são suficientes para impedir altos níveis de violência nesses ambientes, o que por sua vez também torna compreensível porque não é o Estado o principal alvo de transformações e atuação – o Movimento LGBT conseguiu avançar em legislações, mas elas não têm sido suficientes para evitar a violência, mesmo tendo órgãos públicos e entidades que se encarregam em tentar “fazê-las valer”.

Por outro lado, além de leis, obviamente o Estado pode tomar outras atitudes, como maior policiamento em áreas mais afetadas pela violência, promover políticas públicas de conscientização, sensibilização etc, mas se os/as jovens em seu engajamento possuem um sentimento de maior urgência e pragmatismo, não basta esperar que essas mudanças sejam implementadas a longo prazo, mesmo que não se abdique das reivindicações em relação aos governos, eles/as querem mudar o seu cotidiano, o impacto da homofobia no seu dia-a-dia, minimizar suas mazelas o quanto antes, até porque é recorrente nas entrevistas que os/as jovens LGBT relatem que são agredidos/as fisicamente, psicologicamente, verbalmente ou mesmo simbolicamente, diariamente, quando não muitas vezes ao longo de um único dia. Exemplificando: se é em casa e na rua os maiores níveis de violações, quantas vezes circulamos por esses ambientes ao longo de um único dia? Qual o nível e frequência que um/a jovem LGBT está potencialmente exposto à violência cotidianamente?

Em ambos países, o terceiro local de agressão é o trabalho, no Brasil bastante distante dos outros dois locais mais citados, na França com uma diferença

consideravelmente menor quanto a rua e a família. Em todo caso, o trabalho, assim como nas estatísticas, figura enquanto bandeira de luta das organizações de jovens LGBT.

Podemos seguir a seguinte lógica e análise: como foi apontado anteriormente, a juventude é mais exposta à crise econômica, possui menor autonomia financeira em relação à geração anterior, muitas vezes seus trabalhos são “precários”, além de ser o início da vida economicamente ativa. Assim sendo, os/as jovens LGBT que estão buscando emprego ou estão em seus primeiros trabalhos são ainda mais vulneráveis na questão renda e subsistência – em qualquer faixa etária o tema é delicado - pois todos/as precisam de dinheiro no mundo capitalista para sobreviver, mas entre os/as jovens que já são mais dependentes de suas famílias, que muitas vezes não os/as aceitam ou no mínimo são responsáveis por fortes conflitos, a questão do emprego é bastante sensível à juventude LGBT, que apesar de ser uma bandeira, já o é em menor intensidade em relação a sociedade geral, a rua, a casa e a família, até porque, considerando também que muitos/as dos/as entrevistados/as ainda são estudantes, mas não deixam de se preocupar com seu futuro e subsistência.

Gostaria de retomar nesse momento a discussão sobre as metodologias das pesquisas, as categorias utilizadas são distintas. Na SDH não figura “vizinhança”, “depressão”, “comércio e serviços”, “meios de comunicação”, “internacional” e “política”. No caso da *SOS Homophobia* não constam dados sobre algumas instituições como “hospital”, “delegacia”, “albergue” e “igreja”. Como foi dito anteriormente, cada pesquisa tenta dar conta de suas próprias realidades, mas seria interessante, avaliar ambos os casos e ver o que seria frutífero que um relatório incorporasse do outro. A *SOS Homophobia* poderia incluir as instituições citadas, os órgãos públicos, por exemplo, mas a situação mais séria é a da SDH, pois ainda apresenta um elevado percentual (19,88%) de “outros locais”, ou seja, há uma porcentagem considerável que não se enquadra nas categorias elaboradas, ao passo que somente (3%) dos dados da *SOS Homophobia* consta como “outros”.

Na França, após o ambiente de trabalho, o maior grau de violações se dá na vizinhança (6%). Novamente, chamo a atenção para apontar que as agressões muitas vezes acontecem com pessoas próximas, do cotidiano, o que faz sentido realizar trabalhos mais diretos com seu entorno como família e vizinhos. Como dito, vizinhança não consta no rol da SDH.

Ainda pela *SOS Homophobia*, após vizinhos/as, empatam estatisticamente três categorias de violência: depressão; comércio e serviços; escola/faculdade com (5%). Na

SDH não constam depressão nem comércio e serviços, mas no mínimo comércio e serviços deveriam constar neste relatório e depressão me parece um caso muito subjetivo de denúncia, que de todos os modos não deixa de ser interessante e uma forma de ajudar quem está passando por um período de grande sofrimento. Quero lembrar que na França há programas bastante fortes contra suicídio, incluindo LGBT, o que faz sentido apresentar depressão como denúncia enquanto uma medida de prevenção.

O relatório da *SOS Homophobie* traz a seguinte explanação, que no caso de adolescentes e jovens adultos/as é apontado como os principais contextos de agressão a escola/faculdade (68%) e a família (30%) (SOS HOMOPHOBIE, p. 17, 2015). No Brasil, após o trabalho, ocupando 4º lugar, a escola/faculdade também figura como principal local de discriminação.

Aparentemente é um contrassenso que um ambiente educacional, seja a escola ou a faculdade, conste no topo da lista de locais de violência. A escola idealmente deveria ser um espaço de convívio com a diversidade, aprendizado, tolerância, mas sabemos que esse é o ideal, não a realidade, assim como demonstram as pesquisas.

De todas as formas, o respeito aos/às jovens LGBT no ambiente escolar e acadêmico também figura como uma das principais bandeiras de suas organizações. Se retomarmos a noção da importância do cotidiano, supomos que a maioria dos/as jovens estão diariamente na escola e nela passam uma parte bastante importante das horas de seus dias, logo, novamente é um lugar suscetível de violências constantes e diárias, mas os dados poderiam ser aprofundados e verificar quem são os/as agressores/as nesse ambiente: professores/as? Colegas? Funcionário/as? No relatório da *SOS Homophobie* há um capítulo somente sobre educação, que consta o detalhamento sobre os/as agressores/as.

Para fins dessa pesquisa, seria demasiado extenso explorar cada um dos locais de violência detalhadamente, mas efetuei um exercício comparativo entre França e Brasil, destacando similaridades e diferenças, para apontar em que medida esses dados refletem a violência cotidiana de jovens LGBT e que se tornam bandeiras de luta tanto deles/as quanto de suas organizações.

O recorte que fiz para interromper as análises aqui apresentadas, além da impossibilidade de seu aprofundamento para fins da tese, é que também os casos não abordados apresentam índices bastante mais baixos de agressão e violência homofóbica em relação aos até então discutidos.

Concluindo a questão das agressões por localidade, outra ressalva que faço sobre a metodologia das pesquisas, é interessante que a *SOS Homophobie* contabilize casos de agressão sofridas no exterior, inclusive detalhes sobre as regiões de maior violência, o que poderia levar a diálogos, acordos e cooperação internacional ou ao menos alertar franceses/as LGBT que irão visitar tais regiões sobre as possibilidades de violações. Por fim, a questão da mídia e da política, também poderiam ser incorporadas no relatório SDH.

Tabela 11 - Tipos de violações homofóbicas no Brasil e na França (%)

SDH (2012)		SOS Homophobie (2015)	
Violência psicológica	83,20%	Insultos	47%
Discriminação	74,01%	Rejeição / Ignorância	47%
Violência física	32,68%	Discriminação	20%
Negligência	5,70%	Homofobia social	20%
Violência sexual	4,18%	Difamação	18%
Violência institucional	2,39%	Ameaças e chantagens	13%
Abuso financeiro e econômico	1,13%	Assédio	12%
Trabalho escravo	0,10%	Agressão física	8%
Outras (Direitos Humanos)	0,10%	Sair do armário	3%
Tráfico de pessoas	0,03%	Degradação de bens e roubo	3%
		Ser despedido	1%
		Agressões sexuais	1%

Fontes: BRASIL, 2012 e SOS HOMOPHOBIE, 2015

Não analisarei profundamente os dados aqui apresentados, pois novamente a ideia é traçar um paralelo entre as principais formas de violência sofridas em cada sociedade e também as diferentes metodologias. Pode-se notar que as porcentagens não fecham em 100%, pois na maioria dos casos as vítimas sofreram simultaneamente múltiplas formas de agressão.

Esses dados são um pouco difíceis de serem analisados, pois seus significados não são explicitados nos relatórios, assim alguns itens se tornam um tanto “subjetivos”.

No Brasil as principais queixas respectivamente são: violência psicológica, discriminação e violência física. Por sua vez, na França respectivamente são mais elevadas as taxas de: insultos, rejeições, discriminação e homofobia social. Somente gostaria de chamar a atenção para a questão da violência física e sexual ser muito mais elevada no Brasil do que na França, assim como em ambos os países insultos e difamação figuram como problemas importantes.

A SDH em alguma medida aprofunda as principais formas de violação, desmembrando por exemplo: violência psicológica, física, negligência e sexual. O mesmo acontece com a *SOS Homophobie*, mas somente em relação à violência física.

Para encerrar esse pequeno comparativo, retomo algumas questões entre as diferenças metodológicas dos relatórios: a SDH ainda traça um perfil das vítimas incluindo discriminações correlatas – se junto à sexualidade foram citadas outras injúrias quanto a raça, deficiência, sexo etc; ainda há um detalhamento sobre casos de homicídio e latrocínios; perfil dos/as suspeitos/as e proximidade à vítima; e ainda traz alguns dados sobre sexo e sobretudo orientação sexual e identidade de gênero – mas estes dados em particular são bastante confusos e me parecem ser pouco precisos.

Quanto a *SOS Homophobie*: achei bastante interessante duas características – separar os casos de violência por especificidades ou seja, cada violência é bem detalhada quanto à orientação sexual e identidade de gênero - fala-se em gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, o que permite diferenciar quais os casos mais recorrentes de acordo com essas identidades, e a SDH poderia fazer o mesmo, por exemplo. Outra característica interessante é que segundo cada local de violência há dados específicos sobre sexo, idade, origem geográfica, o tipo de manifestação homofóbica, e os/as responsáveis pela discriminação. Este relatório, assim como o faz a SDH, poderia trazer maiores detalhes sobre raça, homicídios e latrocínios, bem como detalhar melhor o perfil dos/as agressores/as.

1.5.1. Voto e participação eleitoral do público LGBT: questões francesas e brasileiras

Uma pesquisa francesa realizou um levantamento do voto de pessoas LGBT para as eleições presidenciais de 2007, cujos dados centrais seguem no quadro abaixo, seguidos das análises realizadas por CHAUVIN e LERCH (2013):

Tabela 12 - Voto no 1º turno da eleição presidencial de 2007 (França) (%)

	População francesa	Heterossexuais	Não-heterossexuais	Bissexuais (dos quais)	Homossexuais (dos quais)
Candidatos de esquerda	36,5	36,0	44,0	40,0	49,0
Candidatos “Modem”	18,5	18,5	17,0	17,0	16,5
Candidatos de direita	33,5	34,0	24,0	28,0	20,0
Candidatos de extrema direita	10,5	10,5	14,0	14,5	13,0
Outros candidatos	1,0	1,0	1,0	0,5	1,5

Fonte: CEVIPOF, 2012 apud CHAUVIN e LERCH, p. 87, 2013

Sobre a investigação francesa, pode-se apontar algumas informações sobre participação política institucionalizada: o eleitorado LGBT é estimado em 6,5% da população francesa – o que por sua vez representa uma porcentagem maior do que a de católicos/as praticantes.

Apesar de encontrarmos LGBT que votam nos mais diferentes espectros políticos, 56% de gays e lésbicas se posicionam mais à esquerda em relação aos 37% da população geral e 15% de gays e lésbicas se identificam com a direita contra 21% da população geral – a análise da pesquisa considera que um fator importante dessa predileção é o maior apoio dos partidos de esquerda a questão da igualdade e direitos LGBT.

Ainda segundo a sondagem CEVIPOF 2012, 88% de gays e lésbicas se sentem mais próximos/as a um partido em relação a 75% da população geral, ou seja, a questão LGBT acaba por incitar uma maior preocupação e participação política eleitoral para a manutenção ou avanço de seus direitos.

Mais um dado apontado é que a taxa de participação nas eleições de pessoas LGBT é mais elevado em relação ao conjunto da população, o que poderia ser explicado pela sua vulnerabilidade nessa sociedade e a necessidade de tomar parte na disputa por mudanças que alterem seu “lugar menosprezado”.

Por fim, outro resultado, inclusive corroborado por duas entrevistas com militantes franceses por mim realizadas, confirmam a observação de que como há uma identificação mais forte de pessoas e do Movimento LGBT com a esquerda e os/as que são de direita, se sentem mais retraídos ao expressarem publicamente suas simpatias ideológicas e/ou eleitorais. (CHAUVIN & LERCH, 2013).

No Brasil, não encontrei pesquisas eleitorais similares com o recorte de voto, participação eleitoral ou preferências político-ideológicas do público LGBT, mas é frequente que o Movimento LGBT brasileiro durante as campanhas eleitorais divulgue listas e realize uma espécie de *advocacy* por candidatos/as que sejam LGBT ou se comprometam com suas questões - os/as “simpatizantes”, por exemplo: o blog Eleições Hoje²⁷ e a ABGLT²⁸.

Dentre os/as jovens LGBT brasileiros/as entrevistados/as para essa tese, eles/as se identificam mais com partidos e ideologias de esquerda, pois acreditam que são esses que se dispõem a defender a causa LGBT, fazer avançar legislações e políticas públicas voltadas a esse público.

Os objetivos de apresentar essa pesquisa francesa é de algum modo demonstrar, talvez o óbvio: que existem LGBT das mais diversas afinidades políticas; porém, também é mostrar as tendências majoritárias, no caso as de esquerda pela defesa de seus direitos – ou seja, esse é um tema que tem um peso considerável na decisão do voto junto ao eleitorado LGBT, incluindo os/as jovens; na perspectiva do que chamo de hibridismos, apesar de estarmos trabalhando com jovens e novas tendências de engajamento e ação, é interessante não perder de perspectiva que os mecanismos da política eleitoral-institucional, apesar de estarem perdendo importância junto a esse público, não deixa de em alguma medida estar presente; e finalmente, a partir do caso francês, espero que estudos similares sejam realizados no Brasil. A questão das afinidades políticas e sua relação com a política institucional será aprofundada ao longo da tese.

²⁷ Disponível em: <http://www.eleicoeshoje.com.br/sobre/>. Acesso em: 02/01/2016.

²⁸ Disponível em: <http://www.abgl.org.br/port/basecoluna.php?cod=338>. Acesso em: 02/01/2016.

1.5.2. Pesquisa realizada na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2006

O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) do Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes em parceria com grupos ativistas e instituições acadêmicas, realizaram uma série de pesquisas para levantar dados sobre vitimização, discriminação e noção de direitos LGBT na América Latina.

No Brasil, as pesquisas foram realizadas: no Rio de Janeiro (2003 e 2004), São Paulo (2005) e Pernambuco (2006). Assim como em outras cidades da América Latina: na Argentina em Buenos Aires (2004 e 2005) e Córdoba (2010), no Chile em Santiago (2007), na Colômbia em Bogotá (2007) e no México na Cidade do México (2008)²⁹.

As Paradas do Orgulho LGBT foram escolhidas por ser um momento ímpar na congregação de minorias sexuais na luta contra a discriminação e o preconceito, englobando diferentes segmentações geracionais, de classe e identitárias que dificilmente estariam reunidas em qualquer outro espaço social.

Além de produzir dados sobre vitimização e discriminação, em contextos nos quais há poucos dados sistemáticos a esse respeito, a pesquisa ainda analisa o perfil sócio-político dos participantes da Parada.

No tange às *Marches des Fiertés* [Paradas do Orgulho LGBT], na França ou em Paris, não foram encontradas experiências de pesquisa similares às brasileiras, salvo pequenas pesquisas de opiniões sobre temas específicos elaborados por jornais ou revistas, mas não visando a produção de dados sobre discriminação, vitimização, direitos e engajamentos.

Em São Paulo, a primeira pesquisa na Parada do Orgulho LGBT foi realizado pelo CLAM e CESeC junto com a APOGLBT, Departamento de Antropologia (UNICAMP) e o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (UNICAMP) em 2005 e no ano de 2006, outro projeto teve lugar, o *Cidadania GLBT e vitimização homofóbica*, realizado pela Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP) com recursos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que conforme

²⁹ Todas as pesquisas citadas estão disponíveis no site do CLAM: <http://clam.org.br/pesquisas/conteudo.asp?cod=57>. Acesso em: 02/01/2016.

anunciado no relatório do projeto, em grandes linhas segue a pesquisa realizada anteriormente em 2005 (FACCHINI, FRANÇA, VENTURI, 2007).

Utilizarei aqui alguns dados selecionados da pesquisa mais recente de 2006 para tratar do perfil dos participantes da Parada do Orgulho LGBT, discriminação, direitos e engajamento.

Gostaria de enfatizar que a Parada do Orgulho LGBT em São Paulo é considerada a maior, ou uma das maiores do mundo, com um público estimado em 3 milhões de pessoas.

A pesquisa sobre a Parada apresenta alguns diferenciais em relação ao relatório da SDH: se nesta os dados são sobre vítimas e agressores/as, aquela foca os/as participantes, as pessoas presentes e não em denúncias – o que por sua vez reflete a opinião de pessoas LGBT por elas mesmas. Não aborda somente a vitimização, mas avança sobre a produção de dados em relação à participação política e engajamento – informações que não constam no documento da SDH; e ainda, a pesquisa em questão traz um dado relevante: os locais e as agressões que foram as mais marcantes na vida dos/as entrevistados/as.

Outra razão para recorrer aos resultados da pesquisa da Parada é que 77% dos/as participantes são da Região Metropolitana de São Paulo, o que em alguma medida também reflete melhor a realidade, a contextualização, do público e das organizações de jovens LGBT baseadas em São Paulo.

Perfil dos/as participantes

Tratando brevemente sobre o perfil de participantes: 52% são do sexo³⁰ masculino e 48% feminino, ou seja, há um relativo equilíbrio entre os sexos; quanto a sexualidade: 52% se declararam homossexuais; 11% bissexuais e 34% heterossexuais. No que diz respeito à identidade de gênero, 2% das pessoas se identificaram enquanto travestis ou mulheres transexuais.

Um dado que quero destacar em particular é a faixa etária dos/as participantes:

³⁰ A questão sexo, diz respeito ao sexo de nascimento, não de identificação como por exemplo travestis e transexuais que podem possuir uma identidade de gênero diferente da assignada ao nascer.

Tabela 13 - Faixa etária – Pesquisa da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo 2006

16 a 18 anos	12%
19 a 21 anos	20%
22 a 29 anos	35%
30 a 39 anos	20%
40 anos e mais	12%
Não respondeu	1%

Fonte: Cidadania GLBT e vitimização homofóbica (FACCHINI, FRANÇA, VENTURI, 2007)

Se considerarmos juventude a faixa dos 16 anos até 29 anos, esse público representa 67% dentre os/as pesquisados/as, ou seja, há uma porcentagem alta de participação juvenil. A partir dessa informação podemos discorrer algumas análises: em alguma medida corrobora que os/as jovens são mais predispostos a participar de manifestações e protestos de rua; se pensarmos também em novas formas de ação coletiva, a Parada do Orgulho LGBT traz uma característica peculiar – ao mesmo tempo que é uma manifestação pública, também possui um caráter de visibilidade e festividade (FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009), o que também se enquadra nos novos perfis de manifestações que congregam a expressão de opinião, ideais, convicções, identidades, emoções, unindo sensibilidades individuais e interesses coletivos, o que Anne Muxel denomina “cidadão sentimental” (MUXEL, 2010a e 2010b); e como a grande maioria de entrevistados/as é composta por jovens, os resultados em certa medida refletem melhor a realidade e anseios juvenis em relação aos dados apresentados na pesquisa anteriormente utilizada da SDH.

Outra informação é que somente 15% da amostra não trabalha, sendo que 11% dela são estudantes, o que confirma que no Brasil, a juventude brasileira começa a trabalhar relativamente mais cedo do que a francesa.

Em relação a com quem vivem, os/as participantes LGBT apontam que: 50% moram com familiares; 19% com companheiros/as (parceiros/as); 9% com amigos/as e 21% sozinhos/as. Ou seja, metade da amostra mora com a família – não é à toa que esta

é uma bandeira de luta constante entre as organizações LGBT; os resultados apontam que de todos os modos as pessoas LGBT (64%), sobretudo na faixa dos 19 aos 21 anos, moram menos com suas famílias que heterossexuais (82%) – e que essa proporção se mantém em outras faixas etárias; assim como indivíduos LGBT (21%) tendem a morar mais sozinhos em relação aos/às heterossexuais (10%). Sobre a questão moradia, pode-se inferir que pelo fato de boa parte conviver com a família, faça com que essa seja uma questão ou um conflito latente; além do percentual mais elevado de jovens LGBT que buscam morar de forma independente de suas famílias de origem em relação aos seus pares heterossexuais.

Cidadania e participação política

Sobre a atuação em algum movimento social, os dados apontam que 77% de LGBT já tiveram alguma participação contra 73% de heterossexuais. Esses números podem corroborar com a hipótese que de LGBT acabam se interessando e se envolvendo mais em política ou organizações em relação a heterossexuais – provavelmente pelo que podem ganhar ou perder em termos de direitos, sobretudo por conta de suas sexualidades menosprezadas socialmente e politicamente.

Em relação ao tipo de organização nas quais as pessoas LGBT se engajam, elas são respectivamente: movimentos LGBT (40%); grupos religiosos (36%); movimentos estudantis (35%); movimento de Direitos Humanos (21%); sindicatos (21%); ONG (20%); partidos políticos, movimento negro e associação de moradores de bairro (todos igualmente 15%); movimento feminista (9%). A predominância de engajamento atual é no próprio Movimento LGBT com 25%.

Esses dados são interessantes, pois corroboram com a correlação apresentada por Anne Muxel na qual participantes de manifestação costumam ser mais engajados/as e interessados/as em política e associativismo, pois a pesquisa em questão aponta que há um alto grau de participação, passada ou presente, em algum tipo de movimento (MUXEL, 2010a e 2010b). Até pelo caráter e objetivo da Parada, a maioria das pessoas se envolveram ou estão envolvidas com o Movimento LGBT.

Outro resultado a ser analisado é novamente a questão de que os/as participantes têm uma predileção pelo campo associativo, mas ainda assim há porcentagens consideráveis de participação em sindicatos e partidos políticos, que caracterizam o hibridismo entre “velhas” e “novas” formas de participação também entre o público LGBT.

A pesquisa ainda aponta que o engajamento em algum tipo de movimento social entre pessoas LGBT decresce com a idade, ou seja, a partir do fim da juventude. Este recorte etário poderia ser levado em conta pelas entidades juvenis LGBT no que tange ao recrutamento de jovens, mas também sua reorientação de participação na “fase adulta”.

Os/as participantes quando questionados/as sobre a necessidade de se criar um projeto de lei que criminalize especificamente a homofobia, os percentuais foram bastante altos, de no mínimo 87% por heterossexuais e um máximo de 100% no caso de LGBT.

Quando entrevistados/as sobre a importância de avaliar o compromisso de um/a candidato/a em relação ao combate à homofobia para decidir seu voto, 91% afirmaram ser importante, dentre os/as quais 68% disseram ser “muito importante”. Pode-se inferir a partir desse dado, que realmente o comprometimento de um/a candidato, partido, governo têm com a causa LGBT apresenta um peso elevado na decisão do voto por esse público.

Sem entrarmos em grandes detalhes, sobre o tema conhecimento de direitos e políticas LGBT: somente 1/3 diz conhecer algum direito ou política LGBT e sobre o conhecimento da existência da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, somente 6% afirmaram conhecê-la. Em suma, há uma parcela alta de desconhecimento de direitos e políticas LGBT e um grande desconhecimento de um órgão que lida diretamente com essas questões, a SDH do Governo Federal.

De forma sucinta, as respostas sobre o que o governo poderia fazer no combate a homofobia temos: legislação (46%); “que puna a discriminação / homofobia” (37%); [promover] “políticas públicas” (27%); “difundir informação contra o preconceito” (14%); “que reconheça direitos iguais para LGBT” (9%); políticas na área de educação que incentivem o respeito LGBT” (7%); “políticas nas áreas de segurança” (5%); “aumentar espaços de sociabilidade / visibilidade para LGBT” (3%); “política de atendimento e apoio às vítimas de discriminação e LGBT mais vulneráveis” (2%); “apoiar e divulgar o movimento LGBT” (1%)

Novamente, não explorarei todos os dados, mas podemos ter uma ideia do que os/as participantes da Parada do Orgulho LGBT esperam do governo com destaque: a legislações, punição à discriminação e políticas públicas. As principais sugestões são realmente de cunho político tradicional.

Pontos que me parecem relevantes e que dialogam com as entidades de jovens LGBT são: difundir informação contra o preconceito, aumentar espaços de sociabilidade e visibilidade LGBT, apoiar e divulgar o Movimento LGBT; bem como políticas na área

de educação que incentivem o respeito a LGBT. Pode-se inferir, que essas sugestões buscam com que o governo também contribua, se responsabilize, no processo de mudança de mentalidades e comportamentos da sociedade como um todo, seja por meio de campanhas, seja por meio da educação – mas talvez por não verem o Estado muitas vezes executando essas propostas, por não serem elencadas como ações prioritárias ou ainda demorarem muito para serem concretizadas, os/as jovens LGBT o têm feito essas ações por si mesmos e por meio das entidades, o que analiso estar relacionado com o pragmatismo, sentimento de urgência, concretude de reivindicações e tempo considerado lento para que governos as coloquem em prática (KRISCHKE, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b).

Sobre as questões: apoiar espaços de sociabilidade e visibilidade LGBT; e apoiar e divulgar o movimento LGBT - ao meu ver, a primeira questão, indica a necessidade de espaços, talvez públicos e nos quais LGBT se sintam seguros para o convívio e sociabilidade entre pares. Sobre fortalecimento e divulgação dos grupos LGBT, me parece uma demanda de que o poder público tanto divulgue as organizações LGBT existentes, quanto apoiar também se pode pensar em mecanismos de financiamento público para manutenção e mesmo ampliação do Movimento.

Estas últimas propostas tratadas figuram em porcentagens bem menores em relação as anteriores na pesquisa, mas são bandeiras de luta presentes nas organizações juvenis LGBT. Há de se pensar até que ponto, por serem propostas pouco usuais, é exatamente por esse motivo que tais entidades se encarregam de buscar levá-las a cabo.

Por fim, não deixa de ser relevante que 24% dos/as entrevistados/as não souberam o que responder, ou seja, apesar da homofobia estar presente cotidianamente, as pessoas têm dificuldades de elaborar demandas voltadas ao governo.

Vitimização homofóbica

Novamente realizo uma seleção de dados. Primeiramente, 67% das pessoas LGBT relatam ter sofrido algum tipo de discriminação e 59% de agressão, índices bastante elevados.

Retomarei o tipo de discriminação sofrido, mesmo que tratado nas pesquisas anteriores nesta tese, pois como ressaltai, o perfil do público além de ser majoritariamente jovem, são eles/as mesmos/as responsáveis pelas respostas. Nesse caso a predominância de modalidade de discriminações mudam de ordem em relação à pesquisa SDH, por

exemplo, sendo que: (32%) se sentiram excluídos/as ou marginalizados por amigos/as e vizinhos; (29%) na escola ou faculdade; (26%) no ambiente familiar; (26%) no ambiente religioso; (21%) no trabalho.

Quero chamar a atenção que ao olharmos essa perspectiva, com perfil mais juvenil, a maioria das discriminações ocorrem exatamente no cotidiano, sendo que o entorno próximo como amigos/as, vizinhos, escola, ambiente familiar, religioso e trabalho são as principais causas, locais de frequência diária. Um questionamento que faço é: como esperar o tempo da política tradicional, sem perdê-la de vista, em tempos sociais mais acelerados, quando a discriminação ocorre nos locais em que se circula proximamente e recorrentemente? Não é à toa que essas questões se transformam em bandeiras prioritárias das organizações de jovens LGBT.

Outra ressalva, se a escola aparece no *ranking* da SDH como o 4º de maior local com maior número de violações, na Pesquisa da Parada do Orgulho LGBT ela figura em 2º lugar. Isso denota, que realmente, de acordo com a idade, as demandas e reivindicações são distintas, sendo que a escola e a universidade ocupam um espaço bastante considerável entre a juventude.

Um dado particular que este relatório traz, é que além das agressões, são questionados em quais locais ocorreram as mais marcantes na vida dos/as participantes, e as respostas respectivamente são: local público (60%); ambiente doméstico (15%); ambiente escolar (12%); trabalho (7%) e estabelecimentos comerciais (5%). A pesquisa ainda aponta os seguintes detalhamentos no que tange o recorte juventude: entre jovens na faixa de 16 a 18 anos as agressões mais marcantes ocorreram no ambiente doméstico (24%); e o ambiente escolar/universidade na faixa de 16 a 18 anos é de (18%) e na entre 19 a 21 anos de (25%).

Está bastante claro, que as agressões mais marcantes ocorreram na rua, com mais da metade dos casos, mas excluindo-a, sobretudo entre jovens, novamente é o ambiente familiar e escolar/acadêmico onde não só acontecem boa parte das violações, mas inclusive as mais marcantes de todas as suas vidas.

Corroborando os dados acima, sobre os/as agressores/as nas situações mais marcantes figuram sobretudo: (48%) desconhecidos/as; (12%) familiares; (11%) colegas de escola/faculdade; e (9%) amigos/as e conhecidos/as. Se a rua é o local e desconhecidos/as os/as agressores/as mais marcantes, não é de se estranhar, que os/as jovens tenham uma forte necessidade e demanda de se organizar em grupos para se proteger mutuamente entre seu rol de ações e buscam a mudança de mentalidade e

comportamento da sociedade de forma ampla e abrangente, inclusive no que diz respeito às respostas dadas sobre o que o governo pode fazer.

Ainda a partir da pesquisa realizada durante a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, pode-se apontar alguns limites da coleta de informações, seja da SDH ou da *SOS Homophobie* - ao mesmo tempo sem de modo algum invalidá-las, muito pelo contrário: um dado pertinente são as taxas de **não-denúncias** das agressões sofridas - (43%) dos/as entrevistados/as relatou a violência a alguém e (54%) não o fez. Dentre aqueles/as que relataram a agressão (21%) o/a fizeram junto à amigos/as; (11%) à polícia; (9%) aos familiares e somente (1%) à uma ONG ou grupo ativista. Ou seja, primeiramente, mais da metade nem sequer comenta com absolutamente ninguém a violência sofrida; e a outra quase metade que o faz, não é majoritariamente a órgãos competentes ou ONG, mas sim comentam com amigos/as ou familiares. A razão de não se realizar uma denúncia deve ser aprofundada, pois há canais, governamentais e da sociedade civil, mas algumas questões decorrentes são: esses canais são de grande conhecimento público? As pessoas ainda possuem receio de exporem sua sexualidade realizando uma denúncia? Quais outros fatores poderiam interferir para que a agressão não seja relatada a organismos competentes? De todos os modos, esse dado ainda corrobora com as afirmações de as pesquisas realizadas são subnotificadas.

1.5.3. Pesquisa Veja Especial 45 anos (setembro de 2013)³¹

A Revista Veja na edição comemorativa de seus 45 anos (2013) decidiu reaplicar uma pesquisa de opinião pública a respeito de homossexuais e homossexualidade no Brasil. Ou seja, elaborou um comparativo das respostas às mesmas questões efetuadas há 20 anos atrás.

Não deixa de ser remarcável refletir sobre o impacto que a questão da diversidade sexual ainda causa em nossa sociedade a ponto de uma revista de ampla circulação traga esse tema em sua edição especial de 45 anos. Essa pesquisa ao contrário de tratar diretamente do público LGBT, ela faz o inverso, traz a opinião pública a respeito dos/as mesmos/as.

Além do questionário, sinteticamente faço um apanhado do conteúdo do artigo, que traz aportes de alguns/mas especialistas selecionados/as sobre o tema: considera que o assunto homossexualidade avançou muito por conta da repercussão da epidemia do HIV/Aids no Brasil em meados dos anos de 1980/1990; destaca a multiplicação do número de organizações do Movimento LGBT e de Paradas do Orgulho LGBT, que se espalharam pelo Brasil afora; e a visibilidade trazida por personagens gays e lésbicas em novelas ou pelas declarações públicas de artistas e aponta como exemplo a cantora Daniela Mercury e a publicização de sua relação homoafetiva. Ainda apresenta a experiência de um casal, que havia sido entrevistado em 1993, que viviam juntos há 3 anos: Toni Reis e David Harrad, mas na época, este por de ser de origem inglesa, corria o risco de ser deportado do Brasil pelo não-reconhecimento oficial de uniões ou casamentos homossexuais, mas em 2013, eles não só seguem casados - agora perante a lei, mas David Harrad continua no Brasil e o casal adotou filhos/as legalmente.

Em linhas gerais, a pesquisa aponta que houveram importantes avanços, mas reconhece que ainda há muito a ser feito: apresenta o caso de um garoto de 14 anos, que em 2010 foi assassinado brutalmente no Estado do Rio de Janeiro, somente por ser um adolescente gay assumido; diferentemente de leis nacionais contra a discriminação de negros/as e mulheres, ainda não há lei similar para a proteção da integridade de pessoas LGBT (conhecida como o Projeto de Lei 122 de 2006, ou PLC 122/06); as dificuldades de implementar a União Civil, mas que foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e

³¹ Artigo: *As duas faces da tolerância. Pesquisa VEJA/ipsos refaz levantamento de 1993 sobre gays no Brasil.* Veja Especial 45 anos, setembro de 2013.

posteriormente convertida em casamento a duras penas por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça³².

Um destaque a respeito da reportagem, é a seleção das personalidades e organizações entrevistadas: Toni Reis fundou a ONG curitibana Dignidade, além de fazer parte do Secretariado da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - ABGLT³³. Além de personalidades, chama a atenção que outras duas organizações entrevistadas lidam com jovens: o Grupo de Pais e Mães de Homossexuais (GPH) tendo Edith Modesto como fundadora da entidade, assim como também o é do Grupo Purpurina - este voltado especificamente para a juventude LGBT; e o artigo ainda traz diálogos e trabalhos realizados por Deco Ribeiro, fundador da rede E-Jovem, por exemplo, sobre seu trabalho com a Escola Jovem LGBT, que ajudou a formar e impulsionar o *Gay Direction*, uma banda *cover* gay do grupo musical *One Direction*.

Pode-se analisar que a revista deu destaque a um dos membros da maior “federação LGBT do Brasil”, a ABGLT, assim como as únicas outras duas entidades LGBT entrevistadas, estão diretamente ligadas a questão de filhos/as ou jovens LGBT e estas serão analisadas nesta tese.

Reprodução da pesquisa Veja/IPSO/IBOPE de 1993 e 2013 com o comparativo de respostas:

	1993	2013
Convivem com homossexuais na vida cotidiana	50%	78%
Mudariam sua conduta com o colega se soubessem que ele é homossexual	56%	19%
Mudariam seu voto caso fosse revelado que seu candidato a uma eleição é homossexual	47%	12%
Deixariam de contratar um homossexual para um cargo em sua empresa, mesmo que ele fosse mais qualificado	36%	7%
Não concordariam que um candidato homossexual seja eleito para a Presidência da República	56%	21%
Trocariam de médico se descobrissem que ele é gay	45%	14%

³² Conselho Nacional de Justiça - Resolução Nº 175 de 14/05/2013.

³³ O adendo sobre a participação na ABGLT é nosso.

Trocariam de dentista se descobrissem que ele é gay	50%	11%
Acreditam que a educação recebida pela pessoa determina sua homossexualidade	20%	20%
Acham que um casal homossexual, mesmo vivendo juntos há muito tempo, não deve adotar uma criança	58%	40%
Acham que se nasce homossexual	51%	51%
Acreditam que os homossexuais provocaram o aparecimento da aids no mundo	44%	12%
Acreditam que os homossexuais são responsáveis pela disseminação da aids no mundo	61%	18%
Ficariam tristes se tivessem um filho homossexual	79%	37%

Fonte: Veja, setembro de 2013, p. 283 (Veja Especial 45 anos). Realizada por Veja/Ipos/IBOPE

Uma primeira questão que me salta à vista é a completa ausência da questão da bissexualidade, travestilidade e transexualidade. Talvez desculpável por ser uma reprodução de uma pesquisa anterior, na qual naquele momento talvez não fossem segmentos identitários tão visíveis, mas hoje são de fato incontornáveis e tão pouco foram incorporados ao longo do artigo.

De acordo com a pesquisa anterior, há 20 anos, em linhas gerais, pode-se dizer que houve uma melhora significativa na aceitação da homossexualidade no Brasil e em diversos âmbitos: sociais, políticos, profissionais, familiares etc.

Segundo as entrevistas com fundadores/as de grupos organizados LGBT em São Paulo, existe realmente uma sensibilidade geracional³⁴ de que ao longo dos anos houveram melhoras em relação à aceitação das ditas sexualidades menosprezadas, mas por outro lado, apontam que mesmo com essas melhorias, ainda há muitos problemas, e indicam que eles provavelmente também se deslocaram de lugar: várias situações foram atenuadas, mas outras surgem ou recrudescem. Exemplificando: uma fundadora de um grupo juvenil LGBT relata que com passar do tempo nota uma diminuição do número de

³⁴ O uso do termo foi inspirado em Henning, quando este se utiliza de indentificações de fundo geracionais a partir de relatos de seus interlocutores para estabelecer periodicizações com base em recortes geracionais apontados em tais discursos em sua tese *Paizões, Tiozões, Tias e Cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo* (HENNING, 2014).

expulsões de jovens por suas famílias por conta da sexualidade, mas por outro lado, o/a jovem permanecer em casa, não significa aceitação, pois há famílias religiosas que realizam exorcismos com os/as mesmos/as, considerando a sexualidade menosprezada como coisa do demônio e será curada pela intervenção divina; outras famílias preferem que o/a jovem permaneça em casa com o intuito de mudá-lo/a, “convertê-lo/a à heterossexualidade”, por pressão, chantagens, disciplina, terapia etc – resumidamente, reduz-se o número de expulsões, mas surgem outros conflitos no seio da família que influenciam diretamente a auto-aceitação, auto-estima e inclusive novas formas de violação e agressão dessa juventude em questão.

Ainda sobre a fala desses/as entrevistados/as da revista, a discriminação por sexualidade ainda está tão mal resolvida, que questões como: será que sou LGBT? – problemas de auto-aceitação; como sair do armário?; será que minha família e meus/minhas amigos/as vão me aceitar?; o sentimento de isolamento – por ter pouco contato com outros/as jovens LGBT nos espaços que circulam cotidianamente, sobretudo quando adolescentes; todas as essas são situações que estavam na origem, na motivação, de criação dessas entidades e seguem até hoje. Junto às renovações geracionais, também se repetem praticamente as mesmas problemáticas, o que de algum modo indica, que na reprodução social a questão da homofobia ainda está longe de ser resolvida, mesmo reconhecendo ela que pode estar sendo atenuada em alguns aspectos.

Além disso, analisando as conversas com os/as jovens LGBT, em Paris e São Paulo, se existe uma percepção, sobretudo dos/as “mais velhos/as” de que a homofobia hoje é menos grave, ou menos intensa, do que era no passado, não é esse o sentimento dos/as jovens chamados/as por eles/as mesmo de LGBT em conflito, não somente com sua própria sexualidade, mas a tensão que a sua sexualidade gera nos mais diversos espaços em que circulam e nas mais diferentes esferas da vida - que por sua vez frequentemente geram sentimentos de isolamento, depressão e rejeição. O contexto social pode ter melhorado, mas os/as jovens que estão passando pela crise de auto-aceitação, homofobia na família, escola, vizinhança, nas ruas, naquele momento a percepção é de uma situação ainda é bastante crítica - há relatos que se sentem em “um beco sem saída” e que exerce grande influência e gera muitos conflitos na construção de si, de suas personalidades e identidades, assim de como se mover na vida social. Utilizando um exemplo irônico, se a homofobia eventualmente fosse tão branda, ser LGBT teria o mesmo peso na formação da personalidade de um/a jovem de ele/a ser é canhoto/a ou destro/a nos dias atuais, ou seja, não seria uma questão demasiada importante ou

problemática. É exatamente isso que o Movimento LGBT, inclusive os grupos jovens organizados buscam: que ser LGBT deixe de ser uma questão tão relevante no que diz respeito a exclusão, preconceito e discriminação. Até que ponto não é justamente a atuação dos grupos LGBT que ao longo do tempo contribuíram para esse possível “abrandamento social da homofobia”? Ainda assim, atualmente essa se configura como uma das suas piores crises existenciais e sociais na vida de jovens LGBT, o conflito por conta de sua sexualidade menosprezada.

Retomando a discussão sobre a pesquisa da Veja, algumas problematizações não podem deixar de ser feitas: a) temos que no mínimo nos questionar se de fato houve melhora na aceitação da homossexualidade no Brasil ao passar do tempo ou as pessoas ao menos se sentem mais intimidadas a expressar suas opiniões e convicções acerca da homossexualidade – o que em alguma medida não deixa de ser um tipo de avanço; b) Por outro lado, se aparentemente os dados são “tão positivos” porque ainda temos números elevados de casos concretos de discriminação e violência homofóbica e fortes crises por parte dos jovens, que os/as levam a depressão, isolamento, ideações e tentativas de suicídio, conflitos em casa, nas ruas, espaços educacionais e trabalhos?

Em suma, no que tange especificamente à juventude, o artigo da revista dá destaque para a homofobia em família, ou seja, um dos piores problemas apontados e ressaltados é quando há um filho/a homossexual; logo, dentre as entidades LGBT e seus/suas representantes, o texto concede um espaço considerável para o E-jovem e GPH, sendo que ambos tratam da questão juventude e família. Finalmente, por mais que tenha melhorado os índices de “aceitação”, muitos pais e mães ainda apontam que “ficariam tristes se tivessem um/a filho/a homossexual” – mesmo a taxa tendo sido reduzida de 79% (1993) a 37% (2013), ainda assim é um percentual relativamente elevado e que indica um potencial de conflito ou rejeição entre jovens homossexuais e suas famílias. Ainda deve-se considerar que esses números poderiam ser mais elevados em relação a filhos/as bissexuais, travestis e transexuais.

1.6. Breves considerações acerca deste capítulo

Retomando alguns traços principais deste capítulo, ele foi dividido em duas partes: a) reflexões e problematizações sobre certa “atualização” ou “flexibilização” da compreensão do que poderia ser considerado como engajamento político juvenil; b) seguido de dados mais concretos sobre a população LGBT, em particular sua juventude, suas questões e bandeiras.

Em relação às transformações sobre o engajamento juvenil, busco realizar uma contextualização macrosociológica – com dados quantitativos e resultados qualitativos - de sua socialização e da resposta que os/as jovens dão a ela em termos de política e engajamento, inclusive em alguma medida revisando conceitos, noções e metodologias e buscando compreender suas novas características.

Apesar da juventude apresentar transformações particulares em relação à geração anterior no que diz respeito ao engajamento – suas predileções de participação, ação, organização e militância, também busco mostrar que embora tendam a novas formas de atuação política, não deixam de se relacionar, ou em alguma medida mesmo que indiretamente, interagir com a política que chamo de tradicional, eleitoral, ou ainda institucional; inclusive os/as jovens possuem fortes expectativas em relação à ela, mesmo que apresentem um rechaço à forma como ela vem sendo conduzida e pela atual classe política. Assim, apesar das “novas formas”, há um hibridismo na ação política da juventude, que não deve ser desconsiderado, ou seja, ainda que os/as jovens prefiram outras formas de engajamento e ações políticas, eles/as não se afastam por completo do diálogo ou ao menos de expectativas em relação à política tradicional - suas ações e engajamentos em algum ponto se entrecruzam.

No que diz respeito à população LGBT, apesar de seus problemas de produção de dados e subnotificações, existem alguns relatórios que nos fornecem dados interessantes sobre violência homofóbica, direitos, política e engajamento, tal como oferecem informações sobre a percepção pública em relação à “homossexualidade”. Analisando atentamente a esses dados, é possível extrair algumas características desses grupos e as bandeiras de luta em relação ao recorte juvenil, mesmo que este não seja o foco de nenhuma das pesquisas.

Capítulo II – Panorama histórico das organizações de jovens LGBT em São Paulo

Os objetivos desse capítulo são: em um primeiro momento contextualizar a trajetória histórica em linhas bastante gerais dos Movimentos LGBT no Brasil e na França para em seguida problematizar o contexto de emergência de grupos organizados especificamente juvenis. Posteriormente, realizo uma descrição e análise de cada uma das organizações de jovens LGBT com atuação em São Paulo, como um adensamento analítico a respeito de seu panorama, trajetória histórica, com base no conjunto das entidades estudadas.

2.1. Breve introdução ao Movimento LGBT brasileiro e francês, e problematização do contexto de emergência de grupos específicos de jovens LGBT

Antes de adentrar nas especificidades da criação de organizações de jovens LGBT no Brasil e na França, gostaria de fazer uma sucinta contextualização de seus respectivos Movimentos LGBT e alguns processos comuns - tal como distinções, a partir da literatura acadêmica em ambos países (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005 e 2009; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MacRae, 1990; PREARO, 2014 e 2015; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Tanto no Brasil quanto na França, antes mesmo de existir um movimento organizado LGBT³⁵, já existiam locais de encontros e estabelecimentos voltados a uma sociabilidade homoerótica, sobretudo em grandes cidades e recorrentemente em regiões centrais da mesma ou proximidades – os “guetos homossexuais”. Nesse sentido, no processo de surgimento de um movimento homossexual organizado, ele tendeu a ser organizado inicialmente nos grandes centros urbanos, no qual já existia algum tipo de “vida gay” ou determinadas regiões ou bairros das cidades conhecidas por uma frequência homossexual.

³⁵ No início de sua organização política o movimento em questão era mais conhecido como Movimento Homófilo ou Homossexual, mas ao longo do tempo foi se transformando e segmentando uma diversidade de identidades sexuais e de gênero até chegar na nomenclatura atual de Movimento LGBT – a qual adoto ao longo dessa tese (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005 e 2009; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MacRae, 1990; PREARO, 2014 e 2015; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Tanto na França quanto no Brasil, os marcos que caracterizam o início de um Movimento Homossexual são: o surgimento de uma publicação voltada a temática e reflexão sobre homossexualidade; tal como a estruturação de grupos organizados. Sendo que naquele país o marco é a aparição da revista *Arcadie* e do *Club littéraire et scientifique des pays latins* (Clespala) [Clube literário e científico dos países latinos] em 1957 – ambas iniciativas se estruturam a partir da capital francesa, Paris. No Brasil, por volta dos anos de 1978 surgem o jornal *Lampião* – cujo o cerne da equipe de redação se dava majoritariamente por participantes do Eixo Rio-São Paulo; e o grupo *Somos*, de São Paulo.

Primeiramente, acho interessante que os marcos em ambos os casos são: publicações específicas e grupos organizados. Pode-se notar que há uma distância no tempo de início de tal movimento em cada país, sendo mais antigo na França em relação ao Brasil, sem exaurir todas as circunstâncias sociais, econômicas e políticas, relembro que neste país no período de 1964 a 1985 houve a instauração de uma ditadura militar, que seguramente teve influências sobre o período e forma de articulação do Movimento Homossexual Brasileiro, inclusive como aponta a literatura sobre o mesmo (FACCHINI, 2005; MacRae, 1990; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Na França, a criação e a revista e do grupo organizado estão intimamente relacionados, partem da mesma uma iniciativa – um mesmo círculo de pessoas, porém no Brasil são eventos distintos, mas que dialogam e se articulam: *Lampião* e *Somos* não se confundem, mas há uma circulação de membros entre os mesmos. Se no primeiro país, o epicentro do Movimento Homossexual foi Paris, no segundo ele surge mais difuso geograficamente, abarcando o eixo em torno de suas duas maiores cidades São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste ponto quero chamar a atenção para o papel da mídia, no caso, *Arcadie* e *Lampião*, na literatura francesa e brasileira, os/as autores/as apontam a importância desses periódicos para difundir amplamente a questão da homossexualidade, no sentido de atingir locais, cidades, nos quais não haviam grupos organizados. Era um meio de informação e ao mesmo tempo de formação sobre o que era homossexualidade, passaram a problematizar essa questão, situá-la pessoalmente, coletivamente e politicamente e por meio da qual leitores/as de todo o país podiam ter acesso e contribuir escrevendo “respostas” ou comentários acerca de seus conteúdos, inclusive de modo anônimo, pois ainda havia um grande receio da exposição pública e seus impactos.

A perspectiva do netativismo ressalta a importância de analisar a comunicação e as mídias para além de um simples veículo, de repasse de informações, mas analisá-las no que diz respeito à sua função social e seu impacto na emergência de novos sujeitos, modos de interação entre os mesmos, propulsora de novas dinâmicas sociais e mudanças de significados e práticas de organização e participação política (DI FELICE, 2012a e 2012b). O papel que tiveram essas primeiras publicações sobre homossexualidade na França e no Brasil na emergência de novos sujeitos e práticas, hoje é ocupado sobretudo pela Internet e como veremos mais adiante, esta teve uma influência fundamental nas origens dos grupos organizados LGBT juvenis, assim como nos seus modos de recrutamento, manutenção das entidades, comunicação interna e externa ao grupo etc.

Retomando a discussão sobre as origens dos respectivos Movimentos LGBT, apesar de contextos e períodos muito distintos, dois trabalhos realizam um exercício de periodicizá-los, é interessante notar como possuem características e processos que definem sua trajetória histórica de modo consideravelmente similar (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005):

Em um primeiro momento, esse primeiro movimento chamado de homófilo ou homossexual, passa por um processo de construção, de aprofundar um debate sobre o que é a homossexualidade, seus impactos na vida dos sujeitos, isso se deu pelos periódicos citados e onde se formavam grupos organizados foram criados espaços de reflexão, de identificação e de apoio mútuo entre as pessoas que se identificavam com as práticas homoeróticas, para então passar a defender e afirmar a adoção de uma identidade pessoal, coletiva e política homossexual. Nesse período de emergência de um Movimento Homossexual e com o apoio de suas mídias específicas, inclusive divulgando a sua existência de grupos organizados, passam a influenciar que essas ações e estratégias citadas sejam adotadas nas mais diversas localidades, ou seja, nos dois países há uma proliferação de novos de grupos homossexuais. (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005).

A partir do processo de reflexão e da ação de adotar uma identidade homossexual, busca-se afirmá-la pessoalmente e publicamente, assim como ações de visibilidade e “sair do armário”, também começam a surgir reivindicações junto ao Estado, por exemplo: no Brasil houve mobilizações para incluir uma cláusula de não-discriminação por orientação sexual na nova constituição que estava em discussão nos anos de 1980, no período da

abertura; assim como na França era demanda a equiparação da idade de consentimento sexual entre heterossexuais e homossexuais³⁶ também nos anos de 1980.

Uma segunda “fase” ou “onda” no que diz respeito aos Movimentos LGBT é o impacto da epidemia de Aids, que afetou tanto a França e o Brasil em meados dos anos de 1980, houve uma associação entre homossexualidade e Aids, conseqüentemente uma forte estigmatização de homossexuais, tanto que a doença passa a ser chamada em ambos os países de “câncer gay”. Tal estigma afeta diretamente os grupos de homossexuais que se dividem entre buscar uma resposta para conter a epidemia ou tentar reverter esse vínculo em relação à doença e se afastar desse debate – desestabilizando o Movimento LGBT. Porém, em um segundo momento e com o avanço da epidemia, alguns grupos não só passam a buscar meios de enfrentar a propagação da doença, mas tornam-se mais radicais em suas ações – em resposta ao aumento tanto do estigma sexual quanto aos casos concretos de homossexuais que estavam morrendo em decorrência da Aids, essa mudança de postura reflete na relação entre os respectivos Movimentos LGBT e o Estado – passam a se articular para conter a epidemia, inclusive contando com apoio financeiro deste, assim os Movimentos e Estado passam a se aproximarem cada vez mais (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005).

Em meados dos anos de 1990, o Movimento LGBT na França e no Brasil – em partes, graças à parceria e financiamento do Estado para o controle e prevenção dos casos de HIV/Aids passam por uma nova fase: há uma nova multiplicação de grupos organizados nas mais diversas cidades; seguidamente de uma intensificação de processos “federativos” - articulações das entidades em rede, formando “associações de associações” em âmbito local, regional e nacional; a consagração das Paradas do Orgulho LGBT – que se tornam anuais e aumentam tanto em número de público quanto de localidade nas quais são realizadas; crescimento do mercado - estabelecimentos e serviços, voltados ao segmento LGBT.

Ainda nesta fase ou onda, que se estende ao longo dos anos 2000, há um duplo processo: de diversificação identitária – o Movimento Homossexual passa a ser Movimento de Gays e Lésbicas até então chegar a atual forma de Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); e de afirmação de especificidades -

³⁶ Resumidamente, desde 1942 a lei francesa promulgou uma distinção entre a maioria sexual entre práticas heterossexuais e homossexuais, passou por algumas modificações ao decorrer do tempo, sendo que no ano de 1974 a maioria sexual de heterossexuais se dava aos 15 anos e de homossexuais aos 18 anos. A equiparação se deu em 1981.

passam a surgir organizações culturais, esportivas, religiosas, e de profissionais LGBT, bem como grupos de adolescentes e jovens LGBT ou seus familiares, de famílias LGBT etc.

Com esse breve panorama da trajetória do Movimento LGBT francês e brasileiro e suas principais características ao longo do tempo, primeiramente quis trazer uma contextualização e suas grandes questões e processos nos diferentes momentos. Por outro lado, quis apontar também, que apesar das distinções entre as sociedades em questão, o Movimento LGBT acaba por passar por algumas transformações que perpassam ambos países e de forma bastante similar, tanto que sua periodicização por autores/as dos respectivos possuem marcos de temas cruciais aos mesmos, respostas semelhantes, apesar de adaptadas às suas respectivas realidades, mas é importante ressaltar que desde o impacto da epidemia do HIV/Aids que assolou o Brasil e a França, os Movimentos LGBT se aproximam em suas maneiras de organização, relação com o Estado, o mercado, bem como passam por processos de segmentação identitária e afirmação de especificidades, no bojo do qual emergem as organizações de jovens LGBT - objeto de análise desta tese.

Análises sobre militância e engajamento geral, assim como LGBT, apontam o crescente processo de circulação de pessoas e ideias, formas organizativas e de ação, que em alguma medida passam a se intensificar no que tange ao intercâmbio internacional desses elementos e determinadas questões, processos, conjunturas e demandas de algum modo cada vez mais semelhantes, apesar de respostas não idênticas de acordo com o contexto social, econômico, histórico e político no qual se inserem (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005 e 2009; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MacRae, 1990; PREARO, 2014 e 2015; SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Uma hipótese é que somente após esse “momento” ou “onda” inicial de surgimento e consolidação do que era denominado Movimento Homossexual e por meio de suas produções impressas e grupos organizados com base em discussões de definição, identificação e apoio mútuo em torno da homossexualidade, do que é ser homossexual, os problemas pelos quais eles/as passavam naquele momento e posteriormente, e sobretudo o processo bem-sucedido de afirmação e visibilidade, é que se abre espaço para que surjam a segmentação identitária e a diversificação de especificidades. Dito de outro modo, se a homossexualidade nem era considerada uma identidade, grande parte dos esforços estavam voltado para compreender os impactos do “desejo e atos homossexuais” nas vidas de quem os sentia e de como criar estratégias para que essa forma de desejo e

suas expressões fossem reconhecidas em primeiro lugar pelos/as que a praticavam, depois pela sociedade e pelo Estado, somente após sua consolidação e afirmação é que os investimentos militantes puderam se voltar, refletir e avançar sobre as especificidades

Ao longo deste trabalho e de forma mais detalhada, trarei as questões fundamentais e marcantes para a emergência de grupos organizados especificamente juvenis, particularmente atuantes em São Paulo e Paris, apontando suas semelhanças e suas distinções, dialogando com o contexto mais geral do Movimento LGBT e suas heranças no que diz respeito às formas de organização, bandeiras de luta e processos de engajamento.

O primeiro grupo juvenil LGBT na França, surge em Paris, chamado *MAG* (BROQUA e FILLIEULE, 2006). Em uma entrevista com um jovem coordenador, ele relata uma dessas questões cruciais que marcam o surgimento dessa especificidade:

Se nós temos essa faixa etária de 15 a 25 anos é porque quando o *MAG* foi criado, havia um discurso conservador que associava homossexualidade e pedofilia. Então, quisemos proteger a associação fazendo com que ela fosse exclusivamente formada por jovens. Por isso nós fechamos um pouco as portas por conta da idade, para evitar que a associação tivesse problemas com essa falsa vinculação e difamatória entre pedofilia e homossexualidade (Entrevista Jovem coordenador, 2013).

O *MAG-Jeunes* cuja a tradução da sigla significa Movimento de Afirmação de Jovens Gays surge em meados da segunda metade dos anos de 1980, de certo modo “clandestino”, “às escondidas”, pois havia muito receio de perseguição primeiro por conta da identificação com a homossexualidade e segundo, a vinculação e propaganda difamatória de grupos conservadores que promoviam um “amalgama”, como dizem os/as franceses, entre homossexualidade e pedofilia, rotulando todo/a e qualquer homossexual de pedófilo/a, como meio de deslegitimar e desmoralizar o emergente Movimento Homossexual. Logo, a resposta de jovens LGBT, sobretudo os abaixo da maioria sexual legal na França, buscam criar seu próprio grupo e em um primeiro momento longe dos olhares públicos e separado ou em paralelo, ao Movimento LGBT “adulto” que naquele momento já avançava em políticas de visibilidade. Relembrando que até 1981 no país havia uma discriminação legal entre maioria sexual para relações heterossexuais (15 anos) e homossexuais (18 anos). Com exceção do *MAG*, grupo jovem pioneiro, é no bojo do processo de segmentação e especificação a partir dos anos de 1990 que surgem outras organizações de jovens LGBT em Paris, mas nesse contexto também passam a atuar no processo de afirmação e visibilidade públicas, incluindo a entidade em questão.

No Brasil, apesar de não haver uma discriminação jurídica etária no que tange a idade do consentimento sexual - como é conhecido o termo no país, tão pouco era claro se ele era igualmente aplicado a homossexuais e heterossexuais. Explicando por outro prisma, segundo os relatos dos/as entrevistados para essa tese, não se tinha clareza se nas relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo seria aplicada a idade do consentimento sexual ou a idade da maioridade legal, essa situação “nebulosa” permeia as organizações homossexuais até meados dos anos 2000, sobretudo junto aos/às próprios/as jovens LGBT. Neste país, assim como na França, havia também essa propaganda difamatória realizada por grupos conservadores que vinculava necessariamente homossexualidade à pedofilia. Ainda há um aparente detalhe, mas que em realidade é fundamental – além da confusão sobre idade de consentimento sexual entre homossexuais, estigma sexual em torno da emergente identidade homossexual, os/as próprios “menores de idade legal” que se identificavam enquanto LGBT tinham receio de se relacionar entre si, com medo de serem punidos legalmente/juridicamente. Por isso buscavam alternativas de intercâmbio com outros/as jovens às margens do visível Movimento LGBT, no caso do Brasil, aos fins dos anos de 1990, por meio do anonimato promovido pela Internet.

Deco Ribeiro, fundador da primeira rede nacional de organizações de jovens LGBT do Brasil no início dos anos 2000 explica a tensão entre participar do Movimento LGBT “adulto” e a questão da Internet:

Essa ideia de virar uma associação foi baseada nos grupos gays que a gente foi travando contatos depois que a gente começou a sair da Internet. E aí a gente começou a perceber que os grupos gays não conseguiam enxergar o jovem ou ficavam com medo de se aproximar dessa realidade para não serem taxados de pedófilos - se afastavam e afastavam os jovens dos espaços. Então a gente falou assim: vamos montar uma associação de jovens gays (Entrevista Deco, 2013).

Ou seja, tanto na França, quanto no Brasil, foram apontados: que as restrições legais quanto a práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo - mesmo que entre os/as próprios/as menores; e o estigma da homossexualidade; em um contexto de acusações conservadoras de pedofilia, tiveram como consequência que os Movimentos LGBT que buscavam visibilidade e reconhecimento junto ao Estado e a sociedade acabavam por “afastar os/as mais jovens”, como resposta, os/as jovens começam a se organizar com base na “clandestinidade” ou “anonimato”, formam grupos específicos juvenis e posteriormente passam a se alinhar com estratégias mais gerais de visibilidade pública do Movimento “adulto”.

Para ilustrar essa questão da participação de menores de idade legal emergente Movimento Homossexual no fim dos anos de 1980, MacRae descreve que o primeiro

grupo organizado, o *Somos*, uma de suas pautas a discussão era se se permitiria ou não a participação de menores de 18 anos, mas a obra deste autor não traz a conclusão dessa questão, mas de qualquer forma, mostra que era um debate, um tema a ser resolvido (MacRae, 1990).

Facchini ainda aponta que na onda dos anos de 1990, o Movimento LGBT em certa medida passa a abandonar as estratégias de reuniões de identificação, apoio mútuo e atividades de sociabilidade LGBT para voltar ações para demandas e reivindicações mais pragmáticas e dirigidas ao Estado (FACCHINI, 2005 e 2009). O mesmo acontece com o Movimento na França em relação às ações mais voltadas ao Estado, passando a investir cada vez menos nos encontros de identificação – mas não os abandonam por completo e ainda mantém eventos de sociabilidade até o presente momento (BROQUA e FILLIEULE, 2006).

Se em um dado momento os grupos especificamente juvenis LGBT se organizam e passam a se relacionar mais diretamente com os Movimentos LGBT “adulto”, estes com suas estratégias mais voltadas ao Estado, segundo relatos, não contemplavam duplamente a situação juvenil LGBT no que diz respeito: a) às suas questões e temáticas, relacionadas à sua condição juvenil considera vulnerável; b) assim como há uma queixa frequente que a “voz” dos/as mais jovens não era igualmente escutada e acatada, por serem considerados/as pelos/as adultos/as como “menos experientes” e “mais imaturos/as”, suas propostas, decisões e sugestões de temas, estratégias e ações coletivas eram relegadas a um segundo plano quando não completamente ignoradas.

Nesse sentido, criar formas de organização especificamente juvenis também permitia com o que os/as jovens LGBT tivessem maior poder de decisão na forma organizativa, temática, estratégias e ações, ou seja, nos rumos presente e futuro de suas próprias entidades e seu fortalecimento paralelo aos Movimento LGBT “adulto” também permitia uma maior incidência dos/as jovens no mesmo por meio de suas próprias organizações, tal como estas também buscam criar seus próprios canais de diálogo e participação junto aos poderes públicos de maneira relativamente autônoma do Movimento LGBT “adulto”.

A seguir, passaremos pela trajetória história e análise dos grupos organizados de jovens LGBT com atuação em São Paulo, na qual esse contexto de emergência das organizações especificamente juvenis em alguma medida é retomado e detalhado.

2.2. Panorama histórico das organizações de jovens LGBT em São Paulo

Pagla – Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes (1997 - 2001)



Pelo o que se tem conhecimento a primeira organização de jovens LGBT de São Paulo, e possivelmente do Brasil, foi o Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes, conhecido pela sigla Pagla³⁷³⁸.

O grupo foi fundado em aproximadamente 1997, na época, por um jovem de 23 anos, estudante da Universidade de São Paulo e o grupo teve suas atividades encerradas por completo no ano de 2001.

Apesar dessa organização não existir mais, ela foi uma das pioneiras, teve um papel de destaque na constituição do campo das organizações de jovens LGBT e, no entanto, praticamente não se encontram registros sobre sua existência, funcionamento ou atividades. Em alguma medida o Pagla influenciou ou ao menos se utilizou de recursos de comunicação, interação e seleção de membros usados por outros grupos criados logo após a sua extinção, bem como de certa forma expõe os principais problemas e questões dos jovens LGBT da época, suas motivações e reivindicações. Por essas razões, realizarei uma descrição mais detalhada deste grupo, numa perspectiva de apontar elementos, analisar e correlacionar heranças de formas organizativas, engajamento e ações (MUXEL, 2010a e 2010b; SAWICKI e SIMÉANT, 2011).

³⁷ Realizei levantamentos de diversos tipos para tentar mapear a primeira organização específica para jovens LGBT em São Paulo, sobretudo na literatura do Movimento LGBT e na Internet, mas foi por meio de conversas informais com militantes desse movimento e das entrevistas realizadas junto aos fundadores/as dessas entidades juvenis, é que tive como indicação do Pagla como a primeira iniciativa de um grupo organizado voltado especificamente a jovens LGBT.

³⁸ Algumas pessoas se referem ao nome do grupo no masculino, *o* Pagla, outros no feminino, *a* Pagla. Adotei o primeiro, mas eventualmente durante as falas pode-se encontrar a segunda forma respeitando o uso feito pelos entrevistados ou como foi utilizado no material analisado.

Tentei localizar seu fundador³⁹ para entrevistá-lo para essa pesquisa, mas ele não foi encontrado. Conversei com participantes do Pagla e de outros grupos que o conheciam, mas há certo consenso de que ele se afastou das questões LGBT e que não queria mais ter seu nome vinculado à organização. Algumas pessoas disseram que inclusive mudou-se para outro país, mas não se sabe bem ao certo.

As informações a respeito do Pagla são bastante escassas, não foi possível encontrar registros relevantes na Internet nem citações em trabalhos acadêmicos. Para superar essa lacuna, por meio da rede de fundadores/as e participantes dos grupos jovens LGBT cheguei à Lico, que foi um dos colaboradores do grupo, sobretudo como *webdesigner* e como moderador das listas de discussão. Inclusive ele foi o responsável pelo encerramento definitivo do site e das listas, ação esta que marcou definitivamente o fim do Pagla.

Graças à Lico por conta de sua função como *webdesigner*, ele ainda possuía uma cópia do site do grupo, que me foi disponibilizada e utilizada como fonte de pesquisa.

Para compreender as motivações e objetivos que deram origem ao Pagla recorremos ao texto de apresentação que figurava no extinto site, que se encontrava em uma seção intitulada “*Quem somos*”, que é subdividida nos seguintes tópicos: *Como surgiu a Pagla; Pagla ONG; Você pode participar da Pagla; Um pouquinho sobre mim*.

A “autobiografia” do fundador, disponível no tópico “*Um pouquinho sobre mim*”, traz um rico material para a compreensão de como o Pagla surgiu. Primeiramente, vale sublinhar que ela era um jovem da cidade de São Paulo, que passou por sérias crises de depressão desde seus 14 anos e que perduraram por pelo menos mais seis anos, quadro motivado pelos conflitos em relação à sua homossexualidade.

O jovem que conta que utilizava a Internet para buscar pornografia, decidiu usá-la de outra forma, para conversar com as pessoas e acabou encontrando listas de discussões americanas sobre jovens homossexuais. Este foi um marco importante, pois pela primeira vez, encontrou pessoas que passavam pela mesma situação que ele e inclusive apresentavam perspectivas e possibilidade de vida “pós-crise de auto-aceitação”, pois pode ler relatos de jovens assumidos/as junto a sua família e amigos/as;

³⁹ Por uma questão ética, ao me referir ao idealizador do Paga utilizei “fundador”. Por conta do registro histórico-acadêmico, inicialmente eu iria explicitar seu nome, mas ao longo das entrevistas fui informado de que o mesmo, se afastou de qualquer iniciativa LGBT e chegou a expressar que não gostaria mais de ter seu nome envolvido nessas causas. Tal nível de verbalização pública de desengajamento com a temática, me fez preferir não expor seu nome real.

outros/as que estavam namorando, tinham relações estáveis; e também pode dialogar com militantes. Ao entrar em contato com “histórias de superação”, o fundador do Pagla pode vislumbrar referências de uma vida homossexual viável e feliz, que influenciou positivamente sua autoaceitação. Fica muito claro que foi um percurso bastante difícil e solitário, durante o qual esse jovem precisou recorrer a grupos já existentes em outro país e que só pode ter acesso ao seu conteúdo por dominar outro idioma.

Seguindo a autobiografia, o rapaz relata como foi aplicando o que estava aprendendo nas listas: começou a contar para seus e suas amigos/as que era gay. Apesar de reações das mais diversas, foi bem aceito, se sentiu acolhido. Então, ele comenta que gostaria de contar também para seus pais, mas ao mesmo tempo tinha muito medo.

Quando o jovem estava decidido a contar sobre sua sexualidade aos seus familiares, um evento que o marcou muito e o fez adiar sua “saída do armário”: pela televisão e pelas listas que frequentava acompanhou o caso de um rapaz de 21 anos, nos Estados Unidos, chamado Matt Shepard, que foi brutalmente espancado e deixado amarrado a uma cerca no frio do deserto por 18 horas até ser encontrado no ano de 1998. Dias depois Matt faleceu. Ele segue contando que o ocorrido levou a protestos em diversas cidades dos Estados Unidos contra a violência, mas que também durante o enterro do rapaz alguns grupos religiosos expuseram cartazes com dizeres como: *"Bixas merecem morrer!"* e *"Viados vão para o inferno!"*. Passado um período de choque, o fundador do grupo relata que esse hediondo caso, o incentivou a conversar com seus pais.

A autobiografia encerra com a seguinte mensagem:

Eu contei para meus pais, assim como hoje eu conto pra você, que está lendo essa página. E eu lhe peço apenas isso: não deixe acontecer de novo! Torne o mundo um lugar melhor e seja feliz, apenas isso. Não se preocupe com o que o vizinho está fazendo ou quem está certo e quem está errado. Opiniões políticas não valem uma vida. Nada vale.

Essa Homepage é dedicada a Jason Hungerford e a Matt Shepard⁴⁰, as duas pessoas que mais mudaram minha vida, e com as quais eu não troquei sequer uma palavra.

⁴⁰ Um adendo sobre o caso Matthew Shepard, ele não foi marcante somente para o fundador do Pagla, ganhou repercussão internacional e no ano de 2009, o então Presidente dos Estados Unidos Barak Obama assinou uma lei com intitulada: Matthew Shepard and James Byrd, Jr. Hate Crimes Prevention Act [Ato de Prevenção de Crimes de Ódio Matthew Shepard e James Byrd, Jr.]. Essa legislação aumentou seu grau de proteção às vítimas, bem como a punição de violadores/as, em relação a crimes de ódio, incluindo em suas temáticas: gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, raça entre outras. Dentre as associações parisienses que vamos analisar, o *MAG* e *CONTACT*, aos 15 anos da morte de Matt Shepard, escreveram uma carta conjunta lembrando e “homenageando-o” – destaco essa questão para demonstrar o impacto que esse caso teve nos Estados Unidos e outros países, a tortura e morte de um jovem, motivada

A partir desses excertos autobiográficos, destaco alguns elementos importantes e recorrentes na demanda dos jovens e na oferta de apoio do Pagla e de outros grupos de jovens LGBT, que serão exploradas ao longo dessa pesquisa: o sentimento de isolamento; a depressão; a busca por amigos/as, por seus iguais, outros/as jovens LGBT na Internet; a necessidade de referências sobre ser jovem LGBT; histórias de processos de superação; como contar sobre sua sexualidade para os/as amigos/as e para os pais e as mães; a violência homofóbica, inclusive religiosa; e o agradecimento a pessoas as quais nunca conheceu, mas que mudaram vidas.

Esses elementos ainda hoje, em maior ou em menor grau, estão presentes na vida dos/as fundadores/as e jovens engajados/as LGBT, bem como estão inscritos nas organizações da qual fazem parte, fazem parte de suas inquietações e também bandeiras de luta, como veremos ao longo da pesquisa.

Retomando a abertura do texto da seção *Quem somos* do site, o primeiro tópico é *Como surgiu a Pagla*:

O Brasil possui trinta milhões de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos de idade, a atitude atual da sociedade de ignorar a questão da homossexualidade na adolescência é tragicamente fútil e desinformadora.

Adolescentes homo, bi ou transexuais, além dos conflitos comuns à sua idade, vivem conflitos internos, como baixa auto-estima, culpa e angústia, que resultam numa ampla gama de sequelas: a depressão, o baixo rendimento escolar, o alcoolismo.

Pensando nisso, e vivenciando essas coisas em minha vida, resolvi fundar a PAGLA, que está prestes a ser uma ONG.

Há alguns pontos a serem destacados: o recorte da faixa etária de jovens, que vai de 15 aos 24 anos – diferente da atual que vai de 15 a 29 anos (2015); a falta de informações sobre sexualidades menosprezadas entre adolescentes e jovens; o texto não fala só em homossexuais, mas já incorpora também bissexuais e transexuais – em um período que boa parte das organizações, jovens ou não, do Movimento LGBT ainda focavam exclusivamente na homossexualidade, sobretudo masculina; as dificuldades normais da adolescência acrescidos de problemas decorrentes da homofobia: conflitos internos, baixa autoestima, culpa e angústia, que por sua vez levam a problemas mais amplos como depressão, baixo rendimento escolar, alcoolismo e deixam esses adolescentes à mercê da violência e até da morte.

pela discriminação sexual. Outro ponto, é a influência desse episódio em Movimentos LGBT e um impacto mais específico nos grupos de jovens ao redor do mundo.

Em linhas gerais, é a partir dos seus conflitos pessoais, auto-aceitação, depressão, pensamentos suicidas, acrescidos de casos de homofobia entre jovens que ganharam destaque na mídia foram as principais motivações para que um jovem gay e da constatação do sofrimento e crises recorrentes entre adolescentes e jovens LGBT, que um jovem gay decidiu “tomar uma atitude” e dar início a organização, com pretensão a se tornar uma ONG, uma Organização Não Governamental, para ajudar adolescentes e jovens LGBT.

Outro tópico é o *Pagla ONG*, seu fundador explica o acredita ser uma ONG: “ONG é uma Organização Não Governamental, que busca fazer alguma coisa boa para as pessoas, e para isto conta com doações, ou patrocínios.” E ainda o objetivo da Pagla é:

[...] ter uma estrutura firme e profissional, nos moldes do P-FLAG norte-americano, com modelos de gestão e de estratégia definidos. Políticas de RH, contabilidade e marketing; com um corpo de profissionais especializados e competente. Ou seja, uma estrutura que permita uma clareza nas decisões, ética e eficiência no manejo do dinheiro.

Para fins desta pesquisa, quero ressaltar a visão do fundador sobre o que é uma ONG e seu papel, ou seja, uma organização que traz melhorias para a vida das pessoas – o ideal do papel e formado de uma entidade ao meu ver, é tão importante quanto a perspectiva de política e Estado dos/as entrevistados.

Sobre o funcionamento da ONG, o texto acima ainda menciona a sua sustentação financeira, por meio de doações e patrocínios, além de complementar uma ideia de ONG, o modo como deve se manter financeiramente – que neste caso, não conta ou não explicita subsídios públicos.

Ainda do excerto, pode-se extrair a ideia de um corpo de profissionais especializados e competentes, criação de uma estrutura e por fim fala em “clareza nas decisões, ética e eficiência no manejo do dinheiro”. Esse ponto diz respeito a escolha de uma determinada forma de se constituir enquanto agente de ação: uma Organização Não-Governamental, um certo ideal de constituição política no Movimento LGBT (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Destaco também o tema da busca por profissionalização, assim como temas como transparência nas decisões, ética e eficiência – mesmo que se reporte ao dinheiro, está clara a associação com o seu bom uso em ações concretas, efetivas, o que por sua vez remete a questão de pragmatismo e eficiência esperada no engajamento juvenil (MUXEL 2010a e 2010b; SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SIMÉANT, 2001a e 2001b).

Outro ponto interessante do excerto é mais uma citação de um referencial de organização estrangeira, o *Parents, Friends and Family of Lesbians and Gays* (PFLAG) [Pais, Amigos e Famílias de Lésbicas e Gays], que foi fundada em 1972 nos Estados Unidos, pela iniciativa de uma mãe que queria dar suporte público ao seu filho gay, e se tornou uma referência na questão entre pais e mães com filhos/as LGBT, inclusive internacionalmente. Além dessa entidade servir de inspiração ao Pagla, há menções que a PFLG influenciou o debate família em outras organizações juvenis em São Paulo e Paris, sendo que nesta cidade duas organizações fazem referência explícita: novamente o *MAG* e *CONTACT* – esta especialista também nas relações familiares. E ainda a sua criação é muito similar ao que encontraremos em São Paulo anos depois, o Grupo de Pais e Mães (GPH) em São Paulo, sendo que este será abordado ainda neste capítulo.

Nas entrevistas com fundadores/as de outros grupos, são recorrentes as falas sobre a falta de modelos, referências de como ser uma pessoa LGBT na sociedade, referências pessoais, profissionais ou ativistas de como “ser um LGBT”, seja adolescente ou adulto, referências no sentido de “exemplos de pessoas na qual se espelhar, se inspirar”. Ao meu ver, esse é um indicativo de o quanto as questões e organizações voltadas especificamente para jovens LGBT era incipiente no Brasil naquele momento, por isso a busca de experiências estrangeiras e criação de um modelo para a juventude nacional ou local.

O site segue sobre os objetivos da organização: “A Pagla tem como objetivo promover a solidariedade e respeito aos adolescentes e jovens homo, bi ou transexuais em suas famílias, escolas e comunidades.”. Ou seja, busca-se a mudança social da promoção de uma cultura de respeito e solidariedade para jovens LGBT, mas é interessante notar a particularidade das esferas citadas: família, escola e comunidade, que são os meios sociais nos quais estamos mais diretamente inseridos, dito de outra forma são importantes e intensos espaços de socialização e sociabilidade sobretudo na juventude – o foco nas transformações que afetam o cotidiano, mas que nesta etapa da vida há uma menor autonomia de adolescente e jovens em relação aos adultos. Nota-se que a esfera do trabalho não é elencada, talvez por um peso menor dessa esfera para essa faixa etária, sobretudo em um extrato sócio-econômico mais elevado que tinha acesso à Internet e falava outros idiomas naquele período – inclusive por isso o fundador tinha um fácil acesso aos debates e aos modelos de organizações relacionadas a questão LGBT juvenil no exterior.

A família, a escola e a comunidade, e em alguma medida o trabalho, são importantes esferas que estão presentes no discurso e no campo de atuação de todos os

grupos de jovens LGBT. De certa forma essas organizações se formam quase como um contraponto de uma socialização e sociabilidade quase que exclusivamente heterossexual nos âmbitos citados, a saber heteronormativa, então os grupos buscam recompor a autoestima e o respeito por identidades LGBT e tem um papel fundamental de através do diálogo entre pares, compartilhar e criar estratégias de como os jovens LGBT devem lidar, se comportar, se impor nesse cotidiano, que em grande medida não os contemplam. Indo um pouco além com essa análise, eu arriscaria dizer que essas organizações se constituem exatamente para oferecer uma socialização e uma sociabilidade LGBT que praticamente não existe nesses âmbitos citados e também de desenvolver estratégia para que os/as jovens empoderados/a possam mudar sua realidade nessas esferas e inclusive transformá-las de um modo mais estrutural.

Retomando o Pagla, o site apresenta “*De que maneira a Pagla quer fazer isso?*”, descrevendo como pretende realizar as transformações sociais propostas com base nas seguintes linhas de atuação: aumentar o alcance da Pagla na Internet; estimular o interesse da comunidade acadêmica; criação de um Guia para o Educador; Programa de Capacitação para educadores sobre sexualidade; Defesa do Estatuto do Adolescente em Reformatórios e Orfanatos; e criação de Grupos de Apoio.

A primeira ação citada seria fazer com que o site do Pagla fosse atraente e levar informações constantemente atualizadas aos jovens e adolescentes LGBT. Pode-se analisar que a Internet tem um papel fundamental na origem e funcionamento dos primeiros grupos de jovens LGBT, pois: facilitou que se tivesse acesso a discussões e experiências de jovens LGBT em outros países; propiciou a interação entre jovens que estavam em busca da sua própria sexualidade; possibilitou que aqueles que se sentiam isolados no seu cotidiano, pudessem entrar em contato virtual com outros iguais a eles, rompendo o isolamento social por conta de suas sexualidades menosprezadas, mas também rompendo as limitações geográficas ou de sociabilidade presencial; e ainda, as pesquisas e as interações entre as pessoas poderiam ocorrer de forma anônima - em uma consulta ao conteúdo de sites não é necessário se identificar e nas interações as pessoas recorriam ao uso de apelidos, *nicknames*, dessa forma sua identidade pessoal não precisava ser necessariamente revelada.

A maioria das outras propostas são relacionadas com o âmbito da educação tanto no nível universitário quanto escolar: estimular o interesse da comunidade acadêmica; criação de um Guia para o Educador; Programa de Capacitação para educadores sobre sexualidade.

Esta primeira diz respeito à comunidade acadêmica, sendo esta considerada uma importante esfera formadora de opinião junto a profissionais que lidam diretamente com o atendimento de jovens, incluindo os LGBT, como por cita exemplo: psicólogos/as, terapeutas e médicos/as, que deveriam ter apoio na sua formação para superarem os tabus em torno da homossexualidade e então poder ajudar os jovens. Nesse sentido a comunidade acadêmica possui um grande potencial multiplicador e o Pagla deve intervir para motivá-la e conscientizá-la em relação ao preconceito pela sexualidade – na visão da entidade.

No que tange ao Guia para o Educador e Capacitação para educadores, a organização aponta que os/as professores/as não possuem formação nem preparo para lidar com as angustias de alunos/as LGBT, então deveriam saber um pouco mais sobre sua sexualidade e os impactos da discriminação na vida de jovens, para tanto deveria ser escrito um manual. Concretamente o Pagla citava uma parceria com a instituição ECOS⁴¹ e uma capacitação presencial e prática, voltada aos professores do ensino médio em parceria com outras instituições e grupos que trabalhem com sexualidade de adolescentes para abordar os seguintes temas sugeridos: “homossexualismo, AIDS/DST, gravidez, virgindade, estupro, etc.”

Outra bandeira interessante desse grupo é a reformulação do Estatuto do Adolescente em reformatórios e orfanatos, para coibir a violência física, moral, sexual contra jovens LGBT - seja por outros/a jovens, seja pelos funcionários/as desses órgãos - nessas instituições nas quais os jovens estão privados de liberdade. Essa reivindicação especificamente não foi encontrada em outras entidades nem em São Paulo ou Paris, mas sim existe a preocupação da violência em “privação de liberdade” e por outro lado, já nos dois países existem proposta e ações de “albergues” ou “casas de passagem” para jovens LGBT expulsos por suas famílias, como veremos mais adiante neste capítulo.

Por fim, a última atividade seria a criação de grupos presenciais para suporte aos/às adolescentes e jovens LGBT, bem como apoio a seus/suas responsáveis. Novamente, a questão família está fortemente presente. Pode-se dizer um grande conflito pessoal é vivenciado por esses/as jovens e não é possível separá-lo de suas relações familiares. Essa questão perpassa todos os grupos de jovens LGBT, no Brasil e na França e provavelmente em outros países.

⁴¹ A ECOS – Comunicação em Sexualidade é uma ONG sediada em São Paulo, ainda em atividade e que atua na área dos direitos sexuais e reprodutivos com ênfase em adolescentes e jovens.

Sobre recrutamento, há convite para voluntários/as: *Você pode participar da PAGLA:*

Exatamente por isso preciso entrar em contato com profissionais com formação ou experiência nas seguintes áreas: Administração, Marketing, RH, Contabilidade, Assistência Jurídica, Psicologia, Jornalismo ou Comunicação, Assistência Social, Relações Públicas, Medicina, Enfermagem ou Engenharia. Profissionais com experiência em ONGs, captação de recursos e legislação específica.

A colaboração pode variar desde uma participação mais direta na estrutura, até um trabalho eventual ou uma simples resposta a dúvidas enviadas por nossos internautas, mas toda colaboração será extremamente apreciada. Lembramos que todo trabalho realizado na Pagla é voluntário, ou seja sem nenhuma remuneração.

E, se você não tem nenhuma dessas características, mas quer trabalhar firme, pode nos contatar também, que vamos adorar te conhecer ! :-). Um bom corpo de voluntários é fundamental para se ter uma organização séria e ativa.

Na chamada para voluntariado do Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes, podemos retomar os planos de seu fundador de constituir uma ONG bem estruturada e que contasse com um quadro bastante amplo de especialistas e deixando bem claro que este seria um trabalho voluntário, não remunerado. Os quadros elencados vão do suporte, acompanhamento, mas também voluntários/as para colaborarem no processo legal de estruturação da entidade e de captação de recursos para seu funcionamento e expansão. Novamente surge o tema da profissionalização presentes em todos os grupos jovens LGBT, em São Paulo e Paris, assim como outra característica é a formação de quadros baseada somente no voluntariado.

Nas entidades analisadas há um ideal de estruturação da organização em ONG ou associação – uma formalização perante o Estado e a sociedade; e com base – exclusivamente, ou pelo menos quase, ao trabalho voluntário. Além de ser uma característica dos grupos organizados de jovens LGBT em ambas cidades estudadas, ela também é ao mesmo tempo uma oportunidade e uma resposta das “novas formas de organização e engajamento”, sendo preferida aos espaços da política tradicional (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; MUXEL 2010a e 2010b; SIMÕES e FACCHINI, 2009; SINGER, 2011).

Como eu havia dito no capítulo anterior, entre meus e minhas entrevistados/as não surgiu a tensão especificamente entre ser voluntário/a e ser militante, como apontou, sobretudo a literatura francesa (RICHEZ, 2005). Ou seja, ser voluntário/a não torna os/as jovens menos ativistas, talvez pelo contrário, como buscam organizações mais

horizontais, com maior liberdade de ação e expressão, talvez inclusive o voluntariado fortaleça suas predileções por essas formas organizativas.

Além de profissionais especializados/as, o anúncio diz que construir um “bom corpo de voluntários é fundamental para a criação de uma organização séria e ativa”, e convida qualquer pessoa a participar de forma mais direta ou indireta junto aos/às jovens LGBT que necessitam de apoio. Pode ser uma disposição de tempo mais dedicada ou pontual, ou seja, a forma de recrutamento oferece uma ampla gama de engajamentos que passa de especialistas e não-especialistas, mais constante ou até mesmo fluída.

Farei um breve panorama sobre as seções do extinto site do Pagla: os temas abordados, a dinâmica de como eram produzidos conteúdos, as parceiras firmadas e o modo de trabalho em colaboração, que é bastante similar nos grupos criados posteriormente: o E-jovem e XTeens.

Em linhas gerais o site contava com as seguintes seções: *Listas Jovem*; *Chat!*, *Papo Aberto*; *Assumindo*; *Entretenimento*; *Help Now!*; *Quem somos*; *Cartas*; *Links*; *Humor*; *Sexo & Saúde* e *Imprensa*. A seção *Quem somos* já foi apresentada e abordarei por último a *Listas Jovem* de forma mais detalhada.

O *Chat!* era uma página que oferecia uma ferramenta de bate-papo com dia e hora marcados, em tempo real, ora sobre temas específicos (será que sou gay?; Como assumir?; Aids e DSTs; religião e homossexualidade etc) ou ora uma discussão com alguma personalidade convidada. Ainda divulgava uma sala de bate-papo permanente em uma ferramenta de internet chamada mIRC, muito utilizada na época para conversas *online* sobretudo em grupo.

O *Papo Aberto* era a coluna da psicóloga colaboradora do Pagla, um espaço com textos e artigos sobre sexualidade, mais especificamente LGBT e oferecia a oportunidade para os/as internautas enviarem suas dúvidas.

A seção *Assumindo* reunia dicas e histórias dos internautas sobre as dúvidas e o processo de se assumir para a família, amigos/as, na escola, bem como histórias de conflitos e meios de superá-los e relatos de como as coisas melhoram após um tempo depois de “sair do armário” e ainda continha histórias de relacionamentos bem-sucedidos entre pessoas do mesmo sexo.

Entretenimento era uma seção abrangente, trazia dicas de atividades culturais para o público jovem LGBT, dicas de filmes, contava com artigos sobre gays no esporte, personalidades LGBT que estavam se assumindo nos Estados Unidos, a diversidade sexual em heróis e heroínas de quadrinhos, bem como havia um espaço para dicas

culturais, poesia e apresentação de histórias, reais ou fictícias, sobre sexualidade LGBT aberta a seus membros e internautas interessados/as.

Help Now! Era um espaço que divulgava as possibilidades de ajuda oferecidas pelo Pagla, o suporte da psicóloga voluntária por email e as Listas Jovem do grupo, mas também trazia uma lista de entidades que trabalhavam com o tema da DST/Aids, outros grupos de suporte voltados a pessoas LGBT em todo o país e por fim uma lista de lugares que ofereciam tratamento psicológico a preços reduzidos na cidade de São Paulo.

Cartas era um espaço de manifestações dos/as leitores/as do site e *Links* era uma seleção de outros sites relacionados a temas LGBT do Brasil e de outros países como Estados Unidos e Portugal, por exemplo.

Em *Humor* a descrição era: “porque rir ainda é o melhor remédio”, havia um colunista que contava suas histórias e que brincava ser a “Barbara Gancia da Pagla”, dentre outros textos sobre curiosidades gerais. A seção estava aberta para sugestões dos internautas para que estes enviassem “piadas interessantes, desde que não preconceituosas”.

Sexo & saúde era outro espaço para que os/as visitantes pudessem enviar dúvidas sobre sexo e saúde e incluía alguns artigos como saber se está no momento de transar ou não, depressão, dúvidas sobre a primeira vez. Na prática os temas se confundiam um pouco com os tratados na seção Papo Aberto da psicóloga, mas também se estimulava que fossem enviadas dúvidas relacionadas à saúde que poderiam ser encaminhadas para um profissional de saúde colaborador do projeto.

Por fim em *Imprensa* o site divulgava as notícias e matérias que circulavam na mídia de modo geral e que abordavam a temática LGBT.

Sobre o site, acho interessante ressaltar alguns pontos: a questão de oferecer uma série de textos e artigos que interessavam diretamente aqueles/as jovens que estavam buscando saber mais sobre sua sexualidade (informações e referências), por outro, estava completamente aberto tanto para receber contribuições de visitantes, quanto para que esses pudessem tirar suas dúvidas sobre saúde e sobre sexualidade, todo esse processo se dava basicamente por meio da troca de emails, era um trabalho colaborativo e virtual, inclusive de forma anônima, e era uma interação que em sua grande maioria entre pessoas que não se conheciam e não chegaram a se encontrar presencialmente.

Duas coisas também chamaram a atenção no site: os logotipos, que levava a uma campanha de combate à pornografia infantil, ou seja, acredito que além de uma bandeira era uma forma de salvaguardar o papel e a credibilidade do trabalho do Pagla por ser

destinada a um público adolescente e jovem; e o outro logotipo era do iBest, uma site no qual você entrava para votar nos sites mais interessantes de acordo com uma categoria, que por sua vez também era um espaço de visibilidade e divulgação do grupo em um grande concurso nacional de *websites*.

De acordo com Lico durante a entrevista, ele explica que as duas grandes atrações do Pagla eram o site e as listas de discussões, ou seja, a interação disponível por meio da Internet. O *website* e as listas de discussão foram os grandes meios de informação e interação nas primeiras organizações de jovens LGBT, incluindo mais uma vez o E-jovem e o XTeens. Esses grupos inicialmente se estruturaram de modo similar: a rede de computadores como nicho de divulgação e interação, as questões as quais buscavam dar respostas, os temas que abordavam, a forma de colaboração entre seus membros, virtual e voluntária, muitas vezes anônima.

As listas de discussão eram grupos de emails, nos quais quando a pessoa se cadastrava, cada email que era enviado para o endereço da lista era automaticamente repassado para todos os seus membros, uma espécie de fórum de discussão.

A apresentação das listas pelo fundador do Pagla começa com o título: *Seja você mesmo!* e descreve as listas, chamadas de Listas Pagla Jovem, como um lugar seguro e de apoio exclusivamente para adolescentes e jovens LGBT, sendo essa fase da vida uma das mais importantes e ao mesmo tempo difícil, bem como é um momento em que as pessoas estão cheias de dúvidas e muitas vezes não tem com quem compartilhar suas questões sobre sexualidades, sobretudo LGBT.

Existiam duas listas divididas por faixas etárias: de 13 a 17 anos e a de 18 a 25 anos. Em sua descrição no site constava:

Nelas, as pessoas conversam com outras de mesma idade, e vivência, falando sobre tudo e nada, mas sempre num clima de muito amizade e apoio. Talvez em nenhum outro lugar você vai encontrar pessoas tão interessadas em te ouvir e te ajudar como elas puderem já que elas na verdade passam ou passaram por exatamente os mesmos problemas que você!

Cabe ressaltar que essa descrição dos objetivos da lista - clima de amizade e apoio; falar sobre tudo; encontrar pessoas interessadas em te ouvir e ajudar; e que já passaram pelos mesmos problemas que você; é muito semelhante e recorrente em relação às respostas de atuais jovens engajados/as em grupos organizados, tanto em São Paulo quanto em Paris, quando questionados/as sobre a importância de existirem organizações e encontros voltados especificamente aos jovens LGBT, assim figuram entre as principais razões de outros/as jovens irem conhecer ou buscar as entidades. Assim, como o papel

que essas listas tinham de socialização para lidar com uma sexualidade estigmatizada e a sociabilidade entre pares, também ocorre de modo muito similar atualmente por meio dos encontros presenciais das entidades e de seus membros.

O foco da lista era apoio e amizade, esse ponto ao longo do funcionamento da lista e do Pagla foi uma grande vitória, mas também motivo de algumas desavenças. Se por um lado, o grupo oferecia apoio e amizade, a questão da vontade de estabelecer relacionamentos afetivos e sexuais, surgiam com constância e se intensificaram no tempo, e essas mudanças em grande medida eram vistas com maus olhos pelo seu fundador, que tinha receio que as discussões perdessem seu foco da amizade e apoio mútuo e se tornasse um espaço de encontros afetivos e sexuais, o que seria completamente incompatível com os objetivos do Pagla, segundo contam alguns entrevistados dessa pesquisa. Essa tensão será explorada mais adiante, bem como outro ponto de discórdia que foi a separação por faixas etárias.

Diversos relatos com entrevistados, moderadores e participantes das listas de discussão do Pagla reiteram que efetivamente a amizade e o apoio mútuo funcionavam muito bem na lista. Em um primeiro momento, a grande maioria dos/as jovens e adolescentes chegavam completamente perdidos/as, confusos/as sobre sua sexualidade, mas muito rapidamente eram bem acolhidos/as por outros/as na mesma situação e alguns/umas já estavam um pouco mais calmos/as em relação às questões de uma sexualidade LGBT, pois haviam contado aos/às amigos/as, à família e também existiam casos ou “exemplos” de relacionamentos amorosos e/ou sexuais, o que para muitos/as ainda era uma realidade distante, dado que nem estavam seguros/as sobre seus desejos. Os relatos enfatizam um forte sentimento de comunidade e de pertencimento entre seus participantes, até mesmo para aqueles que interagiam pouco, no sentido que mais liam o conteúdo das listas do que escreviam nas mesmas.

Lico conta que seu engajamento junto ao Pagla se deu pela participação nas listas, ingressou por indicação de um amigo, mas foi tão bem acolhido, tão bem recepcionado pelos outros participantes, que de imediato se interessou pelo grupo e não tardou muito para passar a colaborar com outras iniciativas como a atualização e reformulação do site, dado que naquele momento trabalhava na área de tecnologia da informação.

Vejamos mais um excerto da descrição das listas contida no antigo site:

A troca de experiências, sonhos e tristezas permite o surgimento de laços de amizade, e o mais importante: acaba com o sentimento que todo jovem homossexual tem de estar sozinho no mundo. Isso não é verdade, tem muita gente lá fora, que assim como você só quer ter uma vida feliz.

Lico, assim como outros participantes do Pagla, relata um extremo sentimento de isolamento na época, sentia como se fosse a única pessoa LGBT de seu meio social, assim, era uma experiência incrível encontrar e conversar sobre as alegrias e tristezas da vida, sobre as possibilidades de relacionamento, compartilhar com outros/as jovens descobertas sobre sua sexualidade, e mais tarde com os amigos/as e familiares. Para Lico, romper o isolamento e criar essa interação entre pares, resultou em apoio mútuo, laços de amizade e relacionamentos, considerada pelo entrevistado uma das grandes vitórias da organização.

Retomando o texto de descrição das listas:

E tudo isso porque só o jovem entende o jovem. O jovem tem sua linguagem, ídolos, ideais e sonhos. Apenas discutindo com outros com a mesma cabeça e sintonia, o adolescente pode, como se olhasse num espelho, enxergar a si próprio. Esse é meu objetivo e minha esperança, que essas listas ajudem você da mesma maneira que a lista do Jason na qual essas duas são baseadas, me ajudou, e que aqui você encontre o apoio necessário para se tornar um adulto feliz e seguro, pronto para mudar esse mundo tão injusto e sofrido, mas também cheio de tanta beleza. Espero que você se junte a nós, e que eu ouça notícias de você em breve ! :-)

A ideia da ajuda mútua, de acordo com o descrito, se baseia que somente um/a jovem entende outro/a jovem, além disso há um compartilhamento de ídolos, ideais e sonhos que marcam uma determinada geração contemporânea. O objetivo do apoio mútuo por meio de uma lista de discussão é que esses/as jovens hoje possam se tornar amanhã jovens e adultos/as mais felizes e seguros/as, superando injustiças e sofrimentos, ou seja, existe uma preocupação com um presente feliz e seguro, mas que esse seja o caminho para uma transição e efetivação de uma fase adulta mais “saudável” em relação a sua sexualidade e os impactos negativos sociais que se possa a vir sofrer por conta dela.

Novamente, o fundador do grupo faz referência à lista de Jason, a lista de discussão dos Estados Unidos, que foi um mecanismo que o ajudou, inspirou, sendo que é uma pessoa que ele nunca conversou nem conheceu nem mesmo virtualmente.

Tudo indica que o Pagla foi o primeiro grupo a organizar esse tipo de comunidade virtual exclusivamente voltada para jovens LGBT no Brasil por meio do site e das listas, ou ao menos foi o primeiro grupo a conseguir dar visibilidade a esse tipo de trabalho. Por exemplo, Lico, sobre o perfil virtual de participantes, conta que a na lista havia pessoas de diversas cidades do país, apesar de um público majoritário da cidade de São Paulo, havia membros de outras capitais e do interior de outros Estados e que nunca soube da existência de outros grupos com essa finalidade até o fim do Pagla.

Esta organização assim como o E-jovem e o XTeens também por meio de suas listas alcançaram todo o país e inclusive há relatos de pessoas estrangeiras que também passaram a interagir nas listas e por mais que as principais pessoas envolvidas na fundação e funcionamento fossem moradoras da cidade de São Paulo, e no caso do E-jovem também em Campinas, a sua influência foi muito além de sua localidade. Ainda de acordo com as diversas entrevistas, nesse período nunca se soube de outras organizações de jovens LGBT como as acima citadas, que em grande medida pode ter inspirado posteriormente novas organizações em outras cidades e estados, mas pode-se dizer que hoje ainda o E-jovem e o Projeto Purpurina, os únicos grupos ainda em funcionamento em São Paulo e estudados nessa pesquisa exercem uma grande influência e recebem uma grande demanda de apoio de jovens LGBT de todo o país que relatam não conhecer entidades similares em suas localidades.

Aqui também cabe uma reflexão: no site desses grupos de jovens LGBT havia um diretório com endereços e telefones de organizações LGBT em diversas cidades e Estados do Brasil, mas os jovens não se viam contemplados/as, acolhidos/as ou até mesmo não tinham coragem de procurá-las com receio de se exporem em um lugar público. Apesar de desde o fim dos anos de 1980 existir um número crescente de organizações LGBT em muitas regiões, os/as jovens que chegavam às listas dos grupos em grande medida não viam nessas entidades um lugar de apoio efetivo pelas questões acima levantadas. As novas tecnologias da comunicação, como computadores e Internet, acessíveis e apropriadas por uma determinada parcela da juventude, permitiu que esses se encontrassem e criassem seus próprios fóruns de debate e suas próprias organizações, elas próprias criam meios e estratégias para dar conta de seus conflitos. Não posso afirmar ao certo, mas levanto a hipótese de naquele período, esses jovens talvez tenham se apropriado mais rapidamente das novas tecnologias e conseguiram canalizar essa vantagem relativa para o seu agrupamento e organização, antes mesmo das pessoas envolvidas nas organizações LGBT mais tradicionais, ou seja a utilização da rede de computadores para fins institucionais, de integração e acolhimento de seu público-alvo.

O site do Pagla apresentava algumas regras de funcionamento e de “etiqueta”:

Para proteger os membros da Lista algumas atividades estão terminantemente proibidas, e caso aconteçam estou disposto a utilizar de qualquer dispositivo legal a meu dispor para levar o responsável à polícia:

O assédio ou ameaça a qualquer um dos membros da Lista.

Enviar mensagens de teor ofensivo, racista, homofóbico, pedófilo, ou pornográfico.

O envio para a lista de links que levam para páginas com conteúdo pornográfico, racista, criminoso ou de outra maneira proibido para menores de 18 anos.

Publicação de material postado pela lista em qualquer meio de comunicação sem prévia autorização do remetente.

A participação de pessoas de outra faixa etária, que não corresponda as exigidas pela lista.

Para poder ingressar na lista era necessário preencher um cadastro prévio, que era avaliado por um/a moderador/a, seja para ter informações sobre os/as participantes, mas sobretudo verificar a adequação da idade para então poder ingressar no grupo virtual.

Em relação ao funcionamento das listas de discussão do Pagla, elas eram moderadas, ou seja, havia pessoas responsáveis por filtrar e aprovar ou reprovar os emails enviados ao grupo. De acordo com a entrevista, ao longo do tempo, o número de participantes foi crescendo, o que demandou um número maior de pessoas envolvidas nessa função de moderação, aumentando a quantidade de membros com maiores responsabilidades e mais atuantes junto ao grupo.

Esses/as moderadores/as tinham o poder de filtrar qualquer mensagem antes que ela chegasse a todo o grupo, poderia suspender ou eliminar algum membro que não estivesse de acordo com a política de funcionamento estabelecida, bem como pessoas que entrassem no grupo para ofender ou buscavam somente encontros sexuais. A preocupação com as regras para o funcionamento do grupo, bem como os modos de evitar que o grupo tivesse como foco a busca de encontros sexuais e o controle entre a interação de jovens LGBT e adultos também permearam e permeiam tanto as listas quanto os encontros presenciais de todas as outras organizações LGBT analisadas nessa tese.

Sobre os “cargos” criados para o funcionamento do Pagla, além de moderadores/as, havia o de *webdesigner* ocupada por Lico, a colaboração de uma psicóloga, que respondia por meio do site dúvidas de participantes sobre sexualidade e ainda havia um coordenador de *marketing* que era responsável pelo processo de tentar formalizar o Pagla enquanto ONG e por captar recursos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades.

Lico conta que quando ingressou no Pagla por volta de 1997/1998, o grupo já existia há aproximadamente seis meses, rapidamente se enturmou no grupo e se ofereceu para redesenhar o site. Um pouco depois de um mês, houve a primeira reunião presencial com essa equipe de colaboradores/as voluntários/as do grupo, exceto os/as moderadores/as que ainda tinham receio de se apresentarem publicamente.

Ele conta que ao todo participou de 3 encontros na cidade de São Paulo e que contavam exclusivamente com essa equipe e que mesmo nessas poucas e pequenas reuniões, ainda havia algum desconforto da exposição pública. No fim das contas as principais discussões e encaminhamentos se davam majoritariamente por meio da comunicação via Internet.

Lico relata que com o passar do tempo foi se envolvendo também com a moderação de uma das listas, e que não tardou muito em ter embates no grupo sobre a rigidez da divisão por faixas etárias: ele estava na transição de 17 para 18 anos e teria que mudar de lista, deixar a lista Pagla Jovem de 13 a 17 e ir para a de 18 a 25 anos. Ele não concordava com essa política, dado que argumentava que seu círculo social *online* era basicamente a lista de 13 a 17 e não gostaria de perder o contato com essas pessoas. Essa discussão, entre outros motivos, fez com que o moderador da lista com jovens entre 13 e 17 deixasse o cargo, o qual Lico assumiu junto com outras pessoas, pois outros/as não queriam que ao completar 18 anos fossem automaticamente mudados/as de lista.

Além desse tipo de discordância em relação à política da lista, outras foram se somando nos debates do grupo. Os membros da lista a medida que foram criando laços de amizades virtuais, duradouros, um clima de confiança mútua foi se estabelecendo e alguns/mas jovens passaram a demonstrar o interesse em se conhecer pessoalmente, também passaram a circular anúncios de “busco relacionamento”. Essas mudanças foram incomodando o fundador do Pagla e não demorou para que aos poucos as pessoas da lista criassem coragem para romper a barreira do estigma sexual e do medo, e passaram efetivamente a se encontrar *offline*, pessoalmente e publicamente, e os relatos sobre esses encontros começam a circular nas listas, mesmo eles não sendo organizados pela entidade, senão pelos seus/suas integrantes.

Segundo Lico, as brigas por conta da divisão por faixa etária, as transformações que foram alterando o foco da auto-ajuda para uma lista de amizades e relacionamentos - apesar de não abandonar aquele primeiro intuito, e ainda somado a um aumento de ameaças dirigidas ao fundador do Pagla e aos/às moderadores/as das listas por parte de pais e mães que descobriram que seus filhos e filhas frequentavam listas que tratavam de sexualidade LGBT e os/as acusavam de estarem desvirtuando a heterossexualidade dos/as adolescentes e jovens, fizeram com que aos poucos as listas fossem esvaziando e o fundador do grupo também aos pouco foi abandonando o projeto. Dessa forma, Lico continuou com a organização, mas somente realizando alguma atualização do site,

sobretudo ele e outros/as moderadores/as deram ênfase na manutenção das listas de discussão.

O entrevistado descreve essa situação de mudança de rumos do Pagla e a saída de seu fundador da seguinte maneira:

De certa forma tinha esse grupinho de administradores [*webdesign*, psicóloga, coordenador de *marketing*], só que aos poucos, acho que estava difícil de a Pagla decolar, as pessoas começaram a sair, cada uma para seu canto. Acabou ficando basicamente eu e o fundador. Depois disso, até tiveram outros encontros da lista [presenciais], acabei fazendo algumas amizades na época, algumas dessas amizades chegaram a ir nesse encontro, mas não sei, de certa maneira a felicidade dos outros acabou incomodando o fundador, ele era muito depressivo, então ele acabou que não queria mais continuar com a Pagla, achava que estava virando de uma lista de ajuda, estava virando uma lista mais de amizades, como aqueles *Penpals* antigos [amigos por correspondência] e acabou saindo do projeto, acho que isso foi em 1998/1999, um ano depois que eu entrei (Entrevista com Lico, 2013).

Para fins da minha pesquisa, consegui entrar em contato com os/as antigos/as coordenador de *marketing* e psicóloga, ambos disseram não ter muito a contribuir sobre a história do Pagla e confirmaram que por um período foram voluntários/as, mas que o projeto presencial não saiu do papel e aos poucos foi se enfraquecendo, como não eram mais solicitados pelo grupo perderam contato com suas atividades.

Com a saída do fundador da organização e dos/as outros/as colaboradores/as a ideia de transformar o Pagla em uma ONG, bem como as outras propostas apresentadas, não chegou a se tornar realidade. A única que foi efetivamente bem-sucedida foi a ampliação do alcance do Pagla na Internet e pode-se dizer que inclusive na mídia convencional, pois no site há indicação que o grupo foi citado em matérias em revistas como Cláudia e Isto é. Também encontrei uma breve entrevista entre seu fundador e o então deputado federal José Genoíno do Partido dos Trabalhadores sobre homossexualidade e discriminação⁴², talvez a única referência explícita da relação do grupo com o universo da política institucional.

Na entrevista com Lico, quando indagado sobre os objetivos do Pagla, ele responde e aponta as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo:

Acho que o objetivo de criação que a gente teve era realmente de ajudar, aquela pessoa, aquele adolescente que estava desesperado, tinha se descoberto, e que não se encontrava nos moldes da sociedade, dos outros amigos. Você não sabia como falar com os pais, ou os pais tinham acabado de descobrir sobre a sua sexualidade, era aquele adolescente desesperado que precisava de uma ajuda e

⁴² O deputado federal José Genoíno foi responsável pela sugestão, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, da inclusão do termo explícito de não-discriminação por orientação sexual no texto do que foi a Constituição de 1988, mas sua demanda não foi acatada pelo coletivo.

que estava prestes a se matar. Esse era o principal objetivo da Pagla para o seu fundador.

Na minha visão, a Pagla seria mais uma precursora das redes sociais GLBT, acho que ajudou muita gente, não nesse ponto [que espera o fundador], mas como níveis de amizade, a estruturação de amizades, as redes de amizades que foram criadas fizeram com que as pessoas se aceitassem mais, entendessem que elas não estavam sozinhas, acho que esse foi um dos melhores pontos da Pagla (Lico, 2013)

Ou seja, de acordo com Lico o foco principal do Pagla era ajudar em primeiro lugar aqueles/as jovens passando por grande conflito interno, em situação de depressão e tendência ao suicídio, mas que ao seu ver romper o sentimento de isolamento e a estruturação de redes de amizade também era uma forma bastante ou mais efetiva de superar essas situações limites, até de forma mais agradável e lúdica.

Lico relata que com essas mudanças nas listas, casais foram se formando por meio do grupo, ele mesmo conheceu um garoto do interior do estado de São Paulo e que namoraram por nove anos. Ainda ressalta que muitos dos/as participantes nunca tinham “ficado” ou namorado com pessoas do mesmo sexo em suas vidas, o Pagla também propiciou esse tipo de relacionamento, o que ele considera saudável.

Perguntei ao entrevistado quais foram os maiores obstáculos e dificuldades vivenciados pelo grupo:

As que eu presenciei pessoalmente [resistências/obstáculos] eram mais coisas do tipo ameaças de pais: vocês estão levando o meu filho para o mau caminho; meu filho não é gay e vocês estão forçando ele a fazer/vivenciar isso, era mais nesse ponto. Chegamos até ter ameaças do tipo: vou atrás de você; vou te processar; vou te matar e coisas do tipo. Eu particularmente quando parei com a Pagla foi mais por causa disso, principalmente, por conta das ameaças de alguns pais. Na época você não tinha um suporte como você tem hoje em dia, inclusive jurídico, acabei preferindo acabar com a Pagla naquele momento (Lico, 2013).

Ou seja, a principal resistência ao grupo vinha de pais e mães, as ameaças que com o passar do tempo foram ficando mais sérias, seja de agressão física ou de processos jurídicos. Como Lico ressalta, havia uma falta de informação sobre como se proteger juridicamente naquela época em relação à sexualidade, sobretudo LGBT. Este entrevistado, assim como muitos outros nessa pesquisa, afirmaram que não tinham a menor ideia se a idade de consentimento sexual entre heterossexuais e homossexuais era a mesma, e ainda que fossem, há relatos de jovens que mesmo consentindo relações sexuais, posteriormente eram ameaçados/as pela família a dizer que foram forçados/as, e juridicamente, por uma questão de preconceito cultural, as relações sexuais LGBT não eram “bem vistas” pela polícia, advogados/as, juízes/as, sobretudo quando envolviam maiores e menores de idade legal, ainda que com idades próximas. Ou seja, apesar de não

haver uma distinção sobre sexualidade no que dizia respeito ao consentimento sexual, era uma confusão muito grande na cabeça dos/as jovens, o que podia ou não, em que idade.

Sublinho que além de um suporte jurídico igualitário, o quão difícil não era para esses/as jovens, coordenadores/as e moderadores/as do Pagla, ter que lidar com a negociação de sua “saída do armário” junto às diferentes esferas sociais como amigos/as, família e escola, e ao mesmo tempo enfrentar a ameaça de um processo policial ou jurídico que poderia expô-los/as e prejudicá-los/as, inclusive profissionalmente. Dessa forma esses/as jovens contavam com um sentimento de desamparo jurídico e familiar. Alguns/mas entrevistados/as relatam que havia uma forte insegurança na época em relação a processos judiciais, pois por conta do estigma sexual muitas vezes as pessoas LGBT, assim como em outros grupos socialmente e politicamente estigmatizados, são considerados culpados de antemão, a responsabilidade poderia facilmente recair sobre o/a acusado/a.

Ao longo da trajetória das organizações de jovens LGBT fica claro que além do estigma social, não havia um reconhecimento da política institucional, pelo menos não de forma generalizada, de pessoas LGBT como sujeito de direitos. Mudanças positivas nesse aspecto foram levantadas por todos/as os/as entrevistados/as responsáveis pela fundação dos grupos em São Paulo, de que apesar do estigma e discriminação em relação às pessoas LGBT, incluindo jovens, ainda ser grande nos dias atuais, significativos avanços foram realizados no campo social, cultural e político.

Retomando a história do Pagla, perguntei ao Lico sobre os pontos fortes e fracos na trajetória do grupo:

As principais vitórias foi o fato da união das pessoas, da união do grupo, a Pagla conseguiu ainda ficar no ar de 2 a 3 anos basicamente [depois da saída de seu fundador], até hoje tem pessoas que eu conheço, que eu conheci na época da Pagla, e isso foi o essencial. O ponto fraco foi não ter tido tanta força política com o grupo, a ideia do fundador era transformar a Pagla em uma ONG, criar cartilhas de auxílio, fazer palestra em escolas, mas isso acabou não rolando. A gente até tentou depois disso, em uma época, tentar fazer algumas palestras, a gente entrou em contato com algumas escolas, mas a resistência era muito grande e acabou brochando um pouco (Entrevista com Lico, 2013).

A principal vitória do grupo foi conseguir romper com o sentimento de isolamento de adolescentes e jovens LGBT e estrutura redes de amizade e de namoro, ressalta que muitas pessoas depois de tantos anos ainda mantem amigos/as daquela época em seus círculos sociais. Durante as entrevistas realizadas foi recorrente o depoimento da importância e da manutenção das amizades criadas durante a participação dos diversos grupos LGBT, que transcendem inclusive a extinção ou afastamento das organizações.

Enquanto fragilidade foi apontado: não conseguir concretizar o ideal de estruturar o Pagla enquanto uma ONG e não promover as intervenções como no caso das escolas, que apesar das tentativas, foram experiências frustradas por conta da resistência das mesmas.

Perguntei se o entrevistado poderia traçar um perfil geral do grupo, o qual me respondeu que era majoritariamente jovens de classe média, média alta, que tinham acesso a computador e à Internet, que tinham como pré-requisito um capital financeiro e cultural considerável, pois exigia conhecimento ou o desenvolvimento de habilidades de informática que não eram tão difundidos como atualmente.

Ainda indaguei o que em geral levavam os/as jovens a ingressarem e se manterem no Pagla e obtive como resposta:

Eles procuravam amigos e casos [namoros], os principais. Eles buscavam pessoas como eles, com quem eles pudessem discutir sobre a beleza de um ator de uma novela ou de um filme, sobre algum moleque do colégio, os problemas da família, isso entrava bastante também, mas acho que era mais a questão da amizade e de se sentir parte de um grupo (Entrevista com Lico, 2013).

Apesar dos/as fundadores/as de organizações de jovens LGBT entrevistados/as apontarem certa diminuição da discriminação de pessoas LGBT ao longo do tempo, a resposta acima em grande medida sintetiza o que os/as jovens buscam nesses grupos até os dias atuais: querem estar entre seus iguais, fazer amigos/as, potencialmente ter um relacionamento e querem resolver os problemas com a família.

Retomo a questão da existência dessas organizações como uma resposta a falta de possibilidade de experimentação, de ser “você mesmo”, nos principais espaços de intensa frequência na adolescência e na juventude: a família, a escola e a comunidade – no seu cotidiano. Se a escola e a comunidade são os principais meios da construção de laços afetivos, amizades, de compartilhamento e experimentação da sexualidade para a grande maioria dos/as jovens heterossexuais, o mesmo não ocorre com boa parte dos/as jovens LGBT, que precisam de um espaço específico e protegido de sociabilidade e de socialização para então poder voltar a ter um trânsito nos âmbitos citados. Como ainda veremos nessa pesquisa, os/as entrevistados/as apontam, sobretudo no período que surgem essas primeiras entidades juvenis, que em geral havia – e posso dizer que em alguma medida ainda há - uma defasagem em relação as primeiras experiências afetivas e sexuais entre pessoas heterossexuais e LGBT, sendo que estas relatam que tiveram experiências consideradas tardias em relação aos seus pares na família, escola e comunidade, por exemplo jovens LGBT que tiveram seu primeiro namoro e sua primeira

relação sexual com mais de 20 anos, sendo que a média etária da primeira relação sexual na população brasileira é em torno dos seus 14 a 16 anos de idade (ABRAMO e BRANCO, 2011; BRASIL, 2011B).

Voltando ao Pagla, indaguei Lico sobre como funcionava a sustentação financeira da organização, ele conta que o grupo era autofinanciado, na realidade não havia muitos gastos, a hospedagem do site e as listas utilizavam servidores gratuitos e que a única despesa que soube dizer foi o registro do domínio do site em nome do Pagla, que ele mesmo pagava como contribuição.

Lico acredita que ainda hoje é importante existir grupos especificamente para jovens LGBT, mas que para serem efetivos devem fazer circular informação de um jeito mais lúdico, na sua forma e conteúdo, como uma “Capricho GLS”. Por conta dessa visão de como deveria ser um trabalho para os jovens LGBT, após o fim do Pagla colaborou posteriormente no processo de criação de um novo grupo, o XTeens, fundado por um ex-moderador da Lista Pagla Jovem de 13 a 17 anos, Nicky.

E-jovem (desde 2001)



No mesmo ano em que o Pagla encerra suas atividades, surge um novo grupo de jovens LGBT: o E-jovem, fundado em 2001, entre outros/as por Deco Ribeiro, um de nossos principais entrevistados sobre a organização e que permanece ligado à entidade até hoje. Uma entrevista complementar foi realizada com Chesler Moreira, marido de Deco e atual presidente, mais conhecido no grupo por seu nome social de *drag queen* Lohren Beauty⁴³.

Deco conta que em meados de 1998/1999, em torno de seus 26 anos de idade, ainda não havia assumido publicamente sua homossexualidade e utilizava a Internet para buscar informações sobre sexualidade. Nessas incursões pela rede mundial conheceu um programa de *chat* [bate-papo *online*], o mIRC, que também era usado pelo Pagla para reunir seus membros. Esse programa permitia que usuários/as criassem salas temáticas de bate-papo e Deco relata que haviam alguns canais gay como: #Gay Brasil, #Gay SP, #Gay Rio (assim sucessivamente por estados). O #Gay Brasil era o canal mais utilizado de modo geral, mas foi criado também o #Gay Jovem, específico para esse público.

Deco passou a ser um frequentador assíduo do canal #Gay Jovem e passou a fazer amigos/as nesse espaço virtual. Com o passar do tempo ele e outros moderadores/as do #Gay Jovem perceberam que grande parte dos/as jovens procuravam o canal, pois estavam em conflito ou querendo entender sua sexualidade e as perguntas eram quase sempre as mesmas. Vejamos a explicação do entrevistado:

Então, assim que começou essa coisa de bate-papo eu fui lá e achei esse grupo [# Gay Jovem]. Tinha uma coisa engraçada nesse grupo, tinha o pessoal fixo e sempre gente nova entrando e a galera nova que entrava, chegava com umas dúvidas básicas e que se repetiam. A cada vez que uma pessoa nova entrava, a

⁴³ Lohren Beauty se refere a si mesma no feminino, forma que também será usada na escrita da pesquisa.

galera da sala ajudava com as dúvidas: como eu conto para minha mãe? Estou apaixonado pelo meu amigo hétero? Será que sou gay mesmo? Ou contavam alguns problemas que aconteciam na escola etc.

Aí a gente pensou, por que a gente não cria um site, mais ou menos com essas respostas e que fique como referência? Tipo um ponto de ajuda, para as questões frequentemente perguntadas ali na sala. E essa ideia começou a evoluir: vamos fazer um site, colocar seções, contos, quadrinhos etc. Nesse início era para ser uma experiência da sala inteira, da galera (Entrevista Deco, 2013).

Pouco tempo depois do surgimento da Internet no Brasil, da sua comercialização para o público geral em meados de 1995, começaram a se constituir comunidades LGBT *online*, por meio de sites e de canais de bate-papo, esse passou a ser um lugar privilegiado para se buscar informações sobre outras formas de sexualidade para além da heterossexual, além de permitir o encontro virtual entre pessoas LGBT ou que tinham dúvidas a esse respeito.

A partir das demandas recorrentes às pessoas “fixas” que usavam o canal, elas tiveram a ideia de criar um site de referência, com uma espécie de *FAQ* [*Frequently Asked Questions*], de respostas às Perguntas Mais Frequentes. O site deveria se chamar G-Jovem por conta do canal de origem, o #Gay Jovem, mas como o grupo do bate-papo teve dificuldades para criá-lo, pois não tinham experiência no desenvolvimento de *websites* e em conseguir um serviço de hospedagem para o mesmo, o grupo abandonou o projeto.

Deco não desistiu e resolveu buscar pessoas que pudessem lhe ajudar e encontrou um garoto de 15 anos que acabou se voluntariando e ambos foram construindo o site. O entrevistado conta que essa situação era engraçada quando pensada nos dias de hoje, pois ele montou todo o site com esse parceiro, sendo que ambos viviam na mesma cidade, em Campinas, e apesar de serem colaboradores por anos, nunca chegaram a se conhecer pessoalmente. Esse relato mais uma vez traz um panorama do receio de se encontrar pessoalmente, o medo da exposição pública por conta de uma sexualidade estigmatizada e por outro lado mostra a capacidade e potencialidade do trabalho colaborativo por meio da Internet, mesmo entre desconhecidos e protegido pelo anonimato.

O novo projeto passou a se chamar E-jovem, como conta o entrevistado:

Aí ficou essa referência ao Eletrônico, ao Email, que era o meio de comunicação supressumo da época, então o E-jovem veio daí. E a galera do E-jovem por definição, era para ser aquela galera mais conectada, mas antenada com o mundo, que eram os jovens se descobrindo gays, procurando o seu lugar no ciberespaço. Quando o site surgiu, a gente conseguiu uma hospedagem camarada, na faixa, também com um cara do grupo, a gente lançou e foi bem legal! Tinha uma parte de cadastro, as pessoas deixavam o email e a gente criou uma lista de emails dos usuários do site, começou a bombar essa lista de emails. Tanto que eu parei de frequentar o mIRC e acabei frequentando mais esse bate-papo por email (Entrevista Deco, 2013).

O grupo surge a partir da ideia de jovens “conectados/as”, aqueles/as que estão desbravando a Internet que surgia no país. Essa questão dá pistas da possibilidade dos jovens, inclusive os LGBT, de terem se apropriado mais rapidamente do uso da Internet em relação aos seus pares nas organizações LGBT tradicionais. Utilizar as ferramentas da rede mundial como programas de bate-papo, criação de listas de discussão e *website*, demandavam uma capacidade técnica ainda pouco existente no Brasil. Outro elemento importante é que a lista do E-jovem tomou tal proporção que Deco acabou abandonando o uso do mIRC, o programa de bate-papo, para se dedicar integralmente ao grupo de discussão por email.

Deco deixa bem claro que o objetivo do projeto era basicamente criar o site e a lista de discussão, sendo que esta, diferentemente do Pagla e posteriormente do XTeens, era uma única lista para jovens LGBT em geral, sem uma divisão por faixas. A lista em pouco tempo passou a ter participantes de todo o Brasil e também pessoas do exterior e os rumos do E-jovem enquanto projeto exclusivamente *online* foi se transformando.

O entrevistado relata que as principais preocupações eram oferecer informações sobre a sexualidade LGBT para os/as jovens que estavam nessa busca na Internet e a propiciar a interação entre pares. A estrutura do site funcionou de forma muito similar ao Pagla, as seções tinham quase a mesma lógica, os assuntos tratados, a produção de conteúdo com relatos verídicos de jovens LGBT de todo o Brasil, a parceria com jovens colunistas e internautas para escrever sobre alguns temas específicos.

Deco confirma que um problema da época era a falta de informação e referências do que era ser um jovem LGBT e de como lidar com isso em casa, na escola, no trabalho, não haviam exemplos na mídia, pois LGBT eram representados de modo negativo ou na melhor das hipóteses caricatas, e ainda assim era como se não houvesse uma juventude LGBT, como se somente os adultos pudesse sê-lo. Hoje em dia avalia que em grande medida essa lacuna da falta de referência de como é ser um jovem LGBT foi suprimida, inclusive ele atribui isso à atuação dos grupos de jovens LGBT, inclusive à do E-jovem.

Tal como no Pagla, após um ano de conversas nas listas, as pessoas passaram pelo mesmo processo de aprofundamento de laços de amizade e de enfrentamento do medo de se encontrarem pessoalmente, e os relatos sobre reuniões em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Curitiba foram surgindo. É interessante notar que pela primeira vez um grupo relata encontros fora das grandes capitais, talvez no caso de Campinas possa ter sido a influência da base *offline* do E-jovem estar lá, mas é um elemento diferencial de todo modo, que surge na Internet e ganha materialidade em uma cidade do interior do estado.

Uma outra discussão foi emergindo no grupo: como alcançar os/as jovens LGBT que estão fora da rede mundial de computadores? Deco descreve:

Em 2002, já estavam rolando esses grupinhos, a galera já estava se conhecendo pessoalmente. Muita gente que só usava pseudônimo, estava começando a usar o nome real, a gente pegou a transição do lance de usar pseudônimo e usar seu nome mesmo na Internet. A gente fez um projeto de dentro da lista, a gente discutia, na época 3% da população devia ter Internet, estamos se ajudando aqui no site, na lista, mas quem tem acesso à Internet é uma elite - e a galera que está aí fora, perdida, sem ter acesso a essa informação, a essa convivência etc.? Começou a se pensar em fazer alguma coisa para fora da net, vamos fazer alguma coisa no mundo real (Entrevista Deco, 2013).

Deco explicita muito bem a questão de uma “elite” ter acesso à computadores e aos serviços de Internet. Além disso, o entrevistado comenta sobre a transição do uso de pseudônimos ou apelidos na Internet como forma de garantir o anonimato, que a medida que os encontros presenciais iam ocorrendo, as pessoas também deixavam de utilizar apelidos e passavam cada vez mais a utilizar seus nomes reais, inclusive os novos membros do grupo cada vez menos utilizavam pseudônimos.

A primeira atividade que o grupo resolveu fazer foi um filme. Virtualmente discutiram como seria, elaboraram um roteiro e decidiram fazê-lo na cidade de São Paulo, onde tinham vários membros e seria um local de fácil acesso para as pessoas de cidades vizinhas. Então criaram o filme *Meu cachorro gay* e o grupo mandou o vídeo para o Show do Gongo, uma seção de filmes amadores do Festival Mix Brasil⁴⁴ de Diversidade Sexual. Pode-se dizer que algumas pessoas não só vão abandonando o anonimato, como os jovens resolveram fazer uma atividade presencial, coletiva e passam a tornar seu trabalho público por meio de um festival específico sobre diversidade sexual.

O E-jovem passou deliberadamente a estimular os encontros presenciais e a realização de atividades entre jovens em suas respectivas cidades/localidades e que compartilhassem suas experiências na lista.

Em relação a criação do filme, há três elementos que destaco: a questão da linguagem dos/as jovens; a forma da expressão cultural e as primeiras articulações concretas com o que já existia de institucionalizado em relação ao universo LGBT, um festival de diversidade sexual.

Outro tema que permeia todas as organizações de jovens LGBT é a forma de expressão cultural, mesmo quando os jovens querem expressar suas demandas mais

⁴⁴ Mostra de filmes sobretudo, voltados à temática da diversidade sexual. Inaugurada em 1993 e que desde então ocorre anualmente em diversas cidades brasileiras.

peçoais ou mais políticas, muitas vezes ela se dá por meio do diálogo, de “uma boa conversa”, um poema, um texto, um blog, um vídeo, uma peça de teatro, essas formas são muito valorizadas, o lúdico é valorizado, e muitas vezes foi dito nas entrevistas, que inclusive o lúdico reduz o mal-estar do impacto do preconceito e da discriminação, é uma forma de dizer coisas difíceis de um modo mais agradável ou até descontraído, e além disso tem um maior potencial de atingir o público no que diz respeito a um aspecto emocional da mensagem, ou seja, não é só informar, mas também sensibilizar, “tocar as almas e mentes”.

Essa experiência de uma primeira atividade coletiva e presencial, sob o nome do E-jovem, que foi a criação do filme e o seu envio e participação em um festival de filmes de temática LGBT, aponta o início da relação entre esses/as jovens com um universo LGBT mais amplo de instituições culturais como o festival, mas também com outras organizações LGBT e posteriormente com o poder público. Como veremos um pouco adiante, o E-jovem passa a atuar em Paradas do Orgulho LGBT de diferentes cidades, a coordenar atividades em conjunto com outras entidades, estabelecem parcerias com órgãos públicos e também a “ocupar” os espaços de participação para a incidência em políticas públicas.

A partir desse movimento de expansão e de articulação do E-jovem com outras instituições, o grupo fez um diagnóstico da relação com o Movimento LGBT tradicional e também decidiram que era o momento se formalizar legalmente enquanto uma ONG por volta de 2003. Deco conta um pouco sobre esse processo:

Essa ideia de virar uma associação foi baseada nos grupos gays que a gente foi travando contatos depois que a gente começou a sair da Internet. E aí a gente começou a perceber que os grupos gays não conseguiam enxergar o jovem: ou as pessoas viam os jovens como objeto sexual ou ficavam com medo de se aproximar dessa realidade para não serem taxados de pedófilos - se afastavam e afastavam os jovens dos espaços. Então a gente falou assim: vamos montar uma associação de jovens gays, que já surgiu como rede com núcleos em várias cidades e vários estados. Aí a gente registrou, fez uma ata de fundação aqui em Campinas (Entrevista Deco, 2013).

Essa questão da relação entre juventude e o Movimento LGBT mais tradicional é permeada por pelo menos duas grandes tensões frequentes: relação entre jovens e adultos/as LGBT e o pânico moral da pedofilia; e a relação de poder, de participação e definição de pautas políticas.

Em todos os grupos analisados, explicitamente ou implicitamente, há uma preocupação e vigilância em relação ao contato dos jovens com os adultos no sentido de evitar problemas para os jovens e escândalos sexuais para as organizações. Estas têm bem

claro que seu papel é acolher o jovem LGBT e em alguma medida protegê-los das mazelas que os afligem, há diversos relatos sobre sentimentos de vulnerabilidade e até mesmo de atitudes autodestrutivas empreendidas por jovens em conflito com sua sexualidade, dessa forma, as entidades que trabalham com esse público acabam por desenvolver mecanismos e estratégias de proteção, por exemplo: o Pagla propunha uma separação de interação entre jovens por faixas etárias e mediadas por moderadores/as que acompanhavam o cadastramento e a circulação de email; o E-jovem nas suas listas e outras ferramentas de Internet também contam com o mecanismo de moderação na troca de mensagens; o XTeens seguiu os mesmos passos do Pagla; O JA tinham atividades realizadas muitas vezes em locais públicos e com o acompanhamento de algum adulto de confiança do grupo; e o Purpurina também possui o acompanhamento de suas atividades por adultos. Todos os grupos estabelecem uma faixa etária de participação, no caso do E-jovem dos 12 aos 29 anos⁴⁵, ou seja, não permite a participação de crianças e impede a frequência de adultos no grupo, a não ser da sua própria equipe ou eventuais convidados/as

Seja pela preocupação dos jovens serem vistos como potenciais objetos sexuais por adultos/as de outras entidades LGBT, seja pelo não acolhimento dos/as jovens por estas, com o receio de acusações por parte de grupos politicamente, socialmente ou religiosamente conservadores de que eles “promovem a pedofilia”, na prática se as organizações de jovens LGBT fazem parte do campo do Movimento LGBT, muitas vezes este é citado na terceira pessoa, “o Movimento” (ele) e não “nós do Movimento”. Mesmo nas entrevistas de fundadores/as e jovens militantes quase todos/as se considerarem parte do Movimento LGBT, mas a grande maioria das vezes ao se referir ao movimento tradicional, o fazem de um modo no qual um distanciamento é uma marca recorrente. Por outro lado, essas organizações de jovens LGBT ao longo do tempo se reconhecem entre si como pares, mesmo quando são divergentes em algumas questões ou preferem não se relacionar diretamente. Assim, pode-se dizer que existe um campo de organizações de jovens LGBT, que em alguma medida se comparam, se definem na alteridade, como por exemplo: O E-jovem e o JA são mais comumente citados como grupos militantes; o

⁴⁵ Com a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, inclusive com acompanhamento e participação do E-jovem, a rede estava ampliou a faixa etária para os 29 anos, como no documento citado, mas anteriormente o teto etário era 24 anos.

XTeens como mais voltado à sociabilidade; e o Pagla e o Purpurina como um grupo de apoio mútuo⁴⁶.

Outra crítica é que dentro dos espaços de debates e decisões do Movimento LGBT ou jovens não são convidados/as a participarem e quando são muitas vezes suas propostas e demandas não têm o mesmo peso da opinião dos/as adultos/as, ou seja, mesmo quando os jovens LGBT estão presentes, a pauta ainda é mais facilmente definida pelo Movimento LGBT tradicional, visto que esse seria mais experiente nas discussões, nos mecanismos de participação política, de como lidar com o diálogo e os conflitos entre instituições sejam LGBT, sejam governamentais.

E por fim, a dinâmica da elaboração de diretrizes e discussões políticas no âmbito das instituições não contribuem no incentivo à participação dos jovens, longas reuniões e assembleias, árduos debates, apresentação de dados, argumentos políticos são tomados como um obstáculo para a construção de uma efetiva participação de jovens.

Deco então, a partir da análise que os grupos LGBT mais tradicionais não tinham espaço para acolher os/as jovens e desenvolver temas relacionados aos/às mesmos/as, concluiu que formar um grupo específico de jovens LGBT era necessário. Como o E-jovem já contava com núcleos em diversas cidades, o grupo em realidade acabou se estabelecendo como uma rede nacional. Ou seja, a partir de 2003, o E-jovem passa a ser o nome de uma rede e seus núcleos, estes chamados de E-grupos.

Os E-grupos ligados à rede E-jovem passam a adotar o prefixo “E-” e o nome ou apelido da cidade, localidade que se encontram, por exemplo: E-Campinas, E-Sampa (São Paulo), E-POA (Porto Alegre), E-Litoral (Litoral Paulista), E-Pira (Piracicaba) e assim por diante. Pela própria forma de rede, de atividades e temas baseados na realidade local, os grupos possuem autonomia para definir sua forma de organização, trabalho e temas.

O entrevistado ainda relata que a partir da formalização do E-jovem enquanto ONG, a rede decide que deve passar a ocupar os espaços possíveis de participação, ainda em 2003, o E-Campinas passa a se envolver na organização da Parada do Orgulho LGBT da cidade e o mesmo acontece com o E-Sampa em São Paulo.

Diferentemente do Pagla, o E-jovem inicialmente não tinha intenção de se transformar em uma ONG, mas o processo de interação entre os jovens LGBT e a avaliação de sua situação perante aos problemas e conflitos sociais acabaram fazendo

⁴⁶ Esse breve panorama da classificação entre grupos de um campo de organizações de jovens LGBT foi elaborado com base nas opiniões emitidas pelos/as entrevistados/as para essa pesquisa.

com seus coordenadores buscassem criar estruturas mais organizadas e formais. Sobre as finalidades aprovadas em estatuto consta:

O **GRUPO E-JOVEM** tem por finalidades:

I – Dar visibilidade e criar projetos de apoio, de resgate de cidadania e prevenção contra DSTs/AIDS a adolescentes e jovens gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, doravante chamados de E-JOVENS.

II – Promover a digna inserção dos E-JOVENS nos âmbitos familiar, escolar e de trabalho, fazendo valer o que está escrito na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

III – Promover uma maior integração entre esses E-JOVENS e adolescentes e jovens heterossexuais, mostrando que um mundo melhor é possível.

O grupo registra seu papel de dar apoio aos/às jovens LGBT e traz um elemento novo, a questão de resgate da cidadania, uma lógica de direitos e reivindicação começa a ser esboçada. Ainda se fala sobre a prevenção contra DST/Aids.

Outra finalidade é a promoção da digna inserção desses/as jovens na esfera da família, escola e trabalho. Diferentemente do Pagla, aqui o âmbito do trabalho está incluído. Como tenho reiterado, os focos de atuação desses grupos de jovens LGBT é muito forte em relação à família e à escola. Um elemento de destaque é a referência à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um marco normativo positivo, ou seja, fala-se em fazer valer esses documentos. No que diz respeito ao trabalho com adolescentes e jovens LGBT em diversas situações presenciei o E-jovem, o JA e o Purpurina citarem o ECA para defenderem e justificarem por exemplo a liberdade, a expressão, e a autonomia em torno da sexualidade dos/as jovens. Há um respeito e uma apropriação bastante interessante por parte dos grupos em relação ao uso do ECA.

E por último, há o incentivo à interação entre pares e o processo de superação dos conflitos com base no apoio mútuo.

Avançando no processo de institucionalização da organização, Deco conta que em 2004, o E-jovem decidiu fazer um encontro nacional em Campinas e foi a primeira vez que tiveram uma eleição, na qual ele foi escolhido como Presidente da rede. Conta ainda que participaram grupos do estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso entre outros e uma intenso debate *online* com os E-grupos que não puderam comparecer presencialmente.

Perguntei sobre a periodicidade dos encontros e Deco diz que o ideal seria que fossem anuais, mas dada a falta de verbas e de estrutura, eles têm acontecido a cada 4 anos, ou seja, em 2008 e 2012, sendo que neste último aproveitaram a oferta de vagas em

ônibus gratuitos para a Marcha Nacional Contra a Homofobia, que acontece todos os anos em Brasília desde 2010, para reunir seus membros e realizar o encontro da rede. Essa estratégia de realizar reuniões nacionais de grupos paralelamente a outros encontros nacionais mais amplos, aproveitando facilidades financeiras para a participação e a ocasião de reunir pessoas de todo o país, é uma estratégia já utilizada há algum tempo pelo Movimento LGBT (FACCHINI, 2004).

Deco diz que de 2004 a 2008 foi um período de forte crescimento e estruturação interna da rede e seus núcleos. De 2008 em diante o E-jovem passa a atuar mais fortemente para o exterior, no contato com outras entidades, passa a elaborar novos projetos, incentivar uma na participação mais direta nas discussões e espaços de políticas públicas e investimento militância política.

Nesse período Deco disse que foi avaliando como funcionava a rede e analisando o perfil dos/as que procuravam o E-jovem e suas trajetórias no grupo, então ele fala em três momentos distintos das pessoas que os procuram: buscam entender-se enquanto LGBT, a sua sexualidade (sou LGBT?); depois buscam meios de comunicar e se acertar com seu meio social (para quem contar, como contar?) e finalmente, alguns querem mudar a sociedade, querem atuar de forma ainda mais engajada, militante.

Foi a partir dessa reflexão que o grupo procurou investir no alongamento do engajamento dos/as jovens, em buscar meio de que aqueles/as que já haviam superado seus conflitos pessoais e sociais de forma mais ampla, não abandonassem o E-jovem e inclusive tivessem espaço para influenciar as mudanças sociais de forma mais estrutural, por exemplo pela via da política institucional, ou seja, participando de partidos político e com a diretriz de “ocupar todos os espaços de participação possíveis”. Dito de outro modo, o E-jovem passou a se debruçar a desenvolver estratégias para incentivar uma militância política, inclusive mais tradicional, bem como alongar o período de engajamento dos/as jovens que já estavam bem com sua autoestima, família e outras esferas da vida cotidiana.

O fundador ainda diz que essa mudança na rede não aconteceu sem problemas, pois alguns jovens se sentiam assustados em participar dos espaços da política institucional e outros viam com desconfiança essa aproximação com “a política” - tradicional. Deco diz que investiu tanto nisso que talvez tenha assustado os/as jovens e que esse é um equilíbrio um pouco complicado: de oferecer o suporte e o apoio mútuo e ao mesmo tempo fomentar a participação política, buscar transformações mais amplas no

Estado e na sociedade, sem afugentar os/as jovens. Ele fala que a partir de discussões na rede chegou-se a três momentos/perfis dos/as jovens LGBT que buscavam o grupo:

O E-jovem percebeu que tem que estar preparado para trabalhar com três momentos/demandas: quero me entender, quero contar e quero lutar. Tem que ter espaços que lidem com esses três momentos.

Tinha uma época que a gente comeu uns erros, a gente fazia coisas muito militantes e afastava o povo que só queria desabafar, um povo que queria uma coisa mais pessoal e não uma coisa nacional. Ou a gente fazia muita roda de conversa e o povo que estava mais querendo ir para a rua, ficava meio assim, achava enfadonho aquilo e se afastava também.

Aos poucos a gente foi aprendendo a trabalhar com esses três momentos: ter um espaço para acolher, ter um espaço para orientar e ter um espaço para militar (Entrevista Deco, 2013).

Retomando as análises sobre heranças entre grupos organizados LGBT, nota-se que essa tensão entre grupo de discussão/apoio mútuo e militância, que por sua vez impactam na manutenção ou não de seus membros já estava presente desde a primeira organização do Movimento LGBT no final dos anos de 1970 (MacRae, 1990). O E-jovem em resposta a essa tensão se debruça para pensar estratégias e definiu “observar mais cuidadosamente” os/as participantes e seus momentos/interesses e criar espaços adequados para cada um deles, assim equacionando questões de recrutamento, manutenção e coesão do grupo.

Lohren Beauty complementa dizendo o que os/as jovens buscam ao ingressar no E-jovem:

A primeira vez que os jovens vêm, eles buscam informação. Digamos que de uns 10, 9 vêm buscar informação, porque chegam sem saber nada, perdidos.

Então, o primeiro momento é informação e com questões como auto-aceitação, sou adolescente, eu trabalho e sou gay – como lidar? Sou travesti, eu posso ir de mulher trabalhar? Eu posso ir de menina para a escola? Como é que eu faço para meu pai e minha mãe me aceitar? Em geral é família, trabalho e escola.

Desses 10 que chegam, um já busca militância e mais um acaba se interessando em ser militante (Entrevista com Lohren Beaty, 2013).

A presidente do E-jovem reitera as razões pelas quais a juventude procura a rede: auto-aceitação, “sair do armário”, relações familiares, escola e trabalho, mas traz algumas nuances de sua perspectiva *drag queen* sobre travestis e *drags* no ambiente escolar e profissional. No que tange a militância, ela faz uma estimativa de que a cada 10 jovens que entram em contato com a organização, um/a dentre eles/as quer claramente ser militante e outro/a se converte no processo de participação e envolvimento com a rede. Aqui chamo a atenção para o que MacRae apontou que mesmo os que buscam essas entidades LGBT, é uma minoria que realmente quer se engajar e militar de forma ativa e

não posso deixar de relacionar com a ressalva de Muxel na qual temos que ter em mente que sempre é uma minoria da população que de fato quer estar engajada (MacRae e Muxel).

O logotipo da rede E-jovem leva em seu *slogan*: socialismo + gay + adolescente. Então pedi para Deco aprofundar porque a rede passa destacar a questão do socialismo e como se deu esse processo de aproximação com os partidos políticos:

A gente sempre teve essa questão da homossexualidade como revolucionária, pelo menos para mim, e ligar essa questão a uma questão ideológica foi um processo, eu comecei a me aproximar dessa questão mais ideológica por volta de 2007 mais ou menos.

Aí a gente começou a discutir essa questão da homossexualidade nos espaços de esquerda e discutir essas questões de política no espaço do E-jovem, a gente fez uma troca, até que em algumas cidades o E-jovem e a UJS se misturavam, se confundiam até. Tinha uma época que a Lohren era Presidente do E-jovem e da UJS em Campinas. Nos eventos partidários iam muitos gays e nos eventos gays tinha muita gente do partido, eu me filiei ao PC do B, mas o E-jovem é um grupo pluripartidário, que tem gente do E-jovem que é do PSDB, tem gente que é do PMDB, tem gente de todos os partidos e isso é legal, pois a gente leva as discussões do grupo para os espaços partidários.

Essa questão do socialismo, é uma coisa que eu acredito muito fortemente, já tivemos várias discussões dentro do grupo, principalmente com o pessoal mais de Direita, principalmente em São Paulo, a juventude paulista tem um viés mais conservador no geral, mas a gente sempre conseguiu trabalhar essa questão da homossexualidade ser uma coisa revolucionária, ser uma coisa que pode mudar a sociedade como um todo.

É o que a gente está vendo agora, os grandes embates nessa questão dos Direitos Humanos é quem é favor homossexuais, quem é contra homossexuais. A gente acredita realmente que essa questão da sexualidade é uma coisa capaz de mudar a sociedade inteira e não só de melhorar a vida dos gays (Entrevista Deco, 2013).

O entrevistado descreve detalhadamente como se deu sua aproximação com as questões ideológicas e partidárias, e outro tema de destaque é a visão de que a questão da diversidade sexual e de identidade de gênero podem ser revolucionárias, transformar não só a vida de jovens LGBT, mas trazer transformação para a sociedade como um todo, subentende-se durante a conversa que se trata de buscar uma sociedade mais justa, igualitária, solidária, tolerante para todos/as, não somente para os/as jovens LGBT – a ponto de incluir no logo da rede o “socialismo”.

Ainda do excerto Deco indica uma maior abertura nos partidos de esquerda para as discussões LGBT – encontramos indícios na literatura brasileira sobre o Movimento LGBT que apontam que esses partidos foram precursores em aceitar debater a diversidade sexual (FACCHINI, 2005; MacRae, 1990; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Assim como

exemplifica o que chamei de hibridismo das “novas” e “velhas” formas de engajamento e atuação política de jovens na Introdução da tese, pois trata não só do processo de politização do fundador da rede, da sua atual presidente, a busca por incidência no seio dos partidos políticos, logo também dos governos e como a organização em si passa a se autodenominar como suprapartidária e a incitar a politização tradicional de seus membros.

Ao longo do tempo, as pessoas envolvidas na coordenação do E-jovem e dos E-grupos foram fazendo uma espécie de triagem do perfil dos/as participantes em relação a sua possibilidade de engajamento e criando espaços e experiências de intercâmbios com instituições políticas, partidos e espaços de participação para que os/as jovens LGBT tivessem contato e maior intimidade com essas esferas, ofereciam uma espécie de experimentação/socialização junto a essas instâncias, por exemplo: convidavam os/as jovens para participarem de uma reunião de algum conselho Municipal/Estadual, em atividades da União da Juventude Socialista (UJS), ou convidavam militantes desta, ou de outros partidos, para os próprios encontros do E-jovem.

Ao meu ver, essa é uma ação interessante, que também foi observada em outros grupos em São Paulo e Paris, as organizações juvenis LGBT trazerem partidos, governos, órgãos públicos e “personalidades” para dentro do seu espaço, que além de promover um intercâmbio entre essas diferentes realidades, instâncias e públicos, também traz os mesmos para dentro não só do espaço, mas da lógica dos/as jovens LGBT, no local que eles/as “controlam”, são eles/as “que dão o tom e ritmo” das discussões e temas.

Deco ainda aponta que o movimento de juventude como um todo é muito dinâmico, pois um/a jovem entra no grupo, ele/a está em geral no ensino médio e em pouco tempo, ele/a se aceita, namora, vai fazer uma faculdade, trabalhar e aí a vida passa a ficar muito corrida e o tempo escasso, e ainda há importantes mudanças nos focos de interesse. Em um curto espaço de tempo da vida dos/as jovens, ele passa por grandes e importantes transformações e isso tem impacto na sua disponibilidade para a participação no E-jovem e para a militância. Relatos similares também foram feitos pelos/as entrevistados/as em São Paulo e Paris.

No que diz respeito a atividade de apoio aos jovens LGBT, o fundador do E-jovem diz que passou a formar parceria com órgãos públicos para dar encaminhamento a determinados problemas enfrentados por seus membros. Ele conta que, por exemplo, em Campinas em 2003 foi criado Centro de Referência LGBT pela Prefeitura, o primeiro órgão dessa categoria no Brasil. Esse centro que ainda existe, conta com suporte jurídico,

assistencial e psicológico. Por conta desse tipo de parceria nunca teve a necessidade de recorrer a profissionais dessas áreas voluntários/as especificamente para os E-grupos, inclusive ressaltou que é importante que esses órgãos públicos realizem o acolhimento desses/as jovens para saberem suas demandas e se adequem na prestação dos serviços. Diferentemente do intuito do Pagla e de algumas práticas do Purpurina, o E-jovem prefere não recorrer a especialistas voluntários/as ou que ofereçam serviços a custos reduzidos, mas sim gerar demanda nos serviços públicos para que esses conheçam as necessidades dos/as jovens LGBT e possam se adequar quanto aos serviços que devem ser prestados aos/às cidadãos/ãs.

É interessante notar essas diferentes estratégias de cuidar das questões concretas, cotidianas, dos/as participantes das entidades LGBT juvenis, parcerias, voluntárias ou não, às vezes a baixo custo, ou até mesmo financiada pela própria entidade. De todos os modos, está claro que há um cuidado, com cada membro, além da busca por transformações mais amplas de cunho social e político.

Abordarei alguns projetos desenvolvidos pelo E-jovem e depois detalharei a expansão das articulações e a crescente participação na política institucional pelo grupo.

Por volta de 2007 o E-jovem integrou e participou de uma conferência internacional da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer Youth and Student Organisation* (IGLYO) [Organização Internacional de Jovens e Estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e *Queer*], que é uma rede internacional que congrega organizações de grupos jovens e de estudantes LGBT. Ela se formou a partir de entidades europeias, mas passou a abarcar os outros países. O E-jovem é o único membro brasileiro da IGLYO. Nesse encontro foram elaboradas 66 diretrizes para uma Educação Sem Homofobia, Deco Ribeiro traduziu o documento para a língua portuguesa para ser distribuído junto às entidades parceiras no Brasil, em Portugal e na África. Um adendo, dentre as entidades parisienses estudadas, a única filiada à IGLYO é o *MAG-Jeunes*.

A partir dessa experiência o E-jovem elaborou e passou a investir em dois projetos interligados: o Escola Amiga e os Gládios, ambas diretamente relacionadas à escola.

Das 66 diretrizes para uma Educação Sem Homofobia, o grupo elencou 6 passos básicos para criar uma escola mais tolerante: 1) ser um ambiente seguro; 2) apoiar e empoderar os gládios; 3) ter uma política de combate ao *bullying*; 4) incluir material LGBT em sua biblioteca; 5) disponibilizar apoio individual e/ou em grupo; 6) incluir perspectivas LGBT e materiais não-homofóbicos em seu currículo.

A iniciativa da Escola Amiga pretende que os E-jovens levem um termo de adesão até a direção ou coordenação de sua escola e que ela se comprometa a respeitar cada um dos 6 passos, que são descritos em detalhes. A escola firmando o pacto, ela ganharia um selo de Escola Amiga. Além de criar uma escola *friendly*, ou seja, não discriminatória e amigável com os/as jovens LGBT, a ideia era promover um prêmio para essas escolas, mas me parece esta parte do projeto não ocorreu, a primeira sim, houveram adesões de instituições escolares.

Já os Gládios, que também é citado no Escola Amiga, têm inspiração nos *Gay-Straight Alliances* [Alianças entre Héteros e Gays] (GSA) dos Estados Unidos⁴⁷. Os GSA são grupos de interesse, ou como chamam “clubes”, formados nas escolas estadunidenses e que devem ser formados por jovens LGBT e seus aliados, heterossexuais, ou conhecidos/as também pelo termo “simpatizantes”. Essa estratégia de envolver os/as jovens heterossexuais nas discussões sobre a sexualidade e as influências da discriminação em jovens LGBT foi citada nas entrevistas do E-Sampa e do Projeto Purpurina, *MAG*, *Pôle Jeunesse* e *CONTACT*. Aqui posso apontar outra estratégia, não basta discutir a discriminação somente entre LGBT, para buscar mudanças mais amplas, as organizações juvenis buscam envolver também heterossexuais. Outra observação é que nas entidades de São Paulo e Paris, não só estão abertas à participação de heterossexuais, mas eles/as estão presentes: amigos/as, parentes, ou pessoas que por alguma razão pessoal seja solidária contra a discriminação por sexualidade ou identidade de gênero.

De acordo com Deco, os gládios é uma tentativa de dar uma resposta a uma série de situações: uma forma de agregar os/as jovens com vontade de mudar sua realidade; uma perspectiva de mudá-la a partir de seu cotidiano, nos próprios espaços de convivência de jovens LGBT: na escola, na faculdade, no bairro, na rua, na praça etc; atuar no local além de mudar seu entorno, seu dia-a-dia, evita o problema e os custos de transporte; e a potencialidade de multiplicação do recrutamento de jovens LGBT em ações de mudança social a partir do seu entorno.

Há sugestões de 3 passos para constituir um gládio, ser um grupo: 1) de estudos; 2) de apoio; e 3) de ação.

O objetivo dos gládios era tentar mobilizar os E-jovens, inclusive estimular aqueles/as que participavam somente *online*, em ações concretas do cotidiano e que tivesse um efeito multiplicador tanto do engajamento quanto da transformação das

⁴⁷ Algumas referências sobre os Gay-Straight Alliances: MACGILLIVRAY, 2007 e MICELI, 2005.

realidades cotidianas, numa perspectiva que um conjunto de pequenas mudanças podem potencializar grandes transformações a longo prazo.

Segundo o relato do fundador do E-jovem e de alguns coordenadores, essas ações ainda são estimuladas, mas não tiveram o alcance esperado: gládios e escolas amigas surgiram, mas por conta da rotatividade de jovens no grupo e nos espaços que frequentam, os/as impediam a continuidade e a manutenção dos projetos e exigia muito dos/as coordenadores/as do E-jovem e ao final, os gládios tinham dificuldade de se manterem de forma autônoma, sem nenhum tipo de acompanhamento e intervenção. Sobre a rotatividade, um exemplo é que jovens do último ano do ensino médio formam gládios, mas quando acabava o ano, não haviam se consolidado novas lideranças para levar a cabo sua continuidade. Essa explicação expõe as dificuldades no processo de transição e transmissão de liderança e de manutenção no que diz respeito às organizações de jovens LGBT, tal como suas ações e projetos a longo prazo.

Deco diz que esse também é um problema na militância, além dos jovens saírem quando ultrapassam a idade limite do grupo de 24 anos, mesmo ela não sendo extremamente rígida, ainda menos no caso de coordenadores/as – pessoas nesse cargo tanto no E-jovem como na maioria dos grupos juvenis aqui analisados permitem ultrapassar a faixa etária limite quando o/a jovem ocupa um cargo de responsabilidade; há uma dificuldade dessa transmissão de liderança nos E-grupos, que se formam e se encerram, novas gerações retomam suas atividades, mas muitas vezes “recomeçando quase do zero”, esse movimento é citado como recorrente. Novamente o entrevistado reforça que as ações e projetos de cunho mais político, são os mais difíceis de manter pois atraem uma parcela muito pequena dos/as E-jovens.

Ainda por volta de 2007, Deco e Lohren se filiam a um partido político, ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e passam: a incentivar e intensificar o debate entre instâncias políticas e o E-jovem; a estimular que os E-jovens se filiem a algum partido, não importando qual, a rede passa a se auto-definir como pluripartidária; e estimula que os/as jovens LGBT ocupem posições em espaços de participação na construção e acompanhamento de políticas públicas. O importante nesse processo é levar as discussões sobre juventude LGBT às mais diferentes instâncias e esferas da política institucional. Deco ainda relata que passou a haver um intercâmbio entre os E-jovens e jovens da União da Juventude Socialista, grupo ligado ao Movimento Estudantil fundado pelo PC do B.

Nesse período de intensificação da participação na política institucional do E-jovem ainda em 2007 e em 2008 houve um forte envolvimento da rede de jovens LGBT

com três importantes processos de conferências nacionais: I Conferência da Juventude, I Conferência Livre da Juventude LGBT e I Conferência LGBT.

Esse processo de conferências parte de um chamado do governo federal para se criarem grandes diretrizes para as políticas em determinados setores ou para determinadas populações, para tanto, como preparação para esse grande encontro nacional são realizadas conferências municipais/regionais e estaduais.

Nessa perspectiva de ocupar espaços de participação social, vejamos o anúncio no site do E-jovem:

O GRUPO E-JOVEM, a maior rede de grupos de jovens gays, lésbicas e aliados do país, conseguiu ocupar grandes espaços de discussão de políticas públicas para a juventude, entre eles os dois MAIS importantes: o **Conselho Nacional de Juventude** e a **Comissão Organizadora Nacional da I Conferência GLBT**. Foram dois espaços que tivemos que ganhar no grito, com muita garra. Foi preciso mostrar nosso trabalho e ter esse trabalho reconhecido pelo movimento social e pelo poder público.

E ainda, o E-jovem assume um assento no Conselho Nacional de Juventude, assim como membro organizador da I Conferência Nacional LGBT. Assim como o Movimento LGBT tradicional (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009), a rede E-jovem, passa a buscar o reconhecimento e parcerias com o poder público.

As três conferências citadas, todas são estão em suas primeiras versões, ou seja, era uma novidade tanto para os/as jovens quanto para o público LGBT, especificamente nesses temas. O E-jovem na intersecção participou ativamente das duas e ainda colaborou para que no marco da conferência de juventude fossem organizadas conferências livres especificamente de juventude LGBT, para a qual elaboraram e divulgaram um manual prático para organização e participação dos jovens, isso em parceria com governos e suas instituições, como a Secretaria de Direitos Humanos.

Alguns breves relatos no site do E-jovem sobre os resultados da Conferência de Juventude e da Conferência LGBT respectivamente:

No final, escolhemos como prioridade da juventude GLBT o combate à homofobia na escola, seguido por propostas nas áreas de mídia e saúde, segurança pública e cultura.

Mas, para mim e para o E-JOVEM, as propostas mais importantes foram as da área de Educação, nossa prioridade. Então eu diria que foram todas as de Educação e uma de Comunicação que dizia "Que sejam realizadas, com a participação de crianças e adolescentes GLBT, campanhas de prevenção às DST/AIDS, de combate à homofobia e contra a exploração sexual". Será a comprovação de que a juventude GLBT existe e tem direitos.

Destaco que dentre as ações do E-jovem e sua participação nas conferências, fica bastante clara uma pauta prioritária envolvendo a temática educação e escola, mas também a área da saúde.

No fortalecimento do E-jovem e seus E-grupos na participação nas instâncias de controle social e promoção de políticas o site ainda ressalta alguns exemplos:

[...] estamos hoje presentes na Associação da Parada LGBT de Campinas, no Conselho de Saúde de Campinas, no Conselho de Juventude de Santos, no Fórum Paulista LGBT, no Fórum Paulista da Juventude LGBT, no Conselho Estadual da Juventude da Bahia, no Conselho Nacional de Juventude e no Conselho Nacional LGBT - sempre lutando pelos direitos de adolescentes e jovens LGBT.

De fato, o E-jovem não somente propõe a participação dos E-grupos nos espaços de participação, como efetivamente o fazem, em nível Municipal, Estadual e Nacional e em diversas áreas. Além disso, nota-se a articulação com outras redes de entidades do Movimento LGBT tradicional como o Fórum Paulista LGBT⁴⁸.

Em 2007 o grupo lançou um novo projeto, e pela primeira vez uma parceria com o poder público que dispunha de algum recurso financeiro para a sua realização: o Galera E-jovem. O foco do projeto era formar jovens protagonistas e multiplicadores/as na prevenção às DST/Aids, saúde integral e cidadania e contava com reuniões mensais em Campinas, mas que periodicamente também reunia jovens LGBT de todo o Estado de São Paulo e ainda produzia um *fanzine* bimestral. O projeto durou até meados de 2010.

Por conta da experiência bem-sucedida de articulação de jovens de diversas cidades por meio do Galera E-jovem, o grupo decidiu fundar em 2009 o Fórum Paulista da Juventude LGBT, que se propõe a reunir, debater e ser uma interface com o poder público na temática juventude LGBT em âmbito estadual.

Ainda durante esse período de efervescência política, o E-jovem observando o esvaziamento da sua lista de discussão, pois os jovens passaram a migrar para redes sociais como o *Orkut*, o grupo decidiu criar a sua própria, o E-kut em 2008 e que funcionou até 2012, quando novamente com a migração dos/as jovens em geral para o *Facebook*, a ferramenta desenvolvida vai novamente se esvaziando.

⁴⁸ De acordo com a autodescrição do Fórum: “Fundado em 1999, o Fórum Paulista LGBT é a maior e mais antiga rede de combate a les-bi-trans-homofobia do estado de São Paulo. Possui 42 ONGs/Grupos.”. Recentemente esta instância da sociedade civil também tem buscado congregar jovens e organizações de jovens LGBT, por exemplo, em 2015 organizou o Encontro Estadual da Juventude do Fórum Paulista LGBT na cidade de Piracicaba, interior do Estado de São Paulo.

O E-kut foi um grande potencializador da divulgação das ações e propostas do E-jovem, bem como atraiu muitos/as jovens LGBT. Para se ter uma ideia, em seu auge a rede social do grupo alcançou 4 mil usuários. Por exemplo, participantes e coordenadores/as do E-sampa informaram que decidiram organizar e participar dos grupos *offline* pela interação *online* por meio do E-kut.

Pode-se analisar que a rede E-jovem, desde sua criação está bastante atrelada a questão das Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC como se tem chamado atualmente, não só para romper o isolamento de jovens LGBT, oferecer suporte, mas também para fazer conhecer a rede e promover seus projetos e inclusive estratégias de militância *online* e *offline*. A criação e a rápida expansão do E-kut, ao meu ver, foi uma importante estratégia, entendimento e apropriação do uso das tecnologias na qual os/as jovens estavam mais atuantes, bem como ofereceu meios de ampliação do recrutamento de novos membros.

No que diz respeito ao uso, apropriação de tecnologias, dentre os grupos de jovens LGBT ainda atuantes em São Paulo, o E-jovem e o Projeto Purpurina, ambos abandonaram o mecanismo de comunicação entre membros por meio de listas de discussão, essas foram migrando inicialmente para o Orkut e posteriormente somente para o *Facebook*. Hoje o principal canal de comunicação virtual dessas duas organizações é a rede social citada, inclusive os sites e blogs que foram utilizados por algum tempo, caíram em desuso, não são tão atualizados como no passado, por exemplo no caso do Purpurina ele já está há bastante tempo sem atualização alguma e o site do E-jovem deixou de existir ao longo dessa pesquisa de doutorado. Isso denota o modo como a mudança das tecnologias da informação e seus usos interferem na dinâmica dos grupos, na sua divulgação, nas interações entre membros, no recrutamento e permanência de participantes. Em Paris há um movimento muito similar de uso, abandono e migrações nos meios de comunicação, as associações de jovens parisienses são divulgadas e promovem o diálogo de seus membros sobretudo pelo *Facebook*, apesar de todas manterem seus *websites*, as informações costumam ser mais desatualizadas em relação à rede social, considerada bem mais dinâmica e participativa que sites e blogs.

Deco ainda promove uma reflexão sobre a atuação migração dos/as participantes da rede para o uso do *Facebook*, apontando que houve um aumento de procura pelo E-jovem, facilita bastante a interação e contribuição coletiva *online*, assim com a difusão de informações e de eventos, mas que na prática há pelo menos dois grandes problemas: a) há uma maior adesão *online*, mas avalia que tem promovido certa desmobilização efetiva

offline – o que não é o ideal da organização; b) o *Facebook* é uma ferramenta privada e a mais utilizada pelas organizações de jovens LGBT atualmente, mas o dia em que ela desaparecer/fechar, assim como ocorreu com o *Orkut*, não há como fazer um *backup* das informações, fotos, vídeos, uma grande parte da história desses grupos organizados desaparecerão com ela. Um dos temas de reflexão interna do E-jovem é como “reativar” os grupos e mobilizações *offline*, em um contexto em que o *online* parece predominar, logo estão buscando – como fizeram constantemente em sua história, realizar o uso da tecnologia, mas aliada à ação presencial.

Um outro projeto que o E-jovem consegue emplacar em fins de 2009 e passa a ser concretizado em 2010 foi a criação da Escola Jovem LGBT ou também conhecida mais simplesmente como Escola Jovem.

A viabilização desse projeto, ao meu ver, foi uma estratégia bastante perspicaz do grupo em se apropriar de um edital de financiamento público pelo Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo para a criação de pontos de cultura. Esse programa de pontos de cultura foi desenvolvido no período de 2004 a 2013, mas não se sabe ao certo se terá continuidade ou não nos próximos anos. O grande objetivo era financiar iniciativas da sociedade civil com impacto nas comunidades na qual estão inseridas.

O E-jovem, tendo a educação e escola com um de seus principais focos, desenvolveu então a primeira Escola Jovem LGBT do Brasil. A proposta de escola do E-jovem é proporcionar um ambiente em que cada um possa ser quem é, sem restrições.

Deco conta sobre a escola:

Tem uma linha de expressão cênica, uma linha de expressão artística e uma linha de expressão gráfica. Na linha de expressão gráfica teve um curso de *fanzine*, de revista e de literatura. Na linha de expressão artística foi dança, música e *drag-queen*. E a linha de expressão cênica foi *webtv*, teatro e cinema. A ideia era que o jovem saísse mais empoderado. E dentro dessas aulas, com um pano de fundo LGBT, o jovem discutia, a galera discutia na sala, continuava aquele espaço de tirar dúvida, de acolher, de desabafar e ao mesmo tempo com um viés mais de oficina, com um toque mais cultural (Entrevista Deco, 2013).

Além da importância da expressão, do jovem se encontrar e encontrar meios de se expressar para a sociedade e por diferentes meios de comunicação, é apresentada uma crítica ao Movimento LGBT que conquistou visibilidade, mas ainda tem dificuldade de fazer entender suas demandas, suas questões para um público mais amplo e de certa forma a Escola Jovem LGBT busca dar ferramentas para que o/a jovem LGBT mostre para a

sociedade, “para o mundo”, o que ele/a é, o que passa, sente, e qual a sua mensagem, de interagir e dialogar com um público mais amplo e de forma inteligível.

Sobre como surgiu a ideia para a Escola Jovem LGBT, Lohren explica que como está sempre “montada” de *drag queen*, faz shows, sempre recebia pedidos para dar oficinas de como ser uma *drag queen* e ela começou a estruturar o projeto, mas quando se deparou com o edital para criação de um Ponto de Cultura⁴⁹, programa do Governo Federal, ela pensou: “por que não ir além?”, foi aí que decidiu criar a escola.

Deco conta ainda que a Escola Jovem LGBT conseguiu recursos para financiar o transporte dos/as jovens de Campinas para poder frequentar os cursos e também para alimentação dos/as alunos durante o período de aula, com esse suporte disse que atingiu um público de jovens LGBT de classes populares, de poucos recursos financeiros, que em sua grande maioria não tinha nenhum espaço de lazer, nenhum espaço de convívio com outros jovens LGBT, nem informações sobre políticas, direitos, serviços de saúde etc. Com esse projeto o E-jovem conseguiu ainda mais inserção com jovens LGBT em situação de bastante vulnerabilidade social, mas que pelo fato de terem passagem e alimentação tinham condições de estarem presentes no espaço do E-jovem.

Deco conta que dentro do plano de trabalho da Escola Jovem LGBT, eles separaram a verba de equipamento para produzir mais três kits de equipamentos como *data show*, máquinas fotográficas/filMAGem, sistema de som e um notebook para levar a Escola para mais três cidades do Estado de São Paulo: Piracicaba que já está em funcionamento; em São Paulo que está em processo de estruturação e mais uma, provavelmente em Americana ou Litoral. Como o projeto do Ponto de Cultura não foi renovado pelo Governo Federal, a manutenção das escolas existentes, e a criação das novas, estão dependendo de professores/as voluntários/as e parcerias com órgãos públicos das respectivas localidades para sediar o espaço e se possível transporte e alimentação dos/as jovens participantes e a estruturação está ocorrendo por meio dos próprios E-grupos locais.

⁴⁹ Segundo a definição do próprio programa: “É a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. É fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação. Neste sentido os Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade”. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>. Acesso em: 02/01/2016.

Perguntei ao entrevistado sobre como o E-jovem se sustenta financeiramente e ele conta que os recursos são aportes pessoais dele, “saem do meu próprio bolso, da Lohren e eventualmente dos membros do grupo”. Aponta também que os únicos convênios que contribuíram para algum projeto do grupo foram os descritos: com a Secretaria de Saúde, o Galera E-jovem e com o Ponto de Cultura do Ministério da Cultura. Ainda disse que recebe alguma doação pessoal – havia no site algum *banner* ou *link* sobre “faça uma doação”, mas muito pouco. A rede tentou implementar uma dinâmica de sócios-contribuintes, mas não deu certo. Eventualmente também alguns políticos ou órgãos públicos colaboram com a impressão de materiais ou cedendo espaço para os E-grupos, de acordo com parcerias locais realizadas.

Nesse sentido da sustentação financeira veremos que há similaridades entre as organizações de jovens LGBT em São Paulo, sendo que em grande medida são seus/suas fundadores/as os/as principais mecenas, com algum eventual suporte por meio de subvenção de projetos ligados a governos e algum apoio para materiais ou infra-estrutura para reuniões e eventos. Por outro lado, em Paris também há similaridades: os grupos recebem maiores e mais constantes subsídios públicos, principalmente financeiros, para seu funcionamento, mas essas similaridades e diferenças entre grupos de São Paulo e Paris serão detalhadas mais adiante neste capítulo.

Atualmente o E-jovem e os E-grupos estão passando por um momento de rearticulação: alguns grupos estão sendo extintos, outros estão sendo criados, os critérios para se tornar um E-grupo está sendo revisto, estão sendo avaliadas a viabilidade de projetos existentes e novas parcerias, sobretudo agora com o fim do financiamento proveniente da Escola Jovem LGBT por meio do Ministério da Cultura. Outro elemento importante foi a mudança de residência de Deco e Lohren de Campinas para São Paulo em meados de 2013 – por motivos pessoais, sendo assim a sede do E-jovem se encontra em São Paulo neste momento.

Lohren ainda avalia - que apesar de certa “instabilidade” pelas mudanças e pelas motivações pessoais do casal em se mudarem para São Paulo, acham a Prefeitura e o Governo do Estado mais atuantes na capital, o potencial de parceria públicas e privadas também é maior.

Até o momento da mudança da sede para São Paulo, os/as entrevistados/as contam que a rede do E-jovem possuía 22 E-grupos em 11 Estados do país. No Estado de São Paulo apontaram como mais atuantes o E-Campinas, E-Litoral, E-Pira e alguns novos estão em processo de organização nas cidades de Americana, Salto, Leme e Araraquara.

Neste caso são pessoas provenientes de outros grupos e movimentos que estão se articulando para dar início a novos E-grupos – ou seja, novos núcleos surgem de iniciativas locais já em andamento, mas que buscam se fortalecer em rede.

No período de 2010 a 2013 o E-jovem possui um local como sede, a residência de Lohren e Deco que adequou o imóvel de moradia com espaços para um ateliê e brechó de Lohren, e outros espaços específicos para serem utilizados para as atividades e eventos da organização. Atualmente, em São Paulo, não há um local fixo da rede, mas quando necessitam de um espaço para algum encontro o fazem em espaço público – parques, centros culturais ou ainda em espaços cedidos por órgãos públicos, por exemplo: o salão de eventos da Secretaria da Justiça de SP.

Nesse momento de rearticulação da rede, os/as entrevistados/as relataram algumas parcerias com a Coordenação de Política para LGBT da Prefeitura de São Paulo e com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Governo do Estado. Inclusive eu pude estar presente em alguns encontros, frutos dessas parcerias nos, que reuniram E-grupos e potenciais novos/as militantes e fundadores/as de núcleos do interior do Estado de São Paulo, cujo o objetivo é reanimar tanto a rede quanto o Fórum Paulista da Juventude. O E-jovem ainda com apoio de instituições governamentais lançou um livro em 2015: *“Garotos invisíveis: adolescentes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”* (RIBEIRO, 2014), que contou com a participação de jovens da Escola Jovem LGBT, que trata de questões identitárias LGBT, definições, relações familiares, educação, suicídio e também há um espaço para expressão literária dos/as jovens.

No que tange à a esse novo momento do E-jovem e a relação com governos e espaços de participação, durante um dos encontros que participei foi elaborada uma carta de demandas, intitulada “Carta do Arouche”, lugar simbólico e concreto de reunião de jovens LGBT em seus momentos de lazer e local onde foi realizada a reunião. Em linhas gerais e sintéticas a Carta aponta 22 propostas para 7 áreas consideradas prioritárias, sendo estas respectivamente: combate à homofobia na escola; acesso à saúde integral; militância e participação social; ocupação das ruas e do espaço público; violência e homofobia; família e visibilidade; e cultura jovem LGBT. A carta detalha as demandas, mas meu propósito é mostrar as linhas gerais das bandeiras de lutas mais recentes, elaborada colaborativamente. Esse documento foi entregue à Coordenação de Política para LGBT da Prefeitura de São Paulo, à Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de SP e ao Conselho Nacional LGBT do Governo Federal aos fins de 2013. A Carta do Arouche se encontra em sua íntegra está nos anexos da tese.

Passado um primeiro momento da rede E-jovem investir nos mais diversos espaços de participação como conferências e conselhos, Lohren faz um balanço bastante crítico, diz que a organização está repensando em quais dentre eles vai investir suas energias pois está sendo avaliado que há muito gasto de energia dos grupos organizados, “desperdício” de recursos públicos e poucas ações concretas, muitas promessas e pouca realização. A entrevista segue que apesar dos problemas, ainda é melhor ocupar os espaços do que deixá-los abandonados, pois a situação poderia estar ainda pior, mas que o E-jovem está repensando onde participar, como e formas mais efetivas de cobrança em relação aos poderes públicos.

Nos encontros que pude acompanhar do Fórum Paulista da Juventude foi recorrente debates acerca de uma linguagem própria dos jovens, da forma de falar, as gírias, as expressões compartilhadas entre jovens marca em alguma medida uma identidade geracional bastante valorizada pelos/as jovens, de acordo com as diversas entrevistas realizadas para essa pesquisa: “jovens entre jovens se entendem”.

A linguagem não somente enquanto língua falada, mas os modos de expressão, de comunicação, de comportamento, esses elementos aparecem como conflituosos em diferentes entrevistas no que tange a relação com os/as adultos/as do/a Movimento LGBT e ele é ainda mais acentuado quando se trata do diálogo entre jovens LGBT e instituições e órgãos públicos. Há muitas queixas por parte dos/as jovens de que a linguagem e as dinâmicas envolvendo organizações de adultos/as e instituições pública como: maçantes, “chatas”, “falam, falam e ninguém entende nada”.

Também há críticas acerca das dinâmicas dos organismos públicos e de participação, do seu funcionamento e formas de decisão: acompanhando alguns momentos desses encontros entre jovens LGBT e coordenadores/as de políticas públicas, com técnicos/as e gestores/as, na relação com jovens LGBT, aqueles/as buscam diretrizes claramente e objetivamente elaboradas, de uma certa forma há a impressão que buscam que o/a jovem elabore o texto da política em discussão, mas eles/as muitas vezes fazem desabafos, explicam situações de discriminação que vivenciaram ou presenciaram, falam sobre como gostariam que fosse a sociedade, o mundo, sua família, a escola, mas têm dificuldades de dizer como se deve equacionar isso no âmbito da política institucional.

Pude notar ainda um certo despreparo, quando não desinteresse, de adultos/as responsáveis por esses processos de participação em se adaptar à linguagem ou dinâmica política aos/às jovens. As queixas sobre a discrepância de linguagens foram direcionadas também a materiais publicitários e documentos produzidos pelo governo, que mesmo

quando o objetivo é atingir os/as jovens, não o fazem de modo eficiente, a forma como a mensagem é passada não é interessante ou ainda é incompreensível para os/as jovens, é “sem sentido”.

XTeens (2002 - 2009)



O grupo XTeens foi fundado em 2002 e idealizado por Nicky, um jovem de 17 anos, ex-moderador da lista “Pagla Jovem 13-17 anos” e teve suas atividades encerradas por volta de 2009⁵⁰, sobretudo por conta da falta de tempo de manter o grupo em relação a suas atividades pessoais na faculdade e no trabalho.

Nicky, que foi a pessoa entrevistada a respeito desta organização, relata que outra razão para o fim do grupo foram desentendimentos internos a respeito das funções que as pessoas ocupavam e sobre os devidos créditos que deveriam receber. Em seguida explica que não foi o único fundador do grupo, mas que foi seu idealizador e principal mantenedor ao longo do tempo. Inclusive Lico, ex-coordenador do Pagla colaborou nesse processo inicial de estruturação do XTeens para tentar criar uma espécie de Pagla mas numa perspectiva de criar um site com um conteúdo como uma “Carícia GLS”⁵¹.

A estruturação, seções, e os conteúdos dos sites do Pagla, E-jovem e XTeens eram muito similares, assim como a forma de contar exemplos concretos de jovens LGBT que conversavam sobre sua sexualidade com seus/suas amigos, pais e mães, na escola, assim como seus primeiros namoros. Isso se dava por meio de contribuições de membros em um trabalho colaborativo *online*. Os sites do E-jovem e do XTeens eram muito mais ricos em quantidade de conteúdo e de atratividade visual em relação ao do Pagla. O que quero ressaltar e demonstrar com essa afirmação é como se dão as heranças entre formas organizativas, bandeiras de luta e modos de ação – como os grupos, contemporâneos ou não, em alguma medida se influenciam; o impacto da Internet nessas primeiras

⁵⁰ Ao solicitar ao entrevistado a possibilidade de me disponibilizar um *backup* do site do XTeens, o mesmo o colocou de volta na Internet e assim permanece até esse momento. Site XTeens. Disponível em: <http://www.xteens.com.br/>. Acesso em: 02/01/2016.

⁵¹ Carícia e Capricho eram pequenas revistas voltadas aos público adolescente e jovem, sendo que a primeira foi descontinuada e a segunda existe atualmente. Tentavam dar cabo das principais questões da adolescência e juventude como por exemplo: como se preparar para o primeiro beijo, para a primeira “transa”, questões sobre afetividade e virgindade, e ainda informações sobre moda, comportamento e atualidade sobre as celebridades populares entre jovens.

organizações de jovens LGBT de São Paulo; e por fim, demonstrar o diálogo e a circulação de membros entre elas.

Antes de falar sobre o início do XTeens, Nicky explica que tem que contar sobre o impacto que o Pagla teve na sua vida e o “vácuo” que ficou após o encerramento do site e principalmente de suas listas:

Tudo começou quando eu estava fuçando na Internet, aleatoriamente, sem querer eu acabei encontrando um link para um projeto chamado Pagla, que era a sigla de Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes, que basicamente era uma lista de e-mails, que o pessoal conversa só por e-mail, na época não tinha rede social, nada disso. Era uma lista que você se cadastrava, a pessoa mandava um e-mail para um endereço e todas as pessoas do grupo recebiam uma cópia.

Através desse grupo é que eu comecei a conhecer os meus amigos na época. Só que esse Pagla na época que eu entrei, ele já estava meio que em vias de fechamento. O fundador do projeto já não estava mais interessado, a pessoa que estava cuidando já não queria mais cuidar, então ele estava sendo largado.

Quando o projeto finalmente fechou, eu fiquei muito sentido... Esse Pagla para mim foi fundamental na minha vida. Eu era o típico adolescente que tinha tudo para terminar [suicidar-se], eu tive fases de muita dificuldade, depressão, eu era excluído da turma, sofria *bullying*, eu era o quadro típico de um adolescente que além de tudo, somando a isso, estava me descobrindo gay e não tinha com quem conversar (Entrevista Nicky, 2013).

Nicky conta que era um típico adolescente público-alvo do Pagla, aquele garoto “problemático e com tendências suicidas”, e graças ao fundador do Pagla e seu projeto é que ele possivelmente não cometeu suicídio. Assim como tal fundador em seu site agradecia a ajuda oferecida indiretamente por pessoas da Internet, Nicky diz que mesmo sem nunca ter conversado com o idealizador do Pagla, este foi muito importante para a sua vida. Nesse período do início dos anos 2000 é interessante como a interação entre pares por meios virtuais teve um impacto tão grande a ponto de as pessoas se sentirem tributárias de suas vidas em relação a uma pessoa que nunca conheceu pessoalmente nem mesmo nunca se falaram, mas desenvolveram projetos que permitiram encontros entre pares e por consequência a superação de fortes conflitos pessoais e sociais.

Nicky ainda relata seu sentimento de isolamento e problemas sociais decorrentes de seu processo de autoconhecimento da sexualidade:

Hoje parece até trivial, você ter um grupo de adolescentes que pode, digamos assim, falar sobre a sua sexualidade, confortável. Naquela época isso era um absurdo, uma coisa difícil, não existia gay, nem nas novelas e quando aparecia era crucificado, a Globo recebia carta contra, era uma coisa difícil, não existia essa de vamos sentar e falar sobre homossexualidade. Tudo isso contribuiu para que eu me sentisse um E.T. [Extra-terrestre]. Eu, na minha cabeça falava: gente, não é possível! Na minha visão era aquela coisa assim: ser gay é coisa daquelas pessoas mais velhas em que ocorreu algum desvio de comportamento, algum erro em algum ponto do caminho. Sabe, cada coisa que

me puseram na minha cabeça na escola, sem contar o discurso dos professores, cansei ouvir professor que eu adorava e tals, mas que falavam que isso era uma doença e isso ia entrando na minha cabeça. Imagina o que não passa na cabeça de um adolescente de 14 anos se descobrindo gay e o professor fala na sala de aula: isso é uma doença.

A sexualidade me deixou muito reprimido e introspectivo. Essa minha introspecção fez com que eu fosse pego para o Judas da turma [na escola]. Sabe como é? Adolescente é um bicho cruel, ele vê que o outro não quer ser notado e aí que ele vai e pega a pessoa para atormentar a vida. Então, todo esse processo foi fazendo com que eu ficasse cada vez mais difícil de me relacionar com as pessoas (Entrevista Nicky, 2013).

Foi nesse sentimento de isolamento e de estranhamento social que o entrevistado conta que se inspirou na história em quadrinhos X-Men, que trata de seres humanos que passaram por um processo natural de mutação genética, possuíam poderes especiais, mas que por isso mesmo eram tidos como diferentes e sobretudo perigosos, mas a maioria desses e dessas super-heróis/heroínas só queriam ter uma vida normal em sociedade, serem aceitos como eram.

Assim como no Pagla e no E-jovem, Nicky explica que o XTeens tinha entre seus objetivos oferecer referências positivas sobre pessoas LGBT, sobretudo sobre jovens LGBT, pois era como se esses jovens não existissem, como se houvessem somente adultos LGBT e ainda assim fortemente estigmatizados pela sociedade e pelos meios de comunicação. Nicky acredita que o XTeens foi bastante difundido durante o período no qual existiu, teve diversas aparições na mídia e acredita que isso tenha colaborado para a atual visibilidade da existência e de referências de jovens LGBT para os mesmos e para a sociedade.

Ele também relata que teve sérios problemas pessoais e sociais decorrentes de seu processo de aceitação e que era piorado por referências negativas à homossexualidade emitidas por professores/as que admirava e respeitava e por ter sofrido um forte *bullying* durante o período escolar. Ainda complementa que quando mais tentava se isolar e se esquivar de seus/suas colegas de escola, mais era perseguido e que inclusive teve que mudar de instituição escolar para tentar melhorar essa situação.

Nicky comenta ainda que se sentiu órfão do Pagla e não se conformava que outros/as jovens LGBT não teriam a oportunidade que ele teve e essa foi a principal motivação para a criação do XTeens, fortemente inspirado no modelo do Pagla: um site e sobretudo interação por meio de listas de discussão, mas com um acréscimo, a lista era um canal para que as pessoas se articulassem e se encontrassem presencialmente, pudessem conviver entre seus iguais na vida cotidiana. Esse sentimento expresso por Nicky, de querer dar aos/às outras jovens LGBT a oportunidade que teve é muito comum

entre fundadores/as e coordenadores/as, sendo uma forte componente de retribuição – nos termos utilizados na Sociologia do Engajamento, assim era uma forte motivação para criar entidade, mas também para que participantes decidissem ocupar cargos de responsabilidade, contribuir no funcionamento da organização. A retribuição é central na maioria dos processos de engajamento dos/as jovens entrevistados em São Paulo e em Paris.

Voltando à entrevista de Nicky, ele relata a experiência de seu primeiro encontro pessoalmente com outros/as jovens LGBT:

Esse primeiro encontro, marcamos na estação Ana Rosa do metrô, depois a gente foi para o Shopping Paulista, no cinema e foi isso: trivial, mágico e maravilhoso! Foi assim para todos nós. Porque muita gente estava se encontrando com a galera pela primeira vez também. Chegando em casa o pessoal ficou se mandando email, dizendo de como havia sido incrível. Não é que a gente fez coisas extraordinárias, mas exatamente porque a gente fez coisas ordinárias e a gente conseguiu fazer coisas que todo adolescente deveria poder fazer, que era sair, falar de meninos, falar de meninas, o que correspondesse aquilo que a gente gostava. As meninas estavam tendo direito de falar sobre as meninas e os meninos direito de falar sobre os meninos. Foi incrível!

Se conhecendo pela primeira vez, a gente não teve problema de falar os nossos nomes. A gente sabia que ninguém ia sair espalhando nem nada (Entrevista Nicky, 2013).

Então foi graças a uma sociabilidade *online*, que as pessoas que se sentiam socialmente estigmatizadas e isoladas por sua sexualidade tiveram a oportunidade de se reunirem *offline* - primeiramente em um ambiente virtual e posteriormente em um âmbito presencial, sobretudo pelo uso da Internet e sob a proteção do anonimato por meio de pseudônimos.

Por mais que o virtual contribuísse para o processo de autoconhecimento e trocas sobre sexualidade, ela não substituiu a necessidade de um convívio presencial com aqueles/as amigos/as de Internet e mais, estar junto na vida cotidiana era uma necessidade básica que eles não conseguiam suprir nas esferas nas quais circulavam, em suas famílias, na sua escola ou comunidades. Por conta do estigma, não encontravam seus pares, o que foi possível superar por meio da rede mundial de computadores.

É muito interessante como Nicky relata a questão da trivialidade, da simplicidade do estar junto, do compartilhar no cotidiano suas questões, suas angústias, assim como poder ser ele próprio. Para esses/as jovens, romper o isolamento e finalmente poder fazer as coisas que os/as outros/as jovens faziam – os/as heterossexuais, como passear no Shopping, ir ao cinema e falar de seus desejos e afetos, foi possível sobretudo por uma

rede de amizades completamente nova e formada por pessoas “desconhecidas”, completamente fora dos meios que comumente frequentavam.

Esses grupos de jovens LGBT supriam, e de acordo com os/as entrevistados/as ainda hoje suprem, uma necessidade de uma rede de amizades que acolham as pessoas tanto no processo de autoconhecimento da sexualidade, nas experiências e vivências da mesma. Pode-se dizer que esses grupos são fundamentais para um novo tipo de sociabilidade que permita a expressão das inquietações e experimentações da sexualidade, que frequentemente não é encontrada nos círculos sociais e de convívio familiar e escolar.

Ainda, avalio que além do papel na sociabilidade desses/as jovens, esses grupos dão suporte a um processo de ressocialização, resignificação, da sexualidade majoritariamente heterossexual, tanto na vida dos/das jovens, mas também conflitam, transformam, em alguma medida, “abalam” o heterossexismo do seu entorno, das principais instâncias de socialização de crianças, adolescentes e jovens, e estas por sua vez, podem ser “arejadas” para as futuras gerações em relação à diversidade sexual e de identidades de gênero.

O grande foco do XTeens é a sociabilidade de jovens LGBT. Além de promover referências, apoio mútuo, busca investir na difusão de possibilidades de entretenimento, aliado à intensificação da sociabilidade *online* e *offline*.

Lico, Deco e Nicky apontam que o apoio mútuo virtual apesar de não se extinguir, dá lugar ao viver junto presencial que contribui no processo de superação dos medos e angústias, por meio do convívio e da materialização de uma nova possibilidade de si e de uma vida afetivo-sexual mais satisfatória.

O XTeens, o E-jovem e o JA, além de promover os encontros, dão maior visibilidade aos/às jovens LGBT por realizar tais reuniões e atividades coletivas em espaços públicos como praças e parques. Assim como as listas eram moderadas e protegidas no *online*, nos encontros presenciais, um grupo grande de jovens serviam de proteção contra algum tipo de manifestação discriminatória, pois em alguma medida intimidava as pessoas ao seu redor, pela primeira vez esses/as jovens poderiam ser eles/as mesmos/as nos espaços públicos e com um sentimento de segurança, sem receio de sofrer alguma agressão física, por exemplo. Esse tipo de encontro era realizado no Parque do Ibirapuera, Centro Cultural Vergueiro e também em estabelecimentos comerciais privados, como por exemplo: encontro de jovens LGBT em parques de diversões como Playcenter e o Hopi Hari. É interessante analisar como esses grupos e seus membros criam

e afirmam suas identidades, não somente como LGBT, mas também tem se se “reconstruir” enquanto jovens com sexualidades menosprezadas, para então poder fazer “coisas triviais” que qualquer outro/a jovem faz e conversa: se divertir e falar sobre seus sentimentos, suas questões, angústias, felicidades; essa construção de identidade e subjetividade se dá no intercâmbio, em um fluxo contínuo entre *online* e *offline* (NUSSBAUMER, 2008); sair em “grandes grupos” de jovens LGBT além de protegê-los/as fisicamente, evitava insultos por parte dos/as passantes, além de criar e se apropriar, enquanto jovens LGBT – se beijando no rosto, ou mesmo na boca, andando de mãos dadas; espaços de tolerância em locais públicos, podendo finalmente fazer o que os/as jovens e casais heterossexuais faziam; e por fim, há uma relação de ocupar também estabelecimentos privados, em particular os acima citados são voltados ao entretenimento juvenil.

Esses encontros públicos também exerciam um papel de visibilidade, pois os/as jovens muitas vezes carregavam bandeiras do arco-íris, símbolo da comunidade LGBT, Nicky conta que muitas vezes outros/as jovens ou às vezes até mesmo adultos/as, reconheciam a bandeira e iam conversar com eles/as, inclusive alguns/mas jovens ingressaram no grupo por essa via, ou seja, mais uma forma de recrutamento de novos/as participantes.

Nicky quando indagado se havia tido algum tipo de discriminação por parte do público geral, ele disse que não, no máximo as pessoas iam conversar, saber o que estava acontecendo.

O entrevistado ressalta que a lista de discussão além de servir de articulação para os encontros presenciais, que aconteciam sobretudo em São Paulo, em alguma medida colaborou para a promoção de reuniões similares em outras cidades, mas que de todo modo, os/as jovens em busca de auto-aceitação e acolhimento escreviam de diversas partes do Brasil e também do exterior.

De acordo com Nicky, antes de dar início às atividades do XTeens, ele entrou em contato com a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (Apoglb), pois ficou sabendo que esta prestava orientação jurídica para pessoas LGBT. Ele foi até a entidade para ter respaldo para poder trabalhar com os jovens e não enfrentar os mesmos problemas que Lico e o fundador do Pagla haviam passado, denotando uma melhora no respaldo político para trabalhos com adolescentes e jovens LGBT provenientes e estruturados pela próprio Movimento LGBT.

Pouco tempo depois, o fundador do XTeens ficou sabendo que a Apolgbt criou o seu próprio grupo de jovens LGBT, o JA (Jovens e Adolescentes Homossexuais), ambas entidades passaram a se articular, como por exemplo a partir de discussões entre Nicky e o coordenador do JA, Felipe Moreira, eles resolveram criar uma evento que ficou conhecido como Sábado Teen, uma matinê destinada aos jovens, sobretudo menores de idade que não podiam frequentar festas privadas por conta da minoridade legal, pois havia uma carência de espaços de lazer seguros para esse público. O evento que durou de 2003 a 2004 também servia para arrecadar fundos para o JA no intuito de financiar alguns materiais e atividades.

A aposta de Nicky por meio do XTeens foi superar as mazelas e crises vividas por jovens LGBT por meio da sociabilidade e do entretenimento: romper o isolamento, reuni-los/as, permitir que se expressassem como são em público e conversassem sobre seus assuntos de interesse, ou seja, viver uma vida como qualquer outro/a jovem heterossexual, apesar da “simplicidade”, era um caminho possível de auto-aceitação e superação.

JA – Jovens e Adolescentes (Homossexuais)⁵² (2002 - 2007)

O grupo de Jovens e Adolescentes Homossexuais (JA) foi fundado em 2002 e encerrou suas atividades por volta de 2007. Este grupo possui algumas especificidades em relação a maioria dos outros pesquisados: ele é estruturado a partir de uma organização tradicional do Movimento LGBT, a Associação da Parada do Orgulho LGBT (Apoglb) ⁵³.

Sua atuação principal não se deu com base na Internet, mas sim presencialmente, por ser um grupo fundado no seio de uma entidade de referência para as pessoas LGBT e uma das maiores da cidade de São Paulo, possuía uma sede fixa, e grande visibilidade, seja dentro do campo das organizações LGBT, de jovens LGBT como da mídia e da sociedade como um todo por conta de organizar uma das principais atividades coletivas e públicas que é a Parada do Orgulho LGBT.

Sobre a história do grupo foi entrevistado seu fundador Felipe Moreira, assim como foi realizada uma entrevista complementar com Murilo Sarno, ex-voluntário da Apoglb que, temporariamente, coordenou o grupo após a saída de Felipe.

O fundador do grupo conta que veio do interior do Estado de São Paulo em 2002, tinha 17 anos e se mudou para estudar na capital. Um dia caminhando, recebeu um panfleto sobre um debate promovido pela Associação da Parada do Orgulho LGBT e decidiu participar. Durante o evento, ele pediu a palavra e fez um desabafo, de que não havia nada para dar suporte aos jovens, que eles não tinham referência de como ser, de onde frequentar, então a Apoglb o convidou para criar e coordenar um grupo específico voltado a jovens LGBT.

Felipe detalha como foi esse momento e um breve panorama da situação dos jovens LGBT da época:

O meu retrato aqui, era o retrato dos jovens daquela época: não se tinha um controle, não se tinha informação, era muito isolado. Então, eu fui nesse ciclo de debates e eu lembro que eu estava todo empolgado, o tema era outro, não tinha nada a ver com juventude e eu pedi para fazer uma pergunta e aí eu fui desabafando no microfone, eu lembro até hoje, deve ter sido muito ridículo, falei assim: não existe nada para os jovens, a gente não tem uma informação,

⁵² Inicialmente a sigla do grupo era JAH, mas com o passar do tempo seus membros começaram a questionar o uso do H em referência a homossexuais, pois não contemplava a diversidade sexual de forma ampla. Após muitas discussões o grupo não conseguiu definir um novo nome, mas preferiram alterar a sigla para JA, sendo esta a adotada para a escrita do texto dessa pesquisa.

⁵³ Entidade responsável por organizar a Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo, fundada em 1999.

uma referência, não tem a Atrevida e Toda Teen, que as meninas crescem e vão se identificando... A gente não tinha de jeito nenhum... Se identificar com o quê? O que era ser gay? Tinha mais gente? Onde iam? O que vestiam? Não tinha! Depois que terminou o debate, eles [voluntários da Apoglb] vieram falar comigo, e disseram: você não quer trabalhar na Associação e fundar um grupo de jovens? Foi aí que nasceu o JÁ (Entrevista Felipe Moreira, 2013).

Mais uma vez nos deparamos com um relato de que não havia informação e referências para e sobre o que era ser um jovem LGBT. Pode-se perceber que o pano de fundo para o Pagla, E-jovem, XTeens e o JA era de uma profunda carência de referências na mídia e na vida social da existência de jovens LGBT e de como sê-lo/a.

Diferentemente dos fundadores dos grupos anteriormente citados, Felipe não tinha acesso à Internet, a forma de buscar informações sobre ser jovem e LGBT o levou a uma atividade realizada por uma (re)conhecida organização na cidade, a Apoglb.

Como Felipe não utiliza Internet, isso influenciou a estruturação das atividades do grupo, que se dava por meio presencial - *offline*, então ele conta que após formalizarem a criação do JA, a Apoglb quando se deparava com jovens, ela os/as encaminhavam para o grupo ou ainda Felipe passou a distribuir convites sobre a existência do grupo na região da República na Rua Viera de Carvalho e no Largo do Arouche, que eram pontos de encontros de jovens LGBT na zona central da cidade e esses locais ficavam próximos à sede da Associação da Parada. Ele conta que desenvolveu a estratégia de que algumas horas antes do horário da reunião ia convidar os/as jovens que já estavam por lá passeando para conhecer e integrar o encontro. E foi dessa maneira que o JA foi crescendo.

Felipe ainda relata que por conta do trânsito e da visibilidade que a Apoglb tinha por conta da Parada, haviam outros grupos que passaram a frequentar as atividades do JA, como o E-jovem e o XTeens. Ele comenta que não eram os grupos em peso, mas sobretudo seus coordenadores: Deco e Nicky. Além da visibilidade, o entrevistado acredita que o fato da Associação da Parada promover uma série de debates e reuniões de articulação entre entidades LGBT e órgãos públicos, assim como possuir uma sede fixa, propiciava que o JA fosse um ponto de circulação, encontro e até parcerias as outras organizações de jovens LGBT. Neste ponto, mais uma vez destaco não só a circulação de membros entre entidades, nesse caso particularmente coordenadores de diferentes entidades de jovens LGBT, mas também a questão de como foram criando intercâmbios de bandeiras de luta, ação, formas de organização etc; assim como foram consolidando um campo especializado para a juventude no seio do Movimento LGBT.

Nesse aspecto, não só os grupos de jovens LGBT estavam permitindo o encontro entre pares, mas as próprias organizações em si começaram a ter seus pares, podendo

trocar experiências e construir relações e atividades conjuntas. O JA também promovia encontros em espaços públicos como no Parque do Ibirapuera e nessas reuniões havia circulação entre os membros dos diferentes grupos, integrantes do JA participavam de alguns encontros do XTeens ou do E-sampa, e vice-versa. Novamente ressalta-se a circulação de membros, mas agora não só mais coordenadores, mas também participantes, assim como foi se expandindo o processo de ocupação de espaços públicos pela juventude LGBT.

O entrevistado conta que o JA promovia encontros regulares com data e hora marcadas e a partir das discussões dos participantes definiam temáticas de interesse para serem debatidas e que se recorria a dinâmicas e brincadeiras ao longo dos encontros, no intuito de romper a timidez e promover a interação. Esse modelo de encontros temáticos também estava, ou ainda está, presente no E-jovem, XTeens e no Purpurina.

Em relação a proteção de um grupo de adolescentes e jovens, que acolhia pessoas na faixa etária entre 16 a 24 anos aproximadamente, o presidente da Apolgbt na época buscou respaldo junto ao Conselho Tutelar para nortear seu funcionamento. Uma vez mais, um grupo se articula junto ao poder público para respaldar sua atuação junto a jovens, como o fizera o XTeens, inclusive recorrendo à Associação da Parada.

Felipe ainda relata que todas as reuniões eram acompanhadas de pelo menos um ou dois adultos voluntários da equipe da Associação da Parada, sobretudo uma psicóloga. A forma como se estabeleceu parâmetros de proteção de jovens nos encontros com a presença de adultos/as e o respaldo junto ao Conselho Tutelar foi adotado posteriormente pelo Purpurina, inclusive com a participação de profissionais da psicologia.

Na época a Apolgbt era um importante canal de recebimento de denúncias sobre violência homofóbica – ou talvez o principal; e com certa frequência o JA tinha que lidar com a situação de jovens LGBT que eram expulsos de casa pelos seus pais.

Retomando a questão da interação entre as organizações de jovens, através de uma discussão entre Felipe e Nicky do XTeens relacionada a falta de lugares de sociabilidade para jovens LGBT, eles decidiram organizar uma festa chamada Sábado Teen⁵⁴, como foi citado anteriormente. Felipe relata:

⁵⁴ FRANÇA (2006) em sua dissertação *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*, aborda a relação entre o JA e a criação da festa Sábado Teen – particularmente na relação entre Movimento LGBT e Mercado GLS – a relação entre ativismo e comércio voltado ao público LGBT, assim como traz algumas breves análises sobre grupos organizados de jovens LGBT, Internet e sociabilidade.

Nosso grupo precisava de dinheiro para fazer ações, para ter uma abrangência maior. A gente precisava de dinheiro para fazer um *flyer* para divulgar nosso trabalho, dinheiro para a gente poder fazer uma viagem, todo mundo junto. A gente tinha um sonho de fazer um acampamento com todos os jovens, assim como as igrejas têm, e o que aconteceu? A gente uniu o útil ao agradável, a gente precisava de dinheiro e o Nicky [XTeens] levantou uma coisa, que parece bobagem mas era de extrema importância: os jovens não tinham naquela época onde ir, porque quem não tinham 18 anos e não entravam em lugar nenhum. Era muito complicado, não tinha nenhum lugar onde os jovens pudessem se encontrar (Entrevista Felipe Moreira, 2013).

Felipe ficou responsável por organizar a infra-estrutura da festa e por conseguir o lugar para sua realização, então o JA negociava a realização do evento com estabelecimento comerciais e recebia uma parte dos lucros para financiar suas atividades e o XTeens contribuía na divulgação e por levar jovens para a *matinê*. Pode-se mais uma vez destacar a parceria entre organizações jovens LGBT, articulação com estabelecimentos públicos, no caso criando uma *matinê*, que haviam para jovens heterossexuais, mas não para os/as homossexuais; e além de mais uma vez pode aproximar a vida de jovens LGBT do que era a vida de entretenimento dos/as heterossexuais, as entidades também ainda conseguiam levantar algum recurso financeiro.

O fundador do JA fala sobre a duração e como funcionava a festa:

Começamos os encontros, o Sábado Teen, que era eu que organizava e que durou acho que 3 anos, e foi um sucesso muito grande, lotava, a gente mudava de lugar 2 ou 3 vezes, porque todas as casas queriam. Era um público jovem, não servia bebida, era à tarde, era um horário em que as casas [noturnas] costumavam estar fechadas, então era um lucro ter alguma coisa, aqueles adolescentes estavam ali e a gente produzia de tudo, desde bingo, tinha um programa que chamava “Fica comigo” da MTV, a gente fazia um *fica comigo* gay no palco, era bem bacana (Entrevista Felipe Moreira, 2013).

Então, o JAH resolveu criar uma festa que ficou conhecida como Sábado Teen, uma *matinê* destinada aos jovens, sobretudo menores de idade que não podiam frequentar festas privadas por conta da minoridade legal, pois havia uma carência de espaços de lazer e seguro para esse público. O evento que durou de 2003 a 2004 também servia para arrecadar fundos para o custear a impressão de convites e outros materiais necessários para os encontros regulares do grupo.

Novamente há um investimento na sociabilidade e em atividades lúdicas entre jovens, inclusive imitando programas “de paquera” que estavam sendo veiculados na televisão na época, ou seja, também respondia ao anseio dos jovens em poder “ficar” assim como seus amigos heterossexuais, além da sociabilidade entre amigos.

Como afirma o entrevistado, o Sábado Teen atraía muitos/as jovens, dessa forma, além de ocupar espaços privados e exclusivamente organizada pelo/as jovens, mostrava ao “mercado” que havia uma demanda concreta de lazer por jovens LGBT.

Em 2004, Felipe Moreira deixa a coordenação do grupo por razões pessoais, mudou-se para outro país, mas o JA permaneceu funcionando, apesar de certa rotatividade de seus coordenadores, seja por questões pessoais, seja por influência da conjuntura da rotatividade da diretoria da Apoglb. Esse é uma questão também distinta em relação aos outros grupos, como o JA estava sujeito a uma organização maior, a Apoglb, grandes mudanças na direção da Associação da Parada refletiam na continuidade de suas atividades ou na troca das pessoas responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Murilo Sarno conta que com a saída de Felipe, ele foi indicado pela Apoglb para provisoriamente coordenar o JA e que permaneceu nessa função um pouco mais de um ano. Assim, deu continuidade ao grupo, às suas reuniões semanais e aos encontros em locais públicos.

Murilo conta que houve uma reformulação nas secretarias e diretrizes da Associação da Parada, na qual foi decidido intensificar a divulgação do JA em locais de concentração de jovens, além da região do Largo do Arouche, passaram a fazer intervenções no Shopping Tatuapé – local na zona leste da cidade que havia virado referência para um encontro espontâneo de jovens LGBT agendado por meio da Internet, assim como havia uma concentração grande de jovens que se reuniam periodicamente nos arredores do extinto Bar do Bocage, onde havia uma forte concentração de adolescentes LGBT na região dos Jardins.

Pode-se dizer que mesmo com a mudança de coordenação, o JA continuou realizando um trabalho sobretudo presencial e buscava estimular a participação de jovens LGBT que frequentavam espaços de sociabilidade nas ruas em determinados pontos da cidade. É interessante notar que o raio de abrangência passou a ser centro, Jardins e Zona Leste, a frequência de jovens LGBT foi se expandindo para além da região do centro antigo, onde era mais comum, e formando novos “núcleos de sociabilidade” para além da zona central. Destaco que por conta da grande quantidade de jovens LGBT que aglutinavam nesses locais, o comércio ao seu entorno foi se adaptando em alguma medida à diversidade sexual e identidade de gênero. Bares, padarias, vendedores/as ambulantes, passantes, estavam se acostumando a lidar com um “público diferente”, e o comércio também foi se adaptando às necessidades e “estilos de vida” dessas pessoas. Por exemplo, o Bar do Bocage era um bar completamente heterossexual, mas por conta da frequência

de jovens LGBT, passou a permitir que casais se beijassem na boca, trocassem carícias, apesar de não sem conflito com seu proprietário inicialmente.

Gostaria de fazer um paralelo em relação aos encontros em Shoppings na cidade de São Paulo. Em meados dos anos de 2000 por conta dos jovens LGBT se sentirem muito vulneráveis a ataques físicos na rua, seja por expressar sua sexualidade ou por expressar seu afeto em público, os jovens começaram a se encontrar em grandes grupos nos diversos Shoppings da cidade, como por exemplo: Tatuapé, Santa Cruz, Paulista dentre outros. Apesar dos jovens LGBT procurarem por segurança nesses estabelecimentos, com o crescimento dos grupos, as administrações do Shoppings por meio de seus seguranças, começaram a coibir os encontros LGBT em seu interior.

Em particular o encontro no Shopping Tatuapé ficou bastante conhecido, pois tomou tamanha proporção - há relatos de frequência entre 200 a 400 participantes, que quando havia o evento os/as jovens, estes/as ocupavam toda a praça de alimentação. Essa situação levou ao extremo de os seguranças os/as expulsarem de dentro do Shopping, então os/as jovens decidiram ocupar o seu estacionamento. Ainda assim, os seguranças passaram a bloquear o acesso ao estacionamento no dia dos encontros, mas dada a intervenção do JA no local, a Associação da Parada acompanhando a violência e abuso dos seguranças, tentou dialogar com a administração do Shopping, mas esta se apresentou irreduzível, então a Apolgbt em parceria com a recém-criada Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo, entraram com um processo através do Ministério Público Federal. A causa foi ganha e os/as jovens tiveram o direito de frequentar o estacionamento e a Apolgbt foi solicitada para realizar uma capacitação voltada a todos os seguranças do Shopping e abordar temas como: cidadania e Direitos Humanos, mas com ênfase na questão LGBT.

Há algumas análises decorrentes deste caso: primeiro é a forma e o alcance que o encontro espontâneo de jovens LGBT por meio da Internet conseguiu reunir até por volta de 400 jovens; outra foi a forma como o JA – um grupo organizado passou a fazer intervenções em meios “não-organizados” para atrair novos membros – ou seja recrutamento; mas também a efetivar ações para resolver os conflitos concretos daqueles/as que frequentavam o Shopping, independentemente de participarem ou não da entidade; também se pode apontar que a questão LGBT avançou institucionalmente tanto na Prefeitura quanto no Ministério Público, e a articulação entre sociedade civil e instituições governamentais ampliaram o espaço de respeito e tolerância, tanto por

impedir que os/as jovens LGBT fossem expulsos/as de um local privado, como sua equipe foi obrigada a passar por uma capacitação sobre cidadania e respeito LGBT.

Como o diálogo entre JA e os jovens se dava por divulgação sobretudo *offline* – apesar de com o passar do tempo também passam a ocupar o ambiente *online*, o grupo passou a produzir *fanzines* informativos para os jovens, realizando convite para suas reuniões, mas também textos sobre direitos, como realizar uma denúncia, reflexões sobre discriminações na família e na escola dentre outros temas. Era uma forma de levar a informação para aqueles que não estavam conectados à Internet e também não participam dos encontros promovidos na sede do JA, era uma forma de levar “os direitos e a cidadania para as ruas”.

Uma outra importante experiência relatada por Murilo foi o projeto *Tenho Orgulho e Me Cuido* (TOMC). A partir de uma demanda do E-sampa, da rede E-jovem, junto ao JA para realizar uma oficina de capacitação sobre intervenção e ativismo, a Apolgbt aceitou o pedido e desenvolveu um projeto piloto de formação de ativistas, que contava com a participação de especialistas, era apostilado, escrito em linguagem acessível para promover a formação de jovens multiplicadores/as que tinha por objetivo tanto capacitá-los para o ativismo e militância, quanto ao menos que eles/as pudessem disseminar informações junto ao público jovem LGBT, mesmo que não organizado.

Como base nesse primeiro projeto piloto realizado exclusivamente para o E-sampa, a Apolgbt/JA posteriormente o aprimorou e reaplicou, mas dessa vez tanto para jovens já engajados/as em alguma organização LGBT, como também para qualquer jovem LGBT que se interessasse, mesmo não sendo ativistas.

O TOMC conseguiu financiamento público para ser realizado por mais umas duas ou três vezes, os temas abordados eram: gênero e sexualidade; história da homossexualidade; história do Movimento LGBT; cidadania e direitos LGBT; cidadania e direitos da criança e do adolescente; comunicação e mídia; sustentabilidade de grupos; Prevenção em DST, Aids e Hepatites Virais. Pode-se apontar novamente, que novamente a conquista por financiamentos públicos se dá sobretudo na forma de prestação pontual de serviços pelo Estado, ou seja, há algum recurso público, mas de curta duração e para questões que o governo considere “um problema”, assim como é atualmente o caso de HIV/Aids entre jovens gays e os casos de suicídio na França.

O JA por conta de sua atuação junto ao Shopping Tatuapé e posteriormente pela realização de algumas versões do projeto TOMC acabou “ganhando a fama” no meio de

jovens LGBT de ser um grupo que apesar de investir na sociabilidade, era reconhecido também como um grupo organizado mais politizado e militante.

Murilo conta que não foi coordenador durante todo esse período de 2004 até 2007 quando o grupo permaneceu ativo após a saída de Felipe, houveram outros/as coordenadores/as, mas ele contribuiu com seu relato pois seguiu como voluntário na Apolgbt coordenando um outro grupo, mas que eventualmente acompanhava as atividades do JA.

Não consegui informações precisas sobre o funcionamento do JA a partir de 2007, mas o que eu soube é que novamente as mudanças de diretoria afetaram o andamento do grupo e que ele se esvaziou por completo neste período ou pouco tempo depois.

Por volta de 2014, seu ex-fundador, Felipe Moreira foi convidado pela Apolgbt para tentar retomar o grupo nos próximos anos, mas este apesar de contribuir com a entidade como voluntário atualmente, disse que não tem condições de agora adulto voltar a coordenar um grupo exclusivo de jovens, que essa é uma tarefa que deve ser realizada entre pares, por jovens e para jovens, então o grupo segue desativado, mas existe um ideal de reativação do mesmo.

Projeto Purpurina (desde 2006)



O Projeto Purpurina foi fundado em 2006 por Edith Modesto, uma mãe que passou pelo processo de aceitação de seu filho gay. O grupo segue atuante até os dias atuais.

Para entender o processo de criação do Projeto Purpurina, Edith explica que é preciso falar um pouco da história da Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais, mais conhecido como Grupo de Pais de Homossexuais (GPH)⁵⁵. Ela conta que tudo começou quando seu filho caçula se assumiu gay e que ela disse que ficou perdida, “sem chão”, pois apesar de ser professora e estar fazendo cursos na USP, pouco se falava sobre homossexualidade, inclusive na academia. Ela relata que também não sabia com quem conversar, tinha medo de compartilhar suas angústias com pessoas à sua volta.

Foi então, que decidiu fazer pesquisas na Internet sobre homossexualidade e depois de um tempo, criou uma lista de discussões para pais e mães que tinham filhos/as homossexuais, na qual era possível o anonimato dos/as responsáveis, possibilidade que até hoje segue nas reuniões do GPH. Edith diz que criou esse grupo tanto para “se entender” quanto para tentar “entender seu filho”, pois, na verdade, ainda não aceitava a sua homossexualidade. A partir da falta de informação disponível e das necessidades dos pais e mães, Edith fundou a ONG: Grupo de Pais de Homossexuais, em 1997.

O GPH é a ONG que foi formalizada e atualmente abarca quatro grandes projetos:

O Amor Vence: é o projeto que lida exclusivamente com os pais e mães que têm filhos e filhas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Ou seja, acolhe os pais e mães, lida com suas aflições, suas questões e busca promover uma rede de diálogo e apoio.

⁵⁵ A tese *Os sentidos da aceitação: Família e Orientação Sexual no Brasil Contemporâneo* (OLIVEIRA, 2013) além de tratar de relações familiares e filhos/as LGBT, aborda o Grupo de Pais de Homossexuais (GPH).

Projeto Purpurina: é o projeto voltado especificamente para os jovens LGBT, que visa sobretudo trabalhar: a auto-aceitação desses/as jovens e a reconciliação deles com suas famílias.

Projeto Travessias: é um trabalho que busca lidar com as questões específicas de jovens travestis, transexuais e transgêneros, sobretudo por conta das informações necessárias a mudanças de comportamento e transformações corporais.

Universidades: por meio desse projeto são firmadas parcerias junto às universidades, realização de pesquisas e participação de estudantes universitários/as nos encontros.

Sobre a relação entre o GPH e o Purpurina, bem como foi o início desse trabalho com jovens LGBT, Edith explica:

O GPH começou em 1997 e o Purpurina começou há 6 anos atrás [2006], mas assim, começou como um projeto organizado, porque desde 1997 que eu já conversava com os jovens também, só que era por telefone, pela Internet e começou a aumentar, aumentar, aumentar e aí eu falei: vou ter que fazer alguma coisa pelos jovens.

Então, nós começamos com o projeto para os pais em processo de aceitação, quer dizer, eles ainda não aceitavam seus filhos. É esse o trabalho primeiro. Aí logo eu percebi que tinha que trabalhar com os jovens, porque os jovens ficaram sabendo e começaram a nos procurar.

Aí eu comecei o Purpurina, que é para jovens de 13 a 24 anos. E o que a gente faz lá? A gente trabalha com o processo de auto-aceitação e com a reaproximação com as famílias. Porque aí estou trabalhando paralelamente pais e jovens - não junto! – Paralelamente! (Entrevista Edith Modesto, 2012).

Primeiramente, Edith Modesto consolidou o trabalho com os pais e mães, inclusive no seu próprio processo de aceitação do filho, que ela conta que foi duro e longo, e só após muito tempo conseguiu estabelecer uma boa relação com ele.

Os jovens sabendo do trabalho do GPH buscavam Edith para saber como lidar com suas famílias, a demanda foi aumentando e ela resolveu criar um projeto paralelo, o **Purpurina**, também conhecido como Purps e seus participantes se tratam por purpianos/as.

O Purpurina é destinado a jovens de 13 a 24 anos e busca tanto a auto-aceitação destes/as como a reaproximação com suas famílias. Edith explica a questão de paralelamente, pois pais/mães e filhos/as têm processos e necessidades muito distintas em relação a questão da aceitação, logo o ideal foi manter grupo separados, mas que dialogam, inclusive existem dois grandes eventos anuais nos quais ambos projetos celebram conjuntamente: a festa da família (dia das mães) e a festa de natal. Esses eventos são momentos muito fortes e emocionantes de participação de familiares e jovens, além do intercâmbio entre GPH e Purpurina, há filhos/a e pais/mães que não fazem parte do

grupo, mas que participam das festas e fazem depoimentos sobre as dificuldades do processo de aceitação, mas sobretudo relatam exemplos concretos de superação e de “reintegração familiar”.

Quando perguntei qual a origem do nome do projeto para jovens LGBT, Edith dá uma risada e diz que o nome Purpurina foi até objeto de críticas, pois diziam que ela estava reforçando um estereótipo de que os gays são afeminados. Ela conta, que a origem do nome do grupo é bem simples: Purpurina vem do nome de onde os encontros começaram, na Rua Purpurina na Vila Madalena. Ela relata que o grupo não tem uma sede própria e se instala em espaços cedidos ou alugados e que atualmente por meio de uma parceria com a Prefeitura de São Paulo acontece no Centro de Referência da Diversidade (CRD), próximo à Praça da República, um local central, de fácil acesso e perto do metrô. Quero destacar novamente, a relação entre os grupos organizados de jovens LGBT e o governos e seus órgãos, como essa parceria tem avançado e se institucionalizado, abrindo espaço para ações e atividades LGBT, inclusive de jovens. Além disso, outra problematização é o fato dos grupos afirmarem constantemente que são apolíticos, apartidários, “que nem querem saber de política”, mas estão a todo momento articulando, discutindo e fazendo parcerias com instância da política tradicional.

Sobre esse início do Purpurina, Edith conta algumas ideias que teve para a estruturação do projeto:

E aí começou o Purpurina há 6 anos, já organizado e eu tentei usar o protagonismo juvenil para trabalhar no Purpurina. O protagonismo juvenil em escola não dá muito certo, mas no Purpurina foi uma beleza - o protagonismo juvenil monitorado. Por que monitorado? Porque os jovens escolhem, os jovens resolvem, os jovens pesquisam, mas quando é uma coisa mais complicada eu peço para amigos que são especialistas indicarem onde pesquisarem, com quem conversar, senão não sai do lugar, não aprende coisa nova. É por isso que é monitorado. E também porque a ideia é ter uma mãe simbólica presente nos encontros, a mãe boa, representando aquela mãe que aceita. E foi assim, uma sacada que tirei do bolso do colete e deu certo. Então, a gente continuou como eu tinha pensado desde o início, essa é a filosofia do projeto desde o início. Também logo pensei em ter coordenadores jovens (Entrevista Edith Modesto, 2012).

Existem algumas ideias de base para desenvolver o trabalho com os/as jovens, uma delas é o que Edith chama de “protagonismo juvenil monitorado”, ou seja, os/as jovens sempre estão acompanhados de outros adultos/as colaboradores/as do Purpurina ou especialistas convidados/as para contribuir em algum tema específico, mas em grande medida são os/as próprios/as jovens que são responsáveis pela realização e organização dos encontros, bem como a seleção dos temas que serão discutidos nos encontros. Todos/as os/as jovens participam da escolha de assuntos e qualquer participante pode se

voluntariar e ajudar a desenvolvê-los e apresentá-los no encontro com a ajuda dos coordenadores/as. No excerto acima, Edith também explicita que o Purpurina necessariamente deveria ser levado a cabo pelos/as próprios/as jovens, na figura de coordenadores/as – o recrutamento para cargos de responsabilidade estava no objetivo inicial de funcionamento do projeto.

Os encontros são sempre acompanhados por Edith, que criou um papel estratégico no grupo de “mãe simbólica”, em meio a todos adolescentes/as e jovens em busca de auto-aceitação e vivendo conflitos com a família, Edith disse que desempenha o papel da “mãe boa”, aquela que aceita o/a filho/a e que está lá, presente no processo de “auto-descoberta” ou “sair do armário”.

Edith Modesto ainda conta que sua formação, tanto pela Faculdade de Educação na USP, quanto na área que dialoga com a psicanálise, a influenciou na hora de pensar o GPH e o Purpurina, a dinâmica dos grupos e a forma de tratar seus públicos específicos.

Perguntei a Edith da razão da faixa etária ser de 13 a 24 anos, ela explica que:

De 13 anos, porque o pessoal da Secretaria da Justiça e do Conselho Tutelar me aconselhou assim e até 24 anos, é claro que tem gente mais velha que vai, mas assim os adultos têm necessidades um pouco diferentes e também porque eles têm mais experiência, quando eles começam a falar os mais novos ficam intimidados, porque lá nós não temos nem aula, nem palestra, é proibido aula e palestra nos encontros do Projeto Purpurina, mas se está um adulto lá, se ele não é um dos monitores que eu peço para ajudar a preparar, ele vai e começa a falar, os outros vão e se calam. Porque é uma pessoa mais velha, que já tem experiência e sabe do que está falando, ou pelo menos acha que sabe, e atrapalha o encontro.

Então, toda vez que eu convido alguém mais velho, que aceito a presença de alguém mais velho, eu peço para a pessoa participar de tudo, mas ela não pode ficar falando, ela pode assim dar um palpitezinho, igual a todo mundo, mas não pode ficar ensinando nada, senão atrapalha, porque o objetivo do projeto não é falar as coisas certas, é falar o que pensa, o que sente, o que sonha, o que sofre, o que pretende para o futuro, o que já passou no passado, o que já sofreu ou viveu no passado (Entrevista Edith Modesto, 2012).

Um dado bem interessante da fala da nossa entrevistada é que o limite mínimo de 13 anos se deu por consultas a órgãos como a Secretaria de Justiça e ao Conselho Tutelar. Ao meu ver, essa estratégia possibilita um respaldo jurídico-político junto aos órgãos públicos. Esses órgãos deram aconselhamento assim como têm conhecimento do trabalho que ela desenvolve junto a adolescentes e jovens LGBT. É interessante notar que se no caso do Pagla havia muita insegurança jurídica e falta de respaldo de órgãos públicos, essa realidade foi transformada e o E-jovem, o JA e o Purpurina souberam estabelecer esses contatos e parcerias, viabilizando e tendo o aval de órgãos públicos.

Edith conta um pouco da dinâmica dos encontros: não é palestra, não é aula, é um bate-papo sobre as questões, aspirações e problemas que os jovens participantes estão passando.

A entrevistada comenta que a presença de adultos/as de modo geral interfere e inibe os jovens LGBT, pois estes/as querem ficar ensinando, falam muito e os/as jovens ficam intimidados. Esse discurso também foi recorrente durante a entrevista com os jovens coordenadores/as do Projeto Purpurina. E ela segue dizendo que é importante ter um espaço entre pares, que estão passando mais ou menos pela mesma situação ou que a tenha passado recentemente, pois os jovens se identificam e ficam à vontade para falar, refletir e interagir. Quando há pessoas mais velhas, sobretudo se interferem demais, os/as participantes ficam mais retraídos, “o bate-papo não flui”. Sendo assim, o grupo acaba restringindo a participação de jovens em torno dos 24 anos, mas se alguém aparece com problemas e é um pouco mais velho ou coordenadores/as que acabam ultrapassando essa faixa etária o grupo pode permitir a sua participação ou permanência.

A este respeito acima, quero analisar que é muito recorrente em quase todos os grupos, em São Paulo e em Paris: a participação de pessoas mais velhas, além da faixa etária estabelecida: após uma certa idade, a questão da auto-aceitação, como “sair do armário” com amigos/as, família, escola e trabalho, tal como fazer amigos/as, os/as primeiros/as namoros já estão resolvidas, a partir do momento que a pessoa resolve seus conflitos e passa a vivenciar uma vida mais “à vontade”, ela vai se esquecendo, vai minimizando as crises e como as resolveram; outro ponto levantado pelos grupos juvenis LGBT é que essas questões, mesmo que sejam muito parecidas, ao longo do tempo elas mudam a medida que o contexto social e político muda, por mais que os temas sejam os mesmos, eles ganham novas nuances; no processo de pares, mais do que dizer o que fazer, é trocar, é promover o intercâmbio, é criar junto uma identidade de jovem LGBT, assim como construir conjuntamente entre seus/suas iguais formas de lidar com os conflitos que vão surgindo no cotidiano e nos diferentes espaços – eles/as não são pares somente pela idade, mas também pelo momento conflituoso e dificuldades, assim como superações que estão passando naquele mesmo período; então pessoas que já superaram a maior parte de seus problemas, tendem a dar respostas, e a ideia não é dá-las, mas criar conjuntamente, com suporte mutuo dos/as participantes e da organização; por fim, mais uma vez é explicitada que a faixa limite pode ser flexível na participação, mas é sobretudo na manutenção de pessoas que ocupam cargos de responsabilidade na entidade.

Ainda há outras possibilidades de participação de adultos/as nos encontros: pessoas convidadas pela Edith ou pelos/as coordenadores/as como pessoas ligadas às questões intelectuais, culturais ou políticas do universo LGBT ou relacionadas ao projeto universidade; especialistas convidados/as para colaborar e monitorarem o desenvolvimento de algum tema pelos/as coordenadores/as e participantes; bem como os adultos/as envolvidos na equipe do Purpurina.

Essa dinâmica de convidados/as é muito interessante, em primeiro lugar se cria no grupo um grande acúmulo de capital social, cultural e político, pois com muita frequência ele recebe a visita, seja como ouvinte, seja como participante ativo/a, importantes figuras públicas relacionados/as à política, à cultura, à academia no que diz respeito aos temas LGBT. De uma certa forma, não é o Purpurina que vai até os espaços de participação ou órgãos governamentais, muitas vezes é a Edith que leva as “personalidades” aos encontros.

Um exemplo, é quando a Defensoria Pública e a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo queriam informações sobre os principais problemas da juventude LGBT para elaborar um plano de ação, Edith convidou a equipe do órgão para participar de uma reunião especial, na qual os/as próprios/as jovens foram avisados/as antecipadamente e que foram elaborando e sistematizando seus problemas para apresentá-los e até oferecer algumas sugestões de diretrizes ou políticas que deveriam ser realizadas para amenizá-los ou superá-los. O resumo dos principais problemas elencados pelo Purpurina foram: questões familiares (rejeição, violência doméstica e expulsão de casa); falta de apoio e modelos positivos de jovens LGBT (baixa autoestima; depressão; abrigos existentes inadequados); escola (*bullying* e despreparo de professores/as); dificuldades de fazer amigos/as; falta de educação sexual e prevenção; e trabalho (problemas de acesso e como ser respeitado/a como LGBT). Essa síntese circulou no *Facebook* e está nos anexos da tese.

Em relação aos espaços de participação, Edith explica que o grupo é “apolítico ou apartidário”, no sentido de não se aproximar muito da política institucional e não querer ser associado a nenhum partido em particular, quer poder ter liberdade de atuação, poder recorrer a qualquer órgão público, independentemente de qual partido ocupe o governo, pois o que deve ser preservado é o espaço de autonomia do grupo e possibilidade de defender os interesses dos jovens LGBT, além de manter a coesão dos membros, não criar conflitos sobre preferências político-partidárias. E complementa que está presente nos espaços de participação e política institucional somente quando o grupo é convidado, que

no geral, não tem uma diretriz de ocupar espaços, mas se há a necessidade de alguma intervenção para levar as questões de jovens LGBT, aí o grupo pode eventualmente se mobilizar – mas no geral as questões mais “políticas” são representadas, sobretudo por Edith ou quando possível por ela e alguns/mas coordenadores/as do Projeto.

Voltarei a discutir esse tema, mas a questão de “apolítico” e “apartidário” é bastante interessante, como já foi apontado na introdução da tese, as organizações, tanto no Brasil como na França, majoritariamente assim se auto-definirem, estão o tempo todo atuando politicamente – em seu sentido amplo, além da política institucional, mas buscando a transformação do heterossexismo e seus casos concretos no cotidiano e na sociedade; mas ainda assim, há parcerias e demandas concretas a governos e órgãos públicos e inclusive quando há algum direito ou eleições, pude presenciar no Purpurina e nas mais diversas organizações debates elaborados por elas mesmas com opiniões, discussão sobre posicionamentos e até mesmo a articulação de ações concretas para fazer os direitos LGBT avançarem ou tentar boicotar que direitos regredam; também presenciei nos grupos seminários sobre eleições e candidatos/as que são pró-LGBT. O objetivo é não prejudicar o funcionamento da entidade e acesso aos governos por conta de proximidades, sobretudo partidárias, não criar conflito entre participantes; mas também é ressaltado que não querem ser “emparelhadas”, que partidos e governos se “infiltram” e passem a “dar o tom” dentro das organizações. Por outro lado, é interessante que a exceção a regra foi a rede E-jovem, que para lidar exatamente com as mesmas questões preferiu apostar em se auto-denominar suprapartidária, assim ela busca evitar as preocupações acima apontadas, mas ao mesmo tempo, a rede estar dentro dos partidos e da política institucional – aqui não busco avaliar o que é melhor ou pior em termo de estratégias dos grupos organizados, cada uma delas têm suas vantagens e desvantagens, mas quero apontar a gama de respostas possíveis e ações elaboradas para contornarem a mesma preocupação que no fim das contas busca a perpetuação, acesso e coesão das entidades.

Como exemplo da atuação do Purpurina em espaços de participação pode-se citar que Edith e alguns/mas coordenadores/as estiveram presentes no processo da Conferência Nacional LGBT de 2008 e da Conferência Nacional de Educação de 2009. Em 2013, o Purpurina conseguiu grandes avanços normativos por sua participação em grupo técnico formado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo que promoveu uma intervenção junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM), que regulamentou o bloqueio de puberdade do sexo de nascimento e a hormonização no caso de adolescentes trans a partir

dos 16 anos⁵⁶. Não havia normatização à respeito da bloqueio de puberdade no Brasil, nem protocolo de hormonização voltada às pessoas menores de 18 anos de idade.

Edith Modesto é a coordenadora e supervisora do Purpurina, ela é a principal responsável pela parte administrativa da organização. A equipe atualmente conta com mais dois adultos/as, colaboradores/as voluntários/as, que acompanham os encontros: um secretário/contador, também responsável por pensar possibilidades de captação de recursos e a realização de projetos financiados, e uma psicóloga. Além desses/as adultos/as, temos os/as jovens coordenadores/as, uma equipe de aproximadamente 10 membros.

Confirmei com Edith se a ideia de coordenadores surgiu desde o começo e foi posta em prática e pedi para que me explicasse como funcionava essa dinâmica de recrutamento:

Desde o começo. Os coordenadores jovens são o espelho, o modelo, então há regras para que a pessoa seja coordenador jovem. Por exemplo, você é michê? Você pode participar do Projeto Purpurina, mas você não pode ser coordenador. Você usa drogas? Você pode participar do Projeto Purpurina, desde que você não esteja drogado no momento, então se você chega e está drogado eu falo: meu bem, você volta outro dia, mas se você é adicto, você pode participar, mas não pode ser coordenador (Entrevista Edith Modesto, 2012).

O papel de jovens coordenadores/as, além de estimular um determinado estilo de protagonismo juvenil, busca dar conta de uma questão, menos marcante do que no início de organizações de jovens LGBT, mas que ainda existente: a criação de modelos, de referências do que é ser um/a jovem LGBT. Hoje já existe na mídia e na vida das pessoas referências de pessoas LGBT, jovens LGBT, mas ainda assim, Edith busca dar um espelho e um exemplo concreto, no dia-a-dia dos/as dos/as jovens de possibilidades de “como ser” e “como lidar com suas questões” por meio do intercâmbio/diálogo nos encontros das pessoas “em conflito” e participantes em geral

Como tais jovens coordenadores/as servem como um modelo, há uma forte preocupação na seleção dos/as mesmos/as, tanto em relação a sua vida pessoal, quando a sua imagem pública, assim Edith permite que jovens em determinadas posições de vulnerabilidade como prostituição ou problemas com drogas sejam aceitos pelo Projeto, mas não como coordenadores/as.

⁵⁶ Parecer CFM 08/13 - *Terapia hormonal para adolescentes travestis e transexuais*. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/pareceres/CFM/2013/8_2013.pdf. Acesso em: 02/01/2016.

Indaguei a entrevistada sobre como são escolhidos os coordenadores, ela responde:

Eles se oferecem e os outros coordenadores o aceitam ou não, pelo perfil. Para ser coordenador precisa ter um perfil e uma coisa que nós descobrimos ao decorrer dos anos, foi que quando o jovem está precisando do Projeto, ele está em processo de auto-aceitação, e os pais estão em processo de aceitação dele ou dela, é o melhor momento para ele ser coordenador, é interessante isso.

Quando ele fica bem, que ele já está estudando, que ele está bem com a família, já está trabalhando, alguns até estudam e trabalham, eles já estão bem, já tem namorados, como qualquer outro jovem, ele tem que se afastar do projeto, não sobra tempo mais para ele, ele tem as coisas para fazer e não dá para a gente ficar exigindo dele que tenha muita responsabilidade com o projeto porque ele não vai ter (Entrevista Edith Modesto, 2012).

Teoricamente, as pessoas que querem fazer parte da coordenação se voluntariam, mas os/as próprios/as coordenadores/as contaram que eles/as também acabam convidando pessoas que de alguma maneira demonstraram interesse pelo trabalho ou quando eles observam e consideram que uma determinada pessoa tem potencial para exercer a função. Ainda contam que além dessa espécie de sabatina pelo conjunto de coordenadores/as que aprovam ou não uma candidatura, existe uma regra de frequência, de assiduidade, a pessoa deve ter participado de ao menos três reuniões consecutivas, o que significa três meses e também ter algum conhecimento do Projeto. A candidatura sendo aprovada o/a coordenador/a passa por uma capacitação com a Edith e outros/as coordenadores/as e também por um período de experiência, para ver exatamente em que tarefas querem ajudar, assim como se querem permanecer, funciona como um período de “estágio” no qual os/as outros/as coordenadores/as avaliam se a pessoa realmente tem o perfil da entidade.

Os/as jovens coordenadores/as contam que se revezam entre as diferentes modalidades de encontros e tarefas, tudo de acordo com sua disponibilidade, vontade e habilidades. Contam que alguns/mas por exemplo têm facilidade em produzir um vídeo, fazer uma apresentação; outros/as têm mais facilidade com pesquisa, com a animação dos encontros; alguns/mas têm conhecimentos técnicos para montar um *data show*, manipular o sistema de som; outros/as preferem ajudar a organizar o espaço ou os debates e assim por diante. Eles/as ainda se revezam para ajudar algum/a coordenador/a que precisa se ausentar por questões de trabalho ou de estudos, seja por um encontro, seja por um período.

Outro aspecto interessante da fala de Edith é que os/as jovens que mais se engajam – e no geral mais se empenham, são aqueles/as que estão em processo de aceitação pessoal

e/ou familiar, ou seja, por um lado a função de coordenador/a além de exercer o protagonismo e ajudar outros/as jovens, colabora no processo de aceitação ou de reintegração familiar do/a próprio/a coordenador/a. Essa fala em alguma medida é confirmada nas entrevistas com os/as jovens coordenadores/as, assim como a questão que um dos motivos de deixarem o grupo é quando já estão bem e estão bastante ocupados com faculdade, trabalho, namoro e família. No capítulo seguinte, sobre os processos de engajamento de jovens LGBT vou discutir as principais motivações e perfis que levam as pessoas a assumirem um cargo de responsabilidade, os/as jovens “em conflito” é um deles, mas há também algumas outras trajetórias: aqueles/as que tiveram uma auto-aceitação e familiar mais tranquila e querem transmitir isso aos/às outros/as e também aqueles que foi exatamente o contrário, um processo de aceitação da sua sexualidade e/ou identidade de gênero bastante conturbada, mas superada e querem participar para “evitar que passem pelo o que eu passei”, entre outras possibilidades de engajamentos que serão discutidas no capítulo apropriado.

Por outro lado, há coordenadores/as que buscam, mesmo que no meio de responsabilidades crescentes, permanecer no cargo e ainda outros que já chegam no Purpurina bem consigo e com sua família, mas se encantam com o Projeto, com o trabalho desenvolvido, e quase de imediato querem ajudar ao ver outros adolescentes e jovens passando por uma fase de conflitos e sofrimentos.

Além da equipe fixa de voluntários, Edith criou uma rede de profissionais e especialistas colaboradores/as, muito similar ao modelo idealizado pelo Pagal: são profissionais que prestam serviços seja gratuitamente ou a preços reduzidos aos participantes do Purpurina, mas também do GPH; e também há parcerias com serviços públicos. Edith cita alguns exemplos:

Eu consegui um amigo do Marcelo [filho da Edith], que comprou uma casa em Pinheiros e disponibilizou um quarto que tem 3 beliches em caso de emergência para colocar o menino lá [expulso de casa ou que sofre agressões constantes na família], mas eu tenho que pagar R\$ 100 por semana.

Ontem um dos meus meninos ligou, ele está com aquelas bolinhas, aquela doença, HPV, no ânus, e ele foi em um enfermeiro, não foi ao médico, e o enfermeiro não percebeu o que era, receitou coisa errada e ele usou coisa errada. Ficou cada vez pior e ele não tinha me falado nada, aí ontem de manhã ele me ligou chorando, desesperado, eu falei: você vai num procto agora, correndo, agora, agora, agora, se você não tiver dinheiro para pagar a consulta, você fala para ele fazer um preço para mim, que é uma ONG, que ele precisa fazer um preço melhor e mandar a conta que eu deposito. Aí ele foi, realmente era HPV e agora ele está fazendo o tratamento correto (Entrevista Edith Modesto, 2012).

Quero chamar a atenção que durante a entrevista com a fundadora do Purpurina, durante diversos de seus encontros, e nas demandas junto ao poder público, Edith diz que um sonho do Projeto é um dia conseguir parceria e financiamento para criar uma “casa de passagem” ou seja, um local para acolher jovens LGBT que foram expulsos de casa e que conte com assistência e acompanhamento. Esse ideal do Purpurina equivale a experiência existente em Paris da rede *Le Refuge*.

Perguntei quais serviços eram mais utilizados e quantas pessoas recorriam a eles, e ela detalha que os profissionais mais acessados são: psicólogo, psiquiatra e endocrinologista. São cerca de dez pessoas que utilizam, mas rotativamente, na medida que uma pessoa é tratada outra entra no lugar e que esse número inclui os serviços prestados também a familiares, sobretudo mães. A questão de endocrinologista está relacionada aos/às adolescentes em processo de transexualização.

No que diz respeito a produção de informação, o Purpurina lançou duas brochuras em parceria e com apoio financeiro de órgãos públicos com o tema juventude LGBT e suas questões, são materiais baseados nos relatos dos/as jovens que participam do encontro e organizados em temas pela sua fundadora: *Projeto Purpurina – Juventude LGBT – Autoria dos/as jovens do Projeto Purpurina* (MODESTO, 2011) e *A hora e a vez dos jovens LGBTs – autoria dos/das jovens do Projeto Purpurina* (MODESTO, 2012).

Além disso, vale ressaltar que a Edith Modesto, a partir de sua experiência e inserção acadêmica defendeu uma tese a partir do diálogo com jovens LGBT do Projeto: *Homossexualidade, preconceito e intolerância: análise semiótica de depoimentos* (MODESTO, 2010). E conta com algumas publicações sobre questões sobre juventude LGBT e/ou relações familiares: *Vidas em Arco-íris - Depoimentos Sobre a Homossexualidade* (MODESTO, 2006); *Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais* (MODESTO, 2008); *Entre mulheres - Depoimentos homoafetivos* (MODESTO, 2009); e *Homossexualidade – preconceito e intolerância familiar* (MODESTO, 2015). A autora conta que começou a se interessar por relatos e depoimentos no processo de entender a homossexualidade de seu filho, então ela passou a se aprofundar no que era ser jovem LGBT, queria conhecer essa nova realidade para ela no início, mas desde então, tem promovido diversas publicações. Posso dizer que quase todas as entidades em Paris e São Paulo investem em materiais (in)formativos seja para seus participantes (público alvo-interno), seja para a sociedade como um todo: governos, escolas, família etc (público alvo-externo).

Edith Modesto explica o que os adolescentes e jovens LGBT buscam ao chegar no Purpurina:

Eles precisam se encontrar, eles acham que lá vão ter uma ajuda para eles buscarem a identidade deles. Também porque eles acham que vai ter uma ajuda para que eles sejam aceitos pelas famílias, o que é muito importante numa determinada idade, é importantíssimo! Eu acho que é importante para sempre, eu acho que uma pessoa que não tem um apoio da família fica com um buraco, ela vai, mas fica aquele buraco, é uma ferida na alma se a família, a própria família, o rejeita. Isso fica para o resto da vida, a pessoa pode até ficar mais forte, ela teve que lutar contra isso, mas fica aquela marca. Então, eu acho que é por causa da família, é por causa da busca da identidade. Eles querem saber quem eles são e também porque eles querem se enturmar, o que é muito necessário, os jovens estarem entre seus iguais. Eu penso que são esses os motivos (Entrevista Edith Modesto, 2012).

As principais razões pelas quais os jovens buscam o Projeto é: a auto-aceitação, saber quem ele é, sua identidade, dado que muitas vezes não têm referências concretas de jovens LGBT; buscam equacionar sua identidade com seu entorno, sobretudo família; e finalmente buscam amizades.

Os/as coordenadores/as apontam que apesar do avanço da visibilidade social e midiática das questões LGBT, maior acesso às informações pela Internet, o processo de aceitação e auto-conhecimento ainda é muito solitário e que encontrar seus pares, pessoas muito parecidas e que estão passando, ou recentemente passaram, pelo mesmo problema é fundamental.

Outro ponto que vale a pena ser ressaltado e implica em uma questão inclusive geracional é quando Edith diz que percebe que a pessoa quando não tem o apoio da família fica com um “buraco”, “uma ferida na alma” da pessoa que não é aceita por seus familiares. Ela ainda explica que isso tem forte influência na personalidade, nas interações sociais, e que esse tipo de situação marca a pessoa para sempre, alguns conseguem se fortalecer, tirar proveito da situação, mas não é o mais comum. A questão geracional está implícita quando o/a jovem que é “marcado na alma e leva essa questão para toda sua vida”, ou seja, há implicações na sua vida adulta e na velhice. Ao meu ver, a estratégia de “mãe boa” de Edith também é uma resposta para tentar amenizar essa “ferida da alma” familiar. Essa preocupação, apesar de elaborada diferentemente, foi recorrente nas entidades em São Paulo e Paris, é importante ter organizações especificamente de jovens LGBT para que elas possam contribuir para adultos/as e idosos/as mais tranquilos quanto aos seus conflitos e questões de sexualidade e identidade de gênero; amenizar ou superar o heterossexismo que pode prejudicar os estudos, o trabalho, as relações pessoais,

inclusive amorosas no futuro, buscam ajudar o/a jovem para que sejam adultos/as “saudáveis”, “que se sintam bem na sua pele”.

O Purpurina, assim como os outros grupos de jovens LGBT, praticamente não contam com financiamento externo, é basicamente fomentado pela própria Edith e conta com alguma colaboração de doações oferecidas por pais do GPH. No início de 2014, Edith Modesto anunciou que pela primeira vez conseguiu estabelecer um patrocínio de uma empresa alimentícia privada que fornecerá os lanches para os encontros. Ainda sobre parceria com empresas, cheguei a receber alguns emails do Purpurina anunciando vagas exclusivas para jovens LGBT em determinadas companhias, uma espécie de cota, para inserção profissional, com ou sem experiência – este caso me chamou a atenção pela “cota” para jovens LGBT e a preocupação do grupo com a demanda de trabalho por seus membros. Outra ressalva, é muito mais frequente a questão do trabalhar e a inserção na economia nas diversas organizações de São Paulo em relação a Paris, sendo que nestas se fala de trabalho, mas como assunto cotidiano, não como uma problematização ou projeto de ação, reforçando minha hipótese – apresentada na Introdução da tese, de que no caso brasileiro há uma maior necessidade e/ou valorização do trabalho juvenil em relação à França.

Em relação à escola, Edith conta que realiza intervenções sob demanda, ou seja, ela oferece cursos de capacitação para professores/as e coordenação de escolas, quando solicitada, e se pedirem também com alunos e seus pais. Ainda relata que sempre intervém quando algum dos membros do grupo sofre um caso de discriminação. Por exemplo, teve dois casos de pessoas que eram sistematicamente discriminadas nas escolas e que constantemente trocavam de instituição, até mesmo não eram aceitas de antemão ou eram expulsas da escola, em um dos casos Edith resolveu a situação indo até a escola e conversando com a direção e oferecendo capacitação e no outro precisou recorrer à Secretaria de Educação para que conseguisse que a pessoa fosse de fato matriculada, pois as escolas estavam a rejeitando, pois era uma adolescente em processo de transexualização.

Edith e eventualmente a equipe de jovens coordenadores/as fazem formações junto a órgãos públicos, ou seja, capacitação de servidores/as públicos/as e também desde 2013 tem organizado e ministrado o curso de extensão na Universidade de São Paulo: “Diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero – Uma abordagem contemporânea e multidisciplinar”.

No início da pesquisa o Purps contava com duas atividades mensais: os encontros tradicionais/temáticos e o Cine Purpurina.

O primeiro foi brevemente descrito e era organizado em torno de questões escolhidas pelos/as participantes, seja na reunião anterior, seja por votação por meio do *Facebook* – atual canal de comunicação da entidade. A abertura dos encontros contavam com pelo menos quatro rituais: a) apresentação da filosofia do Purpurina – um/a participante qualquer se voluntariava a criar uma apresentação em vídeo para transmitir os valores do grupo e também expressar o que sentia fazendo parte daquela “comunidade”, por meio de fotos, músicas, poesia, textos etc; b) Boletim Purps – no qual alguns/mas coordenadores/as elencavam os fatos mais marcantes para a questão LGBT no período abrangendo cultura, arte, celebridades, pesquisas, direitos, cidadania, temas políticos, casos de homofobia etc; c) Momento Sidinha – um espaço para se discutir e difundir informações sobre prevenção a DST/Aids de forma lúdica, às vezes eram somente informativos sobre prevenção, mas também havia indicação de serviços públicos nesses casos, relatos anônimos de determinadas situações sobre contrair ou conviver com alguma DST/Aids; até gincanas de práticas de prevenção; d) Apresentação e dinâmica de integração de novos/as participantes – os/as coordenadores/as pedem para que as pessoas que estão participando pela primeira vez se apresentem, digam seu nome, sua identidade sexual e de gênero – se se sentir à vontade de dizer em público, o que estuda ou trabalha, se namora ou não etc. Ao fim do encontro há um momento de forte socialização, no qual o espaço de reunião se transforma em uma “balada” ou danceteria, com músicas de ídolos/as que remetam à questão LGBT e com “comes e bebes”, situação na qual há uma livre interação entre coordenadores/as e participantes. Muitas vezes os/as jovens participantes depois do encontro “oficial” ainda marcam algum tipo de passeio por conta própria, prática muito frequente nos outros grupos, seja em São Paulo e em Paris.

O Cine Purpurina acontecia uma vez ao mês, no qual era escolhido um filme com temática LGBT e seguido de um debate. Essa era uma ocasião em que Edith Modesto não se fazia presente, era uma atividade levada a cabo exclusivamente pelos/as coordenadores/as. Esta atividade ao longo do tempo, apesar de ser bastante apreciada pelos/as participantes e coordenadores/as foi extinta antes do término da minha pesquisa de campo.

Uma outra informação importante é que tanto o GPH quanto o Purpurina, segundo Edith Modesto está buscando se consolidar em outras cidades do interior de São Paulo – incluindo apoio de Prefeituras, por exemplo, e em outros Estados. Ela conta que é

importante tentar manter esse binômio GPH-Purps, sempre tentando criar os dois grupos, mesmo que não exatamente no mesmo tempo, pode-se fortalecer primeiro um e depois o outro. Dessa forma além do relato de Edith e coordenadores/as de que por meio da Internet, eles também realizam o trabalho de apoio mutuo e suporte para todo o Brasil – inclusive presenciei em reuniões jovens ajudados de outros Estados, que quando tinham a oportunidade iam conhecer o projeto pessoalmente. Em algumas ocasiões, durante o Boletim Purps eram apresentados alguns dados de quantos e-mails e pessoas e de que localidades do país entravam em contato com a entidade, quantas eram efetivamente ajudadas, qual principal tipo de informações eram solicitadas. Dependendo da situação era Edith que respondia, mas no geral, quem tentava lidar com essas demandas era primeiramente os/as coordenadores/as, assim como faziam nos encontros *offline* – tentei obter esses dados, sem sucesso.

Em suma, o Purpurina nos últimos anos assim como outros grupos tem buscado aumentar sua atuação em todo o país tanto por meio da Internet, quanto na constituição de “filiais” presenciais do GPH e Purps – como exemplos me foi relatado a formação de núcleos em Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Sorocaba (SP). As organizações juvenis LGBT de São Paulo ainda atuantes, Purpurina e E-jovem, tem uma grande demanda de jovens seja de apoio *online* para seus problemas cotidianos, seja de realmente contribuir para a formação de “filiais” em diversas outras localidades, e ambas organizações tem investido na formação de uma rede nacional – com esse dado também quero ressaltar que apesar de entidades organizadas de jovens LGBT não serem uma exclusividade da cidade de São Paulo, em grande medida elas são importantes referências para outras localidades. O mesmo acontece com as entidades em Paris: há um projeto de nacionalização, concretizado ou em curso, o qual é promovido pelas associações parisienses ou iniciativas inspiradas nas mesmas.

2.3. Considerações e análises sobre as organizações de jovens LGBT em São Paulo

Diante da extensa e detalhada apresentação desse panorama sobre o desenvolvimento das organizações *de, para, por* jovens LGBT em São Paulo, com destaque para os contextos de seus surgimentos, motivações, formas de organização, sustentação financeira, bandeiras de luta, estratégias e ações, bem como a heranças e relações entre diferentes organizações, gostaria de aprofundar a análise por meio da apresentação de uma periodização do movimento com características bastante diferenciadas entre si.

Segundo as entrevistas, relatos e materiais coletados e observações de campo – a partir da proposta de uma análise de um panorama histórico, pode-se caracterizar o surgimento e transformações dos grupos organizados especificamente juvenis LGBT em três principais momentos:

Fase online - comunidades virtuais e pseudônimos

No fim dos anos de 1990 e no início dos anos 2000 surgem as primeiras iniciativas e organizações de jovens LGBT analisadas, marcadas pela comunicação *online*, pelo pseudônimo/anonimato, sendo elas Pagla, E-jovem e XTeens. São jovens em busca de informações, de compreender suas sexualidades menosprezadas/estigmatizadas e pelas primeiras ações de troca, intercâmbio e diálogo entre pares *online* no sentido de compartilhar suas inquietações e criação de estratégias de superação das mesmas.

O medo, o receio, de “possuir uma sexualidade” distinta da heterossexual fazia com que **as pessoas se protegessem por meio do anonimato e criavam pseudônimos**, apelidos, para interagir com outros/as usuários/as em um ambiente *online* que permitia que essas trocas se dessem de forma a ocultar sua identidade *offline*. Inicialmente eram promovidas conversas por meio de ferramentas de “bate-papo”, mas como as dúvidas sobre: “será que sou gay?” e “como contar para a família” era tão recorrente que foram sendo criados *websites* que mantivessem essas informações constantemente “no ar” para que qualquer usuário/a pudesse acessar essas espécies de *FAQ* (Perguntas Mais Frequentes). Junto com os sites foram sendo criadas listas de discussões de email para uma troca constante entre pares – jovens LGBT.

Esse momento é marcado pelo início da comercialização da Internet no Brasil na segunda metade dos anos de 1990 e o modo como jovens, inclusive LGBT, se apropriam das novas tecnologias da comunicação e passam a procurar *online* pessoas como eles/as.

Os entrevistados/as relatam: “me sentia o único gay do universo”, “por mais que eu olhasse não enxergava pessoas como eu”. Então, o surgimento das primeiras organizações de jovens LGBT passa pelo uso e intensificação da **comunicação online, que permite a interação entre pares sexualmente estigmatizados/as e geograficamente dispersos/as** – numa mesma cidade ou até mesmo outros países, mas que não se conheciam *offline*, inclusive possibilitando encontros que sem a rede de computadores seriam improváveis. Mesmo sem se conhecer pessoalmente, passaram a realizar ações colaborativas *online* tanto para se entenderem, se apoiarem mutuamente, assim como passam a promover iniciativas para ajudar outros/as jovens passando pela mesma situação. O estigma em relação à homossexualidade dificultava a emergência no espaço público seja de encontros entre pares, assim como modelos e referências aos quais esses/as jovens pudessem se inspirar, o que se torna um dos objetivos dessas primeiras organizações *online*, que se tornaram verdadeiras comunidades virtuais.

As primeiras comunidades virtuais de jovens LGBT, de acordo com os entrevistados, estavam bastante atreladas ao apoio mútuo, muitos participantes apresentavam grande sofrimento, variando da depressão às tentativas de suicídio. Por outro lado, nessas mesmas comunidades jovens já assumidos/as ou em um estágio “mais avançado” de auto-aceitação passaram a ajudar aqueles/as que estavam “em processo”. O **apoio mútuo**⁵⁷ passa por se auto-aceitar e colaborar na auto-aceitação de pares, que junto **ao criar e afirmar referências e identidades a partir de sexualidades menosprezadas sobre o que é ser um/a jovem LGBT, tal processo e estratégia se constitui enquanto uma forma de ação coletiva**, que perpassa o individual, social e político. (PREARO, 2014).

Os entrevistados atuantes no apoio mútuo relataram que tinham a **motivação** de: “ajudar os outros para que não passem pelo o que passei”, “mostrar que apesar de difícil, o mundo não é tão feio assim”, “quero passar uma visão positiva de ser gay”, “não desejo para nenhum jovem gay passar pelos anos que passei pensando em suicídio”.

⁵⁷ Uma interessante referência de trabalho etnográfico sobre dinâmica, sociabilidade, pertencimento e significados de participação em grupos de apoio mútuo aplicado ao caso de em grupos anônimos ligados às ideias de adicção/compulsão sexual e amorosa intitula-se *Desejos regulados: grupos de ajuda mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes* (FERREIRA, 2012).

O perfil de seus/suas participantes nesse momento é mais “elitizado”⁵⁸ por conta de poder aquisitivo e habilidades para ter um computador, acesso à Internet, utilização de suas ferramentas – o que naquela época eram relativamente caros e disponíveis há uma pequena parcela da população. Nota-se que os fundadores dos primeiros grupos organizados, sem exceção, são jovens gays do sexo masculino e universitários - o acesso à educação superior também marca esse elitismo da época. A partir dos relatos e matérias coletados para a tese é possível verificar que existe em menor parcela a participação de mulheres e algumas pessoas que se identificam com bissexuais, e a questão de pessoas trans ainda é um tanto incipiente.

As formas de organizações, funcionamento, motivações e ações do Pagla, E-jovem e XTeens são bastante similares, calcados nas comunidades virtuais, pseudônimos e novas tecnologias da informação e comunicação. Exemplificando o tema anonimato, até hoje os entrevistados são conhecidos por seus pseudônimos: Lico do Pagla, Deco do E-jovem e Nicky do XTeens. Por outro lado, há uma exceção entre os grupos organizados de jovens LGBT desse período, o JÁ, que apesar de apresentar as mesmas motivações de fundação e questões da juventude LGBT, ela é uma exceção em relação ao uso inicial da Internet, pseudônimo e ferramentas virtuais. Foi fundada por um jovem gay, do sexo masculino e universitário, no seio de uma entidade maior já existente a Associação da Parada do Orgulho LGBT (Apoglb), Felipe Moreira – que não utiliza pseudônimo, e buscou dar resposta às inquietações dos jovens LGBT, não por meio de comunidades virtuais, mas sim de encontros e ações *offline*.

Gisele Marchiori Nussbaumer possui um belo trabalho sobre a formação de comunidades virtuais gays relacionadas aos processos de identificação, subjetivação e sociabilidade (NUSSBAUMER, 2007). Apesar da autora não se dedicar à análise de processos políticos e de engajamento, dentre as comunidades virtuais por ela estudadas encontra-se a lista de discussão do E-jovem – dentre outras.

Compartilho com a autora algumas premissas analíticas: a) “não é a técnica que vem determinando as relações sociais na rede, mas sim as características das relações sociais que vêm se apropriando da técnica e dando sentido a seu uso”; b) o ambiente virtual (*online*) e presencial (*offline*) são complementares/suplementares nos processos de

⁵⁸ Artigo: Internet faz 20 anos no Brasil e vê perfil de usuário mudar. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1623764-internet-faz-20-anos-no-brasil-e-ve-perfil-de-usuario-mudar.shtml>. Acesso em: 02/01/2016.

identificação, subjetivação e sociabilidade – estendo também para os processos de instituição de organizações e de engajamento; o ambiente *online* tem maior importância para as pessoas LGBT em relação às heterossexuais, pois o ambiente *offline* não oferece as mesmas oportunidades a esses dois públicos no que tange a sociabilidade e processos identificatórios (NUSSBAUMER, 2007).

Exemplificando essas análises no contexto LGBT: O ambiente *online* é um espaço de experimentações de diversas ordens, inclusive do não vivido no *offline*, e a criação e reafirmação identitária nas comunidades virtuais fortalece a possibilidade de exposição do que é “íntimo” também no *offline*, assim como as experiências compartilhadas *online* instigam mudanças nos sistemas de referências das pessoas e incitam questionamentos da realidade *offline* – há um questionamento do real em função do virtual experimentado.

Nussbaumer faz uma síntese da relação *online* e *offline* nas comunidades virtuais LGBT, assim como traduz o que busco demonstrar ao longo da apropriação das tecnologias pelos grupos e seus membros, apontando algumas inquietações centrais dos/as jovens LGBT, tal como a concretização do apoio mútuo para lidar e buscar superar o heterossexismo:

Essas comunidades virtuais gays apresentam-se como ambientes complementares aos da vida *off line*, potencializando e atualizando intenções sociais nela já existentes atenuam os estigmas e o isolamento experimentados por seus membros na vida *off line*; caracterizam-se por alguma forma de contestação ao sistema heteronormativo; possibilitam uma escrita de si que contribui para o desenvolvimento do processo de subjetivação da experiência homossexual dos seus membros. (NUSSBAUMER, 2008, p. 226)

A autora complementa que esse processo virtual acaba por se traduzir em um esforço coletivo para se opor aos modelos de “homossexualidade” estabelecidos pela sociedade e pela mídia.

Ainda recorrendo a Nussbaumer, ela apresenta o que considero a transição deste primeiro momento que chamo de *Fase das comunidades virtuais e do pseudônimo* para um próximo contexto que chamo de *A vontade de estar juntos/as e ocupando o espaço público*: “A intensificação da interação *online* dá início a um desejo de encontro entre os pares *offline*, assim como as organizações também passam a pensar estratégias e ações de atuação *offline*.”

Nessa mudança de momentos, o Pagla inicia o processo de *a vontade de estar juntos/as*, alguns membros por vontade individual passam a se encontrar, mas a organização em si encerra suas atividades pelo seu último coordenador, Lico, e sem alcançar seu objetivo de se tornar uma ONG. Neste vácuo, Nicky, ex-membro da entidade

“inconformado” com o fim do Projeto de Apoio a Gays e Lésbicas Adolescentes, cria com suporte inicial de Lico um novo grupo organizado, o XTeens.

Fase da “vontade de estar juntos/as” - ocupando o espaço público e estruturação das organizações

A partir de grupos organizados quase exclusivamente *online* – com exceção do JA, sejam as organizações ou seus membros por livre iniciativa, **com a intensificação das relações no ambiente virtual, dão início a um processo de encontros e reuniões offline**. Os/as jovens LGBT passam a fazer “coisas/programas triviais” entre pares, **aos moldes dos passeios que os heterossexuais faziam**, podendo falar abertamente, compartilhar suas questões, inquietações, vontades, desejos, fazer comentários sobre pessoas bonitas na rua etc “cara-a-cara” e em grupo.

Os grupos organizados juvenis analisados passam realizar uma **ação coletiva de ocupação dos espaços públicos e privados**: parques públicos e de diversão, shoppings e até criam sua própria festa matinê.

Segundo diferentes entrevistas, nesse momento se dá início a uma **transição do anonimato e do pseudônimo para o uso de nomes reais**. Quero destacar que nessa transição e mesmo posteriormente, é recorrente que os/as jovens mantiveram o uso dos pseudônimos nas relações com seus pares, não pelo anonimato que deixava de ser necessário, inclusive ocupar o espaço público é uma forma de romper em alguma medida essa situação anônima, mas como uma afirmação de si, de seu “novo eu” conquistado após duras crises por se identificar com sexualidades menosprezadas – inclusive alguns/mas adotam definitivamente seus apelidos na sua vida social e profissional até hoje.

Lico (Pagla), Deco (E-jovem) e Nicky (XTeens) apontam que o apoio mútuo virtual apesar de não se extinguir, dá lugar ao viver junto presencial, à superação dos medos e angústias por meio do convívio e da materialização de uma nova possibilidade de si e de uma vida afetivo-sexual mais satisfatória e mais próxima da realidade vivida por jovens heterossexuais.

Por conta da ocupação dos espaços citados, as organizações começam a atrair novos membros aos grupos, esses/as jovens em sua maioria não recorrem a apelidos – **há uma alteração/ampliação do processo de recrutamento e também no perfil de participantes, que não precisava necessariamente ter Internet**.

Além da sociabilidade entre pares de jovens LGBT e de abrir mais uma possibilidade de recrutamento, os grupos relatam **que as atividades nos espaços públicos e privados foram ganhando cada vez mais participantes** – instigados/as por terem

notícias dos eventos no meio *offline*, mas outros/as que ainda estavam somente nas comunidades virtuais passam a se interessar em fazer-se presentes.

Como as listas de discussões possuíam membros de todo o país, começam a circular relatos na rede **que os encontros de São Paulo estavam inspirando que iniciativas similares ocorressem em outras grandes capitais brasileiras e eventualmente alguma cidade do interior do Estado de São Paulo.**

Os encontros com um **número adensado** de jovens LGBT – “estavam bombando” como dizem os/as entrevistados/as, mais as suas práticas de “**fechação**”, “dar pinta”, “usar roupas mais ousadas”, “exagerar nos trejeitos e na voz”, pessoas do mesmo sexo andando de mãos dadas, se beijando no rosto e até na boca; e por exemplo andar com ou fazer um piquenique com uma grande bandeira do arco-íris, passam a chamar a atenção do público ao entorno; e os/as passantes, curiosos/as, iam até os grupos para perguntar o que significava aquele encontro, e os/as jovens LGBT explicavam, começaram até eventualmente levar materiais informativos e de divulgação – **interações e ações de “visibilidade pública”, “sensibilização”, “diálogo”, “promoção da tolerância e aceitação” ocorrem junto ao público externo ao grupo, incluindo a população heterossexual.** Esses/as jovens vão criando seu próprio espaço, **protegidos/as pelo grupo**, de uma certa forma “**demarcando território**” – simbolicamente e concretamente, podendo ser eles/as mesmo nos espaços públicos. Pela sociabilidade *offline* foram surgindo também mais relatos sobre **início de namoros entre membros e novas questões emergem**: “é a mesma coisa um namoro entre pessoas do mesmo sexo?”, “qual é a hora certa de transar?”, “como lidar em público, na família, com os/as amigos/as quando o namoro fica sério?”, pois muitos/as jovens desses/as participantes estavam pela primeira vez tendo um relacionamento “amoroso sério”.

Com a saída dos grupos organizados às ruas, **as interações, circulação e parcerias também se intensificam entre as entidades de jovens LGBT e do Movimento LGBT mais tradicional.** As Paradas do Orgulho LGBT é uma das principais ações de visibilidade do Movimento (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009), em São Paulo, a Apoglbtl possuía – e ainda possui um local fixo, aliando a maior Parada do Brasil e do mundo – que para sua organização envolve os mais diversos grupos do Movimento LGBT, o JA se torna uma importante ponte entre a Associação e as outras organizações de jovens LGBT, assim como com o Movimento mais tradicional. Exemplificando, o XTeens busca **respaldo jurídico** junto à Apoglbtl para verificar com que faixa de idade seria “legalmente seguro

para o grupo trabalhar e acolher jovens LGBT”; o E-Camp (Campinas) e o E-Sampa (São Paulo) **se integram nas atividades e organização das Paradas do Orgulho** nas respectivas cidades; e o JA e o XTeens fazem **parceria para criação de matinê jovem LGBT – Sábado Teen**; Inspirado pelo ideal de estruturação com base na experiência das outras organizações que compunham o Movimento LGBT tradicional (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009), o **E-jovem se formaliza enquanto uma Organização Não-Governamental**.

Outro ponto que ressaltado é a **parceria e potencialidade dos grupos juvenis LGBT analisados e o “mercado”**: além de resolver concretamente uma **demandade sociabilidade** de seus membros; promoveu também no espaço privado a liberdade “de se expressarem como quiserem, como realmente são, aprofundar laços de amizade e possibilitar namoros”; em alguns casos conseguiam até **levantar fundos** por meio das atividades para a manutenção das ações das entidades; permitiu que as organizações criassem um **know how de articulação com o setor privado**, assim como demonstrou para o mesmo que exista um **potencial “nicho de mercado de jovens LGBT”**.

Em suma, os grupos saem do *offline*, ocupam os espaços públicos e privados, fazem parcerias entre organizações de jovens LGBT, se aproximam do Movimento LGBT mais tradicional e da Apolgbt, em particular a participação nas Paradas do Orgulho LGBT tendem, em diferentes cidades, que passam a envolver os grupos jovens emergentes. O JA que já investia nas reuniões e encontros *offline* passa a se apropriar do ambiente *online*. O XTeens e o E-jovem verificam a possibilidade de formalização legal enquanto ONG, sendo que no primeiro caso o projeto não se consolida e no segundo além de se tornar uma Organização Não-Governamental, nos moldes das outras entidades do Movimento, passa a se constituir em uma rede de organizações jovens espalhadas pelo Brasil. Esse processo de estruturação e institucionalização *offline* avança para o reconhecimento social e político desses grupos organizados, inclusive pelo Estado e suas instituições, levando ao momento que chamo de *Reconhecimento Público e estratégias de expansão*.

Fase do Reconhecimento Público e estratégias de expansão

Com a intensificação das relações entre as próprias organizações de jovens LGBT, a aproximação com o Movimento LGBT tradicional, envolvimento em parcerias com ambos, na realização das Paradas do Orgulho LGBT, estruturação das entidades seja nas suas tarefas internas, seja tornando-as pessoas jurídicas – ou seu ideal, estreitamento da relação com as instituições públicas, se inicia um novo momento, os grupos analisados passam a buscar uma “seriedade” e “profissionalismo” junto ao Estado, mas também à sociedade, ao seu público-alvo os/as jovens, bem como os/as responsáveis pelos/as mesmos/as.

Nesse sentido, o **XTeens** representa uma forma intermediária, tem o ideal de ser uma ONG e conseguir captar recursos públicos ou privados, mas esses planos não seguem adiante, mas de todos os modos investe em “profissionalizar” a entidade, no sentido de coletar dados sobre participantes, suas questões, como conheceram o grupo etc e tabulá-los⁵⁹, reformular a aparência do site, ter registro das atividades promovidas por meio de fotos, vídeos e relatos, a organização até seu encerramento em 2009, **acaba por manter seu objetivo inicial de superação do heterossexismo por meio da sociabilidade**, apesar dos esforços de profissionalização do grupo organizado.

Reitero a definição de SAWICKI e SIMÉANT (2011, p. 236): *“por organização, não se entende apenas uma entidade formalizada e inscrita legalmente, mas todas as formas de ação instituídas e as imposições que pesam sobre seus membros, assim como a seleção que esses modo de agir opera sobre os novos ingressantes.”* Entretanto, sem ignorar as influências que o processo de legalização pode implicar.

Não é desprezível refletir que formalizar-se enquanto ONG e adquirir um CNPJ implica numa série de processos legais, além de gastos financeiros para iniciar e manter o status de Organização Não-Governamental - levando em conta que os grupos organizados de jovens LGBT na cidade de São Paulo, não possuem um sistema de cotização mensal/anual nem financiamento público ou privado constante – diferentemente da realidade das associações analisadas em Paris.

O JA não necessitou se formalizar enquanto ONG, pois já se encontrava dentro de uma estrutura institucionalizada, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Por sua vez, fazer parte do JA significava de alguma maneira fazer parte

⁵⁹ Tentei obter essas informações junto, mas sem sucesso.

da Apolgbt, que possui uma reputação por organizar a maior Parada do Orgulho do mundo e se configura como um evento massivo, de grande público e visibilidade. **Ser membro desta associação, segundo as entrevistas, era um símbolo de status e atratividade no recrutamento, manutenção e retribuição de jovens LGBT.**

O E-jovem, por sua vez, ao formalizar-se juridicamente, aproveitou o “boom” de relatos de encontros em diversas cidades do Brasil e começa a colaborar no processo de estruturação e suporte à criação dos E-grupo e funda uma rede nacional – **processo de expansão em rede**. Uma estratégia relatada, é que inclusive os E-grupos que quisessem apresentar projetos autônomos de parcerias institucionais ou captação de recursos, poderiam utilizar o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da rede.

Neste aspecto o E-jovem ao oferecer o compartilhamento do seu status legal aos E-grupos, sem custos, pode-se analisar que: oferece uma **oportunidade potencial de legalização indireta, que pode viabilizar a participação em espaços de participação, parcerias, editais, busca de recursos a grupos que jamais o poderiam realizar se não fossem parte da rede** – por exemplo: determinados conselhos de políticas públicas Municipais, Estaduais ou Federal só permitem a participação de membros de uma entidade formal ou ainda exigem que a participação se dê por meio de um/a representante ou indicação de uma rede legalmente constituída; **o usufruto do status ONG se configura enquanto uma estratégia de forma organizativa, inclusive atrativa um contexto de entidades juvenis, que tem por base o voluntariado e uma sustentação financeira instável**, para que grupos pequenos façam sua adesão a uma rede nacional, lembrando que há relatos de grupos já existentes previamente – não fomentados pelo E-jovem, que se convertem em E-grupo pelas vantagens oferecidas; **fazer parte de uma rede nacional pode ser uma motivação, representar um status e/ou oferecer maiores possibilidades de participação política que influênciam os processos de recrutamento, manutenção e retribuição simbólica e concreta no engajamento de jovens LGBT, o que por outro lado fortalece e expande o próprio E-jovem e seus E-grupos.**

O Projeto Purpurina surge neste atual “momento” – que estou caracterizando nesta tese. Inicialmente havia o Grupo de Pais de Homossexuais (GPH), legalizado enquanto ONG desde o fim dos anos de 1990, mas **quando surge o Projeto Purpurina pela demanda dos/as jovens em 2006, este se constitui sob a pessoa jurídica do GPH, o que avalio como uma estratégia de manutenção e possibilidades institucionais em um contexto organizativo de voluntariado e baixo financiamento**. Em relação ao processo de engajamento, durante as entrevistas me foi relatado que há pais e mães que

indicam o grupo aos/às seus/suas filhos/as e vice-versa, eventualmente, a família acaba por participar cada um em seu respectivo nicho. O GPH e o **Purpurina**, além de **expandir suas possibilidades de sociabilidade *online***, também **passam a desenvolver um processo de criar núcleos, na medida do possível mantendo o binômio: grupo de pais e mães e outro de jovens LGBT em cidades do interior do Estado de São Paulo e em outros Estados do país.**

Outro aspecto da formalização das entidades é que necessitam se debruçar sobre seu estatuto: definir sua missão, estruturas de administração, formas de funcionamento, modos de sucessão para os cargos instituídos etc. **Como as ONG devem prestar frequentemente contas de suas atividades sociais, políticas e financeiras ao Estado e à sociedade, em algum grau para manter seu status necessitam investir em processos de profissionalização da entidade** – assistência jurídica, contábil, registro de atividades, elaboração de relatórios, maior vigilância do Estado em relação ao respeito dos marcos legais-institucionais, incluindo o próprio estatuto.

Esse momento que chamo de *Fase do Reconhecimento Público e estratégias de expansão*, tem como uma de características que a maior parte dos grupos organizados se legalizam perante o Estado – O XTeens que não o fez e foi desativado ao longo deste “momento” e o Purpurina que surge, “nasce legalizado” como explicado logo acima. Diferentes estratégias são mobilizadas para essa institucionalização enquanto ONG, que impactam na sua forma organizativa, o que por sua vez influenciam o seu funcionamento, sua relação com o Estado e setor privado, no rol de ações, assim como nos processos de engajamento dos jovens LGBT.

Com base nas entrevistas realizadas pode-se avaliar que a partir que os grupos organizados se tornam públicos, passam a atuar e se expandir, assim como suas ações no ambiente *offline*, as organizações jovens passam a incorporar **o ideal de institucionalização legal** existente no Movimento LGBT tradicional, que **segundo minhas análises tem a ver com que as entidades, seus membros, suas ações sejam reconhecidos publicamente, em um sentido amplo: pelo Estado, pela sociedade, pelos/as jovens LGBT e pelos/as seus responsáveis.**

Em relação ao **Estado** é uma forma de pressioná-lo a **reconhecer a existência legítima de jovens LGBT**, e não só adultos/as, mas que aqueles/as também vivenciam uma diversidade sexual e de identidades de gênero e que há problemas específicos nessa etapa da vida.

Além da existência de jovens LGBT, **o reconhecimento de que suas demandas e reivindicações são legítimas** por meio da estratégia de publicizar e visibilizar o heterossexismo das instituições legais, políticas, educacionais, sociais – por exemplo: que a idade do consentimento sexual seja de fato aplicada igualmente entre pessoas heterossexuais e LGBT – apesar da lei ser igualitária pode ser diferentemente interpretada, sendo que há relatos, sobretudo nos dois primeiros “momentos” descritos, no qual havia uma margem de interpretação segundo as instância e operadores/as do direito e do judiciário; o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo; a possibilidade de adoção por casais LGBT, a não-discriminação na escola, no trabalho – criminalização especificamente da homofobia como ocorre com outros públicos como mulheres e negros; Que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) seja igualmente interpretado para heterossexuais e LGBT. Para atenuar e avançar para o ideal de superar o heterossexismo é necessário alteração ou criação de leis, criação de políticas públicas, mas também mudanças de mentalidade dentro das instituições para que tais leis e políticas sejam igualitariamente interpretadas e efetivamente aplicadas – há o nível macro da lei e das políticas públicas, mas existe o nível micro, do/a funcionário/a público/a responsável pela que a política seja concretamente e igualitariamente executada junto ao seu público-alvo, de maneira adequada, o que também vale para os serviços públicos descritos um pouco mais abaixo (BALL, 1993).

Para conseguir avançar nessas demandas e realizá-las, **as organizações de jovens LGBT buscam a legitimidade para poder concretamente incidir nos espaços de participação junto ao Estado** como conselhos, audiências públicas, proposta de legislação etc;

Também **buscar parcerias com o poder público para prestar serviços aos/às jovens LGBT, seja que os serviços cheguem até os grupos, ou que os seus membros possam usufruir dos serviços existentes na rede pública**, mas que levem em conta suas especificidades, exemplificando: que pessoas Trans sejam chamadas pelo seu nome social, e não nome de registro civil, nas escolas, hospitais etc; que os/as jovens LGBT não tenham receio de por exemplo nos serviços de saúde, psicologia, escolar, de ser quem são e exporem sua sexualidade ou identidade de gênero, o que por sua vez pode influenciar a própria eficácia do serviço ofertado – como tratar de prevenção de DST/Aids entre homossexuais masculinos se não se fala em sexo anal? Como garantir uma educação igualitária, não-discriminatória, para que não promova a discriminação – atentando fisicamente, psicologicamente simbolicamente jovens LGBT para que tenham acesso à

escola, com qualidade e não promova evasão à mesma ou a depressão e inclusive ideações suicidas; Como explicar em um serviço de psicologia os problemas em relação a auto-aceitação, família, escola e trabalho, se o/a jovem não se sentir à vontade de contar sobre sua vida LGBT?

E por fim, **que o Estado reconheça as ações dos grupos organizados juvenis LGBT, enquanto temas de relevância política e social, legítimas de receberem subvenções públicas.**

Em um extrato intermediários entre Estado, governos, existem **intervenções junto a entidades de classes, responsáveis pelo ordenamento social como por exemplo, as intervenções junto Conselho Federal de Psicologia (CFP) e ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para alterar resoluções discriminatórias ou promover outras que levem em consideração especificidades do público LGBT jovem** – como foi o caso da despatologização da homossexualidade junto ao CFP – pelo Movimento LGBT tradicional e a demanda do Purpurina em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo junto ao CFM para elaborar um parecer que autorizasse a interrupção da puberdade e hormonização de pessoas trans “menores de idade”.

O reconhecimento das entidades e suas ações também é importante pelo “setor privado”, seja na busca de recursos, doações, parcerias para serviços ou profissionais voluntários/as ou a baixo custo e questões de infra-estrutura em geral: utilização de espaços, elaboração e impressão de materiais, fornecimento de alimentos etc.

É fundamental para as organizações juvenis LGBT estabelecer e transmitir sua legitimidade e seriedade, construir uma boa reputação, para atrair e manter os/as jovens em suas instituições, para convertê-los em membros e assumirem cargos de responsabilidade. Os/as jovens têm que se sentir confortáveis, protegidos fisicamente e em sua privacidade - sobretudo em processos de auto-aceitação e conflitos familiares. Como foi explorado sobre as características da juventude, seja na França ou no Brasil, ela elenca problemas e causas concretas, buscam soluções rápidas e efetivas, possuem um sentimento de urgência, isso não se aplica somente às demandas ao Estado, mas também à atuação das organizações e associações nas quais os/as jovens buscam participar e se engajar.

O outro lado da moeda da legitimidade e seriedade vale para os pais, mães e responsáveis por esses/as jovens. Alguns/mas jovens participam inicialmente “escondidos” nos grupos organizados – até porque vão para conhecer nem sabem ao certo

se permanecerão, mas a tendência segundo os relatos, é que após conhecerem o grupo e se tornar parte do mesmo, contam aos/às suas responsáveis sobre a sua participação, por sua vez muitos/as dentre estes/as querem saber mais, ter certeza de que seu filho/a está em um ambiente seguro. As organizações cientes dessa preocupação dos/as pais e mães estão abertas à visita, promovem inclusive atividades de apresentação da entidade ou até mesmo eventos de integração. Pude presenciar a participação de responsáveis: levando seus/suas filhos/as para os grupos, participando de festas comunitárias e abertas para todas as idades como Dia das Mães, Natal etc, inclusive o engajamento de pais e mães em colaborar com o funcionamento e manutenção do grupo organizado, por meio do voluntariado ou até mesmo algum tipo de doação financeira ou fornecimento de alguma necessidade do grupo – doar uma impressora, fazer uma “vaquinha” para comprar um *data show*, levar presentinhos para serem distribuídos nas festas etc.

A conquista de legitimidade e seriedade junto à sociedade, de modo mais generalizado, busca que “todas” as pessoas reconheçam a existência de jovens LGBT e que esses passam por situações bastante concretas de discriminação, de heterossexismo. Analiso que neste ponto a prioridade é mostrar à sociedade quem são esses/as jovens LGBT e os problemas pelos quais passam, seus sofrimentos, para então poder mudar mentalidades e atitudes. Relembrando os dados das pesquisas utilizadas no Capítulo I, **grande parte da discriminação ocorre na rua, na família, na escola e no trabalho, para superar a homofobia essas instâncias, não bastam leis ou políticas públicas – apesar de contribuírem e serem consideradas necessárias, elas são insuficientes para efetivamente garantir e contribuir para uma real “democracia sexual”** (RIOS, 2009). Mudar a forma de pensar e agir da sociedade também tem uma influência na política institucional, muitas vezes, antes de promover legislações e políticas públicas, o Estado pode fazer consultas de opinião pública, então **é importante ter o apoio da sociedade de modo abrangente na promoção de transformações inclusive nesse âmbito da política tradicional** – um exemplo recente são os polêmicos debates em torno da elaboração de um Estatuto da Família pelo Governo Federal desde 2015, no qual há diversas disputas na sua definição, entre elas se família é considerada constituída exclusivamente por um homem e uma mulher e sua prole, ou também casais LGBT estariam incluídos ou excluídos no texto final, o Senado Federal, assim como diversos institutos de pesquisas fizeram levantamentos da opinião pública sobre a incorporação ou não de casais LGBT no Estatuto em construção, o que por sua vez também mobilizou campanhas tanto dos grupo considerados conservadores que

defendem uma definição de “família tradicional” – homem e mulher e filhos/as ou outros grupos de Direitos Humanos, Mulheres, LGBT dentre outros que assinam petições *online*, participam das pesquisas e fazem uma “sensibilização” para que se amplie a definição de família, incluindo mas indo além dos casais LGBT, mas famílias de mães ou pais solteiros/as, crianças que são criadas por outros/as responsáveis como tios/as, avôs/avós etc. Chama a atenção que as campanhas em torno do conteúdo do Estatuto da Família, se deram principalmente no âmbito *online*.

Apesar de eu ter separado analiticamente a questão da estratégia da legalização, profissionalização, legitimidade e seriedade em diferentes esferas, estas estão em diálogo e o modo como se entrelaçam é um elemento fundamental para compreender a institucionalização/estruturação das organizações de jovens LGBT, formas de funcionamento, de ação e influências nos processos de engajamento de seus membros.

Quando me refiro ao **processo de expansão** estou levando em conta os seguintes aspectos: os grupos se fortalecem internamente por meio da **legalização e profissionalização; aumentam concretamente sua margem de serviços prestados diretamente aos/às jovens LGBT; aumentam o número de seus participantes – oferecem sociabilidade *online* e *offline*, assim busca expandir seus núcleos para outras cidades e Estados do Brasil; há a intensificação de parcerias com órgãos públicos, entre as diferentes as entidades de jovens LGBT; com o Movimento LGBT tradicional e inclusive com o setor privado**. Em suma, se os grupos de jovens são voltados inicialmente para acolher e realizar o apoio mútuo entre pares, são “centrados em si mesmos” e em seus membros; seu rol de ações e parcerias e a expansão de suas atividades para outras localidades marcam uma nova forma organizativa e de atuação.

2.4. As organizações *de, para e por* jovens LGBT: similaridades e diferenças

Como foi dito, o que essas organizações possuem em comum é o fato de serem *de, para e por* jovens LGBT. Ainda assim, existem distinções entre as mesmas, que influenciam sua forma organizativa, funcionamento, manutenção, ações desenvolvidas. Assim, existem organizações que podem ser classificadas como “mais autônomas”: Pagla, XTeens e E-jovem. No sentido, *de* que foram fundadas por jovens LGBT, a estrutura de organização e funcionamento é gerida por jovens. Há um ponto elementar nessa “maior autonomia decisória”: **o controle da entidade**, sua “estrutura de poder”, a captação e alocação de recurso humanos, financeiros e políticos *pelos e paras* jovens está nos fundamentos de um grupo que se formaliza, inclusive legalmente, com base na temática juvenil LGBT.

Por outro lado, o JA e o Projeto Purpurina são grupos nos quais a iniciativa partiu da demanda *de* jovens, mas foram fundadas dentro de organizações maiores, respectivamente a Apolgbt e o GPH, assim, a estrutura maior pode e interfere no modo de funcionamento do grupo jovem, mas que não deixa de ser efetivamente coordenado *pelos/as e para* jovens LGBT, mudanças profundas nesses coletivos, tem de passar pela **negociação com a organização “maior”** e as **atividades são supervisionadas por “adultos/as”** também engajados/as – o que não ocorre ou não ocorria nas outras instituições, logo há uma “menor autonomia decisória” nas estruturas de poder, decisões fundamentais, orçamentária etc. Por outro lado, **estar no “guarda-chuva”, sob uma instituição maior, potencialmente também pode trazer maior estrutura, recursos e duração ao longo do tempo e a questão da “supervisão” pode ser reconfortante para alguns/mas pais, mães e responsáveis de jovens, e eventualmente até para estes/as mesmos/as.**

Problematizando essas questões: o Pagla e o XTeens encerraram suas atividades praticamente junto com a desistência de manutenção de seus fundadores, apesar da “maior autonomia”. O E-jovem, nesta categoria, além de se manter em funcionamento – é o grupo jovem LGBT mais antigo; ampliou-se e tornou-se uma rede, apesar de estar passando por um momento de “reformulação” desde 2013. O E-jovem ainda carece de passar por um “teste de sucessão” para verificar a sua institucionalidade ao longo do tempo, pois desde sua fundação, a presidência tem girado em torno da alternância de seu fundador e sua

companheira, apesar de no estatuto da entidade, existe a possibilidade de que outros membros se candidatem ao cargo.

O JA apesar do apoio da entidade maior, e inclusive o interesse expresso da ApoglbT de retomar o grupo, deixou de funcionar, mas segundo as entrevistas passou por uma sucessão de coordenadores/as, “sobreviveu” a saída de seu fundador, mas não se manteve ao longo do tempo e era passível de sofrer influências por conta da alteração de direção da entidade maior.

O Projeto Purpurina também tem se mantido ao longo do tempo, a única entidade analisada e ativa junto ao E-jovem. Porém, o Purpurina também não passou por um processo sucessório de sua fundadora e desde então presidente.

Aqui entramos em outro ponto, a “**personalização**” dessas organizações, há diferentes graus a serem levados em conta, até que ponto essas entidades conseguem se institucionalizar no sentido de se manter ao longo do tempo e **sobreviver a sucessões** de presidência? Por outro lado, talvez a personalização da entidade atrelada aos/às seus/suas fundadores/as nesses dois últimos casos, também pode ter sido o principal responsável pela manutenção da organização de jovens LGBT ativa, pois estão extremamente engajados/as em seu financiamento, inclusive com recursos próprios, pessoais. Essa questão ficará para a posteridade, até que ponto essas entidades juvenis estão estruturadas para suportar sucessões? Em que medida, o contexto brasileiro ou na cidade de São Paulo, grupos organizados só conseguem se manter com seus/suas fundadores/as? Precisaremos de elementos a longo prazo para verificar se as entidades vão resistir ao tempo ou o contexto e cultura local impele à uma sucessão de iniciativas com base em determinados indivíduos e não nas estruturas organizativas em si. Essas questões sobre “personalização” e sucessão atreladas às entidades estavam latentes, mas me pareceram mais fundamentais a partir do exercício de alteridade em relação aos grupos similares em Paris.

Paulo Carrano faz uma análise sobre participação, classificando-a em seu sentido forte e fraco:

A noção de participação pode encerrar um sentido forte ou um sentido fraco (Diani, 1996). O sentido forte diz respeito às formas e processos que levam ao engajamento ou envolvimento militante e que podem impactar decisões que afetam a vida de indivíduos, grupos e instituições. O sentido fraco da participação pode ser associado a formas atenuadas de envolvimento que nem de longe criam engajamentos militantes ou interferem em processos decisórios significativos capazes de afetar a vida de indivíduos, grupos ou instituições (CARRANO, 2012, p. 85).

Quero destacar que tal análise de Carrano sobre participação forte e fraca, implica tanto no poder decisório tanto no âmbito das organizações que estou analisando, quanto nos espaços de participação junto ao poder público, como veremos ao longo deste capítulo.

No que tange todas as entidades em São Paulo de jovens LGBT estudadas, avalio que elas promovem a participação em sentido forte – permitem e incitam o engajamento na organização e efetivação de ações, incidências em diversos espaços sociais e políticos, permite um envolvimento que afeta a vida dos indivíduos, grupos e instituições, mas ainda apresentam uma certa fraqueza no que diz respeito ao poder decisório em relação a institucionalização, estruturação e rumos futuros da organização por parte de seus/suas jovens militantes. Por outro lado, fazendo um paralelo, assim como a intensificação das relações *online* levavam ao desejo de encontros *offline*, a intensificação do engajamento também leva ao questionamento das formas organizativas e de decisão, surgem demandas internas para ampliar e acolher vontades e interesses de maior participação, elemento o qual as entidades acabam tendo por ter que lidar concretamente e frequentemente.

Exemplificando, apesar da questão de maior ou menor autonomia e poder de decisão, ainda considerando o E-jovem e o Purpurina, nos dois casos, a partir dos diálogos com jovens coordenadores/as, a maioria dentre eles/as se sentem bastante à vontade em opinar e com liberdade de efetivamente coordenar as atividades, porém, no que tange as duas organizações houveram manifestações de que a juventude engajada gostaria de participar mais ativamente nas decisões estruturais das mesmas. Um exemplo concreto que surgiu sobre os grupos em questão: os/as militantes gostariam de poder colaborar com ideias e projetos para captar recursos, ter maior poder de utilizá-los e ter maior influência em decidir sobre o futuro de suas organizações. Por outro lado, ao decorrer das descrições e análises dos grupos organizados foram levantadas diversas vezes um fluxo alto de entrada e saída de participantes, então a instituição tem que lidar com a tensão mudanças estruturais, demandas de maior poder de decisão por parte de jovens engajados/as e sua elevada rotatividade.

Uma ressalva, também a partir de reflexões de grupos parisienses, é que a “personalização” e institucionalização, sucessão, a longo prazo em São Paulo, não depende somente da forma organizativa e desejos – sejam individuais e coletivos. Os grupos brasileiros analisados dependem muito do financiamento de fundadores/as e/ou presidentes, doações ou parcerias pontuais, e financiamentos públicos intermitentes

extremamente vinculados a projetos – prestação de serviços com “prazo de validade” e que muitas vezes não permitem uma grande liberdade da alocação de recursos em (infra)estrutura e trabalhadores/as assalariados/as. Logo, sem exceção, **todos os grupos organizados de jovens LGBT aqui analisados são constituídos exclusivamente por voluntários/as** – em Paris o voluntariado também é a regra geral, mas a forma, quantidade e estabilidade de recursos financeiros provenientes de doações pessoais, empresariais e sobretudo fundos públicos são muito superiores à realidade em São Paulo.

Exemplificando e contextualizando as diferenças de acesso a recursos governamentais em São Paulo e Paris, talvez Brasil e França, é que quando no Brasil houve um grande aumento da pressão de grupos conservadores em relação a entidades LGBT em 2011, a Presidente da República, Dilma Rousseff vetou o que ficou conhecido pejorativamente como “*kit gay*”, cartilhas que já estavam impressas e seriam distribuídas para escolas, professores/as e alunos/as e desde então, as organizações de jovens LGBT apontaram que os recursos e projetos públicos ficaram ainda mais escassos. Na França, em 2010 houve um grande conflito social e político em torno da aprovação do casamento entre homossexuais pela Assembleia Nacional, foi um debate intenso, controvertido literalmente ocorreram brigas nas ruas entre grupos conservadores e LGBT, assim como na própria Assembleia, apesar dos “humores políticos hostis”, as entidades parisienses apontam que não houve redução ou interrupção dos subsídios governamentais de âmbito nacional ou local, tal como a lei foi aprovada naquele ano.

No que tange a **sustentação financeira**, não que as organizações não tentem instituir cotizações, mas pelos relatos, elas funcionam muito pouco, “muito mal”, apesar de não ser inexistente, tanto o E-jovem com o Purpurina relatam pequenas doações – no caso desta sobretudo de pais e mães do GPH, assim como eventualmente a Apolgbt teria melhor situação financeira para colaborar com o JA, mesmo neste as dificuldades financeiras levaram junto ao XTeens tentarem angariar fundos por meio de festas, aliando arrecadação com lazer e sociabilidade. O Pagla em sua época apesar de ter um assessor voluntário para captação de recursos nunca chegou a receber nenhum subsídio empresarial ou público e o Purpurina tem buscado esse caminho mais “**profissional**” de parceria com um contador voluntário para captação de fundos, mas até o fim do meu campo, havia relatos de tentativa de apresentação de diversos projetos, e aparentemente um aprovado, mas sem a efetivação do recebimento do subsídio público.

Ainda com base nas entrevistas **realizadas há muitas queixas sobre financiamentos públicos**: há poucas oportunidades, editais que permitem submeter

projetos e ações das entidades para receber subsídios financeiros e quando ocorrem, seu montante é considerado baixo e sua prestação de contas é avaliada como muito trabalhosa de serem elaboradas e exigente, levando em conta os padrões de estruturação e profissionalização com base no voluntariado, realidade dos grupos organizados de jovens LGBT; há atraso em repasses de verbas; projetos são aprovados e depois suspensos ou ainda os recursos nunca foram efetivamente liberados; por fim, segundo os relatos, a grande maioria das subvenções públicas são muito restritivas no sentido de não poderem ser gastas nem com mão-de-obra, profissionais assalariados nem em infraestrutura – locação de espaço ou compra de equipamentos. Nesse sentido retomo a crítica que no Brasil se constitui uma terciarização de certos serviços do Estado para as ONG, mas que financiam quase que exclusivamente “o serviço”, pressupondo estrutura por parte das organizações, uma equação um tanto problemática (SINGER, 2011).

O cenário das associações de jovens LGBT parisiense possui uma realidade bastante distinta da nossa, seja que todas possuem cotizações de seus membros que funcionam, como o acesso a fundos/recursos públicos e privados. Se aqui os subsídios governamentais são para serviços, e não que os não sejam em Paris, a Prefeitura desta cidade financia o aluguel anual da sede da mais antiga organização de jovens LGBT – o *MAG*, os relatos apontam que há certa liberdade de utilização dos recursos, de acordo com a necessidade da entidade, existe maior possibilidade de investir em (infra)estrutura no sentido de contribuir para a manutenção, sustentabilidade financeira e de ação, ao longo do tempo das organizações da sociedade civil.

Considero fundamental fazer alguns esclarecimentos em relação ao termo profissionalização, que subdivido em três elementos: a profissionalização da entidade e suas formas de atuação; profissionalização enquanto perspectiva de que os/as jovens eventualmente pudessem realizar algum tipo de trabalho assalariado na entidade; e a profissionalização para a militância ou para a política tradicional (SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SIMÉANT 2001a e 2001b). No caso dos grupos organizados de jovens LGBT, há um forte processo de profissionalização da entidade, mas não são criados cargos assalariados, essa não é uma perspectiva nem para entidade, nem para seus/suas participantes. Logo, os dois últimos elementos são praticamente inexistentes, há uma certa exceção no E-jovem, no qual eventualmente sua estratégia de suprapartidarismo, como veremos abaixo, pode instigar em alguma medida um desejo de carreira política, mas mesmo entre os/as coordenadores/as entrevistados, essa não é uma “ambição” profissional nem forte nem recorrente.

Organizações apolíticas, apartidárias e suprapartidárias

Outra característica é a forma organizativa e estratégica de adoção de um posicionamento político: apolítica, apartidária e suprapartidária. Em minha análise está claro que essa tomada de posicionamento está relacionada: ao receio de cooptação e interferências consideradas exageradas por parte de partidos e governos; a manutenção da organização independente da sucessão de partidos ou governos eleitos; receio de se aproximar demasiado de um espectro da política institucional/eleitoral e inviabilizar projetos, ações, parcerias e captação de recursos; evitar polaridades político-partidárias que prejudique a coesão e laços entre os membros do grupo, que por sua vez pode prejudicar os andamentos de seus trabalhos e ações.

Há uma “confusão” entre as categorias apartidárias versus apolíticas. Quase em todas entrevistas, quando a entidade era definida como apolítica, os/as entrevistados/as se contradiziam, “nossa organização é apolítica”, mas quando falava das manifestações públicas, reivindicações junto ao Estado e órgãos públicos, mas sobretudo, quando diziam que o seu objetivo era acabar com a homofobia, mudar a ordem social heterossexista, “voltam atrás”, muitas vezes rindo e dizendo: “eu acho que somos políticos sim... mas não temos vínculos com nenhum governo ou partido específicos”. Essas respostas e “confusões” se deram tanto na pesquisa em São Paulo quanto em Paris.

Esse aparente paradoxo é explicado, além das razões acima citadas, pela expressão do rechaço dos/as jovens pela política tradicional-eleitoral, o sentimento de não-acolhimento de suas demandas ou respostas muito lentas e insuficientes, desconfiança da classe política, mas também pela própria lógica do que é política, primeiramente muito atrelada a política tradicional, mas quando se dão conta, que todas suas ações giram em torno de tentar “desmontar” o heterossexismo da ordem social, desde legislações, normas até as instituições e espaços do cotidiano de cada jovem LGBT, tanto demonstram uma perspectiva “mais arejada” do que consideram política – para além do Estado, e conseguem se identificar enquanto militantes.

Com exceção do E-jovem, todas as organizações de jovens LGBT, em Paris e São Paulo se auto-denominaram apolíticas ou apartidárias, bem como seus/as membros.

O E-jovem desenvolveu uma estratégia bastante diferente das outras entidades, de promover o suprapartidarismo, ou seja, estimula que os/as jovens se engajem politicamente também em partidos, governos, espaços de participação: “que ocupem tudo o que puderem”, logo está mais aberto e predisposto a acolher jovens que venham de uma

trajetória política mais tradicional – ou seja afeta as possibilidades de recrutamento, manutenção, retribuições, assim como busca inclusive incentivar a participação política partidária/institucional de participantes “apolíticos/as”. Por outro lado, não se deve desconsiderar também impactos negativos dessa opção, que é afastar jovens LGBT realmente avessos a questões político-partidárias, eventuais tensões no seio da rede e/ou cautelas em relação a determinados governos ao formalizar parcerias e projetos conjuntos.

A resposta estratégica da rede é uma forma que considero inovadora no modo de lidar com as mesmas inquietações que afetam os outros grupos organizados. O E-jovem avalia sua postura política como mais “propositiva” e menos “reativa”, pois a ideia é além de buscar evitar interferências externas excessivas de partidos e governos e evitar rupturas da coesão interna entre membros, é diluir a potencialidade de tais influências e investir em “maiores possibilidades e oportunidades de atuação política [tradicional], parcerias, financiamentos etc”. Como o E-jovem está em processo de reestruturação não tenho elementos suficientes para avaliar a eficácia, possibilidades e conflitos de seu posicionamento suprapartidário ao longo do tempo, no perfil de membros, no recrutamento e realização de suas ações. Inclusive, na reestruturação, é a comunicação *offline* e as ações de militância e ocupação dos espaços de participação, como conselhos de políticas públicas, é que estão sendo mantidas.

Espaços de participação

Sobre espaços de participação, em conferências, audiências públicas, conselhos governamentais, não há relatos de ocupação ou intervenção nesses espaços no caso do Pagla e XTeens. O JA também não há relatos de estar presente em conselhos, mas de fazer forte incidência junto ao Estado em diferentes âmbitos. O E-jovem⁶⁰, como foi reiterado diversas vezes, busca participar o máximo possível e efetivamente ocupa, incide ou ao menos acompanha esses processos de diálogo sociedade civil e Estado. O Purpurina também acompanha e realiza algumas intervenções, mas bastante pontuais, quando tem propostas mais concretas, mas neste caso, nas relações espaços de participação a principal

⁶⁰ A dissertação *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)* que versa sobre a relação entre ativismo LGBT e sua relação com o Estado em particular na cidade de Campinas, acaba por abordar a rede E-jovem, algumas de suas atividades, mas também a estratégia, formas e disputas do mesmo em torno do processo de ocupação dos espaços de participação (ZANOLI, 2015).

representante é sobretudo Edith Modesto, a presidente do grupo, que por vez ou outra leva jovens coordenadores/as consigo, mas está bem claro que relações instituições com governo devem passar necessariamente pela mediação da principal responsável pelo Projeto.

Nesse sentido o E-jovem, apesar de seu fundador e atual presidente também serem os/as principais representantes da rede nacional, por exemplo, no Conselho Nacional LGBT a participação é alternada entre a presidente da rede e o presidente de um E-grupo, ou seja, busca envolver e alternar responsabilidades com um maior número de membros. Além dos espaços nacionais, os E-grupos têm bastante autonomia nos projetos e participação em partidos e processos mais locais e regionais, sem a representação da rede.

De todos os modos, tanto no E-jovem, quanto no Purpurina, há uma avaliação bastante crítica dos espaços de diálogo entre sociedade civil e governos, pois muito se discute, se gasta muito tempo, recursos pessoais e às vezes financeiros, mas muitas das propostas não saem do papel. Logo, ambos os grupos, tem realizado uma readequação de quanta energia e recursos vão investir em um determinado processo. Outro problema, é que nesses fóruns de participação há um potencial conflitivo seja com governo, seja com outros grupos, de jovens LGBT ou até de outras causas, o que também pode ser nocivo às relações e parcerias na sociedade civil, então é importante avaliar se esse “desgaste” compensa e não prejudicará o funcionamento, manutenção, coesão e ações dos grupos organizados de jovens LGBT. Outros exemplos e detalhamentos de quais instâncias participam as entidades, foram detalhadas ao longo da suas descrições e análises anteriormente realizada de cada uma das organizações.

É importante contextualizar que sobretudo o E-jovem e o Purpurina têm feito parte ativamente desses espaços de participação para a construção de planos e políticas públicas, pois muitos desses mecanismos, sobretudo no que diz respeito à temática LGBT e juventude, assim como órgãos internos aos governos do âmbito local ao federal, foram sendo criados a partir da segunda metade dos anos 2000. Ainda são estruturas e processos relativamente recentes, em termos governamentais, mas também na experiência das entidades em ocupar e participar em tais espaços. Os outros grupos em alguma medida foram se enfraquecendo ao longo desse período e encerrando suas atividades, apesar do JA junto à Apolgbt ter realizado uma série de intervenções e parcerias com o poder público, mas não no sentido de fazer parte de conselhos de políticas públicas, por exemplo.

Uma outra questão que envolve a criação de órgãos específicos de juventude e LGBT nas diferentes esferas governamentais, é que em relação às entrevistas realizadas, se essa institucionalização das questões juvenis e LGBT e suas estruturas no Estado são consideradas um avanço, além das críticas acima realizadas, há outros dois pontos importantes: a circulação entre militantes do Movimento LGBT para a gestão pública e a questão do modo e da linguagem envolvidas na dinâmica desses espaços de participação da sociedade civil e poder público.

Facchini e França fazem uma análise de como com órgãos específicos, no Brasil, a gestão pública passa a recrutar militantes, sobretudo do Movimento LGBT tradicional, mas não exclusivamente, para integrar seus quadros (FACCHINI e FRANÇA, 2009). Se levarmos em conta a característica dos novos engajamentos no qual há uma desconfiança em relação ao governo e classes políticas, isso também se traduz em desconfiança dos/as militantes ao ocuparem cargos políticos – avalio com base nas entrevistas que isso ocorre não pelo fato de militantes estarem nesses cargos em si, mas a crítica de que quando estes/as estavam no Movimento eram combativos e reivindicativos e quando estão no governo passam a justificar suas restrições, impossibilidades políticas ou orçamentárias do Estado ou governo em relação ao acolhimento de demandas, a morosidade na realização, falta de eficácia do que havia sido pactuado e a baixa realização de serviços, políticas públicas, legislações e financiamentos acordados em espaços de participação e planos de governo ou plano de políticas públicas de forma conjunta entre Estado e sociedade civil, incluindo as organizações juvenis LGBT.

Exemplificando, foi citado em uma entrevista: “o que incomoda é que o governo fala a mesma coisa, chama reuniões, pede palestras, faz discursos, mas fica tudo por isso mesmo, quase nada sai do papel, isso chateia. E o pior, que muitos que estão lá são militantes ou ex-militantes, mas quando estão no governo, eles/as não querem perder seus cargos, logo militância e dinheiro não combinam”. Nessa fala, destaco o sentimento de falta de eficácia de governos e uma perspectiva de que militância e dinheiro não combinam, apontando mais uma característica das novas formas de militância, que deve ser autônoma, e que é muito crítica em relação a profissionalização, no aspecto de carreira profissional-política de militantes em cargos governamentais.

Ainda com base em Facchini e França, elas apontam que a aproximação do Movimento LGBT com o Estado e em seus processos participativos, faz com que este Movimento passe a incorporar um linguajar mais técnico da política pública e a se adaptar ao formato dessas reuniões decisórias, de conselhos, conferências, audiências e outros

espaços de participação (FACCHINI e FRANÇA, 2009). A questão da linguagem e modos de construir um documento, ações e políticas públicas nos espaços de participação é ferrenhamente criticado pelos grupos jovens: primeiro, se consideram que os/as jovens são “de segunda classe”, quando falam, propõem não tem o mesmo peso de intervenção e acolhimento em relação a adultos/as; depois, a linguagem utilizada é extremamente técnica – jovens engajados/as entrevistados/as dizem que é “horrível, às vezes os/as gestores/as e até a militância tradicional falam, falam, e não entendemos nada”, logo a linguagem pautada pelo “tecnicismo” além de desmotivar, interfere negativamente no processo de participação; por fim, a própria dinâmica para a definição de políticas públicas conflita com as lógicas e modos de ser e agir dos/as jovens militantes, nos embates sobre uma definição de termos ou público-alvo, elaborar claramente o que vai ser a política ou ação pública, nas votações, nos debates realmente decisórios, os/as jovens se sentem perdidos/as de como proceder, que recursos utilizar para sustentar seus pontos, seus desejos, não possuem a mesma capacidade técnica de linguajar e manejo dos processos decisórios dos espaços de participação como os/as gestores/as e militantes mais antigos, dessa forma, ficam “assustados/as” e perdem o interesse em efetivamente tomar parte desses processos e alimentam um sentimento de descrença em relação as possibilidades concretas de construção coletiva sociedade civil e governo.

Um exemplo dessas diferenças na capacidade e formas de elaboração/sugestão de propostas e reivindicações por parte dos grupos de jovens LGBT, especificamente E-jovem e o Purpurina no ano de 2013, e que buscam pautar o poder público, pode ser avaliada por meio de documentos de demandas que estão disponíveis na íntegra nos Anexos da tese.

O E-jovem que vem seguindo uma trajetória que se aproxima da forma de atuação do Movimento LGBT tradicional, tem investido mais fortemente nos espaços e processos de participação em relação ao Purpurina, elabora uma carta mais detalhada, “mais profissional”, ao passo que o Purpurina, elenca algumas demandas, mas principalmente aponta quais são os problemas e suas consequências, e é o poder público que deveria se tornar responsável por interpretar essas situações e buscar respostas políticas para as questões. Se por um lado, o E-jovem em alguma medida tem se apropriado dessa linguagem técnica e de como funcionam os processos de discussão e decisórios nos espaços de participação – apesar de não sem grandes críticas quanto a esses elementos; O Purpurina, ao meu ver, apresenta o que deveria se esperar de uma juventude que ainda está em processo de auto-aceitação, com conflitos na família, escola, no seu cotidiano,

que não busca se engajar ou militar nos moldes tradicionais, estes/as jovens LGBT conseguem transmitir, expressar seus problemas, mas é o poder público, junto às suas instância que têm que de fato elaborar as formas e conteúdo da política pública, pois de nada adianta os/as jovens definirem eles/as mesmo a forma da política, mas essa ser concretamente inviável politicamente e financeiramente no seio do Estado, suas instituições com seus meandros e trâmites governamentais com lógicas próprias.

Reafirmo que nesses espaços de participação, conselhos, grupos de trabalho, conferências de políticas públicas etc, geralmente verifica-se um baixo esforço por parte de técnicos/as e gestores/as em se adequar à realidade de quem não é um/a militante tradicional, sobretudo os/as mais jovens; os governos e seus órgãos de participação buscam respostas completas, definições de o que deve ser a política, seu conteúdo, sua execução, seus parâmetros de avaliação de implementação. Ao meu ver, não que a sociedade civil não possa colaborar nesse processo, mas é uma exigência, uma expectativa, que por sua vez prejudica, e muito, não só a participação, mas a viabilização concreta das políticas públicas e desestimula demasiadamente a participação dos/as jovens, afastando o engajamento juvenil nesses espaços a longo prazo, inclusive os desacreditando como possibilidade real de atuação política e transformação social.

Capítulo III - O cenário atual em Paris das organizações de jovens em Paris (2015)

Primeiramente, quero reiterar uma distinção do escopo da pesquisa e análises das organizações de jovens LGBT na cidade de São Paulo e de Paris: no caso paulistano foi realizado um panorama histórico das organizações, sendo que na capital francesa o foco, por conta dos meus objetivos de pesquisa e tempo em campo, foi incorporar a experiência junto a essas entidades ao longo dos 5 meses, nos quais realizei meu doutorado-sanduíche na França, de janeiro a maio de 2015.

Inicialmente, o campo em Paris seria sobretudo um exercício de alteridade, ou seja, conhecer essas entidades, seus contextos, suas bandeiras e processo de engajamento juvenil com o intuito de permitir um outro olhar, mais distanciado, para então problematizar a realidade em São Paulo.

A partir da constatação que tão pouco havia produção acadêmica sobre as organizações de jovens LGBT na França, assim como ocorre no Brasil, e somada à possibilidade do aprofundamento da minha experiência de campo por meio de pesquisa documental, observação, participação⁶¹ e realização de entrevistas, decidi ousar em relação a proposta inicial e para além de praticar o exercício de alteridade, utilizar de fato a experiência atual em Paris como material de pesquisa em si, seja no intuito de contribuir para a produção acadêmica na França e também trazer esse conhecimento para a produção brasileira.

Além disso, esse desafio é interessante ao meu ver, por realizar uma alteridade reversa, pensar a configuração do atual movimento de jovens LGBT parisiense por um “olhar brasileiro”. Não deixa de ser instigante, de certa maneira inverter a equação: um pesquisador de um país considerado “em desenvolvimento” analisar experiências de um país “desenvolvido”.

⁶¹ Em Paris meu campo se deu de janeiro a maio de 2015, no qual acompanhei os encontros regulares do *MAG* e da *CONTACT*, bem como suas intervenções de combate à homofobia em escolas; no *Pôle Jeunesse* acompanhei suas atividades regulares, bem como um piquenique para celebrar o Dia Internacional de Combate à Homofobia em maio de 2015; e no *Le Refuge* houve somente uma visita ao escritório de Paris. Pude participar em duas manifestações públicas nas quais *MAG* e *CONTACT* estavam envolvidas em alguma medida na organização e divulgação: Manifestação em comemoração dos 40 anos da liberação do aborto em janeiro de 2015; e Manifestação pelo Dia Mundial das Mulheres em março de 2015.

Dito isso, quero deixar claro que meu intuito desde o princípio não foi realizar um estudo comparativo *stricto sensu*, e que apesar dos esforços de contextualizar o Movimento e a situação dos grupos de jovens LGBT entre os dois países, em particular entre as duas cidades, as descrições e análises não possuem o mesmo peso e relevância nessa tese, sendo que Paris ocupa um espaço menor em relação à pesquisa levada a cabo em São Paulo, e que essa incorporação se deu “quase que por acidente”, levando em conta a riqueza dos dados obtidos e pela possibilidade de contribuir em alguma medida com lacunas de pesquisa sobre organizações LGBT, seja no Brasil, seja na França.

Em Paris, a ideia era estudar e conhecer mais profundamente o principal grupo organizado juvenil de acordo com a literatura francesa sobre o Movimento LGBT (BROQUA e FILLIEULE, 2006), o *Mouvement d’affirmation des jeunes gais, lesbiennes, bi et trans* [Movimento de Afirmação de Jovens Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros], *MAG Jeunes LGBT*, ou ainda mais conhecido como simplesmente *MAG*. Esta associação tem sua atuação reconhecida na França e até mesmo internacionalmente, assim como é o grupo mais antigo de jovens LGBT, criado em meados de 1980 e atualmente conta com uma sede – cujo aluguel é financiado pela Prefeitura de Paris.

Por conta da característica e estratégia do Movimento LGBT francês de federalismo e inter-associativismo, citados anteriormente, não foi difícil confirmar a proeminência do grupo em questão – sendo que se estas se expressam em Paris por meio de duas grandes “associações de associações”, ou seja, núcleos que congregam e em alguma medida articulam a quase a totalidade de todas associações LGBT existente em Paris: o *Centre LGBT de Paris et Île-de-France* [Centro LGBT de Paris e região parisiense] e o *Inter-LGBT*, rede criada para organizar e realizar a *Marche des fierté lesbiennes, gais, bi et trans* [Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans] de Paris, as quais me confirmaram o papel de destaque do *MAG* junto à juventude LGBT.

Foi através do *Centre LGBT de Paris* e da *Inter-LGBT*, que possuem um diretório de praticamente todas associações LGBT da região parisiense, inclusive classificadas por temas, como por exemplo juventude, que pude fazer um primeiro levantamento de todas as associações que abordam a temática na grande Paris. Essa listagem por sua vez, também foi sendo confirmada por meio de conversas informais em atividades e entrevistas com os/as jovens ativistas ao longo de meu intercâmbio acadêmico na França.

Os instrumentos de pesquisa aplicados às associações de jovens LGBT foram os mesmos utilizados com os grupos em São Paulo: pesquisa documental, impressa e *online*, observação e participação nas atividades e entrevistas com jovens militantes. Dado o

“curto período” que estive na cidade, o tempo necessário para conseguir acessar as associações, integrar as atividades dos grupos, optei por não realizar entrevistas com fundadores/as, mas somente com os jovens engajados/as em cargos de responsabilidade nas suas respectivas instituições, reiterando que meu objetivo neste caso não é realizar um panorama histórico, mas sim esboçar uma “foto”, um “retrato” daquele momento em que pude acompanhar as ações das organizações e seus/suas jovens militantes.

As entidades elencadas e analisadas foram: o *MAG Jeunes LGBT*, o *Pôle Jeunesse* [Polo Jovem] do *Centre LGBT de Paris*, *CONTACT* e *Le Refuge*. Outras entidades que trabalham com jovens LGBT, mas que não correspondem ao recorte proposto nesta tese não foram acompanhadas, trata-se de: *Collectif des associations étudiantes LGBT d’Île-de-France* [Coletivo das Associações Estudantis LGBT da grande região parisiense] (*Caélif*), *Groupe LGBT des universités de Paris (GLUP)* [Grupo LGBT das Universidades de Paris] e *David & Jonathan*. O *Caélif* e o *GLUP* são específicos para a juventude estudantil e *David & Jonathan* é um grupo LGBT que dialoga com religiões cristãs e que conta com uma comissão de juventude.

Dentro de nosso recorte, primeiramente, figuram: o *MAG* e o *Pôle Jeunesse*, sendo que este último é um polo, um coletivo, no seio do *Centre LGBT de Paris*, assim como o *JA* era uma ramificação no interior da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Esses são grupos formados e organizados pelos próprios jovens.

A rede *CONTACT*, se assemelha ao *GPH* (Grupo de Pais de Homossexuais) em São Paulo, com a distinção que aquela não criou um grupo específico para jovens, pais e mães se reúnem conjuntamente no que a entidade denomina de encontros e estratégia de intercâmbio intergeracional.

Por fim, o *Le Refuge* é uma exceção à regra, não é exatamente uma associação de jovens LGBT, é uma entidade que alberga, ou como se diz no contexto brasileiro - oferece uma “casa de passagem” para jovens LGBT expulsos de casa. A entidade em si não se configura enquanto um grupo organizado jovem em si, apesar de contar com jovens militantes. A decisão por incorporar *Le Refuge* no mosaico de organizações juvenis LGBT parisienses partiu da recorrência entre entrevistados/as da importância da entidade para seu movimento, assim como me pareceu pertinente por conta de não existir associação similar no contexto brasileiro. Sendo assim, em uma menor escala de profundidade e de análise, esta organização foi incorporada ao trabalho por sua excepcionalidade.

Antes de incluir o *MAG* enquanto objeto de estudo, pesquisei o site e a página *Facebook* da associação, avalei que se enquadrava no perfil da pesquisa e verifiquei um fator limitador da minha participação nas atividades da entidade: o grupo só aceita jovens de 15 a 26 anos de idade. Como não correspondo a esse recorte, com idade acima do permitido, enviei um email à associação explicando que era um pesquisador estrangeiro, ainda estava no Brasil, mas que gostaria de pedir uma autorização antecipada para acompanhar as ações do grupo. Após uma discussão no grupo, recebi a autorização de participação que deveria ser melhor negociada pessoalmente, na minha chegada em Paris.

Trago a questão da minha faixa etária superior aos limites definidos, pois em São Paulo como em Paris, essa questão em diversos momentos foi um ponto delicado de negociação e tensão de participação ativa junto aos grupos, mas que apesar dos percalços, foi superada, sendo que em geral, após pouco tempo de minha presença junto às entidades, as frequentes inquietações eram dissipadas e eu tinha acesso integral às atividades.

No caso do *MAG*, apesar da autorização prévia da organização, ao chegar na cidade e visitar o grupo, passei por tensos momentos, pois a pessoa que havia discutido com o grupo e autorizado minha participação estava temporariamente afastada de suas atividades e tive que insistir em visitas e diálogos com co-presidentes e outros/as membros do grupo para então poder estabelecer a minha presença nas atividades. Junto ao *Pôle Jeunesse* a recepção foi bem mais tranquila no que diz respeito à minha faixa etária, considerando que não seria um membro do grupo e ocuparia o bem definido lugar de “pesquisador estrangeiro”. Na rede *CONTACT* não havia esse problema porque se trata de um grupo de caráter intergeracional. Finalmente, em relação ao *Le Refuge* pude coletar materiais e realizar uma entrevista com uma pessoa responsável pela filial de Paris, por outro lado não era possível acompanhar atividades, pois há uma questão de sigilo e proteção em relação aos/às jovens LGBT albergados/as, assim como aos seus locais de moradia.

Ainda sobre meu lugar de pesquisador e estrangeiro junto às associações em Paris, é preciso dizer que essa condição me “abriu portas”, pois apesar de estrangeiros/as eventualmente frequentarem as entidades, trata-se de em um número bastante reduzido, assim minha condição de estrangeiro e pelo fato de estar de passagem fazia com que as pessoas me dessem uma certa atenção especial. Por outro lado, inicialmente tive bastante dificuldade de acompanhar conversas entre os/as jovens LGBT quando entravam em temas bastante informais, pois eu não estava habituado com as gírias da juventude parisiense, inclusive gírias específicas LGBT. No entanto, em geral, quando os jovens

percebiam que eu não compreendia me explicavam os significados e com o tempo também me senti mais confortável para fazer perguntas sobre vocabulários específicos. Outra questão importante foi a curiosidade dos jovens franceses em relação à minha pesquisa sobre os grupos de jovens LGBT no Brasil, o que possibilitou também muitas trocas e facilitou minha aproximação e a criação de laços com os membros dos grupos em Paris. Os questionamentos dos jovens franceses também me trouxeram uma série de questões analíticas constituído o tenho chamo de “experiência de alteridade”, temas e questões sobre os quais talvez eu não teria me questionado, se não fossem as perguntas realizadas pelos/as militantes em Paris.

Outra situação que me parece pertinente foi minha participação em algumas poucas manifestações públicas, como estrangeiro ficava bastante “perdido” nas formas como eram conduzidos os atos, o que fazia com que os/as jovens engajados/as, quando me encontravam, expressavam um elemento que marca fortemente suas organizações e ações: o acolhimento, a convivialidade. Para eles/as foi surpreendente eu me inteirar das palavras de ordem e gritar junto com eles/as, desde então não me deixaram mais sair sem “proteção”, sem ir com o grupo, me davam adesivos e adornos com os motes das reivindicações e também símbolos que me identificasse com as associações. Em uma das manifestações, em um dado momento, havia uma fila de umas cinco pessoas carregando uma enorme faixa sobre direitos LGBT, umas das manifestantes estava cansada e me prontifiquei a ficar em seu lugar, no fim do ato membros da *Inter-LGBT* vieram me perguntar se eu não gostaria de ser voluntário junto à rede – destaco essa situação para demonstrar o modo como recrutamentos ocorrem inclusive por meio da participação e engajamento em manifestações públicas, além dos diversos panfletos que eram distribuídos convidando as pessoas a conhecerem as entidades integrantes do Movimento LGBT parisiense e se tornar parte das mesmas.

Dessa breve apresentação gostaria de destacar algumas questões: para além das características acolhimento e convivialidade; da proteção entre pares – nesse caso inclusive para comigo, que num dado momento já carregava símbolos de diferentes organizações ao mesmo tempo, sem gerar nenhum tipo de “ciúmes” ou conflito – considero um indicativo do que foi apontado na literatura francesa sobre o Movimento LGBT, que há, de fato, um movimento inter-associativo que valoriza o respeito mútuo e a circulação de militantes entre entidades (BROQUA e FILLIEULE, 2006; PREARO, 2014 e 2015). E finalmente, também pude notar quais eram os/as membros mais ativos em manifestações públicas, e que como no Brasil, é uma minoria do grupo em relação ao

total de participantes das associações que saem à rua, assim como apontou MacRae desde as origens do Movimento LGBT no Brasil (MacRae, 1990) e característica se mantém e foi observada em todos os grupos analisados para fins dessa tese.

Antes de prosseguir, é necessário realizar uma contextualização em relação algumas diferenças nas realidades em Paris e São Paulo.

O que normalmente na academia ou nas organizações juvenis analisadas no Brasil fala-se em sociabilidade, na França utiliza-se o termo *convivialité* [convivialidade] que significa “*capacidade de uma sociedade em favorecer a tolerância e as trocas recíprocas das pessoas e dos grupos que a compõem*”⁶², me chamou a atenção para além das trocas, a questão do favorecimento da tolerância, tanto no seio do grupo quanto na sua relação com a sociedade, essa característica é comumente reforçada pelas entidades juvenis parisienses. Mantereí na descrição sobre essas organizações a tradução convivialidade nos moldes como a usam - de forma êmica.

Outra diferença observada em relação às organizações brasileiras LGBT diz respeito ao “T”, que na maioria dos casos significa Travestis e Transexuais, há disputas em torno da utilização das denominações citadas ou Transgêneros, mas como há uma forte identidade Travesti no Brasil a primeira forma é mais comum. Por outro lado, na França, utiliza-se Transgêneros ou simplesmente Trans. Para as entidades analisadas em Paris, Travesti não se configura enquanto uma identidade, mas diz respeito a uma pessoa que se veste, se adorna, eventualmente do sexo oposto com propósitos lúdicos, artísticos ou profissionais, o que no nosso contexto seria mais comumente relacionado a *drag queens* ou *drag kings*. Não pretendo me aprofundar nesse tema, mas deixar claro que Travesti não se constitui uma identidade coletiva nem política segundo as organizações parisienses analisadas.

Há também uma grande diferença na forma organizativa e legal das entidades e redes perante o Estado e a sociedade no Brasil e na França: no primeiro caso, o mais frequente é que os grupos se estabeleçam enquanto Organizações Não-Governamentais; na França, elas se instituem enquanto Associações. Aprofundarei essa análise mais adiante, mas de todos os modos na forma associação: se pressupõe necessariamente uma contribuição, doação, constantes – pelo menos anual de participação, o que muda a

⁶² "convivialidade", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/convivialidade> [consultado em 22-01-2016]. Esta é literalmente a tradução do termo que consta no Dicionário Larousse Francês-Francês.

relação entre sócios/as e organização - o vínculo com a instituição, os mecanismos de transparência das mesmas - pois são obrigadas a dar uma maior “satisfação” de suas ações e usos dos recursos para seus membros; há uma preocupação ainda maior com a reputação social e política da entidade para atrair mais sócios e ter acesso a financiamentos, sejam públicos ou privados; e de todos os modos mesmo que as doações sejam muitas vezes “simbólicas” elas aumentam o orçamento dos grupos e ampliam a margem de possibilidades de ações e atividades, reiteradamente citadas durante as entrevistas no que tange a importância das cotizações de membros.

Mouvement d'affirmation des jeunes Gais, lesbiennes, Bi et Trans (MAG Jeunes LGBT)



Utilizo o nome de *MAG* para me referir à associação, da mesma forma como é mais conhecida e referida por seus membros e pelo Movimento LGBT francês.

De acordo com as entrevistas realizadas para essa pesquisa, a data e contexto exato de criação da entidade são desconhecidos. Segundo as informações obtidas, o *MAG* foi criado em meados dos anos de 1980, mas por conta do estigma sexual – mas também social, político e jurídico da época, o grupo funcionava de maneira quase clandestina, “às escondidas”.

Para contextualizar a situação da época, retomo o que foi dito anteriormente que na França desde 1942 foi introduzida uma diferenciação jurídica para a maioridade sexual entre heterossexuais e homossexuais: na primeira situação a idade era de 13 anos (1942) e depois de 15 anos (1945); na segunda era de 21 anos (1942) e posteriormente 18 anos (1974). Até o ano de 1981 a homossexualidade era considerada uma doença mental no país. Ou seja, além de um clima social e político hostil à homossexualidade, as relações entre pessoas do mesmo sexo menores de 18 anos eram consideradas crime - “de atentado ao pudor” e “contra a natureza”, passíveis de prisão e multa.

Pode-se analisar que a discriminação nas relações entre homossexuais “menores de idade” influenciava enormemente a organização e funcionamento do Movimento LGBT na França, que por sua vez não podia aceitar ou se relacionar com jovens até o limite da “maioridade” com receio de ser ainda mais perseguido, estigmatizado e atacado por grupos sociais e políticos conservadores, além do medo de sanções legais. Dessa forma as associações LGBT francesas evitavam no seu cotidiano e publicamente a participação de “menores de idade” com o intuito de não sofrerem acusações, mesmo que infundadas, de “pedofilia”.

Nesse caso, duplamente discriminados, os/as jovens LGBT sofriam sanções sociais, legais, mas também tinham o seu direito de participação e reivindicação públicos extremamente cerceados de participação no próprio Movimento LGBT.

Nesse contexto é que o *MAG* surge quase que de forma oculta. O medo de perseguição e punição fazia com que seus membros não se revelassem e tão pouco documentassem suas atividades.

Foi somente após importantes mudanças sociais e legais na França no início dos anos de 1980, com a despatologização da homossexualidade (1981) e da equiparação da maioria sexual entre heterossexuais e homossexuais aos 15 anos (1982), é que a participação de jovens no Movimento LGBT e até mesmo a criação de organizações específicas para essa classe de idade passam a ser publicamente viáveis, assim surge o *MAG*, cujos primeiros documentos disponíveis datam 1985, mas não se tem informações exatas da data de criação nem quem eram seus fundadores.

Por meio das entrevistas, se tem notícias que a organização se tornou de conhecimento público após o ano acima mencionado, inicialmente o grupo era formado e voltado exclusivamente para homossexuais masculinos, e que as reuniões aconteciam nas residências de algum de seus membros, alguma casa cedida ou ainda em algum lugar público, cujo o conhecimento se dava por meio de mensagem gravada em uma secretária eletrônica com informações sobre a data, local e hora das reuniões.

Na origem da organização, *MAG* significava *Mouvement Adolescence Gai* [Movimento Adolescente Gay] e foi inspirado nos sistema anglo-saxão de convivialidade de gays e lésbicas, sendo que naqueles países foram formados grupos especificamente juvenis LGBT por volta do fim dos anos de 1960 e início dos anos de 1970.

Em 1990, o grupo muda o significado de sua sigla, que passa a se referir a *Mouvement d’Affirmation des jeunes Gais (MAG jeunes Gais)* [Movimento de Afirmação de Jovens Gays – *MAG Jovens Gays*]. Nessa época o grupo já não era mais composto exclusivamente por homossexuais masculinos e com a mudança de nome reafirma seus objetivos de contribuir no processo de auto-aceitação e combate ao mal-estar e depressão junto aos/às jovens homossexuais. Quero ressaltar a centralidade da questão mal-estar, depressão e suicídio nos primeiros grupos organizados identificados tanto em Paris, o *MAG*, quanto o *Pagla* e em alguma medida o *XTeens* em São Paulo.

O *MAG* fez parte de um grande marco da articulação do Movimento LGBT parisiense, foi uma das associações fundadoras do primeiro Centro de Gays e Lésbicas da França, o *Centre Gay et Lesbien (CGL)* [Centro Gay e Lésbico] em 1992⁶³. A partir da

⁶³ Atualmente chamado de *Centre LGBT de Paris*, que será melhor detalhado no tópico sobre o grupo *Pôle Jeunesse*, ramificação jovem da associação e a analisada nessa tese.

fundação do CGL, o *MAG* passa a realizar seus encontros nas instalações do novo Centro, assim como oferece no mesmo, serviços de apoio, presenciais e telefônicos, voltados à juventude homossexual.

O CGL é a primeira grande articulação política do Movimento LGBT de Paris e da França. O objetivo do Centro era reunir e promover o diálogo e ações conjuntas entre as organizações LGBT, sobretudo da região parisiense, mas também servia de referência para o resto da França, assim como buscava se tornar uma referência que concentrasse e divulgasse as entidades, serviços e ações de todos os grupos LGBT, além de contribuir no processo de fortalecimento do movimento existente, tinha também como objetivo potencializar e apoiar a criação de novas entidades relacionadas à homossexualidade.

Nesse contexto, o *MAG* passa a usar a infra-estrutura do Centro para realizar suas atividades, amplia a divulgação de seus serviços e ações, para saber das reuniões bastava passar no Centro ou telefonar para o mesmo, não havia mais a necessidade do sistema citado de informar os encontros por meio de recado em uma secretária eletrônica.

Com a fundação e parceria do *MAG* com Centro LGBT de Paris, esta organização de jovens sofre transformações quantitativas e qualitativas, atingindo um público maior tanto no que diz respeito a conhecimento do grupo jovem, ampliando o número de participantes efetivos/as, fortalecimento a própria entidade pela relevância de suas ações, e por consequência, obteve um maior potencial de incorporar novos/as voluntários/as, ativos/as na manutenção e reprodução da associação – ou seja expandiu sua difusão, possibilidades de recrutamento e seus próprios quadros de jovens engajados/as. Um exemplo, a associação passou a realizar o serviço de “escuta” específica para jovens LGBT, mas que com o passar do tempo foi substituído pelo uso da comunicação via Internet.

O *MAG* em sua história ainda renova seu nome mais duas vezes: em 2002 muda para *MAG Jeunes Gais et Lesbiennes* [*MAG* Jovens Gays e Lésbicas] e posteriormente em 2008, nome que mantém até os dias atuais, para *MAG Jeunes LGBT*, como forma de expressar a diversidade e representatividade de segmentos ligados à diversidade sexual estigmatizada, incorpora a lógica da ação e estratégia “comunitária” - dando visibilidade e integrando uma maior amplitude de identidades sexuais e de gênero menosprezadas (BROQUA e FILLIEULE, 2006; PREARO, 2014 e 2015).

Nos anos de 1992 houve duas novas iniciativas do grupo *MAG*, o primeiro número do seu boletim, *La MAGazette*, e um ex-presidente da associação funda uma outra organização a *CONTACT*, que visa trabalhar mais especificamente o tema auto-aceitação

e relações familiares por meio do que chamam de intercâmbio intergeracional. A rede *CONTACT* será analisada posteriormente neste capítulo.

No ano de 1998, o *MAG* participa com o conjunto do Movimento LGBT francês no que chamam de *Génération PACS* [*Geração Pacte civil de solidarité – Pacto Civil de Solidariedade*], o PACS seria o equivalente a união civil entre homossexuais, que foi aprovado pelo governo da França em 1999. Novamente a associação participa de campanha similar durante o *Marriage pour tous* [Casamento para todos], lei que equiparou os casamentos heterossexuais e homossexuais, indo além da possibilidade da união civil em 2013.

Em 1999, o *MAG* participa também como associação co-fundadora da Inter-LGBT, uma rede interassociativa que busca agregar e fortalecer o Movimento LGBT da região parisiense, cuja atribuição central é organizar a *Marche des fiertés* [Parada do Orgulho LGBT], entre outras ações sociais e políticas.

Neste mesmo ano, o *MAG* foi a primeira organização LGBT a ser reconhecida e receber o credenciamento pelo Ministério da Cidade, Juventude e Esportes de associação pela “Juventude e Educação Popular”, o que a habilitou a realizar o que chamam de IMS (*Interventions au Milieu Scolaire*) [Intervenções no Ambiente Escolar], que efetivamente passa a acontecer junto às escolas em 2011 e posteriormente, em 2013, também recebeu o credenciamento enquanto Associação Educativa Complementar do Ensino Público pelas reitorias de Créteil, Paris e Versalhes.

No ano de 2000, uma grande novidade mudou consideravelmente o funcionamento do *MAG*, a Prefeitura de Paris passa a financiar uma sede alugada da associação, na qual permanece até os dias atuais, 2015.

Para finalizar uma breve contextualização histórica do grupo, outra importante reformulação, foi seu modo de organização e gestão. A entidade passa de um sistema que conta com um presidente para um funcionamento por 5 co-presidentes, buscando uma maior horizontalidade nas decisões da associação (MUXEL, 2010a e 2010b) e acolhe jovens LGBT na faixa dos 16 aos 26 anos.

A conquista de uma sede própria foi uma grande vitória em pelo menos dois aspectos: o reconhecimento público do trabalho da entidade, simbólico, político e financeiro por meio da Prefeitura de Paris, bem como a sede em si, ofereceu uma nova forma de funcionamento para a associação.

A sede, que foi decorada pelo próprio grupo, conta com uma sala principal utilizada para a convivialidade, um *stand* com documentos do *MAG* e outras associações

LGBT e também sobre serviços públicos voltados a este público; um mural com a agenda do grupo; prateleiras com jogos de tabuleiro; um balcão que é ao mesmo tempo serve de informação e acolhimento aos/às recém-chegados/os e é uma mini-lanchonete, há ainda um banheiro e no subsolo estão localizados os arquivos da entidade e uma biblioteca.

A partir do momento que tiveram um local próprio, o grupo estabeleceu o que chamam de “permanências”, ou seja, dias e horários fixos nos quais o local sempre estará aberto às reuniões e atividades, não precisando de programação ou agendamento prévios para que os seus membros possam se encontrar. Isso cria uma previsibilidade, as pessoas já sabem quando o grupo vai estar reunido, não precisam de confirmações, alguns até vão em todas as permanências possíveis depois de suas aulas ou trabalho, ou mesmo vão ao acaso, pois sabem que o lugar sempre vai estar funcionando.

O *MAG* se orgulha de dizer que é uma das poucas associações que possuem o seu próprio local fixo, sem ter que recorrer a empréstimos de outras entidades ou por parte da Prefeitura. O local além de permitir maior liberdade da estruturação das ações, necessita de uma maior implicação de seus membros para a manutenção e limpeza do lugar, organização de horários, manter os princípios de convivialidade dentre os/as participantes e também certas responsabilidades junto aos/às vizinhos/as.

Em suma, o local além de permitir outro patamar de funcionamento e de estruturação das atividades; oferece serviços em parceria outras entidades como atendimento psicológico e testes de DST e HIV; fortaleceu um sentimento de apropriação e pertença ao grupo; amplia o leque de atividades nos quais voluntários/as podem se engajar; ampliam o sentimento de responsabilidade com a estrutura física da associação; e com o desejo de manutenção do local, ainda estimula a que jovens façam doações financeiras, além de servir de “propaganda” da entidade, de acordo com relatos de recém-membros: “uma associação antiga e com sede financiada pela Prefeitura deve ter um trabalho sério”.

O *MAG*, como a grande maioria das associações LGBT de Paris possuem um sistema de adesão, ou seja, pedem pelo menos uma doação mínima anual para custear atividades, materiais e melhorias no local, que apesar de voluntária, majoritariamente os/as jovens frequentadores/as pagam a adesão e com alguma frequência acima do valor mínimo sugerido.

Explorarei mais adiante a distinção entre as organizações em São Paulo – e seu formato ONG e que não possuem adesão anual como a lógica de todas as associação de jovens LGBT de Paris, que recorrem a esse sistema - mas adianto que isso traz impactos

no engajamento e funcionamento das entidades, o sentimento de associado/a influencia o sentimento de pertença, o poder de participar nas decisões importantes do grupo, de cobrar certas ações e ainda, durante entrevistas com responsáveis do *MAG*, foi relatado que a associação leva muito a sério a necessidade de manter o site atualizado e criar balanços anuais de atividades e uso dos recursos como uma forma de transparência junto aos/às seus/suas associados/as.

Entre os principais objetivos e ações atuais estão: a convivialidade – no local ou atividades para além da sede como saídas em grupo a restaurantes, karaokê, danceterias, pique-niques dentre outras, com o intuito de permitir o convívio entre jovens LGBT, ou em questionamento da sua sexualidade, para que estes/as saiam do isolamento e possam a compartilhar suas questões e experiências (acolhimento, escuta, apoio, sociabilidade e lazer). Nesse sentido, a proposta do *MAG* é muito similar à visão do Pagla, E-jovem e XTeens, expressas por Lico, Deco e Nicky que é por meio da sociabilidade entre pares, o apoio mútuo, a diversão e lazer são “os melhores remédios” para a superação do isolamento, depressão e anseios suicidas. Logo, as permanências, no geral não tem tema previamente escolhido, os/as jovens decidem livremente o que fazer, espontaneamente, às vezes integrando todos os membros, às vezes os subdividindo em grupos menores. Eventualmente, há certos dias que em que uma temática específica pode ser estabelecida e comunicada para que tenha lugar uma permanência ou os/as responsáveis abrem o local para abrigar debates específicos em dias em que não coincidam com a permanência. Comumente após as permanências ou atividades na sede, os/as jovens podem ficar no local e vão buscar “comidinhas” para seguirem o bate-papo ou combinam passeios no *Marais* – o bairro considerado o “gueto gay parisiense”, visitando bares ou discotecas, ou até somente caminhar, mostrar para outros/as membros que nunca haviam “pisado” naquela região por medo, falta de coragem, mas que o faziam com o suporte e proteção entre pares por meio do grupo.

O *MAG* ainda propõe a superação da homofobia por meio da intervenção nas escolas e em centros sociais – sendo estes uma espécie de núcleos de assistência social, que incluem seus e suas funcionário/as, cujo o foco é trabalhar preconceitos e discriminações por gênero e sexualidade, que dura cerca de um hora e meia ou duas horas. Nas escolas, as intervenções se dão com adolescentes a partir dos 13 anos até o fim do que seria nosso Ensino Médio, o *Lycée* francês. A associação se orgulha de realizar uma formação de jovens para adolescentes e jovens. Apesar da faixa de acolhimento do grupo ser até 26 anos, assim como nas organizações analisadas em São Paulo, em casos de

jovens que ocupam cargos de responsabilidade, há uma possibilidade de sua manutenção na entidade, inclusive para contribuir na formação de novos/as integrantes, em particular na questão de intervenção nas escolas, é possível que os/as jovens engajados/as permaneçam até por volta de seus 30 anos – além da transmissão de conhecimento e formas de ação, há um prolongamento do engajamento de interventores/as mais experientes. A atuação nas escolas também influencia no recrutamento de adolescentes e jovens que passaram pela “palestra” do *MAG* em sua instituição escolar; há outros/as militantes que buscam a associação exatamente para realizar esse trabalho, e que se constitui como um fator de retribuição para quem o realiza; e divulgar o *MAG* junto as escolas e também de uma certa forma traz reconhecimento e boa reputação ao grupo, pela seriedade da ação e pelo credenciamento junto aos órgãos de juventude e ensino.

Além das atividades em escolas, o grupo também produz livros (in)formativos para o público jovem LGBT com temas como *O que é o MAG*; Questões frequentes sobre homossexualidade e Questões frequentes sobre bissexualidade.

Por fim, o grupo organizado participa de manifestações pública de diversas ordens, mas possuem um calendário anual de datas consideradas prioritárias, como por exemplo: a Parada do Orgulho LGBT, o Dia Internacional de Combate à Homofobia (17 de maio) e o Dia Internacional de Luta contra a Aids (1º de dezembro).

A estrutura organizacional do *MAG* conta com um conselho administrativo formado por 5 co-presidentes eleitos por seus sócios/as em uma assembleia geral, nesta também ocorrem as principais decisões do grupo, de suas ações e de seus quadros de responsáveis e voluntariado. Abaixo do conselho, há uma série de comissões, a saber: acolhimento, lazer, educação, prevenção, arquivos, biblioteca, comunicação, filiais, internacional – todas ligadas a diferentes esferas de ação e funcionamento da associação.

Além das comissões ainda existem o que chamam de células, grupos de participação exclusiva de membros de determinados segmentos como Lésbicas, Bissexuais e pessoas Trans. Durante as entrevistas, a estratégia de criar grupos de frequência exclusiva desses segmentos, para além do momento de permanência comum a todos e todas, é considerada responsável por hoje equilibrar o número de participantes do sexo masculino e feminino, sendo que historicamente o grupo foi predominantemente masculino e também tem incorporado de modo crescente a participação de pessoas que se definem como bissexuais e transexuais, mesmo que em menor medida do que gays e lésbicas. As células ainda marcam reuniões restritas a seus membros, assim como no

espírito da convivialidade frequentemente marcam *apéros* [*Happy Hours*] em algum barzinho ou danceteria, fora da sede.

Tanto os membros da associação quanto em entrevistas com outras entidades, apontam que o *MAG* pode ser considerado uma referência no sentido de abarcar a diversidade de sexualidades e identidades de gênero, em quantidade e qualidade, pois desenvolveu uma melhor capacidade de lidar com esses grupos específicos e manter uma coesão do grupo.

Essa ampla gama de comissões e células, todas vinculadas a tarefas e ações concretas exerce uma influência nas possibilidades de engajamento de voluntários/as de acordo com a necessidade da entidade, mas também segundo os interesses e habilidades de quem quer ajudar.

O *MAG* não possui funcionários/as remunerados/as, trabalha exclusivamente com o voluntariado. Para recrutar voluntários/as, a associação constantemente faz chamados de acordo com as suas necessidades, mas também as pessoas podem se candidatar escrevendo uma carta de motivação, explicando porque querem se voluntariar e então a candidatura é analisada por um/a responsável ou grupo de membros de uma comissão ou célula específica.

Após aprovada uma candidatura, todos os membros selecionados passam por um processo de formação e por uma espécie de estágio supervisionado na área de interesse e por fim se tornam voluntários/as efetivos/as. Algumas comissões possuem guias de formação e inclusive há parcerias com outras entidades LGBT e até mesmo com órgãos públicos nesse processo de capacitação.

O *MAG* não participa de nenhum conselho de políticas públicas, até porque os mecanismos de participação na França são distintos, mas a organização é bastante atuante por meio de manifestações públicas e enviam petições/reivindicações a órgãos públicos quando acham necessário. Por outro lado, o governo local ou nacional, eventualmente em alguma questão chama o *MAG* como interlocutor reconhecido pelo Estado em “espaços ou processos consultivos”.

No que diz respeito a financiamentos, apesar do sistema de adesão, as contribuições anuais de seus membros efetivamente colaboram para o funcionamento da associação, mas é considerado insuficiente para a sua completa manutenção. As principais fontes de recursos financeiros são subsídios públicos, seja para o aluguel do local, mas eventualmente outros recursos de órgãos ligados à juventude, saúde e educação - por exemplo recebem recursos para a prevenção de DST e do suicídio junto ao público

juvenil LGBT e também para a realização das intervenções nas escolas. Neste ponto, pode-se observar certa semelhança com o caso brasileiro, no qual as ONG se tornam parceiras na prestação de serviços públicos/assistenciais, assim como uma diferença - segundo os relatos, há uma liberdade de alocação de recursos e uma estabilidade dos subsídios a longo prazo em Paris.

Apesar da referência do *MAG* para questões de juventude no Movimento LGBT sobretudo parisiense, mas também francês, a associação pela lei nacional é reconhecida como uma entidade de âmbito local/regional e como me foi explicado por meio de entrevistas, para ser uma entidade nacional há um critério: para além da sede (matriz) é necessário ter pelo menos mais duas “filiais” em diferentes regiões francesas. O *MAG* além da cidade de Paris possui outras duas filiais, uma em Strasbourg e outra mais recente na cidade de Nancy, mas com uma estrutura mais simples de espaço físico, que é cedido e compartilhado em centros LGBT locais – similares ao Centro LGBT de Paris. Outras cidades – no momento em geral as de médio porte estão criando centros, agrupando as entidades do Movimento LGBT e serviços voltados a esse público em suas regiões. Nesse sentido, o *MAG* busca conseguir se tornar uma associação com reconhecida nacional em um futuro próximo e continuar seu processo de expansão nacional. Além da ampliação de seu raio de atuação em cidades menores, consideradas mais carentes de acolhimento e apoio a LGBT - de jovens em particular, a associação sendo considerada de cunho nacional pode ampliar sua possibilidade de acessar subsídios do Governo Nacional Francês.

A partir de um olhar analítico é interessante observar que apesar das diferenças de contexto social e político entre São Paulo e Paris, em alguma medida há uma série de recorrências das respostas e formas de organizações de jovens LGBT, por exemplo: o *MAG* se assemelha ao E-jovem em seu modo de funcionamento – o grupo deve ser levado a cabo exclusivamente por jovens – sem a necessidade de “adultos/as” ou supervisão. Ambos também compartilham a pertença a uma rede internacional, a *International Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer Youth and Student Organisation* (IGLYO) [Organização Internacional de Jovens e Estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer].

CONTACT France – Diálogo entre pais, lésbicas, gays, bi e trans, suas famílias e amigos/as⁶⁴



A *CONTACT* atualmente se constitui como uma rede de aproximadamente 20 associações e 5 filiais espalhadas por toda a França e tem como principal objetivo lidar com relações familiares, em particular entre pais e mães e seus filhos e filhas LGBT.

A origem dessa rede remonta a um núcleo criado no seio de outra entidade estudada nessa pesquisa, o *MAG*. No ano de 1992, pela iniciativa do então presidente desta organização foi criado um grupo de discussão sobre a relação entre jovens LGBT e suas famílias com base em duas ocasiões: a frequente demanda de seus jovens membros de como lidar com a sua sexualidade na família, sobretudo o processo de se assumir para os pais e mães e os conflitos ou até rupturas familiares decorrentes de “sair do armário”; e um encontro ocorrido nos Estados Unidos com a presidenta da *Parents, Families and Friends of Lesbians and Gays - PFLAG* [Pais, Famílias e Amigos de Lésbicas e Gays].

O interesse e apoio de pais/mães com filhos/as LGBT e amigos/as propiciou com que esse núcleo ganhasse autonomia e em 1993 foi fundada em Paris a associação *CONTACT*.

Com uma demanda crescente e interesse em formar núcleos regionais a *CONTACT* se formaliza enquanto uma rede - a *CONTACT* France, e a associação originária passa a ser denominada *CONTACT* Paris Île-de-France em 2007.

Os principais objetivos da rede são: ajudar as famílias a compreender e aceitar a orientação sexual de seus/suas próximos/as; ajudar lésbicas e gays, em particular os jovens, no diálogo com seus pais e seu entorno, ajudando-os a assumir a sua orientação sexual; lutar contra as discriminações sobretudo aqueles que são vítimas por serem homossexuais, bissexuais ou considerados como tais.

Para alcançar os objetivos traçados, a rede tem em comum as seguintes ações:

⁶⁴ Esse é o slogan da rede traduzido livremente do francês para o português: *Dialogue entre les parents, les lesbiennes, gays, bi et trans, leurs familles et ami-e-s*.

Linha de escuta (ligação gratuita) – a *CONTACT* possui uma linha telefônica nacional de discagem gratuita, uma espécie de 0800, para atender os jovens LGBT e/ou seus pais e mães para conversarem sobre seus problemas e dificuldades. É um serviço gratuito, confidencial e que busca estabelecer um diálogo baseado na escuta e compreensão dos casos recebidos e encaminhá-los da melhor forma, seja pela conversa em si, seja convidando as pessoas que telefonam para participar presencialmente de outras atividades desenvolvidas pela rede. A linha de escuta permite ajudar pessoas de qualquer região, mesmo que não exista uma associação *CONTACT* próxima e também possibilita que as que tenham receio de conversar com outras pessoas ou de se expor, podem conversar com voluntários/as especializados/as de forma anônima.

Acolhimento individualizado – a rede ainda oferece a possibilidade de receber as pessoas em uma de suas unidades, tanto o público-alvo da entidade, como também outras associações ou pesquisadores/as, em suma qualquer pessoa que queira conhecer o seu trabalho, basta telefonar e agendar uma visita com um de seus/suas voluntários/as. A *CONTACT* também oferece a opção desse primeiro encontro ocorrer junto a um/a psicólogo/a caso a pessoa ou a família considere fundamental um acompanhamento profissional, para tanto há uma contribuição financeira para custear o trabalho do/a profissional de psicologia.

Reuniões abertas – essas reuniões são grupos de diálogo e intercâmbio, que acontecem periodicamente nas unidades da *CONTACT* France, a ideia é compartilhar experiências entre pessoas LGBT, seus pais e mães, eventualmente também amigos/as e outros/as familiares. Em geral as reuniões são mediadas por dois/duas voluntários/as e a confidencialidade e o respeito às falas são fundamentais neste processo. Nas reuniões abertas as experiências dos receios de se assumir em família, pais e mães que desconfiam que seu/sua filho/a sejam LGBT, ou jovens LGBT e suas famílias compartilham seus problemas, suas questões, mas também experiências exitosas, se constituindo de fato como um grupo de apoio mútuo e é uma das principais ações da entidade. Ao fim da reunião aberta há um momento de socialização com “comes e bebes” e as pessoas ficam livres para interagirem entre si. A estratégia das reuniões abertas é bem interessante ao colocar os pais e mães e filhos/as em diálogo direto, uma opção distinta do GPH e Purpurina, no Brasil, que preferiram criaram grupos separados: um só para pais (GPH) e outro só para filhos/as (Purpurina), mas há uma semelhança entre essas diferentes entidades parisiense e paulistanas: há uma reiterada preocupação com a confidencialidade tanto das identidades de seus/as participantes quanto dos conteúdos compartilhados em

cada reunião, expressando um cuidado com jovens e famílias que estão em processo conflitivo, bem como buscam criar um ambiente seguro no sentido de possibilitar uma liberdade de fala, sem medo de que detalhes mais pessoais sejam divulgados para além daquele espaço.

Intervenções no Ambiente Escolar – as intervenções na escola têm por objetivo lutar contra a discriminação por orientação sexual, mas também contra outras formas de discriminação como por exemplo o sexismo e o racismo. A formação tem uma duração de duas horas e é realizada por voluntários/as da *CONTACT* e tem como principal público-alvo estudantes do ensino fundamental, mas eventualmente também realiza formação junto a profissionais do Estado e outras instituições de saúde e empresas. As intervenções quando realizadas em estabelecimentos públicos ou com funcionários/as do Estado são gratuitas e seus cursos de formação são credenciados pelo Ministério da Juventude desde 1999 e pelo Ministério da Educação desde 2008.

Encontros conviviais – são encontros informais para promover a sociabilidade entre os membros da *CONTACT* e também uma oportunidade de interação com outras associações, sendo que esta chama de encontro inter-associativo. Os encontros conviviais podem ser um bate-papo em torno de um tema escolhido previamente, a participação de algum/a convidado/a – um/a autor/a, pesquisador/a, artista ou pode ser um passeio como uma visita a um museu, um jogo de boliche. O objetivo desses encontros é tirar os seus membros de uma situação de isolamento ou simplesmente criar situações para que as pessoas se conheçam, fortaleçam seus laços em um clima descontraído.

Publicações - a *CONTACT* possui um *website* com informações gerais sobre a rede e também cada uma de suas associações, filiais e suas agendas específicas, um fórum de discussão *online* e ainda conta com uma loja virtual de produtos *CONTACT*. A entidade edita boletins informativos frequentes e possuem algumas publicações próprias, por exemplo uma voltada aos jovens em processo de se assumir ou de aceitação, outra voltada para pais e mães e uma sobre as intervenções em escola, sendo esses textos disponíveis no site ou por meio de envio postal.

No que diz respeito ao modelo de expansão da *CONTACT* France, ela adotou o seguinte modelo estratégico para estabelecer sua rede: quando um grupo de pais e jovens querem criar uma nova associação, eles podem fazê-lo em sua cidade e região e as associações formalizadas dão o suporte logístico, quando ela está funcionando plenamente, após um determinado período a nova entidade passa a ser membro integral

da rede. Cada associação por sua vez pode abrir novos núcleos pelas quais se responsabilizam inteiramente, essas são as filiais.

Cada organização-membro da rede por sua vez deve proporcionar um espaço físico para as reuniões e acolhimentos individuais, ou seja, uma espécie de sede ou espaço cedido que também pode oferecer, além do local de encontros, uma biblioteca e videoteca quando possível. No caso da *CONTACT Île-de-France*, esta possui uma sede próxima a região central de Paris, conta com biblioteca e videoteca e uma sala para reuniões e eventos.

A *CONTACT Île-de-France*, atualmente, possui uma mãe presidenta e um jovem vice-presidente, que também estão envolvidos na coordenação de outras áreas da associação. Ainda dentre as comissões foram levantadas as seguintes vertentes: comissão da linha de escuta; porta-vozes oficiais; relações de comunicação; encarregados de eventos e sociabilidade; relações institucionais; responsável pelas intervenções – tanto na escola e formação em outras esferas e ambientes; mediadores das reuniões abertas; responsáveis pelas filiais; e visibilidade na periferia.

Os recursos humanos são sobretudo formados por pais, mães e jovens voluntários/as que passam por um processo de formação e treinamento, que é oferecido tanto por voluntários/as mais antigos/as quanto por profissionais convidados/as e ainda são feitas parcerias com universidades e governos para a realização do curso de formação.

Nesse quesito a formação e profissionalização são levados bastante à sério, há um cuidado muito grande para que as pessoas que vão estar a cargo de alguma tarefa tenham tido um treinamento específico para sua área de atuação, é observado, avaliado e somente posteriormente tais voluntários têm maior autonomia para exercer suas funções. A importância desse processo formativo reside em grande medida na responsabilidade e capacidade dos/as voluntários/as de cuidarem da condução e acolhimento de pessoas e famílias com diferentes graus de vulnerabilidade e conflitos, bem como a necessidade de manter um padrão de qualidade e de seriedade, a reputação, que o nome da rede *CONTACT France* faz questão de reiterar.

Em termos de recursos financeiros, logo que as pessoas passam a fazer parte de alguma atividade da rede, frequentemente seus/suas voluntários/as incitam que os/as participantes façam ao menos um pagamento anual de doação livre, apesar de haver um preço sugerido, é possível realizar novas doações ao longo do processo. Para participar das atividades da *CONTACT* não é necessário realizar tal doação, o que chamam de adesão, mas o mesmo é incitado com bastante frequência no sentido de mostrar a

importância dos recursos para manter o funcionamento das associações e suas respectivas ações.

Apesar das doações dos membros, estima-se que o percentual do orçamento da rede é de aproximadamente 70% a 80% de subsídios públicos, como por exemplo como os financiamentos nacionais do Ministério da Saúde e do Ministério da Juventude e dos Esportes, a rede recebe subvenções pelas Intervenções no Ambiente Escolar e ainda cada associação local ou regional pode buscar financiamentos de órgãos públicos no qual há certa receptividade junto às prefeituras.

Dentro do panorama das organizações de jovens LGBT na França, como foi dito, as organizações trabalham com vertentes de atuação complementares, sendo a *CONTACT* a referência em intercâmbios intergeracionais na resolução de conflitos familiares e uma das principais referências para pais, mães e jovens LGBT.

É interessante ressaltar, que apesar de se falar em pais, a grande maioria de membros, voluntárias e participantes em realidade, ao menos em Paris, são as mães e a maioria dos jovens são gays, do sexo masculino, apesar de não exclusivamente. Também haviam bissexuais e uma mãe de transexual, inclusive foi informado durante uma reunião, uma reestruturação da rede para lidar melhor com transexuais e familiares, considerando o aumento da procura e a ainda certo inexperiência para lidar com a situação, diferentemente do acolhimento há anos realizado junto a lésbicas, gays e bissexuais e familiares. Pode-se considerar essa realidade e esse perfil de participação e atuação muito similar aos do GPH e Purpurina em São Paulo.

No caso da rede *CONTACT* não há uma faixa etária específica de participação, dada que acolhe pessoas LGBT e seus familiares, há inclusive alguns amigos/as ou simpatizantes, sendo que o mote do grupo é exatamente o intercâmbio intergeracional, mas há uma certa recorrência de que o *MAG* indique a participação de jovens na *CONTACT* quando o principal problema do/a jovem se relaciona a conflitos familiares, dessa forma participam de ambos os grupos. Ainda, há também recorrências de jovens que ao alcançarem a idade limite no *MAG* busquem seguir a sua participação e engajamento junto à *CONTACT*.

Achei interessante, que durante a entrevista sobre a organização, um de seus responsáveis definiu os jovens não pela idade, mas como aqueles e aquelas, que independentemente da idade ainda estavam em processo de auto aceitação, “saída do armário” ou ainda aqueles e aquelas que não são pais ou mães, ou seja, o próprio trabalho

intergeracional, em alguma medida altera a percepção/perspectiva do que é juventude, inclusive menos atrelada à faixa etária e mais à posição ocupada socialmente e na família.

Pôle jeunesse



Antes de adentrarmos à história do *Pôle Jeunesse* [Polo Juventude], que é um coletivo ou subgrupo do *Centre LGBT de Paris* [Centro LGBT de Paris] – uma “entidade maior” é necessário explicar o contexto de emergência desta.

De certa forma, o *Pôle Jeunesse* é análogo ao Jovens e Adolescentes Homossexuais (JA) que era um coletivo no “guarda-chuva” de grupos internos à própria estrutura da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

Sobre o *Centre LGBT de Paris*

Em meados dos anos de 1980, Paris foi uma das capitais europeias mais afetadas pelos casos de HIV/Aids, em resposta a epidemia uma articulação entre associações LGBT e de luta contra a Aids foi criada e recebeu importantes aportes financeiros públicos, então em 1989 foi criada a *Maison des homossexualités* [Casa das homossexualidades]. O principal objetivo desse espaço era oferecer suporte e acolhimento às vítimas da Aids e desenvolver ações de prevenção.

Pode-se dizer que inicialmente a Casa das homossexualidades era um local de serviço de apoio às vítimas da Aids e suas famílias, levada a cabo por movimentos sociais apesar do financiamento público, mas como era gerenciado por um coletivo de associações, dentre elas as LGBT, então o espaço também era utilizado para oferecer apoio a esse público, para além das questões do vírus. Os movimentos se ressentiam de não possuir um local que centralizasse as informações sobre as associações LGBT e de combate à Aids como já haviam em outras capitais europeias e cidades americanas.

Em 1993, a *Maison des homossexualités* é refundada por meio de um articulação de um grande número de organizações e é renomeada para *Centre Gai & Lesbien* [Centro

Gay & Lésbico] e por fim em 2002, muda novamente o seu nome para dar conta da diversidade de sexualidades e identidades de gênero e passa a se chamar *Centre Lesbien, Gai, Bi et Trans de Paris et Île-de-France* [Centro Lésbico, Gay, Bi e Trans de Paris e Île-de-France], ou mais simplesmente, *Centre LGBT de Paris*, como é conhecido atualmente. Além de incluir a sigla LGBT no nome, o centro passa a especificar que atua sobretudo em *Paris* e sua grande região metropolitana, a *Île-de-France*, para se distinguir de outras iniciativas de centros que estavam sendo criados em outras cidades e regiões francesas.

Ao longo da sua história, o Centro teve algumas mudanças do local da sua sede, sendo que a mais recente ocorreu em 2008 para um espaço mais amplo e moderno, localizado na região central da cidade, próximo ao *Marais*, conhecido por ser o bairro LGBT de Paris.

Se inicialmente a Casa das homossexualidades era uma referência de serviços de apoio às pessoas vivendo com HIV/Aids e para a população LGBT, com o passar do tempo, o *Centre LGBT de Paris* passou por um processo de politização e ativismo até se tornar uma das principais referências para o que o Movimento LGBT francês, estratégia chamada de inter-associativismo (PREARO, 2014). Dito de outro modo, o Centro se tornou uma referência tanto de espaço físico quanto de articulação política das diversas associações de luta contra HIV e do Movimento LGBT, hoje contando com aproximadamente 80 associações-membro.

O Centro não só articula as associações LGBT e de combate à Aids, na grande região metropolitana de Paris, como oferece infraestrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento de outras associações em gestação e/ou com poucos recursos. No limite, funciona como uma espécie de “incubadora” de novas associações por meio da disponibilização de espaços para reuniões e atividades, uma caixa postal para cada entidade, permite o uso de seus equipamentos e serviços de comunicação às associadas e ainda oferece apoio logístico e jurídico às organizações, não só do próprio Centro, como mobiliza recursos de suas entidades filiadas para contribuir ao fortalecimento da rede de associações LGBT existente quanto às novas entidades em processo de organização.

O *Centre LGBT de Paris* possui associações-membro, das mais diversas naturezas como organizações: específicas para cada um dos segmentos como gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais; entidades estudantis ou juvenis; de fins culturais, lazer ou esportivas; ou ainda de recortes temático como saúde, religião, família, imigrantes ou de diferentes nacionalidades, mundo do trabalho e segmentos profissionais; deficientes

dentre outros. Essas entidades-membro contribuem com o funcionamento do Centro por meio de cotizações.

Além do financiamento pelas associadas, o Centro recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, propõem um programa de mecenato e também ainda nos dias atuais conta com importantes aportes de recursos públicos da agência regional de saúde e da Prefeitura de Paris.

No que diz respeito aos serviços oferecidos aos públicos LGBT, pessoas físicas, o Centro conta com acolhimento psicológico, social, profissional, de saúde e jurídico.

No que tange o espaço físico, ela possui um grande hall de entrada no qual estão dispostos o setor de acolhimento, uma lanchonete, e local para exposição de materiais e publicações, por exemplo do Centro, de associações LGBT e de combate à Aids e de serviços públicos. Ainda conta com outros espaços para encontros e reuniões, salas administrativas e uma biblioteca.

O setor de acolhimento merece uma atenção especial pelo papel ocupado na logística de funcionamento do Centro. O balcão de acolhimento é basicamente um serviço de informações e encaminhamentos, ou seja, é responsável por centralizar e divulgar corretamente todas as informações a respeito das atividades do Centro; orientar e acolher as pessoas que necessitam de algum serviço oferecido pela associação ou até mesmo serviços públicos; e ainda indica a visita às atividades e às associações-membro de acordo com a necessidade e perfil de quem o procura.

Apesar da grande gama e variedade de associações-membro do Centro, de acordo com suas próprias diretrizes, criou grupos internos ou coletivos para determinados públicos segundo avaliações estratégicas, como por exemplo: *Vendredi des femmes* [Sexta-feira das mulheres] – exclusivo para mulheres lésbicas, bi e trans; *Senioritas* – voltado somente para mulheres lésbicas, bi ou trans a partir dos 60 anos de idade; *ApéroTrans* [Happy Hour Trans] – exclusivo para homens e mulheres trans; *Pôle Jeunesse* [Polo Juventude] – somente para jovens homo, bi ou trans, de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 25 anos; e ainda o *Pôle Santé* [Polo Saúde] e o *Pôle Culture* [Polo Cultura] – que organizam eventos temáticos abertos a toda a comunidade LGBT ou colaboram nas atividades exclusivas dos outros grupos e polos citados. Como nas outras entidades, a questão da convivialidade é central em todos esses coletivos.

Desde de 2013 o *Centre LGBT de Paris* decidiu investir mais energias e recursos na criação e fortalecimento dos coletivos de mulheres e trans no intuito de alcançar um maior equilíbrio numérico em relação a participação predominante de homens gays nas

atividades do Centro, assim como também busca ampliar a participação de um público mais jovem, inclusive em seu quadro de voluntários/as, por meio do *Pôle Jeunesse*, a partir da avaliação de que os jovens estariam deixando de frequentar a associação e suas ações.

Pôle Jeunesse

O *Pôle Jeunesse* foi criado no final do ano de 2013, a partir das seguintes problematizações formuladas pela equipe do *Centre LGBT de Paris*: a juventude está deixando de participar das atividades do Centro, o que consequentemente tem refletido no quadro de voluntários/as, que está envelhecendo, sendo que a grande maioria está acima dos 35 anos de idade; e o aumento da incidência de DST e HIV/Aids entre jovens, sobretudo do sexo masculino, aqueles que não vivenciaram o início da epidemia do HIV - e o grande número de óbitos das décadas de 1980 e 1990. Logo, dentre os objetivos está: atrair jovens para o Centre LGBT de Paris, não só para o *Pôle Jeunesse*, mas para outras ações e serviços oferecidos pela associação, ou seja, o coletivo seria uma porta de entrada e uma forma de garantir a permanência de jovens no espaço; renovar a juventude no quadro do voluntariado; e lidar com uma demanda relacionada à construção da identidade de jovens descobrindo e explorando sua sexualidade LGBT.

O público-alvo se encontra na faixa etária de 18 a 25 anos e assim como nos outros coletivos a centralidade das ações se dá por meio da convivialidade para contribuir para romper o isolamento, o sentimento de mal-estar de jovens LGBT e suas questões junto ao entorno familiar, amical, escolar e profissional. Os encontros ocorrem pelo menos uma vez ao mês em data não-fixa, mas agendada previamente. As atividades são majoritariamente lúdicas, culturais e festivas, que podem acontecer tanto no Centro como em outros locais, tais como por exemplo: festas hip-hop, karaokê, piquenique, teatro, cinema dentre outras, mas há também debates e discussões sobre temas específicos sociais, políticos ou de saúde, muitas vezes contando com a participação de pessoas ou associações convidadas, como foi o caso de por exemplo, um debate que reuniu jovens do *Pôle Jeunesse* com jovens de uma entidade de pessoas vivendo com HIV para que compartilhassem suas questões e visões de mundo.

O coletivo ainda está estruturando sua forma de funcionamento e organização. Desde que foi criado, o *Pôle Jeunesse* passou por três trocas/mudanças de coordenação, na realidade a nomenclatura utilizada é de co-referente, ou pessoa de referência [*co-réferent*], sendo este o único cargo institucionalizado. No momento da pesquisa a

coordenação estava a cargo de dois co-referentes, um jovem gay e uma jovem lésbica recém-integrada.

Segundo as entrevistas realizadas, a dinâmica e as atividades desenvolvidas ainda são muito dependentes de quem ocupa o cargo de co-referente e ainda está em processo de busca de uma identidade institucional. Um de seus co-referentes diz que sua visão para o grupo é de que seja sobretudo um coletivo que investe e organiza eventos culturais, mas que também deve colaborar para reflexões de uma forma agradável e descontraída, é isso que está sendo trabalhado no momento.

As atividades ainda não possuem uma regularidade no tempo - eventualmente não há nenhum encontro em um determinado período ou pode haver diversos em outro. Busca-se fazer alguma atividade ao menos uma vez ao mês e aproveita-se algumas datas de referência para ao Movimento LGBT, assim como no caso do *MAG* e também da *CONTACT*, como a Parada do Orgulho LGBT, O Dia Internacional de Combate à Homofobia etc e para propor algumas ações públicas.

Os co-referentes também têm buscado parcerias com outras associações, seja de jovens ou não, para desenvolver ações conjuntas.

Apesar de ainda não existirem outros cargos no coletivo, há alguns/mas participantes mais constantes e ativos/as que são voluntários/as, mas ainda informais, não se candidataram ao processo seletivo e conseqüentemente, não realizaram o processo de formação e estágio necessário para ser parte do voluntariado efetivo do Centre LGBT de Paris, mas são potenciais futuros/as candidatos/as.

Há uma interessante diferença no perfil de participantes no *MAG* e na *CONTACT*, se no geral, os/as jovens sobretudo franceses/as e da região de Île-de-France, no caso do *Pôle Jeunesse* há uma participação consideravelmente mais elevada de recém-imigrantes e jovens de periferia – apesar de um público bem reduzido de participantes em relação ao *MAG* e *CONTACT*, acredito que essa diferença se dê pela visibilidade do *Centre LGBT de Paris*, uma “associação das associações”, assim como sua localização central, que ao final se constitui como um centro de referência para as questões LGBT, é muito comum encontrar turistas e estrangeiros/as no Centro. Apesar de existirem estrangeiros/as nas outras associações, no *Pôle Jeunesse*, sua participação era visivelmente mais elevada. Inclusive um dos atuais co-referentes é estrangeiro.

De acordo com as entrevistas, há um incômodo no *Pôle Jeunesse*, assim como no quadro do Centro, que por contar com uma grande infra-estrutura da instituição, sua localização e “profissionalismo”, muitas pessoas que vão a esse espaço pensando que o

Centre LGBT de Paris é um órgão público- estatal. Foi relatado como certa afronta porque uma iniciativa da sociedade civil somente por ser bem estruturada, ela passa a impressão de que pertence ao Estado – como se uma associação não pudesse adquirir esse porte e gama de serviços, subestimando sua capacidade de articulação e de sustentabilidade política e financeira. Esse receio possui ao menos duas facetas: aparentemente há um receio de que parecer um órgão de Estado e afastar as pessoas – dado o receio do público e do engajamento junto a política tradicional, sobretudo os/asjovens, pela característica de desconfiança em relação a governos; e porém por outro lado, essa “confusão” em alguma medida também contribui para atrair participantes pela primeira vez, que por acharem que era um órgão público, se sentiram no direito de ir conhecer o “serviço” e ver o que ele tem a oferecer. Ou seja, por uma perspectiva pode diminuir a atratividade para que se conheça o Centro e por outra pode ter exatamente o efeito contrário, assim interferindo positivamente ou negativamente, nos primeiros contatos e nas possibilidades de engajamento.

Assim como era no caso do JA/Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, o *Pôle Jeunesse* conta com a infra-estrutura e recursos financeiro de uma associação maior, no caso o *Centre LGBT de Paris*. Assim como no Brasil, fazer parte de uma grande entidade LGBT também é um motivador e uma retribuição para o engajamento.

Como o Polo está sob uma organização “maior”, seu financiamento então passa pela arrecadação do Centro, nos moldes das outras entidades há um convite a se fazer doações pessoais anuais aos/às jovens integrantes. O sistema de recrutamento também é com base no regimento geral da entidade maior, ou seja, existem períodos de depósito de candidaturas, os/as co-referentes podem também convidar as pessoas, mas existe um processo de seleção e formação. Neste quesito pude notar, que como o *Pôle Jeunesse* ainda está em construção, há muitos/as jovens que na prática realizam desempenham a função de voluntários/as, mesmo sem ter passado por uma candidatura oficial e levar o nome do cargo.

Outro evento que pude participar foi um piquenique em um parque da cidade pelo dia Internacional de Combate à Homofobia, no qual foi pedido que cada participante levasse alguma bebida não-alcoólica e algum petisco – o que também era comum nas reuniões que ocorriam na sede do grupo; houve brincadeiras; um *quiz* – jogo de perguntas e respostas, com a temática LGBT e homofobia; e apresentações artísticas promovidas

pelos próprios jovens. No evento era possível reconhecer jovens de outras associações LGBT juvenis como por exemplo do *MAG*.

Como foi dito anteriormente, os espaços e órgãos de participação em Paris e na França possuem lógicas bastante distintas da brasileira, mas foi criada pela Prefeitura de Paris uma rede, chamada Rede de Juventude, na qual *Pôle Jeunesse* é integrante oficial.

O *Pôle Jeunesse*, por seu pouco tempo de existência e grande rotatividade de co-referentes ainda é um trabalho em construção, assim como sua identidade institucional, que é bastante dependente de quem o coordena – ao menos até a conclusão das entrevistas e observações de campo.

*Le Refuge – Agir contra o isolamento dos jovens*⁶⁵



A associação *Le Refuge* foi criada em 2003 na cidade de Montpellier, uma exceção de uma grande rede de abrangência nacional francesa, por ter surgido fora da capital, mas que atualmente possui atuação também nesta cidade.

Ao longo do tempo, a organização foi crescendo e no ano de 2015 se constitui por oito delegações, com escritórios, unidades de albergue e acompanhamento social e psicológico, regionais autônomas em: Paris, Montpellier, Lyon, Marseille, Toulouse, Lille, Bordeaux e Saint-Denis-de-la-Réunion, e conta mais cinco filiais ligadas à alguma das delegações regionais nas seguintes cidades: Avignon, Perpignan, Corse, Besançon e Strasbourg e ainda uma filial em projeto em Rennes.

Le Refuge não é exatamente uma organização de jovens, mas foi intensamente citada nas entrevistas junto às outras entidades juvenis, como uma importante instituição que presta serviços a jovens LGBT, sobretudo aqueles/as expulsos de casa.

Como foi dito anteriormente, na França as organizações acabam investindo em nichos e realizam trabalhos em alguma medida complementares, o papel da *Le Refuge* é acolher temporariamente jovens rejeitados/as e expulsos/as por suas famílias.

Um destaque em relação à rede é seu financiamento, grande parcela do seu orçamento provém de doações privadas, seguidas de fundos públicos e doações de pessoas físicas, chama a atenção em seu site uma enorme gama de parceiros financeiros e institucionais.

A rede *Le Refuge* conta com uma média de doze pessoas assalariadas, mas a grande maioria de seus membros são voluntários/as – aproximadamente 250, muitos dentre eles/as são jovens. Uma curiosidade a esse respeito, quando questionado em entrevista se as pessoas atendidas pelo programa de albergue e acompanhamento se tornam voluntários/as, a resposta foi categórica: não - pois os/as jovens LGBT em situação de vulnerabilidade, após superar sua experiência de agressões e rupturas

⁶⁵ Esse é o slogan da rede traduzido livremente do francês para o português, no original: *Agir contre l'isolement des jeunes*.

familiares, querem esquecer seu passado e não se convertem posteriormente em membros da associação ou voluntários/as.

A rede é regida por meio de modelo presidencial: um/a presidente e um/a diretor/a geral e é formada por um conselho administrativo composto por volta de 12 a 15 membros e divididos nas seguintes comissões: desenvolvimento, comunicação interna, assistência de direção, linha de urgência, gerente da comunidade, assessor de imprensa, comunicação externa, *webmaster*.

Le Refuge é reconhecida como uma entidade de utilidade pública, e possui credenciamento junto a diversos órgãos governamentais, em nível nacional e local, inclusive tem começado a se envolver em um projeto piloto de intervenção em escolas, mas não na cidade de Paris.

A rede conta com uma linha de urgência/escuta, que funciona 24 horas por dia e tem por objetivo tirar dúvidas de jovens LGBT, evitar casos de suicídio e há um horário específico para questões mais detalhadas no que tange a população trans. Ainda pode-se fazer denúncias de maus-tratos familiares e os casos mais críticos são acompanhados e encaminhados pela equipe da entidade em parceria com o poder público.

Apesar de *Le Refuge* ser reconhecida como uma organização de “albergamento”, ela tem se esforçado em buscar meios de mediar conflitos e evitar a expulsão - há uma série de atividades e assistências nesse sentido.

Conheci o escritório em Paris, que fica em uma sala comercial de um prédio de um órgão da Prefeitura e a entrevista foi realizada com uma espécie de porta-voz da entidade, que me explicou que a rede abriga 70 jovens em nível nacional e 21 jovens na região metropolitana de Paris, para tanto possuem 3 apartamentos mobiliados – funcionam como uma espécie de “república estudantil”. Perguntei se eu poderia conhecer um dos apartamentos, conversar com os/as jovens, mas existe uma ética na qual os endereços dos apartamentos são secretos e seus/suas usuários/as também não podem ser revelados/as, por uma questão de segurança, dado que alguns/mas jovens são expulsos/as de forma bastante violenta de casa e, eventualmente, até sofrem ameaças de morte por parte de familiares.

Segundo a entrevista, para ser acolhido/a pelo *Le Refuge* é necessário estar na faixa etária de 18 a 25 anos e ser LGBT, mas o perfil em sua maioria são homens gays de 21 anos e atualmente há um aumento considerável por parte de pessoas trans – na cidade de Paris, e que há uma forte correlação entre jovens expulsos/as de casa e problemas com drogas e prostituição – ou ainda que se tornam moradores/as de rua. São esses fatores e

diagnósticos, que fortalecem a necessidade da rede e tornaram a questão da rejeição no lar por conta da sexualidade ou identidade de gênero uma questão social, política e pública na França e faz de *Le Refuge* um importante interlocutor com o Estado em instâncias consultivas e de participação, que realiza *advocacy* em políticas públicas para a juventude LGBT.

Questionei se existia expulsão e acolhimento de menores de 18 anos e a pessoa entrevistada ficou escandalizada: mas no Brasil pode-se expulsar alguém com menos de 18 anos? Não é ilegal? Respondi, que sim, a família é responsável por menores de idade, mas nem por isso concretamente o fato não ocorria. A pessoa respondeu que houve um único caso, excepcional, de “menor de idade”, mas que foi muito particular, incomum, e muito complicado judicialmente na França – sobretudo para a família que o faz.

Perguntei sobre a possibilidade de reconciliação entre esses/as jovens LGBT e suas famílias, e a resposta é que a grande maioria daqueles/as não querem retomar os laços familiares, no caso dos/as albergados/as, em geral, a reconciliação é inviável, de uma ou de ambas as partes, sendo que a principal motivação da não-aceitação se dá por famílias muito religiosas, mais frequentemente católicas, muçulmanas e judias. Ainda me foi explicado que em alguns casos não é expulsão familiar, mas o/a jovem que não aguentou agressões e ameaças, inclusive de morte, e fugiu de casa.

O processo de “albergamento” pode durar até no máximo seis meses, nesse período os/as acolhidos passam por um processo de orientação jurídica, de saúde, social, profissional e financeira. O objetivo é que nesse tempo o/a jovem encontre um emprego e uma casa – efetuar um acompanhamento que ajude os/as jovens a conseguirem progressivamente sua autonomia e independência da ajuda externa.

Nesse período de acolhimento é oferecido um conjunto de serviços supervisionados por um/a assistente social que dá apoio à regulamentação de documentação; agendamento de consultas médicas; encontros regulares com psicólogos; oficinas em parcerias com empresas para profissionalização, apoio para escrever currículo, como se portar em entrevistas de trabalho e são disponibilizadas algumas vagas de “aprendiz”; ainda há curso de gestão de finanças pessoais; e por fim, em parceria com o Estado há acordos em programas de trabalho, renda e aluguel social.

Para além da assistência e albergamento, *Le Refuge* investe em ações de visibilidade e convivialidade: promove eventos públicos para a sensibilização da questão da expulsão familiar de jovens LGBT e também se utiliza das datas “comemorativas” do Movimento LGBT, por exemplo: organizou uma “semana de luta contra a exclusão e

discriminações relacionadas à identidade de gênero” no Dia Mundial de Combate à Homofobia; realiza encontros regulares de sociabilidade entre os/as jovens albergados/as e os/as voluntários/as; além de atividades culturais e esportivas.

Fazendo um parêntesis, em minha incursão junto ao Projeto Purpurina em São Paulo além de sua fundadora ter expressado que havia uma parceria “a baixo custo” para albergar jovens LGBT expulsos/as de casa, reiteradamente Edith Modesto disse tentar em convênios junto ao poder público para criar um projeto similar ao *Le Refuge*, o qual o Purps chama de “casa de passagem”. Apesar de há anos a entidade buscar recursos e estrutura para esse novo projeto, até o momento ele não foi concretizado, mas segue no seu horizonte de seus objetivos. Outra similaridade é que em alguns momentos o Purpurina divulgou chamados para vagas de empregos exclusivas para jovens LGBT conquistadas por meio de parcerias com empresas.

2.1. Considerações e análises sobre o cenário atual das associações de jovens LGBT em Paris

Como afirma Massimo Prearo, o momento atual do Movimento LGBT na França, a partir da década de 2000, é marcado: pelas dinâmicas do que denomina a nova “**fórmula LGBT**”, ou seja, **comunitária**; pelo **inter-associativismo federativo**; e pelo **colaborativismo** (PREARO, 2014 e 2015).

O autor aponta que no fim da década de 1970 e início de 1980 há um forte processo de diversificação das associações LGBT em suas modalidades: culturais, jurídicas, políticas, esportivas, confessionais, profissionais etc. e que ao longo dos anos 2000 há outro grande processo de especificações identitárias: se as organizações eram compostas sobretudo por gays, do sexo masculino, e na melhor das hipóteses por gays e lésbicas, elas passam a lidar com segmentos como bissexuais e trans entre outros. Esses dois processos começam a criar disputas, rivalidades, competições e tensões no seio do Movimento LGBT, que na prática se traduzia em fragmentação e desunião do Movimento e de sua força política. (PREARO, 2015).

Com a introdução da “**fórmula LGBT**”, volta-se a investir na ideia de uma comunidade LGBT, apesar da diversificação de modalidades, buscou-se incorporar na maior parte delas, todas as outras novas identidades que iam sendo construídas e afirmadas, assim as associações passam a incorporar a sigla LGBT. Prearo aponta que para além de uma nomenclatura formal, há de fato um esforço de renovação nas entidades para criar novas identidades associativas, que põem em prática o que chama de princípio de inclusão para lidar com essa dessa proliferação identitária. (PREARO, 2015).

Aliada à “formula LGBT”, há outra ação posta em prática o **inter-associativismo federativo**, que é a união das associações em torno de Centros LGBT regionais, aos moldes de Paris, que se torna uma “grande associação de associações” como já foi explicado. Outro ponto importante do inter-associativismo é a criação de uma plataforma de entidades em torno da organização da Parada do Orgulho LGBT, no caso de Paris esta foi fundada em 1999 com o nome de *Lesbian & Gay Pride Ile-de-France* [Parada do Orgulho Gay e Lésbico da Região Metropolitana de Paris], e que foi “refundada” em 2002 como *Interassociative lesbienne, gaie, bi et trans* (Inter-LGBT) [Interassociativa lésbica, gay, bi e trans] cujo auge político e de unificação é a organização e realização da Parada do Orgulho, mas que ainda promove uma série de ações de articulação do Movimento

LGBT, sobretudo da região de Paris, tais como reuniões mensais no intuito de promover uma plataforma comum de reivindicações, demandas e ações. (PREARO, 2015).

Em suma, esses elementos contribuíram para uma **estabilização do militantismo LGBT** na França e em Paris mais especificamente, as formas e respostas inter-associativas fizeram com que **a maioria das entidades LGBT se sentissem mais representadas em suas especificidades, identidades e ações políticas com base “na coexistência de uma lógica de unidade política e uma lógica de diversidade e especificidades associativas e identitárias LGBT”** – mesmo que em alguma medida instável e sob tensão permanente, passa-se a uma estratégia de mediação das dinâmicas concorrenciais que permeavam as associações LGBT e seus espaços/bandeiras de luta, tem se mostrado **eficaz na unificação em torno de uma plataforma de ações coletivas comuns mesmo na diversidade de tipos e identidades sexuais e de gênero das associações a partir da criação de consensos, de um pacto de respeito mútuo e da vontade de avançar conjuntamente.** (PREARO, p. 89, 2015).

Prearo ainda destaca que apesar de todo o processo de especificação das associações LGBT em Paris e sua respectiva fragmentação política, um outro elemento são momentos políticos delicados, que propiciaram que as organizações abandonassem suas diferenças em prol de uma ação coletiva/comunitária até chegar à “formula LGBT”: a união de entidades em torno dos trabalhos e mobilizações de luta contra o HIV/Aids nos anos de 1980 e 1990; as mobilizações em torno da proposta e adoção da união civil entre pessoas do mesmo sexo, chamado de PACS – aprovado em 1999; a criminalização da homofobia em 2004 e mais recentemente, a aprovação da equiparação do casamento entre pessoas heterossexuais e LGBT – chamada de *Marriage pour tous* [Casamento para todos] em 2013. (PREARO, p. 89, 2015).

A questão do inter-associativismo e da ética entre grupos organizados parisienses foram citadas em todas as minhas entrevistas com jovens militantes nessa cidade. De fato, existe um esforço de solidariedade, de substituir a concorrência pela complementariedade das atividades, serviços e ações coletivas das organizações LGBT - processo que foi denominado de **mosaico de entidades**⁶⁶, no qual as diversas unidades distintas se justapõem lado a lado, dando origem a uma figura completa, unificada, mas sem descaracterizar cada uma de suas partes, especificidades e contornos próprios.

⁶⁶ Utilizo o termo mosaico inspirado na forma como foi caracterizado o Movimento LGBT francês por BROQUA e FILLIEULE, 2006.

Exemplificando o que foi dito sobre o mosaico, as associações e redes envolvendo jovens LGBT em Paris que foram analisadas foram: *MAG*, *CONTACT*, *Pôle Jeunesse* e *Le Refuge*. Quase todas elas são entidades *de, por e para* jovens LGBT, mas a maneira como os/as entrevistados/as definem seus grupos e inclusive as diferenças entre eles, percebe-se esse duplo movimento que ressalta ao mesmo tempo suas singularidades – nichos de trabalho e público, mas também o modo pelo qual se complementam em seu funcionamento conjunto.

O *MAG* se autodefine como a entidade de jovens por excelência, pois é o grupo mais antigo – fundado em meados da segunda metade dos anos de 1980; participou da fundação do Centro LGBT de Paris, da Inter-LGBT – também colabora na organização e realização da Parada do Orgulho; possui sede própria; e todo o funcionamento e manutenção da associação se dá por jovens LGBT, sem a “presença” ou “interferência” de adultos. Também se consideram mais forte no sentido de possuírem uma grande estrutura de cargos de responsabilidade para manter e desenvolver suas ações, como também o grupo mais politizado, conta com a comissão política, responsável por pensar ações estratégicas de incidência política, mobilização para manifestações de rua etc. De fato, dentre os grupos juvenis analisados, durante duas manifestações que pude estar presente, o *MAG* sempre se destaca em número de participantes, adornos, bandeiras, “palavras de ordem”, inclusive membros de outras associações buscam o “bloco do *MAG*” nas manifestações, pois é mais fácil de ser localizado pelo acabo de descrever, assim como é considerado um dos “mais animados”.

A rede *CONTACT* não se define como uma associação juvenil, mas como uma organização de diálogo intergeracional, voltada a auto-aceitação de jovens LGBT, mas sobretudo para a mediação de conflitos familiares. Tanto na visão da rede quando das outras entidades, a *CONTACT* é marcada por lidar com a questão familiar com ênfase nos encontros intergeracionais – vale ressaltar que ela surgiu pela iniciativa de um ex-presidente do *MAG* e os/as jovens têm bastante autonomia nas decisões e ações do grupo, inclusive boa parte dos cargos de responsabilidade são ocupados por jovens, e com um outro detalhe, muitas vezes acima da média da faixa limite aceita pelo *MAG* que é de 26 anos. Assim, há jovens de 26 até 30 que migram do *MAG* para a *CONTACT* ao atingir a idade teto. A *CONTACT* também foi bem ativa nas manifestações observadas, mas em menor número de participantes e menos “chamativa” em relação ao *MAG*, além disso, seu bloco conta com jovens e os/as pais e mães da rede, ou seja, efetivamente intergeracional e familiar.

O *Pôle Jeunesse*, por sua vez, é um grupo ou coletivo no seio de uma entidade maior, o Centro LGBT de Paris. Assim, apesar de surgir da iniciativa jovem, não possui “supervisão de adultos” em suas atividades, possui uma menor autonomia relativa quanto ao destino do grupo organizado, pois a dinâmica do Centro, a mudança de seus quadros e estratégias potencialmente afetam o seu funcionamento, por exemplo: apesar de jovens iniciarem o coletivo, uma das ideias subjacentes é atrair o público juvenil para o Centro, suas atividades, serviços e até quadro de voluntariado. Não deixa de ser uma estratégia interessante de recrutamento e renovação de sua equipe, mas por outro lado, responde não só ao desejo de seus membros juvenis, mas das necessidades ou objetivos da “entidade maior”. Além disso, o *Pôle Jeunesse* **tem se destacado mais como um grupo de convivialidade, busca focar em atividades de integração e lazer**, apesar de não deixar de lado temas importantes aos/às jovens LGBT “mais sérios” como saúde, discriminações e até mesmo política, mas sempre tentando recorrer a dinâmicas mais “lúdicas”, descontraídas. O grupo ainda conta com um público relativamente reduzido comparado às outras associações e ainda está em vias de construir uma identidade, um nicho de atividade específico, mas nessa busca de construir seu próprio espaço, seus/suas co-referentes, transitam, circulam nas outras entidades que trabalham com o público juvenil LGBT, para evitar sobrepor datas de eventos, serviços e ações, assim como buscam estabelecer parcerias. Evitar sobreposições foi citada expressamente na entrevista do grupo, juntamente com os adjetivos por uma relação de respeito ético-político. Essa preocupação de complementariedade também se expressa na faixa etária do *Pôle Jeunesse* que é de 18 a 25 anos, não lida com “menores de idade” – diferentemente do *MAG* na qual a idade permitida varia de 15 a 26 anos.

Ao ver me ver, realmente a proposta de ética e complementariedade ao invés de concorrência parece funcionar consideravelmente bem, mas como afirmou Prearo, esse tipo de dinâmica não é isento de instabilidades e tensões (PREARO, 2014 e 2015). Inclusive, analiso que a própria forma de se auto-denifirem, seus **nichos** de público-alvo e atuação - exclusivamente jovem e mais autônoma, mais política; mais familiar e intergeracional; mais lúdica e parte de um grande Centro de referência, são formas além de evitar a competição, **de demarcar distinção**, de consolidar espaços diferenciados que compõem o mosaico das associações de jovens LGBT, bem como no âmbito do Movimento LGBT. As entidades investem por serem reconhecidas pelo público, pelo Movimento, pelo Estado, por um determinado segmento, forma organizativa e modos de ação – **cada uma busca construir uma reputação sobre esses elementos**. Alguns

exemplos da questão da complementariedade e solidariedade: um/a jovem que chega ao *MAG* com grandes conflitos familiares, a associação encaminha para participar também da *CONTACT*; nesta se alguém chega com grandes problemas de isolamento, falta de amigos/as LGBT indica visitar as atividades do *MAG*. Pude presenciar um dia no qual uma mãe estava desolada com a condição trans de sua “nova filha” durante uma reunião aberta e a *CONTACT* telefonou rapidamente e pediu para um co-presente trans vir para acompanhar o encontro e depois conversar com a mãe – o que de fato prontamente ocorreu.

O *MAG* e a *CONTACT* são membros do Centro LGBT de Paris – o *Pôle Jeunesse* é parte integrante do mesmo. Os três grupos organizados de jovens fazem parte da Inter-LGBT e promovem a Parada do Orgulho de Paris conjuntamente.

Outra importante atividade agregadora do Movimento LGBT, inclusive de jovens, é *Le Printemps des Assocés* [Primavera das Associações], organizado anualmente pela Inter-LGBT e que se constitui como um grande salão de *stands* das associações do Movimento LGBT parisiense e francês - articulando aproximadamente 90 delas, e ainda conta com oficinas e outras atividades culturais. O evento contribui no processo de solidariedade mútua entre entidades, mas também é uma forma de expor publicamente cada associação, seus trabalhos, e contribui para a visibilidade pública das organizações junto à sociedade, ao Estado, mas também oferece mais uma possibilidade de recrutamento de novos membros.

Como explicitiei desde o início, a rede *Le Refuge* segundo a entrevista apesar de ser uma associação, nas suas práticas de acolhimento de jovens LGBT expulsos/as de casa, se caracteriza mais como uma instituição de utilidade pública, um serviço. A rede não foi fundada, nem é mantida exclusivamente por jovens, mas seu público-alvo pertence a faixa etária de 18 a 25 anos. Quando interpelei todos/as meus/minhas entrevistados/as, sobre a existência de outras associações de jovens LGBT em Paris, sem exceção foi citada *Le Refuge*. Outra excepcionalidade em relação à rede é que ela uma das poucas organizações nacionais LGBT que trabalham com jovens e que não teve origem na capital francesa, mas sim na cidade de Montpellier – sudeste da França.

***Le Refuge* tem ao menos dois papéis importantes: faz parte do mosaico de organizações de jovens LGBT, pois qualquer caso de expulsão de um/a jovem, a indicação dos grupos organizados é encaminhá-lo/as à rede – ocupa um lugar de referência e complementariedade no mosaico; além disso, graças à atuação política de *Le Refuge*, a questão da expulsão de jovens LGBT por suas famílias foi**

reconhecida como um problema social e de uma questão de Estado. A entidade se firmou como uma forte interlocutora junto ao Estado francês, e ainda **é uma das poucas organizações cujo financiamento provém majoritariamente por parte da iniciativa privada**, apesar de contar com subvenções públicas nacionais e locais consideradas fundamentais. Durante a entrevista, o “sucesso” de captação junto a empresas se deu justamente pela visibilidade e sensibilização dos casos de expulsões junto ao poder público e a utilização de legislação de abatimento do imposto de renda das doações feitas por entidades jurídicas. A rede não faz parte do Centro LGBT de Paris nem da *Inter-LGBT*, mas eventualmente colabora em parceria com atividades da mesma.

Todas as entidades de jovens LGBT aqui analisadas se constituem enquanto **associações e contam com um sistema de adesão de membros, apesar de não-obrigatória, há uma contribuição mensal, mais comumente anual, fortemente incentivada.** É frequente que seus membros paguem tais cotizações, inclusive em montantes superiores ao mínimo indicado. Quando questionei os/as jovens participantes sobre a “anuidade” para a entidade, para eles/as o valor é considerado baixo, “não pesa no bolso” e “vale a pena pelo trabalho que fazem”.

A questão das doações ou “taxas de adesão” para se tornar um membro pleno interfere em diversos planos da forma organizativa: um membro pagante possui maiores possibilidades de intervenção nas decisões da associação, tem poder de voto e de participação nas eleições da direção, conselho ou até mesmo a se candidatar para concorrer ao cargo de presidência da entidade, por exemplo; a relação de apropriação por parte de jovens também é maior, afinal de contas “é minha associação, eu a mantenho”, o sentimento de pertença, cuidado e de responsabilidade é comumente relatado. Por parte da associação, ela consegue aumentar seu orçamento, o que permite uma maior possibilidade de promoção de atividades e ações; por uma questão de transparência, as associações com adesão financeira também tem que fazer um balanço anual de suas atividades e gastos orçamentários para seus membros e para a sociedade; e por fim, é importante que as associações sejam consideradas sérias, idôneas, para que as pessoas invistam nela, ou seja, há uma preocupação das organizações em consolidar uma boa reputação pública, ações eficazes, para que seja atraente tanto para novos membros, quanto para os já associados.

Todas as entidades são mantidas majoritariamente por voluntários/as. Há dois casos em que há algum profissional assalariado/a: *Le Refuge*, por considerar que trabalha com um grupo muito vulnerável, investiu em um pequeno quadro de

funcionários/as assalariados/as, aproximadamente doze pessoas perante 250 voluntários/as – somente para se ter uma ideia da proporcionalidade. O Centro LGBT de Paris também possui alguns poucos cargos de funcionários/as assalariados/as responsáveis pela gestão/direção da associação. **Nesse sentido, para os/as jovens entrevistados/as em Paris, a militância não se constitui como uma perspectiva de carreira profissional, de profissionalização da prática militante no interior da entidade, como trabalho assalariado.**

Massimo Prearo, pesquisador do Movimento LGBT e ex-coordenador do Centro LGBT de Paris, em entrevista realizada para fins dessa tese⁶⁷, lança uma **hipótese** sobre a emergência de grupos específicos de juventude LGBT: **a juventude está se organizando em grupos próprios, específicos, para além de suas questões em relação a esta etapa da vida, se eles/as formam suas entidades, eles/as também têm maior poder de decisão e ação.** Por exemplo, para ocupar altos cargos de responsabilidade no Centro LGBT, a pessoa tem que ter construído uma sólida trajetória no meio LGBT e tem que manter a reputação da entidade, lidar com as representações políticas, convênios de captação e gerenciamento de recursos, logo, é muito difícil um/a jovem, ainda nesse período da vida, poder ocupar um importante posto de comando no seio de uma grande organização, o que é por outro lado é mais viável em um grupo organizado menor e exclusivamente juvenil. **Complementando essa hipótese, acrescento que como há alta rotatividade de membros, inclusive por ter uma idade teto, as associações de jovens LGBT também permitem maior possibilidade de ascensão em cargos de responsabilidade com maior facilidade entre esse público.**

Retomando o tema sustentação financeira, **à parte de *Le Refuge* – com seu êxito junto ao setor privado, todas as outras associações são financiadas majoritariamente com subvenções públicas nacionais ou locais**, mesmo que as adesões de membros sejam consideradas imprescindíveis para a ampliação e visibilidade das suas ações, elas representam uma parcela relativamente pequena do montante total de seus orçamentos.

Em todas as entrevistas realizadas em Paris, é comum, “é naturalizado”, que o Estado francês e instituições públicas financiem organizações da sociedade civil, em seus mais diversos âmbitos e temas. Em relação aos subsídios às organizações de jovens LGBT, eles se dão por conta de algumas questões que se tornaram “questão de Estado”: prevenção ao suicídio; expulsão de jovens LGBT por suas famílias;

⁶⁷ Entrevista informal.

prevenção ao aumento das DST/Aids – que está ocorrendo sobretudo entre jovens gays do sexo masculino; e discriminação no ambiente escolar. Nesse aspecto é difícil analisar a que ponto o subsídio é uma questão de direito, de proteção de minorias ou em que medida está relacionada a uma complementariedade de políticas e serviços públicos em determinadas “questão de Estado” – quando me refiro a este termo quero enfatizar que os governos efetivamente reconhecem publicamente que um determinado problema ou tema é prioritário e que devem ser concretamente enfrentados politicamente e socialmente. De qualquer maneira, as entidades têm bastante clareza de que devem realizar ações que deem conta dessas questões de Estado para ter acesso, manterem ou aumentarem os financiamentos públicos.

Outro ponto sobre sustentabilidade financeira, tem a ver com “o peso e burocracia do Estado na França” e com governos de esquerda. Questionei as associações se essa “dependência” de financiamentos públicos não era prejudicial à manutenção da organização, se elas não passavam por períodos com menores recursos ou até mesmo quando governos mais conservadores assumiam o controle, as respostas foram unânimes: **não!** Na visão dos/as entrevistados/as, a França se constitui como um Estado de Bem-Estar Social, para o bem e para o mal, há elogios e críticas, mas a partir do momento em que as organizações são reconhecidas pelo Estado, passam a receber seus recursos, sendo que politicamente e socialmente é muito malvisto um governo que reduza subvenções em áreas “sociais” e junto à sociedade civil. Ainda, os convênios entre Estado e entidades são muito burocráticos e não são tão facilmente rompidos, por conta de o que se referem à grande burocracia e peso do Estado francês, de o caracterizam como muito “pesado e lento”, inclusive para cortar recursos, desse modo mesmo em momentos de crises e de governos abertamente opositoristas às questões LGBT, isso não altera significativamente a manutenção dos repasses de verba. Por outro lado, quando são governos mais “pró-LGBT”, sobretudo mais associados aos partidos de esquerda, foi relatado que há um aumento das verbas disponíveis, maior facilidade de estabelecer novos convênios, ou seja, não importa se é a “direita” ou a “esquerda” que está no poder, as subvenções continuam, porém quando é a esquerda que está no comando, há maiores e melhores possibilidades em termos de oportunidades de parcerias e acesso a recursos públicos. Mesmo os/as entrevistados/as que não se identificam com a esquerda e criticam o “tamanho excessivo” do Estado de Bem-Estar Social, eles/as não discordam de que são governos de esquerda os mais “permeáveis” e “generosos” com o Movimento LGBT.

Relembrando que assim como no Brasil, a partir de argumentos muito similares, as associações francesas sem exceção se autodefinem como apartidárias.

Um exemplo concreto foi o ano de 2013, sob a discussão da tramitação da lei sobre o Casamento para todos – que equiparou o casamento entre heterossexuais e homossexuais. Aquele foi um ano marcante segundo todas as entrevistas realizadas em Paris diversos aspectos: muita brutalidade e agressividade nas discussões políticas e sociais, manifestações de pessoas pró e contra a equiparação se enfrentavam violentamente nas ruas. Esse caso está muito marcado na memória de todos/as entrevistados/as que já eram engajados nesse período, há um sentimento de “trauma” desse período. **De todos os modos, era um governo considerado de esquerda que estava no poder e apesar de toda a violência e divisão política e da opinião pública o *Marriage pour tous* foi aprovado. Nesse período, não houve redução dos repasses de verbas públicas nem do Governo Nacional, nem instâncias locais. Por outro lado, algumas instituições para parcerias e atividades LGBT, como por exemplo, as escolas excepcionalmente passaram a cancelar as intervenções realizadas com as associações de jovens, e as discussões nas mesmas passaram a sofrer maior resistência por parte de professores/as presentes nas intervenções e até mesmo por parte de alunos/as.** Para exemplificar de forma mais concreta esse “clima de violência”: o relatório de violência homofóbica da *SOS Homophobia* em 2012 registrou 1.977 denúncias de violações; *em 2013 os casos aumentaram para 3.517*; e em 2014 houve uma redução para 2.197 ocorrências (SOS HOMOPHOBIE, 2015).

Se 2013 foi um ano traumático e muito desgastante para a militância LGBT, por outro foi um “teste de resistência”, **o Movimento LGBT se uniu fortemente para resistir** – lembrando as análises de Prearo na qual em momentos decisivos as associações LGBT conseguem se apoiar, se solidarizar e criar uma plataforma de ações comuns (PREARO, 2014). O resultado foi que, apesar da dura resistência dos setores conservadores, a lei sobre equiparação do casamento foi aprovada e os subsídios aos movimentos LGBT foram mantidos. Passados alguns meses da aprovação do *Marriage pour tous*, a situação social, política e as ações das associações LGBT juvenis reestabeleceram sua normalidade, inclusive após o “susto” e “desgaste” e com a lei em vigor, os relatos indicam que o espaço para promoção de atividades LGBT inclusive foi ampliado, **o reconhecimento do casamento, apesar de fortes pressões, deu maior margem de justificativa e apoio para a realização de ações – foi mais uma avanço do reconhecimento Estatal e da sociedade dos temas LGBT.**

Outra característica comum a todas essas entidades parisienses e que diz respeito ao processo de “**profissionalização da organização**” (SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SIMÉANT, 2001a e 2001b) é a sua **preocupação com o recrutamento e seleção de seus/suas voluntários/a**, que tem a ver tanto com o **aspecto da reputação junto ao Estado, sociedade e jovens LGBT**, mas principalmente com a necessidade de realizar um **bom processo de acolhimento de jovens que chegam extremamente fragilizados em sua maioria; eles/as devem se sentir incluídos/as sobretudo no início descrito como difícil e deliciado no processo de inserção nas atividades de convivialidade**, pois chegam muito retraídos/as, “perdidos/as”. E ainda, **como todas as associações prestam algum tipo de apoio ou assistência, seu quadro de jovens coordenadores/as deve ser capaz de identificar as necessidades dos/as novos acolhidos/as e encaminhá-los/as aos serviços e atividades de modo individualizado e eficaz de acordo com os problemas que estão enfrentando nesse momento de contato inicial com a entidade.**

Sobre serviços e ações, quero retomar mais um exemplo de como funciona a **questão do mosaico entre organizações juvenis em Paris, em particular as IMS – Intervenções no meio escolar**: existem três organizações que fazem esse trabalho - a SOS Homophobie, não analisada para fins dessa tese pois não é um grupo especificamente juvenil, o *MAG* e a *CONTACT*. Em alguma medida o *MAG* e a *CONTACT* realizam ações concorrentes, mas entre elas e entre as instituições de ensino, buscaram criar conteúdos, métodos e formas distintas de atuação, que dão resposta a contextos diferentes. O *MAG* trabalha com interventores/as até 30 anos no máximo, fazendo questão que seja uma ação de jovens para jovens e aborda o tema gênero e sexualidade; a *CONTACT* por sua vez trabalha em pares: um/a adulto/a e um/a jovem – ou seja, busca representar pais/mães e jovens LGBT, e sua temática é mais ampla: trata de preconceitos e intolerâncias de modo mais geral como por exemplo, étnico-raciais, religiosos, mas também sexismo e homofobia.

Daí decorrem algumas análises: as entidades se diferenciam entre si – uma formação de jovens para jovens e especificamente com o tema mais LGBT – há uma empatia entre as juventudes e toca a ferida da homofobia mais diretamente, e a outra acredita que juntar adultos/as e jovens e tratar discriminação de forma mais ampla permite entrar em ambientes escolares mais “conservadores”. As instituições escolares, acabam escolhendo uma ou outra iniciativa, ou inclusive revezando as intervenções de ambas, de acordo com a necessidade ou problemas que a escola está passando em um determinado momento ou buscando um equilíbrio de abordagens. Nesse processo, apesar de existir

alguma concorrência, verifica-se a criação de nichos, propostas e respostas para lidar com o heterossexismo na educação formal por meio de métodos e abordagens distintos.

Um esclarecimento importante é que as intervenções nas escolas fazem parte do currículo francês oficial e obrigatório, sobretudo no que diz respeito à promoção do universalismo e combate aos preconceitos e discriminações⁶⁸, inclusive contanto com subsídios financeiros públicos às organizações que as promovem. Quando perguntei aos/às entrevistados sobre como funcionava o processo para realizar tais intervenções, se a escola buscava os grupos de jovens LGBT ou vice-versa, a resposta é ambos caminhos ocorrem, mas o mais comum é que as escolas busquem as entidades, e ainda que no geral as parcerias são duradouras, quando as instituições escolares gostam de uma das metodologias, as adotam para os semestres e anos seguintes, senão mudam e testam a outra. Eventualmente, as organizações fazem campanhas de divulgação junto as escolas sobre a possibilidade de promover tais ações.

No que tange a questão do universalismo: **a estrutura do Estado na França, assim como sua classe política, sociedade e jovens engajados/as apresentam um “ideal de universalismo muito forte”** – demonstrado tanto na literatura (MUXEL, 2010a e 2010b) quanto pelos relatos coletados. Para compreender como funcionava a institucionalização do combate ao heterossexismo nas instituições políticas tradicionais, nos órgãos públicos franceses, realizei entrevistas com pesquisadores/as do Movimento LGBT e junto aos/às jovens engajados/as. **Diferentemente do Brasil, não foram criadas estruturas políticas específicas para o público LGBT, ou para outros segmentos populacionais de modo geral**, por exemplo, no Brasil existe ministérios, secretarias, coordenadorias LGBT, de mulheres, negros/as etc, isso dificilmente ocorre no contexto Francês, as questões LGBT de Estado como expulsão de jovens LGBT por suas famílias fica à cargo da Assistência Social; a discriminação nas escolas pelo Ministério da Educação; os casos de suicídio e DST/Aids no Ministério da Saúde, o que quero dizer, que apesar de existirem ações e serviços pontuais juntos a determinados públicos, elas estão dentro de uma política geral e universalista: combate à intolerância na escola; programa nacional de combate ao suicídio; prevenção DST/Aids. O acolhimento e a prestação de serviços podem ser focalizadas/segmentadas em determinados públicos ou

⁶⁸ Consultar a lista de legislações sobre o tema sexualidade e educação no Portal Nacional dos Profissionais de Educação (França). Disponível em: <http://eduscol.education.fr/cid46861/textes-de-reference.html>. Acesso em: 02/01/2016.

questões, mas isso não reflete na estruturação político-burocrática dos órgãos governamentais instituídos e responsáveis por implementá-los. Minhas perguntas sobre órgãos específicos para pessoas LGBT, seja no âmbito nacional ou local, não fazia nenhum sentido junto aos/às entrevistados/as até que eu explicasse detalhadamente o que eu queria dizer a partir de como a “transversalidade”, “especificidade” e “segmentação” funcionava no Estado brasileiro (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Todas as associações em Paris analisadas possuem *websites*, relativamente atualizados e ricos em materiais, informações sobre a entidade, notícias, publicações, parcerias e financiamentos. Também como no Brasil, **o eixo da comunicação foi deslocado para o Facebook, é o principal canal de debates e troca de informações online, mudanças de datas, manifestações ou temas mais urgentes circulam sobretudo nesta rede social.** Nos sites, pelo tema da reputação, transparência e relação com associados/as, as entidades publicam anualmente seu relatório de atividades e ações e documentos/pautas mais importantes – mas também o fazem em suas páginas e grupos no *Facebook*, em geral mais prontamente.

Por fim, uma última característica que vou tratar do mosaico das associações parisienses de jovens LGBT é seu **processo de expansão em rede nacional.** Como no Brasil, ao invés de criarem novas entidades inspiradas em certos modelos, há um processo de criação de grupos organizados locais e regionais, muitas vezes filiais, que vão se articulando em rede nacional, em um processo que todos ganham em escala, participantes, reputação, visibilidade e peso político e social. A exceção é o *Polê Jeunesse*, além de ser um subgrupo do Centro LGBT, ainda é muito recente, logo é o único que não tem investido nesse processo de expansão nacional. Há uma grande preocupação de levar apoio, acolhimento, convivialidade aos/às jovens LGBT de cidades de médio e pequeno porte, onde não há “gueto gay”, e os/as jovens se encontram ainda mais isolados, vulneráveis e desamparados em termos de lazer, organizações e serviços.

2.2. Algumas diferenças, similaridades e correlações entre as organizações de jovens LGBT em São Paulo e as associações de jovens LGBT em Paris

Neste ponto retomo o exercício de alteridade entre os contextos bastante distintos entre as organizações de jovens LGBT em São Paulo e as associações juvenis LGBT em Paris.

Primeiramente, não é evidente que haja em uma cidade ou país grupos organizados especificamente voltados e levados a cabo por jovens LGBT. Antes de decidir Paris como meu campo para o doutorado-sanduíche realizei uma pesquisa em outros países e em muitos não encontrei um Movimento juvenil LGBT.

Em termos de metrópole, São Paulo e Paris apresentam algumas similaridades estruturais: são grandes centros urbanos, a primeira é a maior cidade do Brasil e a segunda é a maior cidade e capital da França, ambas têm um peso demográfico, político e econômico importante na vida de seus respectivos países e em suas regiões para além de suas fronteiras nacionais.

O Brasil é uma República Federativa, ou seja, é composto de unidades politicamente, administrativamente e legalmente autônomas – o Estados, que por sua vez cada qual elege políticos/as que constituem o Governo Federal. A França por sua vez é uma República Unitária, no qual a preeminência é do Governo Nacional abaixo do qual não há unidades politicamente e legalmente autônomas, mas tal governo pode estabelecer Regiões, que são unidades administrativas, mas não possuem independência política nem jurídica. Exemplificando de outro modo: no Brasil cada Estado possui sua própria câmara de deputados, pode estabelecer sistemas de saúde, educação e segurança, além de suas próprias constituições estaduais; na França a lei, a educação, a saúde e a segurança, por exemplo, é uma atribuição exclusiva do Governo Nacional, no qual as Regiões administrativas não tem competência sobre essas áreas.

Essas explanações são necessárias, pois os respectivos sistemas de organização política, assim como a dimensão territorial e populacional devem ser levadas em conta ao analisar cada um dos contextos. Se na França, o Movimento LGBT e suas associações jovens se concentram e surgem sobretudo a partir de Paris, no Brasil apesar de São Paulo ser uma espécie de epicentro político, inclusive no surgimento do Movimento LGBT, possui uma exclusividade menor em relação ao peso da centralidade da capital francesa. No Brasil a emergência do Movimento LGBT se dá inicialmente no Eixo Rio-São Paulo e posteriormente se expande para todo o país (FACCHINI, 2005; FACCHINI e

FRANÇA, 2009; MacRae, 1990; SIMÕES e FACCHINI, 2009) e na França há uma grande predominância do Movimento em Paris, apesar de também passar por um processo de “interiorização” em direção a outras cidades de grande e médio portes (BROQUA e FILLIEULE, 2006; PREARO, 2014).

Em termos práticos no que diz respeito a atuação do Movimento LGBT, no Brasil a ação pode visar a incidências em legislações, políticas públicas ou buscar subsídios financeiros nos âmbitos municipais, estaduais e/ou federal. Na França, a incidência quanto a mudanças legislativas e diretrizes das políticas públicas devem ser realizadas junto ao Governo Nacional e eventualmente alguma melhoria dos serviços e subsídios públicos também podem ser reivindicados junto aos municípios, sendo praticamente inexistente a atuação no âmbito das Regiões administrativas.

Outra distinção em relação ao sistema político é o peso e influência da União Europeia (UE) no caso da França: Massimo Prearo chama a atenção que avanços legislativos no âmbito da UE também tem reverberações nas leis de seus Estados-membro, assim como o foco de atuação da militância LGBT. Porém faz uma ressalva, esses avanços motivam respostas diferenciadas, são traduzidos de acordo com o contexto nacional de cada país, ou seja, alguns países aprimoram suas leis e políticas em consonância com as diretrizes da EU e outros buscam refutá-los no seu espaço nacional no que diz respeito às questões LGBT (PREARO, 2015). O Brasil apesar fazer parte de blocos econômicos e políticos como o Mercosul, este exerce pouca influência na legislação nacional se comparado à estrutura política da União Europeia junto aos seus Estados-membros.

Uma outra importante diferença entre Brasil e França diz respeito ao modelo de “legalização” ou “formalização” das entidades da sociedade civil: no Brasil é mais comum os grupos organizados se formalizarem enquanto Organizações Não-Governamentais e na França, eles o fazem enquanto Associações. Isso tem um profundo impacto no funcionamento da organização, sua manutenção e recrutamento de membros, como foi anteriormente exemplificado no caso do Movimento LGBT. Pois, a forma associativa francesa pressupõe uma taxa de adesão e no Brasil, particularmente em São Paulo, segundo as entrevistas realizadas, as entidades de jovens LGBT tentaram implantar esse sistema de doações ou de cotizações em diversos momentos, mas sem sucesso, como dizem, a prática “não pegou”.

Ainda sobre essa formalização das entidades da sociedade civil, no Brasil nos últimos anos se tem discutido uma readequação legislativa da institucionalização das

ONG e de sua relação com a sociedade e o Estado em torno do que se tem chamado sobre a criação de um “novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”, que dentre outros temas discute o papel do Estado em relação às parcerias e financiamentos públicos às entidades da sociedade civil e possibilidades de doações de pessoas físicas e jurídicas com abatimento do Imposto de Renda⁶⁹. Na França há um maior estímulo à organização e financiamento da sociedade civil e em menor medida uma terceirização de serviços do Estado para as ONG (SINGER, 2011).

Ainda em relação aos subsídios públicos na França, estes fortalecem os processos de transparência e de “resultados”, assim como influenciam e possibilitam um maior investimento em profissionalização nas entidades em Paris. No Brasil, apesar da pouca subvenção e não-cotização, processos de profissionalização também estão em curso, mas também em baixa intensidade.

A avaliação que tenho é que as associações juvenis LGBT em Paris, não teriam o potencial e capacidade de ação que tem se não fosse os subsídios estatais somados às taxas de adesão. Em São Paulo, o financiamento das associações de jovens LGBT é precário em termos de subvenções públicas e personalista no sentido que muitas vezes é um ou um número bastante reduzido de pessoas que conseguem manter a entidade funcionando com base em aportes financeiros e parcerias pessoais. Ainda sobre a realidade destas, frequentemente foi relatado que somente para se manter enquanto uma ONG é um dispêndio considerável de recursos financeiros somente para realizar a manutenção

Outro aspecto em torno da sustentabilidade financeira é que de acordo com as entrevistas realizadas, no Brasil mesmo quando há algum financiamento público, ele é extremamente burocrático e a alocação de recursos limitada, muitas vezes impedimento custeios com pessoal e infraestrutura. Em Paris, há maior flexibilidade no uso dos recursos – além de maior facilidade de acesso e montantes superiores e mais constantes, menos volúveis ao “clima político do momento”, sobretudo me parece que há um interesse do Estado no investimento em infraestrutura, um dos pilares para a existência e

⁶⁹ Sobre as discussões em relação ao novo Marco Regulatório das ONG consultar as publicações: o *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil* (Governo Federal). Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/mrosc/publicacoes/cartilha-mrosc>. Acesso em: 02/01/2016. Tal como: *Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática* (ABONG). Disponível em: <file:///C:/Users/marce/Desktop/Marco%20Legal.pdf>. Acesso em: 02/01/2016.

manutenção das associações. Por outro lado, não estou afirmando que na França e em Paris também não exista uma lógica de subsídio público com base em prestação de serviços por parte das associações, assim como no Brasil (SINGER, 2011). De todos os modos, os termos das parcerias são outros e mais sustentáveis a longo prazo na França e este governo se mostra mais empenhado em se responsabilizar e desenvolver políticas e serviços públicos com base em um Estado de Bem-Estar Social.

Estou sugerindo que apesar das distinções nacionais/locais, há processos internacionais similares, o que não é uma novidade em relação a internacionalização dos movimentos sociais que envolve trocas de experiências e plataformas de ações e reivindicações comuns, incluindo aqui o Movimento LGBT (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; PREARO, 2014 e 2015; SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SIMÉANT, 2001a e 2001b; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Por exemplo, o Movimento na França e no Brasil partilham da demanda de criminalização da homofobia – bem sucedido no primeiro país e ainda em disputa política no Brasil; a equiparação do casamento heterossexual e entre pessoas LGBT – que foram obtidas no mesmo ano em ambos países 2013, apesar de vias muito distintas, na França pelo legislativo e no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e aprimorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a adoção da sigla ou “fórmula” LGBT no decorrer dos anos 2000 nos dois países, processos federativos e de articulação em rede entre o Movimento LGBT, entre seus segmentos específicos e também alianças com outra lutas da sociedade civil, novamente cada um à sua maneira. Nos dois contextos os movimentos passaram ao longo de sua existência por um processo de especificações temáticas e de público: jovens, religiosos, esportivos e de multiplicação de identidades, passa-se de um movimento “homossexual”, inicialmente quase que exclusivamente masculino para o Movimento LGBT. Tanto no Brasil como na França a epidemia do HIV/Aids apesar de em um primeiro momento desarticular o Movimento LGBT, posteriormente contribuiu para a sua união e estreitamento de relações com o Estado ao longo dos anos de 1980 e 1990 (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; PREARO, 2014 e 2015; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Em contrapartida, mesmo com processos e demandas comuns e internacionais do Movimento LGBT, Prearo, por exemplo, aponta como as reivindicações, as formas de organização e ação, a sua relação com Estado e sociedade tomam contornos distintos de acordo com a localidade e contexto de cada país. Este quando analisa o modo de atuação do Movimento LGBT na França e na Itália, que apesar de serem países vizinhos, traduzem

e concretizam suas reivindicações e modos de organização de forma bastante diferentes, ainda que ambos os países estejam sob a jurisdição da União Europeia, possuem intenso intercâmbio, passam por processos similares de readequação legislativa, de especificação e adotam a “fórmula LGBT” ao longo dos anos 2000, mas na Itália o impacto de tais processos têm desarticulado e desestabilizado o Movimento LGBT, assim como o legislativo e a sociedade italianos ainda são bastante refratários a adoção de leis igualitárias como a equiparação dos casamentos heterossexuais e LGBT (PREARO, 2015).

Lanço a hipótese que dentre processos semelhantes, mas que por outro lado se traduzem de forma distintas em relação ao Movimento LGBT, mais especificamente dentre as organizações juvenis tanto na França quanto no Brasil, **há uma centralidade do heterossexismo, no sentido que ela é tão forte e arraigada na ordem social dos dois países, que acabam produzindo e reproduzindo conflitos de base entre jovens que são extremamente similares ao longo do tempo**: será que sou LGBT? Como lidar com ser LGBT na família, com amigos/as, na escola, no trabalho? Assim como casos recorrentes de isolamento, depressão e ideia suicida. Esses conflitos, apesar de possuir nuances, afeta jovens LGBT de todas “classes sociais”, etnias, religiões, profissões, níveis educacionais etc.

Ainda que os relatos em Paris e em São Paulo apontem que historicamente as sociedades estão cada vez mais abertas às mudanças sociais e políticas LGBT, há um sentimento geracional que com o passar do tempo o heterossexismo vem se abrandando, os principais problemas de fundo entre jovens LGBT seguem sendo os mesmos e para os/as jovens “em conflito”, dito de outra maneira, mesmo que efetivamente seja possível verificar avanços problemas estruturais em relação a homofobia seguem se reproduzindo a ponto de serem os temas das ações dos grupos organizados juvenis.

Assim a questão central perseguida pelos grupos de jovens LGBT em São Paulo e Paris pode ser resumida a uma palavra: igualdade. Essas organizações buscam com que os/as jovens LGBT tenham uma vida similar a de seus pares heterossexuais: construir relações de amizade e amorosas em pé de igualdade, poder se expressar publicamente de igual forma, terem acesso aos serviços públicos com a mesma dignidade e sem ter que “inventar uma vida dupla”. É a partir do eixo da igualdade que suas ações coletivas são estruturadas, procurando formas de diminuir e superar essas distinções em esfera pessoal, coletiva, social e política, seja no Brasil ou na França.

Também foi possível verificar a existência de padrões análogos de formas organizativas e temáticas entre os grupos juvenis em São Paulo e Paris: o E-jovem e o *MAG* buscam fundar organizações completamente geridas e mantidas pelos/as próprios/as jovens LGBT e as duas participam de uma mesma rede internacional de jovens LGBT – a IGLYO; GPH/Purpurina e *CONTACT* buscam dar conta dos problemas gerais dessa juventude, mas também e sobretudo dos conflitos familiares e da “inserção social” dos jovens LGBT – com um apoio e supervisão de adultos/as nesse processo por meio do intercâmbio intergeracional, apesar que de modos distintos; Tanto o JA quanto o *Pôle Jeunesse* se constituem enquanto grupos organizados no seio de entidades maiores, no primeiro caso a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e no segundo no Centro LGBT de Paris.

Ainda sobre similaridades no Brasil e na França foi possível identificar: a quase exclusividade dos quadros militantes voluntários/as, que por sua vez passam por um processo de formação para serem efetivamente incorporados/as às respectivas organizações – o que faz parte do que tenho chamado de profissionalização das estruturas desses grupos; assim como a execução de ações que deem respostas concretas, efetivas e rápidas às necessidades mais pontuais de seus membros, ao mesmo tempo aliadas a mudanças estruturais junto ao Estado e sociedade. Por outro lado, essa profissionalização das entidades não se converte em possibilidades de construção de carreira profissional para os/as jovens engajados/as nem em suas organizações e majoritariamente nem no engajamento em partidos políticos ou na política tradicional – com algumas exceções do E-jovem que ao contrário de absolutamente todas os outros grupos analisados se define como suprapartidária, enquanto todo o conjunto de organizações juvenis LGBT se autodenomina apartidário.

Por meio das análises das organizações de jovens LGBT e suas formas de engajamento é possível ampliar o rol das novas formas de ação e também do que chamo de hibridismo - o diálogo com “velhas” formas ação e sua relação com Estado e partidos: todos os grupos têm por base a priorização do acolhimento, apoio mútuo, sociabilidade/convivialidade e a prestação de serviços para lidar com as questões mais imediatas de cada membro do grupo. Esse foco no pessoal e no cotidiano é uma característica marcante em todas elas. Porém, isso se dá sem se abrir mão de buscar transformação em cada esfera conflitiva do cotidiano, demandas e parcerias junto ao Estado, mais ações de mudanças de mentalidades e comportamentos da sociedade e da

opinião pública. Assim, o Estado se constitui como um alvo, muitas vezes secundário, de reivindicações, sendo que a prioridade é o bem-estar daqueles/as que buscam tais grupos.

No que diz respeito a essas questões aparentemente mais pessoais e de âmbitos cotidianos, avalio como delimitação da materialidade/objetividade das reivindicações e ações das entidades juvenis LGBT no que tange os pontos da ordem social, das estruturas da sociedade, nas quais buscam incidir e promover mudanças: família, escola, trabalho, leis e serviços públicos. As organizações analisadas estão empenhadas na promoção de criação de materiais (in)formativos e ações tanto para seus membros quanto para a atuação nessas diversas áreas do cotidiano, da mudança de mentalidade da opinião pública, assim como de estruturas sociais mais abrangentes.

No que diz respeito à intervenção nas escolas, foi apontado que é um local onde os/as jovens são particularmente mais expostos/as a situações de discriminação com influências negativas na sua sociabilidade escolar, rendimento, desempenho, acesso e permanência. No Brasil, gênero e sexualidade constam no currículo nacional por meio do Parâmetros Curriculares Nacionais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, assim como faz parte do currículo oficial francês. Em ambos contextos existem resistências por parte das instituições escolares, mas no caso do Brasil, o tema não é de fato amplamente institucionalizado, no sentido de ser uma realidade na educação nacional; na França e em Paris, a grade curricular além de prever conteúdos contra as discriminações e intolerâncias, estipula mecanismos de parceria entre Estado, instituição escolar e sociedade civil para realizar tais intervenções e ainda estas contam com subsídios públicos para realizar tal tarefa. Em São Paulo, as entidades fazem intervenções a partir da demanda e situações concretas de discriminação com algum de seus membros ou por conta de um convite de uma escola que está passando por problemas com jovens LGBT, ou até mesmo com professores/as ou funcionários/as, mas não é exatamente institucionalizado, é uma formação “sob demanda” de cada estabelecimento educacional, executado de forma pontual.

Ainda sobre educação, uma reflexão de alteridade reversa, a partir da visão de um pesquisador brasileiro sobre a França, é a influência da crise da auto-aceitação, depressão, isolamento e conflitos nos diversos âmbitos em um momento crucial da trajetória educacional de jovens LGBT franceses: o período do *baccalauréat* – mais conhecido como BAC, que é o exame nacional de acesso à universidade, similar ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Brasil. Esse é um momento de muito estresse, angústia e expectativa para os/as estudantes franceses/as, pois a nota que o/a aluno/a obter no BAC

ficará para sempre no seu dossiê escolar e não há possibilidade de refazê-lo como ocorre no caso do ENEM. Assim, pude notar que os/as jovens, nesse período educacional tomam um extremo cuidado para evitar conflitos nas esferas cotidianas para interferir o mínimo possível no seu desempenho no BAC, dessa forma, muitas vezes os/as jovens LGBT tendem a adiar sua “saída do armário” antes do exame. Segundo os relatos, além disso, no sistema educacional francês uma vez escolhida uma carreira a ser estudada no ensino superior, ela se torna uma decisão “quase que permanente e sem volta” e como alternativa para contornar essa situação, quando se quer mudar de carreira, os/as estudantes têm que recorrer a estudos em outros países cuja a mobilidade educacional seja maior e o diploma reconhecido pelo Ministério da Educação francês. Nesse aspecto, o Brasil apresenta maior possibilidades e mais flexíveis, no sentido de prestar novamente o ENEM e/ou de trocar de carreira sem muitos problemas grandes problemas, em relação à França.

Apesar da maioria das características das novas formas de militância e de engajamento de jovens estarem presentes nos grupos organizados juvenis LGBT, uma questão me chamou a atenção em relação a participação em manifestações públicas, pois pude verificar com base nas entrevistas, que por conta do estigma social, questões de auto-aceitação, conflito com família, amigos/as, escola/faculdade e trabalho, muitos/as dentre eles/as por mais que se interessem por essa modalidade de participação política, não o fazem com receio de exposição, de serem reconhecidos, de terem suas vidas expostas em ambientes já conflitivos. Ser um/a jovem LGBT e o medo de sanções e discriminações em alguma medida interfere e reduz seu potencial protestário em ações públicas.

No que tange aos espaços de participação, como foi dito anteriormente, não há órgãos e conselhos públicos específicos LGBT na França, como ocorre no Brasil, pois naquele país presam pelo “universalismo”. Porém, existem em particular conselhos de juventude, pois o Estado francês busca dar resposta ao crescente nível de abstenção eleitoral e participação política tradicional entre jovens (BECQUET, 2014; BECQUET e DE LINARES, 2005; MUXEL, 2010a e 2010b). O único caso explícito de participação em algum espaço similar a esses é a uma parceria entre o *Pôle Jeunesse* e a Prefeitura de Paris, no qual se busca incentivar que jovens LGBT integrem uma rede de ação jovem intitulada Rede de Juventude. No caso do Brasil o E-jovem busca mais ativamente participar desses espaços da forma mais ampla possível, em diversos temas e âmbitos: Municipal, Estadual, Federal, e eventualmente o Purpurina também o faz, mas sobretudo por meio de sua presidente, Edith Modesto. Vale lembrar que há uma interessante

estratégia observada nas organizações juvenis LGBT em São Paulo, em diversos momentos, elas trazem a “política” – institucional, para dentro do grupo, convida políticos, gestores/as ou técnicos/as para debaterem questões no espaço de encontro das organizações, o que não deixa de ser uma forma de incidência na política tradicional, mas no qual o diálogo e as demandas são tratados no “aconchego” do grupo e com a participação a qualquer membro interessado.

Brasil e França partilham de alguma questão no rol de preocupações das entidades de jovens LGBT e com o apoio do Estado: a prevenção e contenção do aumento dos casos de DST/Aids, sobretudo entre jovens gays do sexo masculino. Porém, o Estado francês incorpora enquanto política uma gama maior de questões como: programas contra suicídio, expulsões de jovens LGBT pela família e o combate à intolerância e preconceito – sobretudo por meio das intervenções nas escolas. O suicídio figura na lista de inquietações dos grupos analisados também no Brasil, mas não há uma política de Estado nem geral nem específica LGBT, ou melhor, segundo especialistas, a política brasileira é de “não tratar do assunto, com receio de incentivar ainda mais tendências suicidas”⁷⁰, apesar do país apresentar um aumento do suicídio juvenil, considerada segunda causa de morte depois de acidentes de trânsito⁷¹, e como em outros países a juventude LGBT é um público bastante vulnerável nesse sentido (TEIXEIRA FILHO; RONDINI, 2012).

Ainda sobre o Brasil, apesar de o Purpurina buscar trazer a relevância do tema expulsão dos jovens LGBT e reivindicar uma “casa de passagem” aos moldes da rede *Le Refuge*, a matéria não ganhou o peso político e social a ponto de se instituir enquanto política de Estado. Por fim, a educação é outro tema que as organizações de jovens no Brasil tentam incidir, mas com muita resistência e avanços pontuais, novamente, não se traduzindo em uma questão de Estado – por exemplo, a temática de gênero e sexualidade

⁷⁰ Artigo: *Taxa de suicídio entre jovens cresce 30% em 25 anos no Brasil*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/06/1292216-para-cineasta-que-fez-filme-sobre-suicidio-da-irma-desinformacao-leva-a-tragedia.shtml>. Acesso em: 02/01/2016.

⁷¹ Artigo: OMS: Suicídio já mata mais jovens que o HIV em todo o mundo. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922_suicidio_jovens_fd. Acesso em: 02/01/2016.

está praticamente ausente dos recentes debates sobre a reforma da Base Curricular Nacional Comum^{72 73}.

Uma observação e análise fundamental é que são as “questões de Estado” as que propiciam e de certa forma justificam a possibilidade de financiamentos públicos junto às organizações de jovens LGBT em Paris e em São Paulo, mas com acessos e lógicas distintas em cada país como discutido anteriormente neste tópico.

Ainda sobre sociabilidade e convivialidade é interessante como todas as organizações criam espaços e momentos de livre circulação no grupo, um tempo livre em torno de “comes e bebes” no qual os membros podem se aproximar daqueles que mais chamam a sua atenção, que apresentam questões similares ou que em seus relatos dão respostas às inquietações uns/umas dos/as outros/as, fortalecendo os laços de amizade e comunidade dentro dos encontros formais. Para além destes, os/as jovens frequentemente marcam atividades fora dos dias e horários das reuniões das organizações, criam “círculos paralelos e complementares” de amizade e afetividade para além do espaço oferecido pelas instituições - muitas vezes se apropriando e ocupando circuitos de estabelecimentos LGBT ou locais “*gay friendly*”, o que por sua vez contribui no processo de autoestima, sair do isolamento e inclusive no fortalecimento da integração no seio da entidade bem como no recrutamento e retribuição dos/as jovens engajados/as.

Quero trazer ainda uma última problematização com base no exercício de alteridade: **o tema da religiosidade**. Tanto no Brasil como na França é recorrentemente apontado que grande parte dos casos de homofobia tem por base o fundamentalismo religioso. Em São Paulo as entrevistas indicam que esses casos são mais comuns entre fundamentalistas evangélicos/as, seguidos de católicos. Em Paris, são apontados/as muçulmanos/as, católicos/as e judeus/judias mais “tradicionalistas”. Analisando o perfil religioso, me chama atenção que a França é um considerado um dos cinco países mais ateu do mundo, variando de 30% a 40% da população dependendo da pesquisa⁷⁴, mas ainda assim apresenta grande resistência quanto a questões LGBT. O que quero apontar

72 Texto inicial de debate da Base Curricular Comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 02/01/2016.

73 Artigo de imprensa no qual discuto a quase ausência da questão de gênero e sexualidade na Base Curricular Nacional Comum. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/>. Acesso em: 02/01/2016.

74 Artigo: Mais da metade dos franceses dizem não possuir nenhuma religião. Disponível em: http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2015/05/07/une-grande-majorite-de-francais-ne-se-reclament-d-aucune-religion_4629612_4355770.html. Acesso em: 02/01/2016.

é a relação entre heterossexismo e fundamentalismo religioso e por outro lado, em relatos com entrevistados/as para essa tese em São Paulo, a “forte religiosidade no Brasil” é considerada um grande empecilho no avanço da igualdade de direitos LGBT, porém dado o “ateísmo francês”, esse debate pode ser deslocado não para a religiosidade da população como um todo ou de um país, mas sim se interrogar até que ponto certas tradições religiosas “mais conservadoras” são transmitidas socialmente, culturalmente e até que ponto os grupos religiosos, mesmo que não representem a maioria da população ainda são influentes social e politicamente.

No próximo capítulo será problematizado o perfil dos/as jovens LGBT, bem como seus processos de engajamento junto às organizações juvenis nas cidades de São Paulo e Paris.

Cap IV - Problematização do perfil dos/as participantes das organizações de jovens LGBT nas cidades de São Paulo e Paris e processos de engajamento.

Neste capítulo em um primeiro momento problematizarei a questão dos/as participantes das organizações LGBT tanto em São Paulo quanto em Paris e em seguida tratarei dos processos de engajamento em si e como os/as jovens engajados/as em algum cargo de responsabilidade junto à entidade, suas opiniões sobre a importância de um grupo específicos para jovens LGBT, suas concepções sobre política e as influências, aprendizados e problemas que o engajamento representou em suas vidas em esferas como família, escolarização e profissionalização.

Aqui há uma questão que me chama a atenção, apesar das diferenças significativas de contextos, na França e no Brasil, ao analisar as entrevistas, em linhas gerais, quando os/as jovens engajados/as e voluntários/as falam de sua trajetória militante, envolvimento com a organização, como decidiram se implicar em cargos de responsabilidade, motivações, influências na vida, não há diferenças significativas entre os relatos em São Paulo e Paris, logo decidi fazer um capítulo unificando essas análises e eventualmente apontarei distinções quando pertinentes.

Para analisar os processos de engajamento em São Paulo utilizarei principalmente o diálogo realizado junto aos/às jovens atuantes em diferentes momentos: recém-engajados/as, militantes “mais antigos/as” e outros/as que acabaram de se afastar do grupo, isso com o intuito de abarcar tempos distintos desse complexo processo que é o engajamento (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE e MAYER, 2001; SAWICKI e SIMÉANT, 2011). Em Paris, não pude buscar essa variedade de momentos por conta do pouco tempo em que estive em contato com as associações. Também recorro ao diálogo com fundadores/as de entidades no Brasil para esclarecimentos contextuais.

Para a amostra de jovens LGBT engajados/as nesta tese foram realizadas entrevistas exclusivamente com ocupantes de algum cargo de responsabilidade junto a sua respectiva organização ainda em atividade, nas seguintes quantidades: 5 do E-jovem; 5 do Purpurina (São Paulo); 3 do MAG; 1 da CONTACT; e 1 do *Pôle Jeunesse* (Paris) que variam da faixa etária dos 19 aos 31 anos – lembrando que não houve entrevistas com “menores de idade legal” por conta de que estes/as muitas vezes ainda se encontram em conflito com a família e eticamente preferi evitar qualquer tipo de exposição dos/as mesmo ao ter que solicitar autorização de responsáveis por meio da assinatura de um Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (Quadros sistematizados sobre o perfil dos/as jovens coordenadores/as entrevistados em São Paulo e Paris encontra-se em anexo).

Em suma, nesse capítulo exploro sobretudo níveis micrológicos – os/as jovens engajados/as e seus processos em relação ao nível mesológico – as entidades, seu funcionamento, suas atividades e ações.

4.1. Os/as participantes também são engajados/as: o “casamento com o grupo”

Como já foi dito, a quantidade de jovens LGBT que ocupam cargos de responsabilidade é uma minoria em relação ao número geral de participantes dos grupos organizados. O que não quer dizer que esses/as outros/as jovens não estejam, de fato, engajados/as nas organizações, visto que o engajamento pode ocorrer em diferentes níveis e intensidades (RICHEZ, 2005). Logo, mesmo entre os/as jovens que não ocupam oficialmente cargos de responsabilidade, muitos frequentam assiduamente as atividades das organizações, suas principais amizades são comumente formadas ali, muitas vezes substituindo laços de amizade e afetivos anteriores à sua participação, o que MacRae chama de “casamento com o grupo” (MacRae, 1990).

Ainda é válido esclarecer, como também foi apontando durante as descrições e análises de cada grupo, que nada impede que seus membros, mesmo que não formalmente em cargos de responsabilidade, contribuam, colaborem ativamente quando solicitados, ou até mesmo quando estes acham conveniente - há um princípio forte de solidariedade para com a organização e com as pessoas em cargos de responsabilidade. Não se pode negar o papel desse público na manutenção e inclusive expansão do grupo, pois muitos/as jovens chegam a estes por meio de convites de boca em boca – ou seja convidado por amigos/as, familiares ou namorados/as, por exemplo.

Também veremos como os/as jovens que são participantes, por meio da sua trajetória junto ao grupo, podem passar a assumir maiores responsabilidades junto ao grupo e oficialmente se voluntariar, afirmando que aconteceu “quase sem querer” - quando se deram conta já estavam em alguma função de coordenação. Esse é um dos pontos essenciais para compreender o engajamento enquanto processo, envolvendo trajetória individual, disposições – que são de cunho individuais, familiares, mas também desenvolvidas no envolvimento com as organizações e suas atividades, com os relacionamentos afetivos criados no seio das mesmas (FACCHINI, 2005; FILLIEULE, 2001; FILLIEULE e MAYER, 2001; MacRae, 1990; OLIVEIRA, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b; TOMIZAKI, 2009; TOMIZAKI E ROMBALDI, 2009; SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SEIDL, 2009; SIMÉANT, 2001a e 2001b; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Mesmo quando os/as participantes em geral não se voluntariam, eles/as muitas vezes estão engajados/as, contribuem com os grupos e são potenciais ocupantes de cargos de responsabilidade no futuro.

Ainda há outros esclarecimento a respeito de uma menor quantidade de jovens engajados/as em funções de coordenação/presidência em relação ao total de participantes nas entidades: como foi analisado, os/as jovens possuem certa desconfiança em relação ao envolvimento em ações junto ao Estado e a política tradicional – essa avaliação não é diferente nos grupos juvenis LGBT, até os/as que se consideram “verdadeiros/as militantes”, apresentam “um pé atrás” com a classe política, partidos e governos, o que os/as afasta em alguma medida dessas intervenções de cunho mais tradicional. No que tange os cargos de responsabilidade também se apresentam em um número bastante reduzido em relação ao número geral de jovens participantes, mesmo que potencialmente todos/as quisessem ser presidentes, coordenador/es ou se responsabilizar por algo, não há espaços/vagas suficientes. Por exemplo, em algumas atividades o Purpurina conta com 60 participantes, em outras como grandes celebrações/festas chegam a mais 100, então ter uma média que varia entre 10 a 15 coordenadores/as costuma ser o suficiente para a manutenção do Projeto - inclusive nos eventos importantes, um número maior de jovens se voluntaria a colaborar, mesmo não tendo interesse em ocupar cargos.

Por fim, os/as participantes que não estão em cargos de responsabilidade, também estão constantemente se (in)formando por meio dos encontros, reuniões e atividades, discutem direitos, políticas, até mesmo eleições, mas sobretudo considerando que a ação dos grupos foca o bem-estar de seus membros e atuação nas esferas do cotidiano. Esses/as jovens são empoderados/as para atuarem, primeiramente por eles/as mesmos/as, por meio do apoio mútuo entre pares, para lidar com suas questões e conflitos na família, na escola/faculdade, com amigos/as, trabalho, logo, em alguma medida, o grupo oferece suporte e colabora para que esses/as jovens se insiram nessas esferas como “são” – a partir do processo de auto-aceitação e negociação nos diversos espaços. Não podemos esquecer da ação coletiva com base no pessoal é político e ainda eles/as contam com a intervenção direta da organização quando não dão conta de resolver seus problemas por si sós, trazem suas demandas para serem discutidas e encaminhadas coletivamente.

4.2. Problematização acerca do perfil geral de participantes: faixas etárias, popularização e rotatividade nos grupos organizados

Pode-se analisar que as faixas etárias nas organizações de jovens LGBT possuem um piso de 13 anos e um teto de 29 anos, com exceção da *CONTACT* que é intergeracional, na qual essa delimitação não se aplica.

Há algumas nuances a serem destacadas nesse aspecto: a) em um primeiro momento era mais comum o teto etário ser de 24/25 anos no Brasil, mas após a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, que define juventude de 15 a 29 anos, a **idade limite foi ampliada**, pelo menos o E-jovem, que estava envolvido e acompanhando a tramitação do documento. Esse aumento do limite de idade não se deu exclusivamente pelo Estatuto, mas ele formalizou faixas etárias que já estavam em uso por outras ONG que trabalham com jovens, assim como determinadas políticas públicas que já adotavam as mesmas; b) em todos os grupos analisados, incluindo Paris, **o teto etário é relativizado quando se trata de jovens LGBT ocupando cargos de responsabilidade com o intuito de ampliar o período de engajamento, assim como membros mais antigos são reconhecidos por sua experiência e capacidade de colaborar na formação de novos/as jovens engajados/as**. Por esta razão os/as dentre entrevistados/as há pessoas com até 31 anos, mesmo estando acima até da “faixa legal” de juventude e acima dos tetos de idade estabelecidos na maioria dos grupos, apresentando importante papel na manutenção, formação e reprodução das entidades.

Quanto ao piso etário também se pode discorrer algumas análises: a) a menor idade apresentada é de 12/13 anos no Brasil, tal delimitação ao ser estipulada tomou como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990⁷⁵ no qual a idade da adolescência compreende dos 12 aos 18; b) com exceção ao Pagla – que não chegou a se tornar uma organização “legalizada”, o E-jovem, XTeens, JA e Purpurina recorreram não somente à legislação, mas para definir suas faixas etárias entraram em contato com Conselhos Tutelares e/ou Defensoria Pública, demonstrando o processo de estabelecer “respaldo legal” para sua atuação. Em decorrência desses apontamentos, quero destacar que a legislação e órgãos públicos interferem nas faixas etárias de organizações que trabalham com adolescentes e jovens - há um peso do marco legal-jurídico na definição

⁷⁵ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 02/01/2016.

de juventude e faixas etárias envolvendo as atividades e ações concretas de ONG e associações, mas também não pode-se ignorar a influência contrária, como as organizações também incidem na legislação e instituições públicas, como por exemplo a participação do E-jovem no Estatuto da Juventude e o Purpurina em parceria com a Defensoria Pública do Estado de SP na normatização dos processos de interrupção de puberdade e hormonização para jovens trans aos 16 anos, abaixo da “maioridade legal”, aprovado pelo Conselho Federal de Medicina.

Em suma, analisando historicamente os grupos organizados de jovens LGBT não só dialogam com o marco legal-jurídico, mas interferem no mesmo e apresentam avanços em termo de **reconhecimento do e pelo Estado**, formalização de parcerias, interlocução e representação em espaços de participação.

As faixas etárias estipuladas pelas entidades juvenis LGBT, além de apresentar certa flexibilidade em seu teto de participação, durante as entrevistas nota-se: a) raramente há uma presença de jovens próximos ao piso, sobretudo dos 13 anos, em geral os/as jovens que buscam as entidades estão no Ensino Médio ou no início do ensino superior. Dessa forma, os/as participantes mais novos/as costumam estar com aproximadamente 16 anos, o que não significa que essa seja a faixa etária média do grupo – o público mais frequente é pré-universitário ou no início do ensino superior – em torno de seus 17/18 até uns 22/24 e os/as jovens em coordenadores/as, em todos os grupos, majoritariamente possuem 18 anos ou mais; b) todas organizações relatam que por lidarem com uma faixa bem demarcada de idade, há um **fluxo intenso, uma rotatividade muito significativa de participantes** em um “curto período de tempo”; c) essa rotatividade acarreta **ao longo do tempo importantes mudanças do perfil etário, social e econômico do conjunto de participantes e jovens militantes** – por exemplo: nas organizações que tiveram seu início a partir do âmbito *online* - Pagla, XTeens e E-jovem havia uma predominância de jovens universitários/as e com maior poder aquisitivo que possuíam acesso à Internet na época, mas quando passam a atuar *offline* um novo público foi sendo incorporado mais diversos.

Dessa forma é bastante difícil traçar um perfil geral e preciso de participantes em termos numéricos, etários, sociais, econômicos, educacionais e mesmo no que diz respeito às suas identidades de gênero e sexuais. Cito o E-jovem como exemplo:

O E-jovem começou com uma “elite” e hoje o E-jovem é praticamente “classe popular”, os jovens são quase todos de meio “popular”, um ou outro não. Você percebe que o pessoal de classe mais alta, o pessoal se sente ‘descolado’ em atividades sociais no geral, então a gente percebe e procura esse atendimento,

esse acolhimento social de jovens de mais baixa renda, que às vezes não tem muita oportunidade, como viajar, como frequentar lugares que os gays classe média frequentam, acabam indo para um espaço gratuito, um espaço de sociabilidade, como é o caso atualmente do E-jovem [se referindo sobretudo ao momento do funcionamento da Escola Jovem LGBT na sede de Campinas].

Destaco inicialmente essa mudança de perfil ao longo do tempo, de uma elite para classes mais populares, os primeiros grupos ainda com uma vivência *online* muito forte eram formados por membros mais elitizados, mas com o processo de ocupação do espaço *offline* esse perfil vai se transformando, vai se popularizando, se estendendo a um público mais diversificados em termos etários, sociais, econômicos, educacionais e também de segmentos identitários LGBT – como será aprofundado ao longo desse capítulo.

Deco ainda aponta que jovens LGBT de “classes mais altas”, por conta da ampliação de estabelecimentos específicos para esse público, possuem outras possibilidades de sociabilidade para além das organizações e que essa opção é mais restrita para jovens de classes populares e em certa medida os grupos organizados são uma alternativa em potencial.

Esse discurso da popularização dos grupos é comum em todos os relatos no Brasil e na França, mas **é fundamental esclarecer que quando utilizo o termo popularização não estou falando de uma especificação da atuação das entidades ou ocupação do espaço de modo exclusivo por LGBT de “classes populares”**, estes/as estão inclusos/as, mas os grupos ao se tornarem mais visíveis na Internet, na mídia, nas atividades públicas, nas parcerias com o poder público, eles têm se tornado mais conhecidos e têm conquistado uma reputação pública que atrai um maior número de jovens dos mais diversos segmentos e novamente, com dificuldades de se traçar um perfil específico, pois se altera muito rapidamente no tempo e de acordo com determinadas ações desenvolvidas pelas organizações em um dado momento.

Outra explicação importante é que nesse momento de aumento do perfil de jovens LGBT de “classes populares”, especificamente no E-jovem, ele está intrinsecamente relacionado a um efeito do projeto Escola Jovem LGBT, que oferecia uma bolsa de mobilidade – para o transporte ida e volta ao local das aulas, assim como provia refeições, sendo que o critério desse subsídio era exatamente a questão socioeconômica, o que conseqüentemente alterou significativamente o público participante⁷⁶.

⁷⁶ Recapitulando, o principal projeto da Escola Jovem LGBT do E-jovem foi realizado na sede em Campinas – era a “vitrine pública” da iniciativa, teve início em 2010 e encerrou suas atividades em meados de 2013 quando se encerraram os financiamentos públicos e a sede do grupo foi transferida para a cidade de São

Complementando a explanação acima, um jovem, ex-presidente de um E-grupo, me explicou: com a Escola Jovem LGBT e as bolsas, os E-grupos que foram contemplados com o projeto da Escola alteraram profundamente o perfil de participação, mas por exemplo, no E-Sampa, público era muito diferente num primeiro momento antes do jovem militante entrevistado ocupar a presidência - jovens de uns 16 a 17 anos, gays do sexo masculino e de “classe média” e no decorrer de sua gestão e promover mudanças nas atividades do núcleo local, o E-grupo passou a atrair um perfil distinto, majoritariamente formando por homens bissexuais, seguido de gays e poucas lésbicas, todos/as de “classe média” e com um aumento na faixa etária para uns 19 - 20 anos. Enquanto no E-Camp – Campinas, primeiro projeto piloto da Escola, o perfil socioeconômico se tornou majoritariamente “classes populares” e o perfil se alterou para jovens trans, de sexo designado ao nascer masculino, sobretudo por conta das aulas ministradas pela presidente do núcleo, uma pessoa trans que promovia um curso de *Drag Queen*.

Ou seja, o perfil, o número de participantes, bem com as identidades do segmento LGBT varia segundo alguns elementos como: localidade, tanto a cidade no qual está estabelecido quanto o acesso ao local dos encontros; o tipo de atividade e projetos que cada grupo promove; o perfil da equipe na coordenação, tanto em termos etários, identidades de gênero e sexual; e interesses temáticos da coordenação e participantes. Esses fatores e suas influências também foram recorrentemente corroborados em outras entrevistas tal como observados durante meu campo junto às organizações no Brasil e na França.

Para compreender essas mudanças de público, o MAG “profissionalizou” seus mecanismos e instrumentos de coleta, tabulação e divulgação de dados, incluindo perfil de participantes e balanço de suas atividades e ações. De acordo com um jovem em cargo de responsabilidade aponta:

A gente começou a fazer estatísticas um ano antes de eu chegar, até então as estatísticas não eram muito credíveis, muito exatas. Tinham umas planilhas, mas os acolhedores muitas vezes esqueciam de preencher.

Demorou um pouco, mas agora nós temos estatísticas bem mais precisas, sem esquecimentos. Os dados mais confiáveis começam a partir de 2013 aproximadamente.

Paulo – por motivos pessoais de seu fundador e de sua presidente, desde então a rede passa por um processo de reestruturação investindo sobretudo nos espaços de participação como conferências e conselhos de políticas públicas e atividades do Fórum Paulista da Juventude LGBT.

Tive acesso ao documento citado e trago alguns dados para ilustrar a questão do perfil de participantes e sua quantificação:

A permanência é frequentada em média por 25 pessoas durante o final de semana, sendo 23 nas sextas-feiras e 28 nos sábados. Nas quartas-feiras a média de frequência é de 15 pessoas. Para além das médias há encontros que reúnem cerca 70 pessoas em um único dia [a depender da atividade].

Este ano a associação acolheu 326 pessoas, sendo 55% meninos e 45% meninas. Igualmente recebemos 1% de pessoas trans dentre eles/as.

A idade média das pessoas acolhidas é de 19,6 anos, o que as situa aproximadamente no meio da faixa etária de participação em nossas permanências/atividades [16 a 26 anos]

As novas pessoas moram principalmente em Paris 42%, [...] 51% na região metropolitana de Paris. Notemos que 6% são de outras regiões francesas e 1% de algum país estrangeiro.

Essencialmente é um público de ensino médio (26%) ou iniciando os estudos superiores (44%). 15% estão na vida ativa – enquanto trabalhadores/as ou estagiários/as e 3% estão buscando emprego.

81% das pessoas vem à associação pela convivialidade; 15% batem à porta pela primeira vez claramente buscando militância junto à associação. Podemos notar igualmente que 38% vem por curiosidade de conhecer, saber do que se trata a associação pessoalmente.

Aproximadamente metade das pessoas conheceram a associação por meio de convites de boca em boca (49%), 36% nos encontraram por meio da Internet e de nosso website, 9% nos conheceram por meio de algum meio de comunicação/mídia – mais comumente pela imprensa LGBT (ex. revista Têtu e site Yagg) e 12% graças a outras associações em particular o Centro LGBT. (MAG, p. 18-19, 2014)

Primeiramente, gostaria de destacar a iniciativa de coleta e disponibilidade desses dados pelo *MAG*, que ao meu ver é um exemplo para as outras organizações juvenis LGBT no Brasil e na França e que pode contribuir para a compreensão do público e necessidades do próprio grupo e fortalecer a sua reputação junto ao Estado, sociedade e possíveis jovens LGBT interessados/as em ingressar e militar na organização.

Uma questão a ser levantada é a quantificação: é difícil estabelecer o número de participantes, em qualquer uma das entidades analisadas nessa tese, pois ela é extremamente variada ao longo do tempo, dependendo do dia e do tema em particular a ser abordado inclusive. Nesse sentido o Relatório do *MAG* exemplifica bem, essa variação indo de um média de 28 pessoas em um determinado dia, mas acolhendo 70 em outros momentos. Essa é uma flutuação comum à realidade geral das organizações estudadas.

Novamente, pode-se exemplificar, que apesar do piso etário da entidade ser de 16 anos, a média de idade é 19 anos, assim como o perfil do público também muda ao longo do tempo no que tange faixa etária e segmento LGBT – como veremos mais adiante. Outra característica comum às organizações juvenis LGBT.

O relatório em questão esclarece a motivação de participação inicial, que são as atividades de convivialidade/lazer em sua grande maioria (81%), seguida de curiosidade (38%) e uma minoria que busca militância (15%).

Em relação as pessoas que vão pela primeira vez ao *MAG*: praticamente metade veio pelo convite de algum/a amigo/a, familiar, namorado/a, ou seja, pela divulgação de boca em boca (49%); por uma “busca no *Google*” e pelo site da entidade (36%); indicação de alguma outra entidade, sobretudo o Centro LGBT (12%) – aqui retomo a questão do mosaico das entidades parisienses e seu processo de indicarem a participação em algum outro grupo dependendo da necessidade do/a jovem e mais particularmente os encaminhamentos do Centro LGBT, que é um associação de associações, temas explorados no capítulo anterior; e conhecimento pela mídia, mais comumente LGBT (9%).

Em linhas gerais, essas estatísticas apresentadas no relatório do *MAG* no que diz respeito: a variação do fluxo de participantes em cada atividade; local de moradia dos/as frequentadores/as – participação majoritária de pessoas da cidade ou região metropolitana onde se encontra o grupo; faixa etária média; escolaridade; motivações; e meios de conhecimento das organizações são muito similares às aproximações estimadas pela percepção dos/as jovens em cargo de responsabilidade entrevistados/as nas outras entidades de Paris e em São Paulo.

Para finalizar a análise a respeito de participantes, trago a questão da “alta rotatividade nos grupos”, o dinamismo atrelado aos processos de auto-aceitação e nesta etapa de vida, comum às entidades no Brasil e na França, o qual exemplifico por meio de falas de Edith Modesto (Purpurina) e Deco (E-jovem):

Quando ele [o jovem] fica bem, que ele já está estudando, que ele está bem com a família, já está trabalhando, alguns até estudam e trabalham, eles já estão bem, já têm namorados, como qualquer outro jovem, ele tem que se afastar do projeto, não sobre tempo mais para ele, ele tem as coisas para fazer e não dá para a gente ficar exigindo dele que tenha muita responsabilidade com o projeto porque ele não vai ter (Entrevista Edith Modesto, 2012).

O Movimento Jovem LGBT é muito dinâmico. Tem muita gente entrando no Movimento, muita gente saindo num curto espaço de tempo. Em 3, 4, 5 anos a

vida do jovem muda muito, uma hora ele tem 14, outra hora ele tem 19. Ele está no colegial e depois ele está na faculdade, em outra cidade, em outro Estado, outros interesses, começa a trabalhar. Então, a gente sempre teve um fluxo grande de pessoas (Entrevista Deco, 2013).

Ou seja, tanto por conta de uma delimitação de faixa etária, mudanças rápidas nessa etapa da vida, inclusive de certa forma quando a organização cumpre seus objetivos de auto-aceitação, inserção na família, ambiente educacional, profissional e tranquilidade na vida afetiva, os/as jovens participantes comumente se afastam das entidades – o que faz com seu público se renove consideravelmente em um curto espaço de tempo. Por outro lado, é exatamente nesse momento em que alcançam essa “estabilidade” na vida que alguns/mas jovens se voluntariam para cargos de responsabilidade e posteriormente “pelas responsabilidades e correrias da vida” se desligam do grupo.

Uma última análise decorrente da “alta rotatividade ou fluxo” de participantes é que esses grupos organizados de jovens LGBT não só são responsáveis por construir, afirmar e promover uma ressocialização entre pares em relação às sexualidades menosprezadas – criação de identidade específica juvenil e LGBT, mas também por constantemente atualizá-la, inclusive por meio das novas identificações, questões, segmentos que surgem nessas rápidas transformações e trocas do público que as frequentam e de seus/suas coordenadores/as.

4.3. Podemos chamar essas organizações juvenis de LGBT? A grande maioria não são jovens gays na participação e coordenação, logo não seriam grupos gays?

Era necessário desenvolver um tópico a esse respeito, pois essa indagação surgiu a partir do diálogo sobre minha tese com militantes e pesquisadores/as na área de sexualidade e se tornou uma questão intrigante e ao mesmo tempo instigante.

Ao refletir, analisar dados, observar os grupos e por meio das entrevistas, pude chegar a uma reflexão a esse respeito, mas primeiramente os fatos: realmente, a maioria de participantes e jovens em cargos de responsabilidade são do sexo masculino e gays, tanto no Brasil quanto na França.

Então ao final de contas, não estou tratando de grupos organizados de jovens gays? A resposta é não. Se o Movimento era chamado de gay em seu início, posteriormente Movimento de Gays e Lésbicas e desde meados dos anos 2000 se constitui enquanto Movimento LGBT (BROQUA e FILLIEULE, 2006; FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; PREARO, 2014 e 2015; SIMÕES e FACCHINI, 2009) – em ambos países, como demonstrou Prearo essa não foi uma mera mudança de nome, mas um processo internacional desses movimentos em diversos países, mas que efetivamente causou transformações concretas nas entidades que o compõe, apesar que apropriado e com impactos distintos de acordo com o contexto de cada localidade (PREARO, 2014 e 2015).

Seguindo esse raciocínio, na França, Prearo aponta que “a fórmula LGBT” foi responsável por “reorganizar” e reaglutinar os processos crescentes de especificação, fragmentação e segmentação identitária do Movimento LGBT em conjunto com a articulação em torno da Parada do Orgulho LGBT (PREARO, 2014 e 2015). No Brasil, não encontrei análises sobre as influências dessa incorporação LGBT no Movimento brasileiro – suas dinâmicas concretas na forma organizativa e suas ações, mas pude observar transformações no seio dos grupos juvenis analisados em São Paulo e Paris.

Se eu chamasse essas organizações e associações simplesmente de gays, eu estaria sendo “desonesto” com suas realidades e sua diversidade de participantes e militantes. Se por um lado é fato e válida a problematização de que há uma hegemonia masculina e gay, o que por sua vez também interfere nas dinâmicas de poder e decisão nas entidades, por outro lado em todas elas encontrei membros de diferentes segmentos – LGBT; assim como o interesse e estratégias foram desenvolvidas pelas organizações em busca de maior equilíbrio seja na participação e em coordenações por sexo e identidades sexuais, mas

também considerando outros recortes como o de classe, etnia, idade etc. Para esclarecer minhas análises trago alguns relatos e exemplos.

Sobre o perfil de participantes segundo a avaliação de Deco (E-jovem):

3/4 dos frequentadores tem menos de 21 anos, é a grande maioria, muitos são gays, tinha uma época que metade era gay e a outra metade eram bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais. Hoje em dia são muitos gays com uma identidade feminina, querendo se montar, o que seria um tipo de T de transgênero, então assim na verdade essa androgenia, essa transgeneralidade, predomina no E-jovem, mas assim, meninos em sua maioria, o E-jovem sempre teve poucas lésbicas, por exemplo, 12 meninos e 1 menina, aparecia uma menina e o povo comemorava (Entrevista Deco, 2013).

No caso do E-jovem quero destacar dois elementos: a) um é a mudança de perfil ao longo do tempo, no qual antes havia metade de participantes gays do sexo masculino e a outra composta de outros sexos e sexualidades tais como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas atualmente apesar de a maioria ser “do sexo masculino assignado ao nascer”, muitos/as ainda estão explorando suas identidades enquanto trans ou andrógenos/as; e b) sempre quando meninas e/ou lésbicas ingressam no grupo há uma forte comemoração e manifestação pública dos/as participantes, o que considero um tipo de acolhimento e receptividade potencialmente positivo para o recebimento de novas garotas. Fazendo um paralelo com a experiência do *MAG* foi nesse processo de incorporar e acolher melhor as meninas - entre outras estratégias, que elas passaram a convidar outras meninas e criar um ambiente mais favorável à participação e permanência das mesmas.

Ainda sobre a diversidade sexual e de identidades, Deco prossegue:

A gente sempre teve uma preocupação [de incorporar outros segmentos e ele dá o exemplo de bissexuais], até pelo seguinte, tinha um pessoal que a gente sabia que era bi, exibia um comportamento bi, mas evitando se identificar como bi, o pessoal ia muito para o gay ou lésbicas, a gente via a transição, começavam a se montar e aí se descobre travesti, é uma época que os mais novos principalmente, por exemplo, um menino de 14 anos, gayzinho, começou a se montar e hoje é travesti, ele tem 18 agora (Entrevista Deco, 2013).

O processo da “fórmula LGBT”, não sem conflitos e confusões, abriu espaço para que os/as jovens pudessem conhecer, vivenciar, experimentar, construir e expressar outras identidades para além de gays e lésbicas. Além disso, a fala do entrevistado aponta esse processo de construção e experimentação identitária, de bissexuais sendo que anteriormente se diziam gays ou lésbicas, assim como o caso de um adolescente que

inicialmente se considerava gay e ao fim acabou por investir e se apropriar de uma identidade travesti.

Pude presenciar também nos encontros do Purpurina a felicitação em torno da chegada de pessoas trans – masculinos ou femininas, lésbicas e bissexuais. Durante as rodadas de apresentação de novas pessoas, os/as coordenadores/as já brincavam: “estamos diversificando a equipe, se quiser se candidatar!”, era “uma brincadeira com fundo de verdade”, ao longo do meu campo pude acompanhar o processo no qual lésbicas, homens trans, homens e mulheres bissexuais, andrógenos/as foram sendo integrados/as à coordenação do grupo.

Ainda no Purpurina pude presenciar uma reunião no qual o tema era exatamente “homens trans”⁷⁷, segmento esse considerado ainda pouco incorporado não só nas organizações juvenis, mas no Movimento LGBT de ambos países. A apropriação identitária de homens trans é mais recente no processo de segmentação em relação a afirmação e construção de outras identidades já citadas. Nesse dia, havia um grupo maior de homens trans - frequentemente eu observava a participação de uns dois em média e neste dia em particular haviam uns cinco homens trans. Se considerarmos que com base nos relatos um dos principais meios de atrair e recrutar novos/as participantes é o convite de boca em boca, aos poucos o grupo se demonstrando acolhedor aos diferentes segmentos, há experiências que de fato estes vão aumentando e também aprofundando a temática sobre “segmentos novos ou menos visíveis”.

Sobre o grupo acima, ainda vale lembrar que o Projeto participou ativamente junto com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo no processo que levou o Conselho Federal de Medicina criar protocolos de hormonização e interrupção da puberdade em pessoas trans menores de idade. Antes dessa intervenção não existiam tais protocolos para adolescentes, o que levava com que jovens o fizessem por conta própria e sem acompanhamento médico-endócrino. Além disso, o Purpurina fechou parcerias com serviços públicos no que diz respeito a esses processos de hormonização, interrupção da puberdade e cirurgias de transexualização, de ambos os sexos, junto ao Hospital das Clínicas e o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis Transexuais – sendo essas instituições do Governo do Estado de São Paulo e localizados na capital.

⁷⁷ Em breves termos, a título de esclarecimento, homens trans foram consideradas mulheres no que diz respeito ao sexo assignado ao nascer e que passaram por um processo de identificação masculina.

Em Paris, há o exemplo do *MAG* considerado bem-sucedido no equilíbrio no número de participação entre homens e mulheres, assim como em alguma medida na ampliação do acolhimento de outros segmentos LGBT – inclusive essa diversidade deve se expressar nas 5 vagas de co-presidência, além de outros cargos de responsabilidade. Segundo o relato de um entrevistado acerca da mudança de um público gay masculino para de uma maior diversidade:

Na minha percepção, tem mais ou menos o mesmo número de garotos e garotas, às vezes até mais garotas, antes era mais 90% de meninos e 10% de meninas quando eu cheguei. Existia um círculo vicioso, como tinha muito mais garotos, as garotas vinham, mas as desestimulavam em alguma medida não ter outras meninas para discutir, elas se sentiam menos à vontade. As que ficavam é porque a gente tem saída para bares lésbicos, ou seja, porque depois a gente ia em grupo para lugares lésbicos também aumentou a participação delas. Então as meninas novas, ficavam um pouco deslocadas, mas frequentar lugares lésbicos também ajudou a trazer um pouco mais de mulheres ao grupo.

Uma garota também relançou a célula L [lésbica], uma parte de atividades para as meninas, então mudou muito o perfil. Então, por um lado as meninas vieram pela célula L, mas também do boca em boca, 1 a cada 2 pessoas conheceram o *MAG* de boca em boca, se uma menina fala a outra menina do *MAG*, isso as estimula a vir (Entrevista jovem coordenador, *MAG*, 2015).

Além de demonstrar a modificação do perfil de um majoritário do grupo de meninos gays - lembrando que no início o *MAG* era exclusivamente voltado a esse público nos anos de 1980, atualmente a participação é de aproximadamente 50% de cada sexo. O *MAG* para reverter esse quadro passou a incorporar a temática lésbica – primeiramente, investiu em fazer suas atividades de lazer em estabelecimentos lésbicos também para atrair esse público, como lançou o que chamam de célula L – reuniões nas quais só é permitida a participação desse segmento. O mesmo ocorre com outras células criadas, o Círculo B e Pan – para bissexuais e pansexuais, levadas a cabo por um jovem e uma jovem, assim como se investiu também em um núcleo Trans coordenado por jovens de ambos os sexos. Então, o *MAG* organizou um processo de divulgação do grupo em estabelecimentos no qual era sabido que haviam segmentos pouco presentes dentre seus/suas participantes, o que deu início aos núcleos específicos. Estes núcleos possuem exclusividade de participação aos segmentos minoritários, autonomia para definir programações, que por sua vez incentivam a presença também nas permanências tradicionais, os dias em que o local está aberto ao público em geral e boa parte dos/as frequentadores/as das células acabam se fazendo presentes, realmente reunindo a diversidade LGBT - congregando participantes de células específicas e a “comunidade como um todo”. Finalizando, a partir do reconhecimento de uma maioria de jovens gays

do sexo masculino, não existe no *MAG* um núcleo ou célula exclusiva para gays, somente para os segmentos tidos como subrepresentados.

Outro exemplo parisiense de incorporação do segmento trans ocorreu durante uma reunião aberta na rede *CONTACT*, na qual havia uma mãe desesperada com a notícia de que seu “filho” tinha ido viajar à Tailândia e voltaria uma mulher. Os facilitadores comentaram entre si que não sabiam exatamente como lidar com o acolhimento e sofrimento de família de pessoas trans. A solução encontrada foi chamar o coordenador e co-presidente, um homem trans, do *MAG* para conversar com aquela mãe e prontamente este se deslocou até o local da reunião. Ao fim desta foi anunciado que a rede *CONTACT* formalmente iria desenvolver e acolher melhor a temática, as famílias, assim como filhos/as trans.

Se em alguma medida a sigla LGBT é um ideal, de alguma forma ele é um norte importante, visto que mobiliza as entidades, há investimentos em diferentes escalas e intensidades de tornar a dita “sopa de letrinhas”⁷⁸ em um acolhimento e apoio mútuo concreto. De todos os modos, toda essa explanação não invalida a hegemonia numérica e de cargos de responsabilidade de jovens gays do sexo masculino, mas por outro lado, é preciso destacar as transformações vivenciadas por esses grupos, em termos de composição e estratégias. E uma última problematização a esse respeito é uma reflexão sobre uma “questão numérica”, no seguinte sentido: é interessante notar por exemplo, a partir das estatísticas que utilizamos no Capítulo II realizadas durante a realização da Parada do Orgulho LGBT (FACCHINI; FRANÇA; VENTURI, 2007), que há uma participação maior de homens gays, seguidos de lésbicas e em menor número bissexuais e pessoas trans, em alguma medida o perfil dos grupos analisados, talvez reflitam uma proporcionalidade das identidades de gênero e sexuais encontradas na sociedade de modo geral, mas ainda assim há preocupações concretas em criar possibilidades de representação, acolhimento, ocupação de cargo e espaços de decisão no seio das entidades analisadas abarcando os diferentes segmentos – para além da proporcionalidade numérica, mas refletindo uma busca ou ideal de um equilíbrio com base na estratégia “comunitária LGBT” e na representatividade de sua diversidade.

Dando continuidade à discussão sobre acolhimento de segmentos identitários e temáticas, alguns/mas jovens coordenadores/as apontaram uma influência pertinente no que diz respeito do público dos grupos organizados: há uma relação recorrente ao que

⁷⁸ Referência ao termo utilizado na obra de Facchini (2005).

diz respeito aos/às jovens em cargo de responsabilidade, sua identidade – seja ela Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual, bem como temáticas específicas, bandeiras de lutas mais pessoais, e um impacto no perfil dos/as participantes. Exemplificando: quando uma *Drag Queen* assume a presidência de um grupo e inclusive dá aulas a esse respeito, aumenta consideravelmente esse público junto à entidade; um jovem presidente, assumidamente bissexual, após ocupar tal função, passa a atrair mais membros que se identificam da mesma forma; um grupo parisiense coordenado por um estrangeiro, é composto por um número proporcionalmente maior de jovens LGBT também imigrantes em relação às associações similares; outra entidade que conta com um homem trans em sua presidência, possui um número maior de participantes trans, bem como é referência inclusive para outras entidades de jovens e do Movimento LGBT em Paris; Em duas entidades, ter pessoas que se identificam como andrógenas ou *genderfree* [livre de gênero / sem gênero definido] na equipe, ampliou a participação de um público que se sente confortável na mistura ou na não-classificação por gênero. Um processo semelhante ocorre em relação não só a identidades de gênero e sexuais, mas também a temáticas particulares: um jovem assumidamente vivendo com HIV é uma referência para outros/as jovens na mesma situação, logo certos/as participantes se sentem mais confortáveis de frequentarem e serem membros daquele grupo. Em outras duas entidades, por conta de coordenadores/as que vivenciam suas vidas afetivas-sexuais com base no poliamor [possibilidade de relacionamentos amorosos e sexuais simultâneos] ou amor livre, conseguem emplacar com que essas questões sejam tratadas no grupo de forma mais geral – nos encontros regulares, também atraindo participantes interessados/as na temática.

Retomo a fala de Edith Modesto, que ser um/a coordenador/a, em certa medida é ser um modelo. Essa afirmação é pertinente, pois os/as jovens militantes em cargos de responsabilidade, efetivamente influenciam na potencialidade de incorporação de segmentos de gênero e sexualidade, assim como de determinadas temáticas.

Também retomo a afirmação de que esses grupos de jovens LGBT não só são responsáveis pela criação e afirmação de certas identidades de gênero e sexual voltadas à juventude, como exercem importante papel em suas constantes atualizações ao longo do tempo e considerando a rotatividade, mudanças nos perfis, temas de interesses e processos por conta dos/as jovens que deles participam – seus membros.

4.4. Perfil dos/as jovens coordenadores/as entrevistados/as em São Paulo e Paris

Neste tópico trato dos/as jovens engajados/as que decidiram passaram a ocupar algum cargo de responsabilidade junto à sua organização. De modo geral, me refiro a eles/as como coordenadores/as, mas os nomes da posição que ocupam podem variar segundo a entidade como por exemplo: presidente, responsável de comissão, pessoa de referência. Pudemos notar essa variação de nomenclaturas ao decorrer das descrições e análises dos grupos estudados.

Primeiramente farei uma breve descrição e análise da amostra:

No total foram entrevistadas 5 pessoas do Purpurina e 5 do E-jovem – em São Paulo e 3 pessoas do *MAG*, 1 da rede *CONTACT* e 1 do *Pôle Jeunesse*. Totalizando 10 jovens coordenadores/as no Brasil e 5 na França.

A faixa etária dos/as jovens em questão varia de 20 a 31 anos tanto no Brasil quanto na França, sendo que a maioria se concentra em torno dos 20 aos 23 anos.

Quanto ao sexo, identidade de gênero e sexualidade: em São Paulo são 6 rapazes gays; 2 bissexuais do sexo masculino; 1 bissexual do sexo feminino e 1 pessoa que se identificou como trans/gay. Em Paris foram: 4 rapazes gays e 1 garota bissexual e *genderfree* [ou não-binária, não gosta de ter que se enquadrar em nenhum gênero em particular]. Em ambas localidades há uma predominância de homens gays – corroborando o que foi discutido acerca de uma maioria de homens gays no seio das organizações, assim como em suas equipes, bem como as reflexões decorrentes acerca do tema.

Há uma pequena distinção em relação ao perfil escolar no Brasil e na França. Naquele, 3 jovens pararam seus estudos no Ensino médio, 3 estavam formados no Ensino Superior e outros/as 4 o estava cursando; Em Paris, 2 entrevistados possuíam nível superior completo e outros/as 3 o estavam cursando –, ninguém havia interrompido seus estudos no equivalente ao Ensino Médio. Este dado também está relacionado a questão profissional, pois em São Paulo, as pessoas que não foram além do Ensino Médio, relataram a necessidade de trabalhar, mas também o interesse de futuramente fazer uma faculdade. Deixar os estudos por conta da necessidade de trabalho não foi encontrada dentre os/as entrevistados/as em Paris.

Ainda no que diz respeito ao trabalho, no caso brasileiro, somente 1 pessoa afirmou que não estava trabalhando, interessante outras 2 disseram que trabalhavam como voluntários em uma ONG que atua junto ao público vivendo com HIV/Aids – ou seja, disseram que trabalhavam, mas não assalariadamente; 1 estava

procurando emprego e as outras estavam trabalhando, com carteira assinada ou de forma autônoma. Em Paris, 1 entrevistado possuía trabalho assalariado; 2 não trabalhavam; 2 estavam realizando estágios como pré-requisito de seus cursos superiores – uma espécie de “superior tecnólogo”. Em realidade, é notável em todas as entrevistas realizadas, os/as jovens se referem à sua militância nas respectivas organizações como trabalho, mesmo que sejam todos/as voluntários/as. A relação com as entidades é tão forte e ocupa um lugar tão central em suas vidas, que são considerados “verdadeiros trabalhos”, pois é uma atividade na qual decidiram investir seu tempo e esforços, diferentemente da “necessidade/obrigação de ganhar a vida”.

Em São Paulo, os/as jovens na faixa de uns 20 a 23 anos os/as que estavam trabalhando o faziam em tempo integral ou autônomos – profissionais liberais sempre se esforçando para adequar seus horários à militância. Em Paris, nessa faixa etária, me foi explicado que “o padrão é que as pessoas se dediquem aos estudos e não ao trabalho, no máximo realizam o estágio, muitas vezes obrigatório e com alguma remuneração” – apesar de dentre os/as participantes existirem pessoas nessa idade que trabalhavam integralmente e houve um caso específico em que um jovem parou seus estudos no equivalente ao Ensino Médio, mas tão situação gerava indagações: “como assim você parou os estudos?” – havia um grande estranhamento de não dar prosseguimento seja ao nível superior ou ao menos um curso técnico ou tecnólogo superior.

Dessas análises sobre a relação trabalho e disponibilidade de tempo, destaco alguns elementos: a) no Brasil há um custo maior de engajamento no sentido de aliar trabalhos tempo integral e estudos/cursos durante o período noturno na principal faixa etária em questão, de 20 a 23 anos, em relação à França, na qual em geral, “e na melhor das hipóteses se é estagiário/a” – ou seja, há um custo relativamente menor da disponibilidade de tempo em relação à militância; b) as atividades da organizações juvenis no Brasil majoritariamente ocorrem aos finais de semana – exatamente levando em conta que os/as jovens trabalham e potencialmente podem estudar à noite; na França apesar dos eventos atividades se concentrarem aos fins de semana, há uma considerável carga de eventos durante os períodos noturnos durante a semana, pois neste país não se espera que um/a jovem esteja nem trabalhando, estagiando ou estudando à noite, raramente há disponibilidade de educação técnica ou superior no turno da noite.

Em relação a situação de moradia, no Brasil somente 1 pessoa mora com seu companheiro, os/as demais 9 entrevistados/as moram com suas famílias. Na França, 2 pessoas moram com a família e 2 moram sozinhas, pois suas famílias não moram em Paris

e 1 com companheiro. Dado a diferença das amostras, é difícil fazer inferências entre países, mas de qualquer forma, dada que boa parte dos/as jovens militantes moram com suas famílias, pode-se compreender facilmente o interesse e a questão recorrente junto a essas organizações no que tange a conflitos nesse ambiente por conta da sexualidade.

No que tange a religião, em São Paulo, 6 pessoas são agnósticas/ateias, 1 católica, 1 afirma ser “diversamente religiosa” e 1 possui uma filosofia religiosa, mas pediu para não informá-la. Em Paris, 3 são agnósticas/ateias; 2 católicas – sendo uma praticante e outra não-praticante. Pode-se notar que há uma predominância de entrevistados/as agnósticos/as ou ateus/ateias. Durante as entrevistas assim como nas observações junto aos grupos, pude notar certas tendências e que são distintas no caso brasileiro e francês.

No Brasil há três dinâmicas mais recorrentes: a) a religião é um “câncer” para as questões LGBT, difamam esse público, suas práticas, “pregam o preconceito, a intolerância e discriminação” – logo há uma “renegação” da religião, opção que é apontada como foco recorrente de tensão no que diz respeito a ruptura com a herança religiosa familiar; b) busca por religiões, ou filosofias religiosas, que são “mais abertas” às questões e população LGBT – “ter uma religião é muito importante, mas ela deve respeitar quem eu sou”; e c) tenta-se aliar a herança religiosa familiar com ser LGBT – essa opção se desdobra em duas – a religião não é tolerante e vive-se um conflito entre crença religiosa e construção identitária LGBT, inclusive há relatos de pessoas que dizem que ter uma “vida dupla”, jamais revelando ser LGBT na comunidade religiosa; e a outra vertente é tentar conciliar crenças religiosas familiares e aceitação LGBT, procurar por referências que não contradigam a possibilidade de ser de uma determinada religião e a sua sexualidade ou identidade de gênero, por exemplo há grupos LGBT cristãos, espíritas, judeus, mulçumanos etc.

Na França, como foi apresentado anteriormente, há um número bastante grande de pessoas ateias, fazendo que o país figure entre os cinco países com a maior porcentagem de ateus/ateias, variando de 34% a 40% da população geral. Entre os/as jovens das associações parisienses é comum encontrar um rechaço da religião por conta da “promoção” da homofobia e intolerância junto ao Estado e à sociedade, nesse sentido muito próximo ao discurso de ateus/ateias no caso brasileiro, porém, é relativamente menos conflituoso ser ateu/ateia em uma sociedade mais aberta a essa opção. Por outro lado, na França também existem famílias extremamente religiosas de diversas vertentes, inclusive a impressão que tenho que em uma sociedade considerada bastante atea, há uma resposta mais forte e incisiva por parte das famílias muito tradicionais no sentido

religioso, logo é muito comum haver conflito tanto pela questão LGBT quanto pela conversão ao ateísmo ou agnosticismo do/a jovem.

4.5. Disposições estruturais, heranças familiares e engajamentos anteriores à organização juvenil – a centralidade da identificação e discriminações por conta de sexualidades menosprezadas

Nesse tópico exploro a análise e dinâmicas envolvendo disposições estruturais – influências de nível socioeconômico, educacional, familiar, profissional e engajamento prévios ao efetivado junto aos grupos organizados de jovens LGBT.

Ao correlacionar elemento dos perfis acima apresentados e itinerários dos/as jovens coordenadores/as busquei recorrências no que diz respeito a possíveis disposições estruturais que incentivem o engajamento e militância, assim como é o apontado em uma série de trajetórias militantes como em partidos, sindicatos, Movimento Ambientalista, Movimentos de Ajuda Humanitária entre outros da sociedade civil (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE e MAYER, 2001; OLIVEIRA, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b; TOMIZAKI, 2009; TOMIZAKI E ROMBALDI, 2009; SAWICKI e SIMÉANT, 2011; SEIDL, 2009; SIMÉANT, 2001a e 2001b).

Para minha surpresa, o perfis e recorrências das disposições estruturais, heranças familiares e percursos de engajamentos anteriores não possuem semelhanças significativas, nada que apontasse “pré-disposições estruturais” à militância, aos moldes de outros movimentos sociais e da política tradicional-eleitoral – pelo menos em um primeiro momento como problematizarei em seguida. Porém, de fato existem movimentos no qual essas recorrências não se apresentam (SAWICKI e SIMÉANT, 2011), no caso essa é minha análise em relação aos/às jovens em suas organizações LGBT.

Os perfis socioeconômicos, as “classes sociais” as quais pertencem, as formações educacionais, profissões, assim como a situação educacional e profissional da família e as trajetórias e posicionamentos políticos destas apresentam uma variedade muito grande tanto nos casos brasileiro e francês. Exemplificando: há jovens que estudam em “grandes carreiras” como engenharia, direito, medicina, publicidade etc e outros/as que interromperam os estudos no Ensino Médio pela necessidade de trabalhar, alguns/mas estagiam, outros/as não trabalham, ou são voluntários/as; estudam em instituições educacionais “renomadas” e outros/as não, seja de caráter público ou privado; há familiares, pais, mães, avôs e avós, que mal conseguiram terminar o equivalente ao Ensino Básico, há uma recorrência de mães que se dedicam ao trabalho no lar e outros/as cujos os/as pais e mães são universitários/as e ocupam trabalhos de “prestígio”.

Nem os/as jovens em questão, assim como seus familiares em linhas gerais possuem uma trajetória de engajamento em nenhum tipo de grupo ou associação – com raras exceções que serão exploradas. O mais comum é que as famílias tenham aversão ao engajamento e à política – esta sim se constitui em uma recorrência.

Então afinal, o que une esses/as jovens em torno de um projeto juvenil LGBT? Qual o vínculo que os/as fazem se voluntariar e ocupar cargos de responsabilidade e permanecer nessas organizações?

Essa indagação me obrigou a rever atentamente as entrevistas realizadas, bem como buscar pistas na literatura do Movimento LGBT, as quais encontrei sobretudo na obra de MacRae ao descrever o surgimento do primeiro grupo organizado brasileiro, o Somos, no qual apesar de ser apontado perfis e trajetórias sociais, econômicas, educacionais, profissionais e familiares bastante díspares, uma característica marcante do grupo era um ideal de igualdade na luta contra o heterossexismo, apesar das diferenças, um elemento que mantinha a coesão do grupo era limitar ao máximo as diferenças e investir na igualdade:

Assim o Somos/SP exigia que todos os seus integrantes exibissem uma mesma identidade de discriminação e, em várias ocasiões, pessoas que não se identificassem primariamente como ‘homossexuais’ foram forçadas a se retirarem de suas reuniões. A igualdade promovida dentro do grupo era erigida como valor fundamental para todos os aspectos da vida de seus integrantes. Sempre se buscou apagar ou neutralizar qualquer diferença mais importante que surgisse entre eles (MacRae, p. 281-282, 1990).

Seguindo as análises do autor, ele apresenta as estratégias utilizadas para criar esse sentimento de comunidade e igualdade na carência – pela identificação com sexualidades menosprezadas e suas consequências no preconceito e discriminação:

Um dos métodos usados para promover esse sentimento de comunidade e de igualdade na carência era a criação de subgrupos de identificação/reconhecimento, onde as vivências pessoais da homossexualidade eram discutidas publicamente em grande detalhe, com a finalidade declarada de promover uma melhor compreensão do seu significado político. Esse processo tinha o efeito de socializar as experiências individuais, ajudando a integrar o que antes era fragmentado e encerrado nos limites da vida privada (MacRae, p. 282, 1990).

A partir dessas considerações e análises, tal como por meio das entrevistas e observações de campo, pude notar que esse *ethos* de igualdade na carência, no caso do estigma sexual e suas consequências, ainda é bastante presente e um dos pilares dos

grupos organizados juvenis LGBT, que assim como o Somos, investem fortemente na sociabilidade e convivialidade, de maneira muito similar aos grupos de reflexão e identificação a respeito da homossexualidade no grupo o qual MacRae descreve.

Ou seja, o elo entre os/as jovens LGBT e seu processo de engajamento, não é incentivado, ao menos positivamente, por “pré-disposições estruturais” sociais, econômicas, educacionais, profissionais, familiares de antemão. **Talvez o mais correto seja inverter a equação: é exatamente não-reconhecimento de determinadas formas menosprezadas de sexualidade, o sofrimento e a discriminação vivida nesses diversos âmbitos, é que motivam enquanto resposta possível a militância com o intuito de transformar a realidade, a vida pessoal, da comunidade e da ordem social heterossexista.** Então, é nesse sentido, da verificação da não-recorrência de fatores “estruturais” entre os/as jovens engajados/as, ou seja, não há incentivos positivos das mesmas para o investimento militante, que trago ao título da tese: “não se nasce militante, torna-se”, no processo de compreensão de seu lugar no mundo, da sua sexualidade menosprezada na maioria das esferas de socialização, sociabilidade, do cotidiano é que se busca engajar em uma organização juvenil LGBT para mudar as suas vidas e o mundo.

Ainda segundo MacRae, este também aponta certos limites do processo do sentimento de igualdade na carência: uma consciência de múltiplas discriminações, por exemplo: homossexualidade e sexo – o lugar das lésbicas; a relação entre questões étnico-raciais e sexualidade, que por sua vez levam a formação de subgrupos específicos e até mesmo rupturas com a criação de novas organizações – neste ponto incluo a questão da experiência e especificidade juvenil na intersecção etapa de vida e sexualidade. O autor ainda aponta que **diferenças como orientação política, nível educacional, prática sexual preferida influenciava as relações de afinidade pessoal no interior das organizações e seus subgrupos, bem como nos cargos/posições que as pessoas ocupavam no seio da entidade** (MacRae, 1990).

As afirmações e análises apresentadas por MacRae se aplicam no que que tange os grupos de jovens LGBT: o assunto sobre múltiplas discriminações é incorporado nas reuniões temáticas, assim como algumas vezes nas próprias estruturas de poder e decisão das entidades analisadas; bem como nos laços de amizade construídos no seio das entidades juvenis com base em afinidades educacionais, profissionais etc.; e a mobilização de tais recursos tem um peso considerável para a ocupação e manutenção de posições de responsabilidade nos grupos – levando em conta as necessidades das

organizações, habilidades e potencialidades de quem se candidata, bem como o modo e quantidade de cargos que a entidade oferece.

A questão de uma ampla diversidade de perfis e a diversidade de “variáveis estruturais” de participantes no seio do Movimento LGBT, tal como a centralidade que a questão da “homossexualidade”, e posteriormente identidades LGBT, ocupa na vida das pessoas que assim se identificam, inclusive seus/suas militantes – faz com que a identidade de gênero e/ou sexual seja elemento fundamental da construção de si e de sua relação com o mundo, também está presente na literatura francesa sobre o Movimento LGBT (BROQUA e FILLIEULE, 2006; PREARO, 2014).

Retomando em particular a questão da família e suas heranças em relação aos/às jovens militantes: a) mesmo nos raros casos em que foi relatado no seio da família um histórico de trajetórias de engajamento, ser um/a militante juvenil LGBT não é “bem-visto” pela mesma, dito de outro modo, até quando o engajamento, a política, o trabalho voluntário é um valor familiar, fazer parte de uma entidade para jovens LGBT não é reconhecido familiarmente, ou seja, ainda assim há uma reprodução do estigma sexual – dentre todos/as entrevistados/as no Brasil e na França, somente me foi informado um único caso em São Paulo, na qual uma mãe dá suporte e incentivo à militância de seu filho, inclusive colaborando e participando dos eventos da organização na qual ele está engajado; b) não há uma relação direta entre “classe social” e “nível educacional” familiar à respeito da aceitabilidade de uma identidade LGBT: há relatos de famílias “pobres” e de pais e mães “sem estudos” que aceitaram bem seus/suas filhas, tal como famílias com formação universitária, “boas profissões” nas quais a receptividade de uma “sexualidade desviante” não foi nada bem recebida nem a longo prazo; c) se a família, em sua grande maioria, não apresenta estímulos positivos ao investimento militante dos/as jovens, ela por outro lado possui uma influência em pelo menos alguns aspectos: a não-aceitação de um/a filho/a LGBT, ou a percepção potencial de que não o/a aceitará, pode exercer um estímulo ao engajamento; por outro lado, a “má-recepção” familiar da identidade sexual e do engajamento pode interferir tanto negativamente quanto positivamente em sua possibilidade, bem como em sua manutenção, ou seja, o conflito familiar pode tanto reforçar a busca pelo engajamento – os conflitos são tão intensos que “há necessidade de ajuda da organização e dos pares para superá-la”, quanto em alguma medida pode restringir o engajamento ou manutenção – famílias que descobriram a militância de seu/sua filho/a e passam a cerceá-los/as como impedi-los/as de sair livremente de casa, acompanhá-los/as o máximo possível para evitar que continuem a participar do grupo,

chantagens como por exemplo cortar a mesada, intensificar a distinção entre tratamentos afetivos, sociais, econômicos entre filhos/as LGBT e heterossexuais, rechaçando aqueles/as e valorizando estes/as. Estas últimas situações de intensificação de conflitos podem levar a ruptura familiar, seja pela expulsão do/a jovem de sua casa ou a decisão deste/a de deixar o lar de origem.

Ainda há um outro aspecto no que diz respeito às famílias, segundo relatos dos/as entrevistados/as, de que em geral elas não se interessam e desestimulam discussões sobre política em suas casas, mas a partir do momento em que os/as jovens se engajam junto às suas entidades, é descrito um processo de politização tradicional, que passam a discutir partidos, candidatos/as, eleições, conjunturas políticas, econômicas e sociais no seio familiar. Há uma influência na qual é o/a jovem que passa a trazer para dentro de casa o debate político.

Em suma, é inescapável considerar as influências familiares – seja de modo positivo ou negativo, na compreensão do processo de engajamento entre jovens LGBT.

4.6. Itinerários, percursos e trajetórias militantes

Retomando algumas questões levantadas sobre o engajamento juvenil, em relação à população geral, as pessoas que buscam ou se consideram militantes são sempre uma minoria, independentemente do período histórico. Não é **diferente entre os/as jovens LGBT, da maioria dos/as que vão pela primeira vez à uma associação LGBT e as buscam com o objetivo pré-estabelecido de militar**. Edward MacRae já apontava que no Grupo Somos também era assim, as pessoas estavam mais interessadas nas atividades de sociabilidade do que em de militância (MacRae, 1990).

Quero trazer dois exemplos para ilustrar essas “proporções” junto aos grupos organizados de jovens LGBT.

Primeiramente, a fala de Lohren Beauty do E-jovem:

A primeira vez que os jovens vêm, eles buscam informação. Digamos que de uns 10, 9 vêm buscar informação, porque chegam sem saber nada, perdidos.

Desses 10 que chegam, um já busca militância e mais um acaba se interessando em ser militante (Entrevista Lauren Beauty, 2013).

O *MAG* possui estatísticas exatas a esse respeito, 15% dos/as jovens que chegam à associação pela primeira vez buscam investir no militantismo (*MAG*, 2015) – o que não significa que todos/as os que têm esse interesse realmente se engajem nem que os/as que não procuram para essa finalidade não possam se converter à militância ao longo da relação com os grupos.

Avançando no tema, realizei entrevistas em profundidade com 15 jovens engajados/as no Brasil e na França, aponto primeiramente o número de entrevistados/as que foram conhecer o grupo já com o interesse de engajamento e em seguida o total de entrevistados/as: E-jovem: 2 de 5; Purpurina: 2 de 5; *MAG*: 1 de 3; *CONTACT* 1 de 1; e *Pôle Jeunesse* 0 de 1.

Pode-se perceber que mesmo entre os/as jovens que estão engajados/as em um cargo de responsabilidade, a grande maioria não foi conhecer a organização com esse propósito imediato. Então, encontramos entre os/as militantes, de um lado aqueles/as jovens interessados/as na militância política desde sua entrada no grupo e de outro, aqueles/as que se engajaram e se tornaram militantes com o tempo, no contato com a entidade, seus/suas participantes e ações.

Dentre aqueles/as que buscam diretamente o engajamento identificamos três perfis: a) O/a jovem LGBT que foi aceito/a e se aceitou e quer ajudar outros jovens: “fui bem aceito pela minha família, mas reconheço a discriminação comigo em outros ambientes, quero mudar essa realidade e quero colaborar com outros/as jovens que não são aceitos/a por suas famílias. Os jovens que pertencem a esse perfil geralmente têm como características a **auto-aceitação já resolvida e o respaldo familiar em relação à sexualidade, então: “estou bem e quero ajudar os/as que não estão”**; b) “não fui bem aceito na minha família e tenho conflitos com amigos/as, escola e trabalho, mas quero mudar essa realidade, geralmente esses jovens contam **relativa boa auto-aceitação, não têm dúvidas sobre sua sexualidade, mas entram em conflitos em diversos âmbitos mais comumente na família: “não quero que os/as outros/as passem pelo que estou passando ou pelo que passei**; c) “já fazia parte de outro grupo de jovens LGBT, enquanto participante ou coordenador/a”, esses/as jovens, em geral, desejam continuar estendendo os benefícios que já receberam a outros/as jovens LGBT: **“quero dar aos/às outros/as a oportunidade que tive de ser ajudado/a” e “uma vez militante, sempre militante”**.

Com base nas trajetórias acima, a questão das retribuições – englobando componentes simbólicos, emocionais e de empatia são: dar aos/às outros/as LGBT a oportunidade que teve na família ou por meio dos grupos organizados, bem como “dar o que eu não tive”, “não quero que os/as jovens passem pelo que passei”. Além disso, a solidariedade e apoio mútuo, constam nos três casos citados. A retribuição não só do que foi recebido, pela família ou organização, mas uma retribuição antecipada, no sentido de que mesmo que ainda esteja em processo de resolução de conflitos pessoais e familiares, percebe na militância um caminho de mudar essa realidade, não só para si, mas para “a comunidade”.

Outro elemento ressaltado junto aos/as jovens que querem militar é fazer o “teste” da entidade: normalmente estes/as fazem pesquisas na Internet, entram nos grupos de discussão da organização no *Facebook*, conversam com outros/as jovens e militantes que a conheçam e posteriormente vão visita-las para se voluntariar e militar; ainda frequentam os encontros, falam pessoalmente com outros/as militantes, antes de tomar a decisão de efetivamente se candidatar a um cargo. O que quero dizer é que nos mais diversos relatos, em São Paulo e Paris, mesmo aqueles/as que desejam se engajar politicamente, pesquisam e “experimentam” a “reputação” e “seriedade” de um grupo organizado, verificam se realmente há “afinidades” com seus membros, sua forma de funcionamento e de ação antes de se implicarem mais profundamente com o mesmo.

Sobre o recrutamento daqueles/as que já haviam sido participantes ou coordenadores/as anteriormente e já queriam militar, **além da própria pessoa se candidatar, também ocorre com certa frequência que a “nova organização” convide tal pessoa para militar e se engajar**, ou seja, esta, tendo prévio conhecimento da “expertise” e potencial militante, é “pró-ativa” no recrutamento de jovens para posições de responsabilidade.

Em relação ao perfil dos que buscavam militância e foram conhecer a entidade e “fazer o seu teste”: no Purpurina, 2 entrevistados demoraram respectivamente 3 e 6 meses para efetivamente se engajar - relembrando o critério do Projeto no qual há a necessidade de haver participado de pelo menos 3 encontros – sendo que há 1 encontro regular mensal, antes de formalizar um pedido de candidatura. No *MAG* uma interessada em militância foi incorporada à equipe em 2 meses e um da *CONTACT* foi incorporado também em 2 meses.

No que tange aqueles que já haviam sido coordenadores de outras entidades, as 2 pessoas automaticamente assumiram cargos de responsabilidade junto ao E-jovem, pelo reconhecimento de sua trajetória militante.

Dentre os/as jovens que não buscavam o engajamento, mas depois se envolvem em cargos de responsabilidade junto à organização, esse processo se assemelha ao daqueles/as que relatam que “quero ajudar os outros/as assim como fui ajudado pelo grupo”. Nesse aspecto, o/a jovem quer retribuir o que recebeu, quer contribuir para o funcionamento da entidade, para que aquela organização continue existindo; assim como colaborar diretamente no suporte aos/às novos/as integrantes. Há um caminho percorrido antes desse desejo de contribuir com o grupo e seus membros, muito similar a maioria dos/as participantes em geral - chegam por curiosidade nem tem muita ideia do que esperam; ou realmente vão buscar apoio e suporte para suas questões de auto-aceitação, conflitos e “sair do armário” nos mais diversos âmbitos; neste momento do **processo é fundamental o acolhimento e receptividade do grupo** para com os/as jovens que chegam – muitas vezes fragilizados/as. Os/as que permanecem relatam: “não conhecia outras pessoas LGBT no meu entorno”, “não tinha amigos/as LGBT”, “não sou assumido/a, aqui eu posso ser eu mesmo/a”, “me senti tão bem aceito e recebido, que não quis mais sair daqui”. **Daí para a sua manutenção na organização, o papel do apoio mútuo e fortalecimento dos laços de amizades também ocupam um lugar central.** As amizades se formam no grupo e passam a se estender para fora do mesmo, para encontros em outras atividades de lazer e sociabilidade em dias que não há

evento na entidade. MacRae já apontava prática desde a criação do Grupo Somos (MacRae, 1990).

A partir do momento em que alguns/mas jovens LGBT se sentem mais confortáveis com sua sexualidade e com o grupo, passam “quase sem perceber” a ajudar nas atividades e ações do mesmo, assim como os/as outros/as participantes com suas questões. Exemplificando: uma jovem, *drag queen*, conta que como sempre chegava mais cedo aos encontros, passou a “fazer a faxina” do local, daí começou a ajudar em arrumar a comida e para finalizar se envolveu afetivamente e passou a namorar um coordenador, que contribuiu no seu processo de se auto-aceitar enquanto *drag queen*, depois disso nunca mais deixou a militância, inclusive chegou a ser presidente da organização, se filiou a um partido político e ocupa assentos em espaços de participação; um outro rapaz também por chegar mais cedo, ficava ajudando na arrumação do local dos encontros, colocando cartazes, arrumando cadeiras, limpando, depois passou a ajudar também a montar telão, *datashow*, escolhendo músicas para tocar no fim da reunião, quando houve uma chamada para novos/as voluntários/as, ele se candidatou e foi aprovado; uma garota, foi por muito tempo participante, inicialmente gostava mais de ouvir, apesar de muito agitada, não tardou muito para começar a falar, “entrar de cabeça nos debates”, daí ela começou a ajudar, em colaboração com outros membros, a escolher os temas que seriam discutidos nos encontros; um jovem diz que chegou completamente perdido, mas aí precisavam de ajuda com o site da organização, ele estudava informática, se voluntariou para fazer sua atualização, ele relata que era muito tímido, mas por conta desse trabalho foi “obrigado” a se abrir mais para poder fazer sua tarefa, quando se deu conta, já estava falando com muitos/as outros/as participantes, daí decidiu se especializar em acolher os/as jovens que chegavam pela primeira vez; há outras falas que demonstram que primeiramente o grupo contribuiu na sua auto-aceitação, que eles/as passaram a “se sentir bem na sua própria pele”, mas ao participar por curiosidade de uma manifestação de rua ou de uma Parada do Orgulho LGBT, puderam ser ele/as mesmos/as no espaço público, para além do local protegido da organização, daí decidiram retribuir à mesma tal como aos/às seus/suas participantes.

Esse perfil de jovens que não buscavam militância, mas se engajaram em cargos de responsabilidade ao longo de sua participação, definem seu processo como “quando eu vi já era, estava completamente envolvido/a”; “a coisa foi indo, foi indo, que quando me dei conta, eu já participava de tudo que podia”; “quando me dei conta, meu mundo, minha família, eram meus/minhas amigos/as do grupo, eu já não conseguia deixar

de participar de um só evento, foi ‘natural’ assumir um dos postos de coordenação”; “não sei, eu me encantei de tal maneira com o projeto, que eu queria fazer mais parte daquilo tudo”; “o grupo estava passando por uma reorganização, eu vi que os/as coordenadores/as estavam enlouquecendo, daí pensei, já estou tanto tempo aqui, vou ajudar meus/minhas amigos/as que estão sobrecarregados/as”; “não conhecia ninguém quando cheguei na cidade, fui buscar o grupo por curiosidade, mera distração, quando me dei conta, estava rodeado de amigos/as e em seguida coordenando o grupo (rs)”. **Essa trajetória é marcada pelo envolvimento paulatino, gradual e muitas vezes não intencional com os membros das organizações, sua manutenção e suas atividades – sendo este o perfil majoritário de jovens engajados/as em cargos de responsabilidade junto a suas entidades.**

Nesse perfil mais processual de envolvimento e conhecimento paulatino da entidade e seus membros, há uma distinção entre o tempo de engajamento em São Paulo e Paris – mas em ambas não há distinções significativas entre grupos: no primeiro caso os/as jovens participaram em média 2 anos antes de se candidatarem enquanto voluntários/as – tanto no Purpurina quanto no E-jovem. No segundo, apesar da não-intencionalidade inicial de engajamento, este não tardou mais que 3 meses para se efetivar. Pode-se dizer que na capital francesa “os casamentos com a associação são oficializados mais rapidamente” – parodiando com a expressão de “casamento com o grupo” (MacRae, 1990).

A retribuição não é só responsável por ser um fator de motivação do engajamento, mas também é um dos principais motivos que fazem com que os/as jovens permaneçam engajados/as. A retribuição só existe porque ela “funciona”, há um profundo sentimento de prazer e satisfação em poder ajudar o outro/a concretamente. Vejamos alguns relatos: “às vezes não tenho tempo para mais nada, mas quando me dou conta que com meu trabalho, com minhas conversas, eu ajudei a aliviar o sentimento de rejeição, depressão e suicídio, isso me reenergiza para seguir lutando”; “meu processo de aceitação foi muito solitário, é gratificante quando eu ajudo alguém passando por um processo complicado, se sentindo sozinho/a”; “é muito gostoso poder transmitir informação para quem não tem, ser e dar amigos para quem está isolado/a”; “ser militante me suga, é super desgastante, mas toda vez que eu viajo, sobretudo ao interior, para falar com outros/as jovens LGBT sobre suas dificuldades e vejo aquelas carinhas mais aliviadas, eu adoro! Me consome, mas vou continuar fazendo, mesmo que ano após anos os problemas pareçam ser sempre os mesmos”.

Retomando as características de engajamento da juventude contemporânea, de fato a questão de urgência, resolução rápida e concreta para os problemas, pragmatismo encontra ressonância nas organizações analisadas, bem como nas suas ações, assim promovendo retribuições e a manutenção da militância (KRISCHKE, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b).

Ainda sobre retribuições foram apontadas: “me sinto bem em fazer parte de algo maior”; “é engraçado como ajudar os/as outros/as me faz me sentir mais importante”; “sendo presidente, percebi que gosto de ser ouvido de igual para igual no grupo, que as pessoas prestam atenção em mim”; “apesar de me considerar bem resolvido [em relação à sexualidade] percebi que sendo coordenador, aprendi e melhorei muito, além do que eu poderia imaginar”; “sempre fui uma pessoa caseira, mas com o grupo comecei a me aventurar, sair para barzinhos, danceterias, parques, fazer passeios, até karaokê (rs). Nunca pensei que por ter um cargo de responsabilidade, eu receberia convites e hoje viajo para fazer formação em outros núcleos da rede, conhecendo novas cidades e pessoas, achei que eu nunca sairia de Paris (rs), agora gosto muito de viajar”; “sempre gostei de articular, juntar pessoas, ideais, projetos, agora me realizo articulando politicamente, tanto na rede quanto nas conferências, conselhos e espaços de participação que ocupo, hoje eu viajo para vários lugares do Brasil”.

Ao analisar esses discursos, é possível verificar uma série de fatores de retribuição, muitas delas não-previstas antes do próprio processo de engajamento – tanto de cunho simbólico quanto concreto/objetivo (FILLIEULE, 2001; FILLIEULE e MAYER, 2001; OLIVEIRA, 2008b; SAWICKI e SIMÉANT, 2011): sair do isolamento; se sentir parte de algo maior; sentimento de ser e de fazer coisas importantes; não só em relação à sexualidade, mas socialmente e politicamente; reconhecimento pelos pares, sentimento de emancipação na auto-aceitação, mas também na vida social; possibilidade de conhecer novas pessoas e novos lugares; possibilidades de viagens; ocupar espaços de poder e decisão no grupo e em espaços de participação.

Em relação a manutenção dos/as jovens LGBT em cargos de responsabilidade, a média de tempo é de 2 a 3 anos - lembrando que em São Paulo como houve um maior número de entrevistas tentei conversar com “recém-recrutados/as”, o tempo mínimo para iniciar a militância foi de 2 meses e o máximo de permanência foi de 10 anos. Em Paris, o mais “recém-recrutado” está há um ano em uma coordenação, enquanto a média dos/as outros/as varia entre 2 a 3 anos – novamente sem diferenças significativas entre grupos. Essas médias de tempo não significam que se desengajaram ou se desligaram da

organização, mas é o período no qual exerciam funções formais nas organizações até o momento da realização das entrevistas.

No que tange as retribuições, não se nota diferenças significativas em relação ao engajamento em outros movimentos sociais, ONG e associações (OLIVEIRA, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b; TOMIZAKI, 2009; TOMIZAKI E ROMBALDI, 2009; SEIDL, 2009). Embora as retribuições mais marcantes se deem sobretudo nos âmbitos simbólicos e afetivos, mesmo não existindo a possibilidade de se construir uma carreira profissional no seio das organizações de jovens LGBT nem de trabalhadores assalariados, há em alguma medida componentes materiais como a possibilidade de viajar - seja ajudando outros grupos, núcleos ou realizando atividades representando suas entidades.

Por outro lado, se as retribuições afetivas e simbólicas são fundamentais para o processo de engajamento e sua manutenção em qualquer movimento, neste estudo ele não difere de outras análises e pesquisas como por exemplo dos/as autores/as acima citados/as, mas há uma ressalva que deve ser feita: assim como Nussbaumer afirma que a complementariedade entre ambientes *online* e *offline* possuem uma “importância ímpar” nos processos de sociabilidade e identificatórios de pessoas LGBT, pois por conta do estigma sexual, este restringe as possibilidades de subjetivação e experimentações *offline* (NUSSBAUMER, 2007), pode-se fazer um paralelo em relação ao simbolismo da militância e sua importância ímpar junto aos/as jovens LGBT - se sentir útil, valorizados/as, seja entre pares, seja pela organização ou até mesmo na atuação política, contribuindo na resolução de problemas concretos do seu cotidiano e de amigos/as, representar sua organização em outros espaços, incluindo os da política institucional, lhes permite e fornece, “um lugar no mundo” no qual a militância dá acesso a possibilidades concretas de busca da superação do heterossexismo.

Ainda no que tange ao perfil militante, o multiengajamento - engajamento em diversas organizações, movimentos e causas não é tão frequente, mas quando ocorre, ainda o é em torno da sexualidade, como por exemplo: bissexualidade, poliamor, pessoas vivendo com HIV/Aids ou grupos universitários LGBT – reforçando a centralidade de sexualidades menosprezadas e estigmatizadas na construção de si e nos modos de se mover no mundo social e político.

4.7. Desengajamentos, possibilidades e (re)conversões

Neste ponto, novamente é necessário fazer algumas problematizações acerca do significado de desengajamento: não se deve confundir desengajamento do grupo com desengajamento da causa (SAWICKI e SIMÉANT, 2011), pois há jovens que deixam a coordenação de suas organizações, mas não deixam de seguir apoiando a causa LGBT.

Durante meu processo de pesquisa só tive contato com **um único caso de desengajamento do grupo organizado e da causa**: o fundador do Pagla em São Paulo. Este é o caso mais marcante, no sentido que a pessoa ficou “desgostosa” com os rumos da entidade que ela própria havia criado, sofreu pressões, assédios e chantagens por parte de familiares de membros do grupo, que o ameaçaram de denunciá-lo à polícia ou processá-lo juridicamente por estar tratando de sexualidades “desviantes” com menores de idade. Tal foi o impacto na vida deste fundador, que este abandonou o grupo e deixou claro aos seus membros que não gostaria mais de ser citado, de ter seu nome envolvido em questões LGBT e segundo relatos inclusive se mudou de país.

O desengajamento do grupo, mas não da causa, pode ocorrer por uma série de fatores, que foram explanados ao longo deste trabalho, sendo que o/a jovem: atingiu a faixa etária limite de participação – então tem de deixar a organização; resolveu suas questões e conflitos pessoais e no seu cotidiano e já sente que o grupo não está respondendo mais às suas necessidades e anseios - superou os problemas e não sente que precisa mais de apoio; ocupou um cargo de responsabilidade por um tempo e avalia que cumpriu seu papel de retribuir ao grupo e seus/suas participantes o suporte que recebeu – contribuiu o suficiente ou sentimento de que não tem mais com o que “acrescentar”; muda de cidade, estado ou país ou estar muito ocupado/a com família, namoro, estudos e trabalho e sentir que já não está dando mais conta de se dedicar ao engajamento – questões pessoais e/ou falta de tempo em dada conjuntura da vida; desacordos ou desentendimentos no interior da organização no que diz respeito aos seus rumos presente e futuro - percepção de baixa capacidade de incidir sobre as principais decisões da mesma; e ainda quando o grupo deixa de existir – encerramento das atividades da entidade.

Na prática, comumente, mais de um desses elementos estão presentes no processo de desengajamento ou talvez o termo mais adequadamente seja desligamento/afastamento de um grupo, pois em geral não abandonam a causa. Porém, é muito recorrente o discurso: “uma vez militante, sempre militante”, ou seja, mesmo após deixar um grupo organizado o/a jovem engajado/a não deixa de o ser

em sua vida, nos espaços e nas esferas nas quais transitam, na família, com amigos/as, no trabalho, nas rodas de conversa etc.

No que diz respeito a um desligamento de uma organização pelo fim pelo seu encerramento ou descontinuidades, há recorrentes relatos de investimento na continuidade do engajamento em organizações LGBT por meio de fundação, reestruturação ou reintegração às entidades. Vejamos alguns casos concretos:

Quando o Pagla encerrou suas atividades, um ex-membro resolveu fundar uma nova iniciativa, o XTeens. Com a descontinuidade desta, um ex-participante torna-se presidente do E-Sampa (E-jovem), em diversos momentos este núcleo em São Paulo se desarticulou e se rearticulou, entre esses movimentos, uma ex-coordenadora do E-grupo anos após sua inatividade decide retomar suas atividades e sua presidência; um ex-participante durante um período de não-funcionamento deste, migra para o Purpurina e posteriormente torna-se coordenador. O ex-fundador do JA, após se afastar do grupo por motivações pessoais, anos depois reintegra o quadro da Associação da Parada do Orgulho LGBT – a “entidade maior” enquanto “adulto”, assumindo um cargo em sua direção. Um ex-presidente do *MAG*, em Paris, funda a rede *CONTACT*; alguns jovens do *MAG* ao atingirem a idade limite buscam se engajar na *CONTACT* ou no Centro LGBT de Paris.

Neste ponto quero fazer uma observação: em Paris, o engajamento juvenil possui maior potencial da continuidade nas organizações mais tradicionais do Movimento LGBT - tidas como “adultas”. Dois elementos estão presentes: o estímulo do grupo organizado juvenil, mas a rede de organizações LGBT existente é percebida como atraente para os/as jovens ou “ex-jovens” – ultrapassaram a idade teto de participação dos grupos juvenis. No caso de São Paulo, avalio menor investimento em uma trajetória militante “adulta”, assim como os/as jovens entrevistados/as dizem que as organizações existentes no Movimento LGBT mais tradicional não os/as interessam muito, não lhes agradam, e algumas razões são levantadas: elas não trabalham com reuniões e encontros de sociabilidade, pouca oferta de serviços e acolhimento ao público LGBT adulto e ainda suas atividades são por demasiado voltadas à uma militância focada na política institucional-eleitoral – Estado, governos e partidos (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Diferentemente, na França mesmo os grupos “adultos” que são mais voltados à incidência política junto ao Estado – em relação as entidades juvenis, não abandonaram por completo as estratégias de acolhimento e convivialidade, apesar de haver uma redução da ênfase nas mesmas (BROQUA e FILLIEULE, 2006; PREARO, 2014).

Novamente, podemos retomar as afinidades e características do **engajamento juvenil que busca organizações mais horizontais, ações concretas, com resultados imediatos - inclusive no que tange as esferas de circulação de participantes na qual sofrem discriminação, desconfiança de governos e partidos** (KRISCHKE, 2011; MUXEL, 2010a e 2010b). **Essas características não implicam somente no engajamento junto aos âmbitos da política tradicional, mas também têm efeitos, reverbera, na atratividade e recrutamento junto às organizações da sociedade civil de acordo com o seu perfil de funcionamento e atuação.**

Seja em Paris ou em São Paulo, há falta de perspectiva de criar uma carreira profissional junto às organizações juvenis LGBT, e até mesmo no Movimento de forma mais ampla, o que leva os/as jovens a uma resposta, possibilidade de adequação entre engajamento e trabalho: a **conversão da militância para o campo profissional**. Há relatos de entrevistados/as que buscam incorporar a temática LGBT na sua profissão. Alguns exemplos: fazer trabalhos pontuais, consultoria, projetos para outras ONG, mesmo que não exclusivamente LGBT, mas de Direitos Humanos, Direito à Comunicação, Estado Laico, Liberdade de Expressão etc; jovens que se formam em psicologia e se especializam, apesar de não unicamente, na temática e público LGBT; outros/as seguem com essas questões no âmbito acadêmico; jovens que possuem formação em tecnologias da informação produzem softwares e sites (in)formativos que tratem de gênero e sexualidade; pessoas que se formaram na área da saúde ou educação e acabam por se tornar referência seja para realizar formações e consultorias junto ao Movimento LGBT, ao Estado e também para tirar dúvidas no seio da equipe profissional na qual atuam por serem reconhecidos/as enquanto uma pessoa “especializada no tema”.

Com base nas entrevistas, existe algum interesse de **carreira política na França** em participantes do Centro LGBT de Paris, seja em ocupar cargos no Estado ou disputas eleitorais, mas isso no “núcleo adulto” e ainda assim não é um desejo frequente. Em relação aos/às jovens, todos/as afirmaram não ter nenhum interesse em “carreira política”. Por outro lado, no Brasil, **apesar do Movimento LGBT não apresentar muitas possibilidades de carreira profissional remunerada, com a criação de “setoriais” e núcleos LGBT no seio dos partidos e de órgãos e instituições do Estado houve uma ampliação das possibilidades de militância assalariada em partidos e sobretudo no Estado**, verifica-se uma circulação de militantes entre sociedade civil e gestão pública voltada ao segmento LGBT (FACCHINI, 2009; FACCHINI e FRANÇA, 2009). Porém, dentre os/as jovens entrevistados/as, somente uma pequena parcela, em particular na rede

E-jovem que é suprapartidária, há algum interesse em disputas eleitorais ou em ocupar cargos no Estado, pois existe uma avaliação que “militantes no governo acabam por defender mais o Estado e seus cargos do que as demandas LGBT”. Aparentemente paradoxal, mesmo uma rede de jovens LGBT que se propõe a ser “mais militante”, transitar e dialogar mais diretamente com a política institucional-eleitoral e ocupar todos os espaços de participação possíveis, ainda é avaliada com desconfiança a classe e quadros políticos e processos de construção de políticas públicas – “militância e dinheiro não combinam” e “apesar dos espaços serem bem complicados, lentos e conflituosos, é melhor estar lá do que não estar, imagina como seria se a gente não acompanhasse, não tentasse empurrar as coisas para frente?”.

O ambiente online também é um importante meio de continuidade do engajamento, no qual as pessoas continuam seguindo as “novidades” sobre questões e direitos LGBT, divulgam eventos, discutem nas redes sociais, participam de pesquisas de opinião, assinam petições ou cartas de reivindicações, ou seja, se constitui como um modo de seguir influenciando pessoas e incidindo politicamente, mesmo que não atrelada a um grupo em particular, é uma espécie de **militância pessoal e independente**.

4.8. Influências da militância nas diversas esferas da vida

Neste tópico busquei explorar junto aos/às jovens entrevistados/as, quais eram suas percepções acerca das influências da militância nas mais diversas esferas da vida tais como: família, amizades, relacionamentos afetivo-sexuais, percurso educacional e profissional.

No que diz respeito ao processo de engajamento, **há um importante destaque dos laços de amizade no recrutamento, manutenção e retribuição de militantes, não é diferente e inclusive como acredito estar claro, os/as amigos/as possuem um papel central e especial na construção de uma identidade LGBT, sobretudo de jovens que se consideravam “isolados/as”, sem amigos/as LGBT, no qual os laços formados no seio da organização se tornam verdadeiras “famílias de escolha”, ou seja, a participação junto aos grupos organizações de jovens LGBT tende a mudar consideravelmente o círculo de amigos/as mais próximos/as, incluindo seus pares engajados/as, mas também levando os/as amigos/as “pré-engajamento”, sejam LGBT ou heterossexuais, para participar das atividades e ações do grupo. Não só os/as jovens “casam” com o grupo, mas investem em fazer com que seus/suas amigos/as também o façam, tanto que um dos principais canais de conhecimento *offline* das organizações é o convite por parte de amizades – o de boca em boca.**

Outra questão “afetiva” em relação ao engajamento é que em determinados movimentos sociais e políticos, há relatos de uma recorrência de “namoros” entre militantes, inclusive como uma possibilidade de aliar as duas esferas e o tempo necessário tanto para militar quanto para se relacionar afetivo-sexualmente. No caso dos/as jovens LGBT são raros os relacionamentos “endogâmicos militantes” – há somente um caso relatado. Aprofundando essa questão, os grupos variam seu “código de conduta ética”, nenhuma organização proíbe namoros no seu interior, mas algumas fazem ressalvas importantes sobretudo entre jovens que ocupam cargos de responsabilidade e sua relação com o restante dos membros, no sentido de evitar “confusões” afetivas que afetem o trabalho na entidade. O fato é que namoros dentro do grupo, ao menos em relação aos/às coordenadores/as são pouco frequentes e se há relações mais pontuais entre membros, estas não são publicizadas.

Sobre a questão da participação de amigos/as heterossexuais e namoros dentro do grupo de militância destoa do contexto descrito por MacRae em relação ao Somos (MacRae, 1990). Neste grupo era vedada a participação de heterossexuais, já nas entidades juvenis LGBT contemporâneas, eles/as estão presentes – apesar de uma

minoria, mas participam ativamente, colaboram, se voluntariam, frequentemente motivados/as pela empatia com as situações de discriminação homofóbica vivenciada por algum amigo/a que é engajado/a ou amigos/as e parentes na sua vida cotidiana que não fazem parte daquele grupo específico, mas que sofre com o heterossexismo. Se o Somos se constituía como um importante local de paquera, essa perspectiva é bastante menos frequente nos grupos juvenis LGBT – mas não inexistente e brincadeiras com tom de flerte são frequentes, mas aparentemente sem consequências a ponto de construir relacionamentos duradouros afetivo-sexuais ou ao menos não fazem parte do conhecimento público, não figura enquanto um prática aberta dentro dos grupos.

Ainda no que tange a namoros, outros dois discursos foram encontrados: “como trabalho muito no grupo, não tenho muito tempo para namorar” – há certa predileção pelo engajamento aos namoros, ao menos estáveis; e as poucas pessoas que namoram apontam que seus/suas companheiras compreendem o tempo dedicado a militância e que não há grandes conflitos por essa razão, inclusive alguns namorados/as eventualmente participam das atividades da organização.

A principal questão, a mais recorrente inicialmente, sobre as influências da militância nas diversas esferas da vida, foi de longe a questão do tempo: a dificuldade de “ter tempo para fazer tudo”, ou seja, militar e “dar atenção à família, amigos/as, estudos e/ou trabalho”.

Por outro lado, essa gestão do tempo de dedicação ao engajamento sempre é contrabalanceada com aspectos positivos, o que não deixa de ser uma forma de retribuição, por exemplo, segundo os relatos: “apesar da correria, ver os frutos do trabalho, quando os jovens chegam mal e vão melhorando, me dá força para continuar, às vezes me dou conta que estou muito cansada, mas penso nos jovens, aí eu penso, força, vale a pena!”; “é bem cansativo fazer tudo, estudar, trabalhar e ajudar a organizar as atividades da associação, mas com isso aprendi para minha vida o que são prazos, o que é ser responsável, pelo seu próprio trabalho e até pelos outros, pela vida dos outros”; e “é difícil conciliar tudo, família, namoro, estudos, no começo foi difícil, mas você vai se acostumando, depois até percebe que se tornou mais produtivo, pragmático em todas as esferas”.

Outro ponto fundamental das influências de militar na vida pessoal e suas esferas é a questão da auto-estima, muitos/as jovens contaram que chegaram “mal”, “tristes”, “depressivos” e até com “pensamentos suicidas” – mas superaram isso; outros/as ingressaram nas organizações “bem”, mas ainda assim: “descobriram que poderiam

melhorar ainda mais”; que “não imaginava que podia ser ainda melhor”; ou ainda “a gente vê cada situação feia, mas feia mesmo, que penso, poxa, minha vida nem é tão ruim assim, nem de longe passei por essas coisas e depois vem aquela pessoa, depois de um tempo, ela vem e te diz obrigado! Não espero gratidão, mas quando escuto um obrigado, me encho de felicidade...”.

A questão da gestão do tempo, o senso de responsabilidade e de prazos e da auto-estima, todos esses elementos aliados promovem efeitos nas mais diversas esferas: os/as jovens militantes comentam que apesar de ter menos tempo disponível, relatam ter melhorado a sua forma de usá-lo; apresentam melhor rendimento escolar ou na faculdade; passaram a encarar seus trabalhos remunerados de outra forma - no sentido de serem mais “eficientes” e mais “responsáveis”; aprenderam a “se colocar melhor” em determinados conflitos nos âmbitos familiares, escolares/universitários, profissionais.

Ainda em decorrência da melhora na auto-estima e também no aprendizado pela negociação junto à organização sobre temas, projetos e pela mediação nos debates do grupo, nos conflitos: desenvolveram uma melhor capacidade de escutar – aprenderam a ouvir melhor e com mais atenção; a serem mais pró-ativos/as na resolução de problemas; e desenvolver a capacidade de intermediar conflitos – desenvolver “certa imparcialidade”; a interação entre pares em uma posição de responsabilidade também influenciou na capacidade de se expressar melhor – contribuiu para as habilidades de comunicação, verbalização de questões; e de contornar ou até mesmo abandonar a timidez. Os relatos apontam que no início do processo de auto-aceitação de si – de sua sexualidade, eram muito tímidos/as, retraídos/as, “anti-sociais”, mas que pela atuação na militância e no engajamento construíram uma auto-estima, aprenderam a trabalhar em grupo, realizar negociações e intermediações, o que fez com que saíssem de um “lugar de vítima para um lugar de sujeito” e “aprenderam a falar de igual para igual em qualquer lugar” - se sentem mais donos/as de si e utilizam as habilidades de comunicação adquiridas nas função junto às entidades nas esferas familiares, de amizade, educacionais, profissionais e até nos relacionamentos afetivo-sexuais.

Nas organizações de jovens LGBT, existem algumas nas quais os cargos são pouco diferenciados – todos/as são coordenadores/as, em outras há maior diferenciação por áreas como: comunicação, responsável pelas atividades de lazer; responsáveis pela “arrumação do local”, etc. De qualquer maneira, é comum nas entrevistas “que no limite todo mundo faz de tudo um pouco” e assim também aprendem coisas novas – aprendem a lidar com imprevistos, a se adaptarem às necessidades de um contexto muito dinâmico

- aos imprevistos, assim como adquirem habilidades: como fazer um vídeo; “uma arte” para a divulgação de um evento ou de um ato; mexer em equipamentos de áudio e vídeo; e elaborar e redigir pautas, atas, relatórios e projetos; fazer uma apresentação e trabalhar com *data show*, por exemplo.

Um rapaz me contou como o trabalho na entidade juvenil, mudou sua forma de ser na sua empresa:

Na minha empresa eu não falava com ninguém, tinha vergonha que percebessem que eu era gay, evitava os *happy hours*, não gostava de falar em público, mas depois de um tempo na coordenação [do grupo de jovens LGBT], eu já não calo mais a boca, converso com todo mundo no trabalho, às vezes sou até o centro das atenções. Se antes eu não queria de jeito nenhum fazer uma apresentação para minha equipe de trabalho, hoje eu faço com um pé nas costas, inclusive, descobri que sou bom em falar em público (rs), atualmente sou responsável pela formação de novos/as funcionários/as na minha empresa, o que aprendi fazendo formação de coordenadores/as [no grupo LGBT] (Entrevista jovem coordenador, 2013)

Outra retribuição concreta possível, fruto da militância, é um jovem que aponta o engajamento permitiu ampliar sua rede social-profissional, dado que é um trabalhador autônomo-liberal.

Uma alternativa para aqueles/as que buscam se dedicar com a maior liberdade possível e que necessitam efetivamente trabalhar, enxergam nas profissões liberais uma possibilidade de aliar com maior tranquilidade e flexibilidade o sustento pessoal e a militância.

Assumir uma identidade de sexualidade menosprezada no seio familiar gera uma “brutal” ruptura de expectativas desta em relação aos/às seus filhos/as LGBT com diversas consequências: a primeira ruptura de expectativa é quanto a “reprodução da família” em si: meu filho/a não me dará netos/as. Em decorrência, uma forma de “consolo” e resposta familiar são os/as responsáveis passarem a investir na prole LGBT enquanto cuidadores/as dos/as mesmos/as em suas velhices. Outra resposta familiar possível é “se conformar” que seu/sua filho/a ainda assim pode “se casar” e constituir família, que inclusive pode gerar demandas como: “não importa que você seja LGBT, dê um jeito de me arrumar netos ou netas”, há uma transposição da projeção do modelo familiar tradicional adaptado à realidade dos/as jovens LGBT.

Esta ruptura de expectativa pela perspectiva do/a jovem LGBT por outro lado, abre uma série de potencialidades e possibilidades: permanecer no seio da família de origem ou decidir seguir sua vida, seja sozinho/a, morando com amigos/as ou com seus/suas companheiros/as.

Outra consequência é que a partir dessa ruptura relatada como “brutal”, os/as jovens LGBT se dão conta que é uma oportunidade também de romper com outras expectativas familiares quanto ao futuro educacional e profissional, dessa forma, no bojo de “rupturas”, com a elevação da auto-estima, com o empoderamento da militância, os/as jovens também podem decidir investir em outros rumos de suas vidas que não correspondam com as expectativas da família.

Por fim, é apontando com frequência uma grande distinção entre situações de estigmatização no seio familiar tanto no caso brasileiro quanto francês, tomo como ilustração o relato de Deco do E-jovem:

O jovem negro quando sofre racismo ele vai para casa, a mãe é negra, o pai é negro, ele tem uma comunidade negra que acolhe ele, o jovem judeu quando é xingado na rua tem um pai ou uma mãe judia em casa e tem a comunidade judaica em torno dele, e o gay não tem isso, se ele sofre homofobia na escola e chega em casa ele ainda apanha porque é gay (Entrevista Deco, 2013).

Ou seja, se determinadas famílias carregam e sofrem com certos estigmas sociais e discriminações decorrentes como no caso de família negras ou judias, quando o/a jovem sofre uma discriminação, ele/a possui no seio desta um suporte, um conforto, uma proteção, bem como estratégias familiares de como lidar com o preconceito. No caso da sexualidade LGBT, não só a família não tem essa capacidade de compartilhamento, empatia e empoderamento, como frequentemente agrava a situação de discriminação, demonstrando mais uma peculiaridade na relação entre juventude LGBT e as razões e aprendizados que adquirem ao decidirem se engajar em um grupo organizado.

São nessas organizações e associações que os/as jovens se apropriando de um lugar de sujeito, de argumentos, embasamentos, passam a discutir o tema sexualidade e suas discriminações na família, com amigos/as, na faculdade e no trabalho.

Segundo os/as entrevistados/as ser “assumido/a” na família também contribuiu para que outros/as parentes “saissem do armário” e tivessem o apoio de alguém engajado/a com os/as quais era sabido que se podia contar em caso de conflito familiar e de colaboração em sua intermediação.

Na faculdade, quando algum colega de classe ou professor/a faz algum “comentário homofóbico” esses/as jovens tendem a intervir e “corrigi-los/as”, tal como por meio de seus trabalhos acadêmicos tentam levar o debate da sexualidade e da discriminação para os conteúdos de sala de aula e reflexão dos/as profissionais da educação e dos/as outros/as estudantes.

No trabalho, os/as jovens aprendem “seus direitos”, sabem que não podem ser discriminados/as e mandados/as embora por conta de sua sexualidade, se empoderam de leis para se proteger e ser eles/as mesmos, evitando uma vida dupla – apesar que dentre todas as esferas, aparentemente no trabalho e a depender da área de atuação e cargo, ainda é o lugar no qual os/as jovens apresentam maior receio de “se assumir”, mas ainda assim há relatos de pessoas trans que “conquistam seu espaço e vão trabalhar montadas”, assim como negociam o uso do banheiro feminino, por exemplo.

Considerações finais

Assim como foi apresentado na introdução dessa tese, um primeiro fator que me chamou a atenção, foi o intenso investimento de jovens em uma situação juvenil bastante particular e vulnerável em relação às suas sexualidades socialmente e politicamente estigmatizadas, porém essa questão é tão central na construção de si e do modo como transitam e se inserem na sociedade, que passaram a desenvolver enquanto “resposta política” - por meio do engajamento e de grupos organizados - estratégias para reconverter os processos de socialização pelos quais passaram a partir da pressuposição de uma heterossexualidade compulsória, possibilitando um processo de ressocialização, fundamentalmente realizado entre pares para buscar meios de superar o heterossexismo.

Suas estratégias e ações, não se atém à (re)construção e (re)socialização entre pares, para levar a cabo esse processo - os/as jovens engajados/as reconstroem suas identidades a partir da centralidade de uma sexualidade menosprezada e buscam incidir diretamente nos principais núcleos de socialização como família, escola/faculdade, trabalho e outras esferas sobretudo de seus cotidianos. Dito de outra forma, esse processo de educação não-formal entre pares, de construção indentitária de outras sexualidades – para além da pressuposição da heterossexualidade, tem como objetivo transformar os principais lócus de socialização tanto para si quanto para seus pares, incluindo gerações futuras – “não quero que passem pelo o que passei” e interferindo em toda a dinâmica da reprodução da ordem social a partir dos espaços formativos, formadores, do dia-a-dia, mas também pontualmente realizando reivindicações junto ao Estado.

Esse é um trabalho coletivo de construção de um “lugar no mundo” para si e os “seus/suas”, ao mesmo tempo que busca transformar “a sociedade” e seu funcionamento.

No limite, todas as bandeiras de luta desses/as jovens LGBT poderiam ser resumidas a uma: igualdade - no sentido de poder descobrir, experimentar, vivenciar e compartilhar suas vidas afetivo-sexuais em pé de igualdade com outros/as jovens heterossexuais ao seu entorno, assim como serem reconhecidos/as e respeitados/as nos espaços nos quais circulam. Fazer coisas triviais, falar de seus sentimentos, angústias, dúvidas, conflitos, mas também de suas paixões, conquistas, sonhos para o futuro – “assim como qualquer outro/a jovem”. Então, a partir da perspectiva da igualdade é que todas as bandeiras de luta, ações coletivas, apoio mútuo, suportes e alvos de incidência são estabelecidos.

É com base nessas inquietações e análises acima descritas que chego a um entrecruzamento entre Sociologia da Educação, Sociologia do Engajamento, “situação juvenil LGBT” e “condição juvenil”.

Ainda no que diz respeito a processos educacionais, além de suas vertentes não-formais citadas – construção de si, ressocialização entre pares, incidência nos espaços de socialização primários e secundários, as organizações e associações de jovens LGBT também buscam transformações na educação formal, nas escolas e faculdades: a) com o intuito de que acolham e respeitem a diversidade sexual, tal como não reproduzam a discriminação e o heterossexismo; b) a centralidade da sexualidade na vida desses/as jovens influencia seus rendimentos, percursos, escolhas e investimentos educacionais; c) ser e expressar uma identidade LGBT nos espaços de educação formal é um meio de buscar promover mudanças – mostrar que outras possibilidades de sexualidade são possíveis, efetivamente existem e estão presentes naquele ambiente; d) assim como há uma promoção consciente de provocar, trazer a temática LGBT do preconceito e discriminação para os debates, discussões e trabalhos nas instâncias educacionais formais.

A Sociologia do Engajamento assim como todas as outras perspectivas e paradigmas teórico-analíticos citados na introdução e no primeiro capítulo dessa tese aliadas a uma extensa pesquisa empírica – focada em jovens LGBT e suas organizações, oferecem a oportunidade de refletir, problematizar, “arejar” novas tendências de engajamento juvenil na contemporaneidade, suas perspectivas do que é política e militância - que podem não estar centralizadas nas instâncias da política tradicional, institucional, eleitoral; mas na efetiva transformação da ordem social e das mentalidades da sociedade, tendo como principais alvos a si próprios/as, individualmente e coletivamente, assim como as esferas do cotidiano nas quais transitam os/as jovens engajados/as e em menor medida há incidência junto a governos, partidos e ao Estado. Se por um lado são apontadas “novas tendências”, não se deve abdicar ou ignorar a análise das influências mútuas em relação às heranças e experimentações no contato com “velhas” formas de organização, movimentos, engajamento e interação junto à política institucional – o que chamei de hibridismos.

Dentre as motivações acadêmicas para a elaboração dessa tese, figura a contribuição para lacunas de pesquisa apontadas na introdução sobre a pouca produção no que tange tanto a realidade de jovens LGBT, seus processos políticos, mas também aprofundamento sobre as dinâmicas e análises em relação entre juventude e política, mais

particularmente a apropriação de espaços de participação como conselhos, conferências etc.

Apesar da tese estar dividida em três principais níveis analíticos: macrológico – contextos sociais, políticos e econômicos mais amplos; mesológico – as organizações, suas formas de funcionamento, sustentação financeira, ações e atividades; e micrológicos, os indivíduos, os/as jovens LGBT engajados/as e sua interação entre si e as outros níveis, procurei a todo momento correlacioná-los e entrelaçar suas dinâmicas mútuas ao longo deste trabalho.

Ao meu ver essa pesquisa pode contribuir para a discussão de possíveis atualizações de marcos teórico-analíticos utilizados em relação ao campo empírico, em particular no que tange juventude e “sexualidades menosprezadas”. Apesar de essa ser de cunho predominantemente qualitativa, há também um cotejamento com dados quantitativos gerais sobre juventude e engajamento, assim como sobre a população LGBT, sendo que neste último caso, foram aproveitados dados secundários no qual o foco não era juventude, mas houve um exercício extrair e reconstituir informações e dinâmicas que afetam os jovens LGBT. Ainda neste sentido, as análises produzidas extrapolam a contextualização de jovens engajados/as, mas também colaboram na produção de conhecimento sobre a situação juvenil LGBT, seus problemas e suas questões, mesmo que não se tratando de militantes.

Contextualizar, delinear a situação da juventude LGBT, indiretamente colabora com elementos que ajudam a captar transformações, contornos, do que se considera juventude - a condição juvenil, suas mudanças ao longo do tempo de percepção do que é juventude entre entrevistados/as fundadores/as de entidade e jovens engajados/as, as razões de demarcação de determinadas faixas etárias de participação, em que medida são influenciadas por certos contextos e marcos legais e a dinâmica inversa na qual processos políticos, sociais, econômicos e os próprios movimentos relacionados à juventude alteram os mesmos.

Outro ponto que me parece relevante é a questão do exercício de alteridade a partir do contato com o cenário das associações de jovens LGBT de Paris, que me propiciou um olhar mais distanciado em relação as formas organizativas em São Paulo, me permitiu elaborar novas questões de análise em relação a estas, tal como me estimulou a contribuir para a produção de conhecimento, também escassa, sobre a situação da juventude LGBT engajada naquele país. Além disso foi muito interessante o processo de alteridade, no sentido de perceber como sociedades tão distintas apresentam questões e problemas muito

similares em relação a sexualidade juvenil LGBT, mas também notar que as constituições de formas organizativas – ONG e associações, como funcionam, sustentabilidade financeira e modos de atuações, ora se assemelham, ora são distintas, mas o foco na visibilidade, no cotidiano e na política como construção de si e entre pares, cuidado e ações pela coletividade e atuação no cotidiano são muito semelhantes. Até mesmo perfis mais estruturais como heranças familiares, trajetórias socioeconômicas, educacionais, profissionais – não apresentam recorrências de variáveis significativas para a união em torno de um projeto político e de engajamento, a não ser exatamente a própria centralidade da sexualidade menosprezada, que (re)produz as mesmas questões ao longo do tempo: auto-aceitação, isolamento, como se assumir junto à família, amigos/as, na escola/faculdade, no trabalho etc, assim com as mesmas motivações e retribuições necessárias ao engajamento – decorrentes do heterossexismo de ambas sociedades, que por sua vez não deixa de ser uma variável estrutural que perpassa as mais diversas esferas da vida.

Ainda no que tange a centralidade da sexualidade e os problemas decorrentes da homofobia, foi possível verificar que ela extrapola a questão de “classe”, ou seja, o heterossexismo afeta desde “classes mais altas” às “mais baixas”, inclusive as formas e acolhimento e aceitação familiar podem variar, não necessariamente mais positivas em “classes mais altas”. De todos os modos, o não-reconhecimento e aceitação da sexualidade LGBT é a principal variável estrutural que motiva o engajamento enquanto resposta as mazelas sofridas no cotidiano, independentemente das condições sociais, econômicas e educacionais. Por outro lado, esses fatores influenciam na criação de laços no interior das organizações, bem como nas posições dos cargos de responsabilidades a serem assumidos.

No que diz respeito ao processo de engajamento, os problemas e motivações, bem como as retribuições também são bastante similares, é como se as entrevistas realizadas na França fossem uma continuidade das entrevistas feitas no Brasil, mas eventuais distinções também foram apontadas.

Dessa forma foi possível analisar e verificar uma recorrência de itinerários militantes: aqueles/as que buscam uma entidade seja porque passaram por um “boa aceitação” da sua sexualidade na família ou que já superaram suas questões de auto-aceitação, mas não querem que os/as outros passem pelo mesmo; aqueles/as que ao conhecer as organizações por curiosidade, casualidade, acabam se envolvendo tanto com a mesma e com os membros e então decidem engajar-se em algum cargo de confiança,

investir na reprodução e manutenção da entidade com o intuito de ajudar seus pares; e finalmente aqueles/as que passaram por algum dessas trajetórias anteriores, mas suas organizações encerraram atividades ou não permitem mais uma participação acima de determinada faixa etária, então buscam outros grupos, juvenis ou não LGBT para dar prosseguimento ao seu engajamento.

Ainda no que tange ao perfil militante, o multiengajamento - engajamento em diversas organizações, movimentos e causas não é tão frequente, mas quando ocorre, ainda o é em torno da sexualidade, como por exemplo: bissexualidade, poliamor, pessoas vivendo com HIV/Aids ou grupos universitários LGBT – reforçando a centralidade de sexualidades menosprezadas e estigmatizadas na construção de si e nos modos de se mover no mundo social e político.

Mesmo havendo comumente desconfiança e até rechaço à participação política tradicional, necessariamente ocorre um processo de politização deste tipo também nessas entidades: os/as jovens podem não gostar de política eleitoral, governos, partidos, mas acompanham projetos de lei, eleições, reivindicam financiamentos; buscam emplacar suas bandeiras como “questão de Estado”; em sua maioria prezam por partidos e candidatos/as que sejam LGBT ou ao menos que apoiem suas causas – mais comumente se identificando com partidos e ideologias de esquerda – apesar de não exclusivamente. E ainda, a maioria desses/as jovens vêm de famílias que “não gostam de discutir política”, mas são eles/as que levam a “política” para dentro de casa e sempre que possível realizam esse debate em seus lares, assim como em outras esferas do dia-a-dia na qual circulam.

Movimentos sociais se organizam para mudar “o mundo”, “a sociedade”, mas me parece interessante a perspectiva na qual os grupos organizados juvenis LGBT e seus membros dão materialidade e concretude a essa transformação, elencando espaços bastante concretos do cotidiano: a si mesmo, os pares, a família, a escola/faculdade, o trabalho, para então buscar mudanças de mentalidade mais gerais da sociedade – enquanto ente abstrato, mas essas mentalidades são criadas sobretudo por meios desses espaços citados.

O exercício da militância, o trabalho militante, influencia de tal modo não só a vida dos/as jovens engajados/as quanto à sua sexualidade, mas também sua auto-estima de uma sobremaneira que são apresentadas fortes mudanças pessoais no que diz respeito à atuação, circulação, posturas na família, escola e trabalho. Os/as jovens relatam que adquiriram várias habilidades sociais, organizacionais, profissionais, pessoais, gestão do tempo, aprendem a fazer coisas novas, a se adaptarem a imprevistos, o que os/as tornam

mais “pragmáticos/as” e “eficientes” também no âmbito educacional e profissional. Aprender a escutar, negociar e mediar conflitos além de colaborar nessas esferas, tem um importante impacto na família e em suas vidas como um todo.

As “longas” descrições dos grupos, seu histórico, suas formas de ação, além de buscar demonstrar a dinâmica pelas quais as organizações passam, também não deixam de ser um importante registro histórico no qual não há muita produção acadêmica - nem no Brasil nem na França.

Particularmente sobre juventude LGBT, realizar um resgate e registro histórico da emergência dessas formas organizativas específicas, descrever e analisar suas transformações ao longo do tempo nos grupos organizados que atuam, ou atuaram, em São Paulo, é um ponto que considero positivo nesse trabalho. Também espero incentivar novas pesquisas e questões no que tange a jovens LGBT e seus processos de engajamento em outras cidades e regiões, tal como a incorporação da militância juvenil em futuros estudos sobre o Movimento LGBT, mas também em relação a outros movimentos sociais e movimentos juvenis.

Se por um lado, esse trabalho busca descrever e analisar formas organizativas, bandeiras de luta, processos de engajamento contribuindo com lacunas de pesquisa em um nicho bem específico – a situação de jovens LGBT, ele não deixa de ter como pano de fundo, potencial de colaborar com outras análises seja no seio da Sociologia da Educação – processos de educação não-formal e influência na educação formal; bem como incorporar as organizações juvenis no panorama histórico do Movimento LGBT brasileiro e francês na Sociologia do engajamento. Em diversos momentos foi necessário rever conceitos e ajustá-los como política, engajamento, desengajamento; assim como as formas de análise podem servir de parâmetros comparativos, seja por se aproximar de outras formas organizativas e processos de engajamento junto a grupos “extremamente” estigmatizados, mas também avaliar as possibilidades de recorrência em outros movimentos sociais e até mesmo nas trajetórias contemporâneas em um engajamento mais tradicional – seja de jovens ou até transformações da perspectiva política “adulta”.

Referências bibliográficas

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil en Colombia. DAVILA, O. (ed.). *Políticas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar, CIPDA, 2003.

ABRAMO, Helena, Wendel. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta-Anpocs, 1994.

_____. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____ e BRANCO, Pedro Paulo (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2011.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Bernadete da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

BALL, Stephen J. *What is policy? Texts, trajectories and toolboxes*. Discourse. London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

BRASIL. SDH/PR. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011, 2011a. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-2011-1>. Acesso em: 02/01/2016.

_____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. *Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira* / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.

Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_conhecimentos_atitudes_praticas_populacao_brasileira.pdf. Acesso em: 02/01/2016.

_____. SDH/PR. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 02/01/2016.

_____. SNJ. Agenda Juventude Brasil, 2013. Disponível em: <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11322/225/pesquisa%20agenda%20juventude%20brasil%202013.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 02/01/2016.

BROQUA, Christophe e FILLIEULE, Olivier. Les mouvements homosexuels In CRETTEZ, Xavier e SOMMIER, Isabelle (org.) La France rebelle. Tous les mouvements et acteurs de la contestation, Paris : Michalon, 2006.

BECQUET, Valérie (org.). *Jeunesses engagées*. Coll. GERME, Paris: Syllepse, 2014.

_____. e DE LINARES, Chantal. (org.). *Quand les jeunes s'engagent. Entre expérimentations et constructions identitaires*. Coll. Débats Jeunesse, Paris: L'Harmattan, 2005.

BRENNER, Ana Karina. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-144625/pt-br.php>. Acesso em: 02/01/2016.

CAMARANO, Ana Amélia et al. *A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IPEA, n. 21, p. 53-66, fev. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 02/01/2016.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *Revista O Social em Questão* - Ano XV - nº 27, p. 83-99, 2012.

CHAUVIN, Sébastien e LERCH, Arnaud. *Sociologie de l'homosexualité*. Éditions La Découverte, Paris, 2013.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Considerações preliminares sobre as concepções e conceitos norteadores das políticas públicas de educação para a igualdade de gênero e diversidade sexual. In: *Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade*. FURG, Rio Grande, 2009.

_____. De "temas polêmicos" a "sujeitos de direitos": LGBT nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010). In: *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis. Anais Eletrônicos, 2010a. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278409911_ARQUIVO_DETEM_ASPOLEMICOSASUJEITOSDEDIREITOSLGBTNASPOLITICASPUBLICASDEDIREITOSHUMANOSEDEEDUCACAO_BRASIL,1996-2010_-final.pdf. Acesso em: 02/01/2016.

_____. A agenda do governo federal sobre diversidade sexual e identidade de gênero na educação (1996-2010). In: *Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual*. Campinas. ENUDS, 2010b.

_____. *Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-095913/en.php>. Acesso em: 02/01/2016.

DI FELICE, Massimo. Redes Sociais Digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. *Revista USP*, v. 22, p. 06-19, 2012a.

_____. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. *Revista FAMECOS* (Impresso), v. 19, p. 27-45, 2012b.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. In: *Revista Bagoas*, Natal, n. 4, pp. 131-158, 2009.

_____; e FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana* n° 3, 2009. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/41/466>. Acesso em: 02/01/2016.

_____; _____. VENTURI, Gustavo. *Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006*. São Paulo: APOGLBT-SP, 2007.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. *Desejos Regulados: grupos de ajuda mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes*. Tese de doutorado, Unicamp/IFCH, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000878756>. Acesso em: 02/01/2016.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel, *Revue française de science politique* 1/2001 (Vol. 51), p. 199-215.

_____ e MAYER, Nonna. Devenirs militants, *Revue française de science politique* 1/2001 (Vol. 51) , p. 19-25.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel, *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres: Verso, 2003.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: movimento GLBT e mercado GLS na cidade de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-141155/pt-br.php>.

Acesso em: 02/01/2016.

FRASER, Nancy. *Adding Insult to Injury: Nancy Fraser Debates Her Critics*. Editado por Kevin Olson, Verso, 2008.

_____. *Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world*. UK: Columbia University Press, 2009.

HENNING, Carlos Eduardo. *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000926533>.

Acesso em: 02/01/2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em: 02/01/2016.

KRISCHKE, Paulo J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO. H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2011.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs). *Homofobia & Educação*. Brasília: Letras livres: Ed. Unb, 2009. Disponível em: http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-12/homofobia_e_educacaopdf.pdf. Acesso em: 02/01/2016.

LOIOLA, Luís Palhano. *Coisas difíceis de dizer: as manifestações homofóbicas do cotidiano dos jovens*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Ceará na Faculdade de Educação, 2001.

MACGILLIVRAY, Ian K. *Gay-Straight Alliances: A Handbook for Students, Educators, and Parents*. New York: Routledge, 2007.

MacRae, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAG. *Bilans d’activités 2013-2014*, 2014.

MAUGER, Gérard. *Sociologie des âges et générations*. Paris, Éditions Découvertes, 2015.

MICELI, Melinda. *Standing out, Standing together: the social and political impact of gay-straight alliances*. New York: Routledge, 2005.

MODESTO, Edith. *Vidas em Arco-Íris: depoimentos sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais*. Ed. Record, 2008.

_____. *Entre mulheres - Depoimentos homoafetivos*. Edições GLS, 2009.

_____. *Homossexualidade: Preconceito e Intolerância*. 287 p., Tese de doutoramento

em Semiótica e Linguística Geral – FFLCH – USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-09022011-103046/en.php>. Acesso em: 02/01/2016.

_____. (org). *Juventude LGBT – Autoria dos/as jovens do Projeto Purpurina*. Projeto Purpurina: São Paulo, 2011.

_____. (org). *A hora e a vez dos jovens LGBTs – autoria dos/das jovens do Projeto Purpurina*. Projeto Purpurina: São Paulo, 2012.

_____. *Homossexualidade: Preconceito e Intolerância familiar*. EDUSP, 2015.

MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MORDER, Robi. Jeunesse scolarisées, mobilisations et syndicalismes. In: BECQUET, Valérie. (org.). *Jeunesses engagées*. Coll. GERME, Paris: Syllepse, 2014.

MUXEL, Anne. *Avoir 20 ans en politique les enfants du désenchantement*. Paris: Seuil, 2010a.

_____. L'engagement politique dans la chaîne des générations. *Revue Projet* (n° 316), p. 60-68, Paris : C.E.R.A.S., 2010b.

NORRIS, Pippa. Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?. *Report for the Council of Europe Symposium*, 2003.

_____. The evolution of election campaigns: Eroding political engagement? *Conference on Political Communications in the 21st. Century*, 2004.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Identidade e socialidade em comunidades virtuais gays, in: *Bagoas: revista de estudos gays*. Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. – V. 1, n. 2/2008 – Natal, EDUFRN, 2008. Disponível em:

http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art10_nussbaumer.pdf. Acesso: 02/01/2016.

OLIVEIRA, Leandro. *Os Sentidos da Aceitação: Família e Orientação Sexual no Brasil Contemporâneo*. Tese de doutorado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2013.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 167-186, 2008a.

_____. Elites Dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. *Revista Tomo*. Jul/dez, 2008b, n 13.

_____. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3, janeiro – julho, 2010a, pp. 49-77.

_____. “A Arte de Resistir às Palavras”: Antropologia, concepções culturais e militância política. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – Minas Gerais, 2010b.

PREARO, Massimo. *Le moment politique de l’homossexualité : Mouvements, identités et communautés en France*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2014.

_____. La naissance de la formule « LGBT » en France et en Italie : une analyse comparative des discours de mobilisation. *Cultures & Conflits*, 97, 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/15542126/La_naissance_de_la_formule_LGBT_en_France

[et en Italie une analyse comparative des discours de mobilisation.](#) Acesso em: 02/01/2016.

REPROLATINA. *Projeto Escola Sem Homofobia: Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras*, 2011. [Relatório Técnico Final].

RIBEIRO, Deco (org.). *Garotos Invisíveis: adolescentes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*. Campinas: Sanda Edwiges, 2014

RICHEZ, Jean-Claude. Avant-propos. In: BECQUET, Valérie. e DE LINARES, Chantal. (org.). *Quand les jeunes s'engagent. Entre expérimentations et constructions identitaires*. Coll. Débats Jeunesse, Paris: L'Harmattan, 2005.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>. Acesso em: 02/01/2016.

SAWICKI, Frédéric e SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, v. 13, n. 28, pp. 20, 2011.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*. 2009, vol.20, n.2, pp. 21-39.

SIMÉANT, Johanna. Entrer, rester en humanitaire. Des fondateurs sans frontières aux membres actuels des ONG Médicales françaises. *Revue française de science politique*, 51e année, no 1-2, 2001a, pp. 47-72.

_____. Urgence et développement, professionnalisation et militantisme dans l'humanitaire. *Mots*, mars 2001, no. 65, pp 28-50.0-255, 2001b.

SIMÕES, Júlio Assis & FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SINGER, Paul. A Juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOS HOMOPHOBIE. *Rapport sur l'homophobie : 2015*, 2015. Disponível em: http://www.sos-homophobie.org/sites/default/files/rapport_annuel_2015.pdf. Acesso em 02/01/2016.

SPOSITO, Marilia Pontes. *Os Jovens do Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____ (coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009a.

_____. *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 2. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009b.

_____ e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 16-39, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 02/01/2016.

STEIBEL, Carlos N. P. *Heterossexismo: um estudo antropológico sobre as atitudes negativas para com os gays*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TEIXEIRA FILHO, Fernando. Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, v. 3, p. 651-667, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/48752/52826>. Acesso em: 02/01/2016.

TOMIZAKI, Kimi. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista com Bernard Pudal. *Pro-Posições*. 2009, vol.20, n.2.

_____ e ROMBALDI. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. *Pró-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 93-112, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a07>. Acesso em: 02/01/2016.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality* (Key Ideas). Ed.2. Routledge, 2003.

ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000946009>. Acesso: 02/01/2016.

Anexos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de consentimento livre e esclarecido

Concordo em participar, como voluntário, da pesquisa intitulada *Ações e incidência política de jovens LGBT*, que tem como pesquisador responsável Marcelo Daniliauskas, aluno da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientado por Kimi Tomizaki, os quais podem ser contatados respectivamente pelo email marcelo.daniliauskas@gmail.com e kimi.tomizaki@gmail.com. O presente trabalho tem por objetivos: analisar o engajamento de jovens LGBT, funcionamento de suas associações e verificar as demandas e ações em relação às escolas.

Compreendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa, e que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso retirar meu consentimento quando eu quiser, e que não receberei nenhum pagamento por essa participação.

Nome e assinatura:

Local e data:

Roteiro para fundadores/as de grupos de jovens LGBT

Histórico e perfil do grupo

Quando e por que criou o grupo? Como surgiu a ideia?

Qual era o objetivo do grupo em sua criação? Ele se mantém? Mudou?

Qual era seu papel/função no grupo? E qual é atualmente?

Por que um grupo especificamente voltado aos jovens?

Qual é a faixa etária para que alguém possa participar do grupo? Por que essa faixa etária?

Na prática há pessoas abaixo ou acima dessa faixa?

Como lidar com reuniões que contam com jovens menor de idade?

Como você classificaria o grupo no que diz respeito a seus participantes (idade, orientação sexual, religião, classe)? Um perfil geral?

O grupo sofreu ou sofre algum tipo de pressão/resistência?

Qual a abrangência do grupo? Há núcleos ou participantes de outras cidades/estados? Quais?

Você conhece outros grupos de jovens LGBT? Vocês têm alguma relação? E com o Movimento LGBT? E com outros movimentos?

Na história do grupo, você considera quais momentos mais importantes ou marcos em sua trajetória? Quais as principais vitórias? Quais as principais derrotas?

Funcionamento do grupo

Qual a estrutura / organização do grupo? Colaboradores, coordenadores, secretários etc?

Tem sede ou espaço próprio?

Como são escolhidos os coordenadores do grupo? Existem desde quando? (pensar um pouco como abordar a possibilidade de sucessão - o grupo cria sucessores? É uma questão?)

Como o grupo se mantém financeiramente?

Qual é a média de número de participantes no grupo?

Grupo e a relação com a escola

Qual a sua / relação do grupo com as escolas? E com a secretarias de educação (municipal e estadual)? E com outras instituições públicas ou serviços públicos? Quais?

Existe algum trabalho ou projeto específico do Purpurina em relação às escolas?

Você teria alguns exemplos de atuação junto as escolas, tanto suas, como do grupo ou mesmo dos próprios jovens? Experiências positivas, de superação? (explorar bem esse ponto).

Você gostaria de relatar algumas experiências negativas em relação à escola, tanto por parte do Purpurina como dos jovens?

Engajamento e política

Você considera o grupo como político ou que faz política? Considera que você ou os jovens fazem política? Considera os jovens como ativistas ou militantes?

O que você entende por política?

Na sua opinião o que leva os jovens a participarem do Purpurina?

Pelo seu convívio com o grupo, qual a opinião geral dos jovens sobre fazer política ou da relação deles com a política?

Roteiro para coordenadores/as de grupos jovens LGBT

Perfil

Nome:

Idade:

Qual a sua Identidade de gênero e orientação sexual?

Me fale um pouco sobre sua formação (estudos). Trabalha? Já trabalhou?

Onde mora e com quem mora?

Onde você nasceu?

Me fale um pouco sobre seus pais: origem, formação e profissão

Você tem irmãos e irmãs? (posição entre irmãos)

Você tem alguma religião?

Você namora? (“estado civil”)

Engajamento

Como você conheceu o grupo? Quando começou a frequentar?

Quando e porque se tornou coordenador?

Nessa sua tarefa, quais as coisas que você gosta e as que te incomodam?

Na sua opinião, qual a importância de grupo voltados exclusivamente para jovens?

Na sua opinião, o que os jovens buscam no grupo?

Você se considera um militante ou ativista? Você se considera do movimento LGBT?

Conhece ou tem contato com outros grupos de jovens LGBT?

Você considera o grupo político ou de ativismo?

Faz ou fez parte de outras organizações/movimentos? Tem alguma afinidade política - ideológica ou partidária?

O que é política para você?

Qual a relação entre dedicação ao seu trabalho no grupo e outras esferas da vida (família, trabalho, escolas etc)?

Relação com a educação

De alguma maneira fazer parte da organização influenciou seu jeito de ser/atuar na família, na escola, no trabalho e em outros ambientes? (Explorar e mais especificamente na escola).

Quais as atividades do grupo em relação a escola? Explorar ações nas escolas/na vida escolar, se possível enfatizando casos positivos/afirmativos.

CARTA DO AROUCHE (E-jovem) – 2013

"Nós, Jovens LGBT e Aliados do Estado de São Paulo, reunidos aos dezessete dias do mês de agosto na cidade de São Paulo, sob os auspícios do Fórum Paulista da Juventude LGBT, apontamos 22 propostas para 7 questões que consideramos fundamentais. São elas:

Combate à Homofobia na Escola

- É preciso formar professores e funcionários para a diversidade, capacitando os que já atuam e incluindo a temática nos cursos de pedagogia;
- Estabelecer um código contra o bullying, com punição aos agressores, a ser seguido por toda a comunidade escolar;
- Distribuir material informativo aos alunos, como cartilhas etc;
- E levar o universo LGBT às escolas por meio de filmes, palestras e shows.

Acesso à Saúde Integral

- É preciso criar um GT HIV e Juventude no Programa Estadual DST/AIDS;
- Pautar as demandas da Juventude LGBT dentro da Secretaria Estadual de Saúde, por meio do Comitê da Saúde da População LGBT;
- E pautar a diversidade sexual no Programa de Saúde do Adolescente.

Militância e Participação Social

- É preciso garantir apoio e fortalecimento às instituições que lidam com a Juventude LGBT, tendo em vista as estatísticas - principalmente de saúde e violência -, a fim de combater a evasão escolar, garantir acesso a todos os serviços públicos e espaços de representação para a Juventude LGBT em movimentos, comissões, conselhos, GTs etc.
- Divulgar a legislação de proteção aos LGBT em todos os meios de comunicação e estimular as Semanas de Diversidade Sexual em cada cidade do Estado, com enfoque nas legislações LGBT, em todas as instituições, sobretudo escolas;
- Capacitar conselheiros tutelares e operadores da Assistência Social sobre a
- Temática LGBT e expandir as discussões LGBT para toda a sociedade, aumentando a participação da sociedade civil;
- E escrever carta convocatória aos movimentos LGBT para unir forças e traçar um calendário conjunto de lutas e realizar uma política que respeite as minorias dentro da sigla (principalmente os bissexuais).

Ocupação das Ruas e do Espaço Público

- É preciso formar policiais para o trato com a população LGBT nas ruas;
- E mapear parceiros para uma maior aproximação com o jovem, tais como ongs, bibliotecas comunitárias, associações de moradores, buscando, dessa forma, promover uma gestão participativa em todos os espaços da cidade.

Violência e Homofobia

- É preciso capacitar gestores para o enfrentamento da homofobia;
- Criar leis mais duras e que efetivamente punam os agressores;
- E promover debates e formação para a sociedade em geral.

Família e Visibilidade

- É preciso criar condições para incentivar a inserção da Juventude LGBT e suas pautas nos conselhos de Direitos;
- Aprovar leis e criação de políticas voltadas para a Juventude LGBT nos eixos de Proteção contra a Violência, Psicossocial, Promoção da Cidadania e Acolhimento;
- E trabalhar a sexualidade nas escolas, promovendo a aceitação e a cidadania, incluindo os pais e a comunidade.

Cultura Jovem LGBT

- É preciso produzir cultura jovem LGBT, estimulando a criação de Pontos de Cultura LGBT nas cidades e, em cidades maiores, nos bairros ou regiões;
- Difundir cultura jovem LGBT, como, por exemplo, criando Cines Diversidade que exibam filmes de temática LGBT;
- E estudar a cultura jovem LGBT, fazendo com que a Cultura LGBT integre o currículo escolar, ainda que transversalmente."

Síntese das questões e demandas do Projeto Purpurina apresentadas à Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - 2013

Família

- rejeição (expulsão de casa)
- violência doméstica: física e psicológica camuflada em "dar limites".

Jovens sem apoio, sem modelos positivos familiares.

Consequências de ter de sair de casa:

- depressão
- baixa autoestima
- abrigos existentes inadequados

Escolas: bullying (violência física e psicológica) de colegas, professores e direção das escolas.

Falta de capacitação de professores e sensibilização dos colegas.

Consequências:

- sofrimento, depressão
- evasão escolar
- dificuldade para ter uma carreira

Dificuldade de fazer amigos (socialização)

O jovem se sente o único no mundo e procura seus iguais

Consequências:

- perigo de se formarem guetos;
- perigo de amigos com problemas que dão mau exemplo.

Problemas nos relacionamentos afetivos-sexuais

O jovem LGBT quer namorar como qualquer jovem.

Consequências:

- São proibidos de namorar, escondidos, eles correm riscos.
- Falta de Educação sexual e prevenção

Trabalho

- Necessidade de cursos técnicos que combinem com o perfil dos jovens LGBTs.
- Ensino de como se comportar no trabalho para serem respeitados.

Quadros sobre o perfil dos/as jovens coordenadores/as entrevistados/as em São Paulo e Paris

Perfil de jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Idade	Identidade de Gênero e orientação sexual	Escolaridade	Trabalho	Situação de moradia	Origem	Religião	Estado Civil
20	Masculina / Gay	Ensino superior (cursando)	Voluntário ONG HIV/Aids	Pais	Local	Agnóstico	Solteiro
23	Masculina / Bissexual	Ensino superior (completo)	Não, mas procurando.	Pais	Não informado	Agnóstico Paganismo (simpatizante)	Poliamoroso
28	Masculina / Gay	Ensino médio (completo)	Cabelereiro	Pais	Local	Agnóstico	Namorando
21	Masculina / Gay	Ensino superior (cursando)	Voluntário ONG HIV/Aids	Pais	Local	Ateu	Solteiro
25	Masculina / Gay	Ensino superior (completo)	Terapeuta ocupacional	Avó	Local	Agnóstico	Namorando

Perfil de jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Idade	Identidade de Gênero e orientação sexual	Escolaridade	Trabalho	Situação de moradia	Origem	Religião	Estado Civil
31	Transgênero / Gay	Ensino médio (completo)	Autônoma (estilista, costureira e Drag Queen)	Marido e família	Local	Católica	Casada
24	Masculina / Gay	Ensino médio (completo)	Trabalhos autônomos / projetos	Pais	Local	Diversidade religiosa	Solteiro
20	Feminina / (Bissexual/Hétero)	Ensino superior (cursando)	Estudante	Pais	Local	Ateia	Namorando
21	Masculina / Gay	Ensino superior (cursando)	Vendas / Telemarketing	Pais	Local	Acredita em Deus, mas sem religião	Solteiro
25	Masculina / Bissexual	Ensino superior (completo)	Marketing	Pais	Imigrante	Não informado.	Solteiro

Perfil de jovens coordenadores/as LGBT – Paris

Idade	Identidade de Gênero e orientação sexual	Escolaridade	Trabalho	Situação de moradia	Origem	Religião	Estado Civil
31	Masculina / Gay	Ensino superior (completo)	Professor	Companheiro	Migrante	Ateu	Casado
23	Masculina / Gay	Ensino superior (completo)	Estagiário	Pais	Local	Católico (não praticante)	Solteiro
20	Masculina / Gay	Ensino superior (cursando)	Estudante	Pais	Imigrante	Católico (praticante)	Solteiro
21	<i>Genderfree</i> / Bissexual	Ensino superior (cursando)	Estagiária	Sozinha	Local	Ateia	Solteira
20	Masculina / Gay	Ensino superior (cursando)	Estudante	Sozinho	Imigrante	Ateu	Solteiro

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Prima	2 anos 4 meses	Foi muito ajudado e se sentiu em condições de ajudar. Já colaborava com os outros coordenadores e foi convidado pelos mesmos.	Lidar com as diferenças e crescer com isso.	Dedicação do tempo.	É um momento de formação pessoal e profissional. Jovens com mais velhos se sentem limitados para falar certas coisas. Momento de descobertas da sexualidade e outras coisas, as pessoas mais velhas já passaram por essas questões.	Grande exclusão e falta de amigos. Socializar com iguais. Assumir e conflito com os pais.
Amigo	6 meses 2 meses	Belo local de discussão e vontade de ajudar jovens LGBT. Faz bem fazer parte de alguma coisa maior. Se voluntariou para ajudar em uma reunião temática, ficou amigo dos coordenadores e foi convidado pelos mesmos.	Aprender a lidar com as pessoas que são muito diferentes. Responsabilidades.	Lidar com as diferentes pessoas e com diferentes formas de tocar o grupo e suas dinâmicas (desafios para crescer).	Ajudar jovens que não têm auxílio da família. Lugar de expressão de si. Ajuda a criar forças para sobreviver lá fora (na sociedade).	Auto-aceitação. Fazer amigos.

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Feira LGBT (Parada do Orgulho LGBT) - Convite para assistir filme.	2 anos 5 anos	Colaborar em um momento em que o projeto passava por mudanças e estava com poucos coordenadores.	Ser ajudado e ajudar o outro. Ser exemplo. Ajudar coordenadores e participantes. Contribuir para mudar um pouco a sociedade.	Falta de pró-atividade de alguns coordenadores.	Por causa do espaço, pois existem espaços para jovens LGBT para dançar etc, mas não para conversar. Inclusive para trazer amigos hétero. Adultos tem uma tendência de dizer: você tem que ser assim. Ou preconceito, falta de paciência com os jovens, depois dele (adulto) ter superado seus conflitos.	Conversar sobre: Sua sexualidade; Problemas com a família (como contar); Sobre relacionamentos (namoro).
Amiga / Ex-namorado	1 ano 2 anos	Participar do grupo despertou interesse (em ajudar o outro e o grupo).	Me ajuda a crescer pessoalmente. Fiz muito amigos, inclusive atividades fora do grupo. Ver as pessoas se aceitando, fazendo amigos. Vai melhorando, volta a estudar, a trabalhar é gratificante.	Tempo dedicado (cansativo). Limitação financeira e problemas com uso do espaço cedido para encontros (problemas estruturais).	Idades próximas e vivências parecidas. Jovens têm questões específicas, diferenças entre as gerações (o que viveu, o mundo em que cresceu).	Auto-aceitação. Fazer amigos. Espaço de sociabilidade e expressão da sexualidade.

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Artigo de jornal.	3 meses 3 anos	Ajudar os outros (processo de aceitação solitário).	De fazer parte de um projeto maior (transformação social). Efetividade/resultado do projeto na vida dos jovens. Liberdade de coordenação nos encontros.	Tempo dedicado (cansativo). Limitação financeira (problemas estruturais). Gostaria de participar mais nas decisões estruturais da organização (para além dos encontros).	Idade de descobertas e conflitos similares. Época decisiva na vida. Socialização e sociabilidade entre pares. Adultos, em geral, são impositivos e impacientes com os conflitos dos jovens.	Conhecer o grupo. Auto-aceitação. Fazer amigos. Ajudar outros jovens (inicialmente poucos).

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Presidente do grupo	2 anos 10 anos	Eu não queria que ninguém passasse pelo o preconceito e discriminação que eu passei.	Ajudar os jovens, sobretudo do interior, chegam desesperados e é bom depois vê-los bem. (Também é apontado como desgaste, pois às vezes é dolorido lidar constantemente com o sofrimento do outro).	A gente luta, luta, mas problemas são muito parecidos, governo é lento na resolução dos problemas. Não gosto de participar de certas atividades com gestores, se não for para mudar a realidade e ainda por cima gastar dinheiro público com passagens, diárias e ventos (mesmo discurso sempre). Críticas a militantes que se tornam burocratas no governo.	Os jovens LGBT que são ajudados hoje serão os idosos com melhor qualidade de vida amanhã. Dois exemplos: a) quase não se discute sobre travestis idosas, pois são excluídas, isoladas e ignoradas, ou seja, continuam precisando e um apoio que não tiveram na juventude. b) trabalhar com adolescentes e jovens hoje é que a gente forma idosos e pessoas mais velhas para cuidar dos próximos.	A primeira vez que os jovens vêm, eles buscam informação. Auto-aceitação, sou adolescente, eu trabalho e sou gay. Sou travesti, eu posso ir de mulher trabalhar, eu posso ir de menina para a escola? Como é que eu faço para meu pai e minha mãe me aceitar? Em geral é família, trabalho e escola. De 10 jovem que chegam querem informação, uns 8 buscam formação e destes uns 8, 2 buscam militância política.

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Orkut	0 meses 4 anos	Sempre tive esse lado de querer ser voluntário de lutar por direitos, desde muito novo. Queria aprender para ajudar a população LGBT. Gosto de correr, de ajudar e de articular.	Estar à frente da articulação (traz muito conhecimento). Pelo reconhecimento do trabalho do Fórum da Juventude LGBT fomos convidados e organizamos a II Conferência LGBT Estadual.	Estar à frente da articulação (traz muita dor de cabeça). Questionamento de sua representatividade por ser jovem por parte de militantes adultos. Exige muito tempo estar engajado politicamente e abro mão de certas coisas (fazer uma faculdade). Crítica à militância por interesse próprio ou como fonte de renda.	Existem militantes mais velhos executando ações para jovens. A juventude passa por uma série de vulnerabilidades, mas esses militantes acabam fazendo as coisas do jeito deles, não do jeito dos jovens. Teria que buscar soluções de jovem para jovem (nós temos que buscar os caminhos).	Conhecimento, experiências e conhecer outras pessoas. Alguns querem acompanhar as atividades, mas não querem militância, buscam capacitação, buscam conhecer leis, direitos e políticas. Outros só para dizer que são parte de um grupo.

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Internet	2 anos 2 anos	Precisei muito de ajuda e agora quero ajudar. Colaborar na organização do grupo local Senti falta de organizar os encontros, debater os temas, viajar.	Poder dar apoio. Oferecer esse espaço para pessoas que passam por um processo complicado sozinha, como eu.	Brigas internas. Obrigatoriedade: como falar, fazer e encaminhar coisas. Deco está mais perto e é mais exigente. Gay militante quando fica velho fica chato. Só reclama, tudo é preconceito e homofobia (a militância é chata). Desestimulante: anos e anos as mesmas demandas políticas.	Depois de o jovem passar por todo aquele processo chato de aceitação, ele quer descontrair, viver uma vida divertida. Ex. Atividades culturais depois dos encontros. São jovens com coisas em comum, diversões em comum. Aí quando estamos entre pares formamos o grupo com uma dinâmica nossa.	Necessidade de encontrar outra pessoa como ele. Depois de criar afinidades, amizades passam a contar seus problemas. Acolhimento por pares. Depois, de passar pelo apoio e informação, alguns buscam fazer alguma coisa, participar de alguma coisa e poder mudar algo e talvez de se sentir importante.

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Internet. Nos encontros presenciais foi por uma amiga.	2 anos 2 anos	Colaborar na organização do grupo local Ajudar os jovens com conflito com a sexualidade e família.	De ajudar alguém, adolescentes sem muitas informações e sem amigos LGBT. Os debates, pois ajudam as pessoas a discutirem algo até mesmo antes de elas vivenciarem.	Montar uma equipe e formar o grupo é difícil. Grupos muito instáveis por conta de relacionamentos amorosos. Brigas internas.	Entre LGBT era interessante parar para conversar e refletir coisas sobre temas que não se discutia no cotidiano. Participação de simpatizantes. Era um modo bem interessante e importante de trabalhar.	Os héteros para debater. Os LGBT buscavam alguém para conversar, amizades, alguns resolver problemas na família, outros achavam que era festa. Outro vinham para conhecer e acabavam ficando. Pessoas de outros grupos extintos (intercâmbio)

Engajamento – Jovens coordenadores/as LGBT – São Paulo

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Presidente do grupo	0 meses 3 anos	Grande potencial de alcançar jovens LGBT e ser ouvido de igual para igual. Inserção social e profissional de jovens LGBT. Despreparo acadêmico, social, cultural dos líderes do Movimento LGBT como um todo.	O engajamento do pessoal e eles terem aceitado minhas propostas. Criação de parcerias / articulação. O espaço de ser ouvido.	Politicagem (interesses pessoais e partidários acima do trabalho com os cidadãos). Ter que lidar com a pequenez da mentalidade de pseudo-líderes LGBT. Excesso de pessoalidade. Desunião do Movimento LGBT.	Na minha visão, como as coisas estão, nenhuma. Os jovens só querem caçar. Juventude não existe, temos que ver as pessoas como indivíduos e ações de massa surtem o mesmo efeito. Mesmo um grupo de debate, tenho minhas dúvidas se funciona, mas teria que ser imparcial e traçar um plano de ação.	Procuram um relacionamento.

Engajamento – Jovens coordenadores/a LGBT – Paris

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Internet	2 meses 2 anos	Vontade de compartilhar uma experiência positiva da vida (fui bem aceito por minha família e queria me engajar em uma organização séria).	Ajudar os que não tiveram a mesma oportunidade que eu tive.	Dedicação do tempo. Trabalho gratificante, mas cansativo psicologicamente.	Reconstrução da auto-estima e resolução dos conflitos familiares.	Grande exclusão e falta de amigos. Socializar com iguais. Assumir e conflito com os pais

Engajamento – Jovens coordenadores/a LGBT – Paris

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Internet	4 meses 3 anos	Comecei a frequentar o grupo por curiosidade depois queria ajudar o projeto e meus novos amigos.	Transmitir meus conhecimentos e colaborar na formação de novos membros.	Algumas dificuldades em lidar com a gestão e organização da sede: limpeza, organização, horários. Participantes gostam de ficar no local, mas há uma série de restrições de horário, barulho em relação a vizinhança.	Estar cercado por outros jovens e amigos que são LGBT, poder falar e expressar seus sentimentos sobre sua sexualidade abertamente. O grupo oferece uma aceitação que muitas famílias não oferecem.	Auto-aceitação. Fazer amigos.
Amigo	2 meses 1 ano	No começo eu fui só para participar da convivalidade, mas na medida que eu vi que faltavam voluntários decidi: eu vou dar o que a associação me deu, pois me assumi em grande parte por causa do grupo.	Colaborar organizando as atividades de lazer e fazer as pessoas felizes.	Dificuldades em conciliar estudos e trabalho.	Um espaço seguro para ser você mesmo e fazer amigos. Acolher menores de idade.	Auto-aceitação. Fazer amigos.

Engajamento – Jovens coordenadores/a LGBT – Paris

Como conheceu o grupo?	Tempo para começar na coordenação e permanência	Motivos de engajamento	O que gosta? (no grupo e/ou na militância)	O que não gosta/dificuldades? (no grupo e/ou na militância)	Importância de grupo voltado especificamente aos jovens LGBT?	O que os jovens buscam no grupo?
Internet.	2 meses 2 anos	Militar e fazer amigos.	Gosto de poder coordenar projetos e pessoas.	Às vezes temos problemas de comunicação interna, mas faz parte, é um processo de aprendizagem.	Espaço seguro para fazer amigos. Acolher menores de idade. Estar entre iguais, jovens, passando pelos mesmos conflitos.	Convivialidade. Fazer amigos. Sair do armário. Fazer parte de algo maior.
Internet.	2 meses 1 ano	Fazer amigos. Fui em uma atividade e quis me voluntariar e ajudar o projeto.	Escutar e tentar ajudar as pessoas.	Dedicação do tempo.	Estar entre iguais, jovens, aliando informação e convivialidade de forma descontraída.	Fazer amigos. Auto-aceitação.